PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFBA 2014-2018



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA

Presidente da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação
Aloízio Mercadante Oliva (a partir de 07/08/2015)

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Aléssio Trindade de Barros (até 02/03/2015)
Marcelo Machado Feres (a partir de 03/03/2015)

Secretário da Educação Superior
Paulo Speller (até 05/04/2015)
Jesualdo Pereira Farias (a partir de 06/04/2015)

CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)
Presidente
Aurina Oliveira Santana (até 20/08/2014)
Renato Anunciação Filho (a partir de 21/08/2014)

Representantes do Ministério da Educação
Tatiane Ewerton Alves – Titular (*até 09/03/2014*)
Rejane Maria De Araújo Vago – Titular (*a partir de 11/03/14)*
Ailton Ribeiro de Oliveira – Suplente *(09/03/120 a 09/03/2014)*
Sérgio Teixeira Costa – Suplente (*a partir de 11/03/14)*

Representantes da Sociedade Civil

Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB)
Eloísa Santos Pinto – Titular (*até 09/03/14)*
Ubiratan Felix Pereira Dos Santos – Titular (a partir de *11/03/14)*
José Maria Araújo – Suplente (até 09/03/14)
Eloísa Santos Pinto – Suplente (a partir de *11/03/14)*

Federação do Comércio

Natália Sudislowski – Titular (*até 09/03/2014)*
Angélica Cruz Leahy – Titular (*a partir de 11/03/14)*
Kátia Maria Lucena – Suplente (até *09/03/2014)*
Urânia Maria da Silva Martins – Suplente (a partir de *11/03/14)*

Federação das Indústrias

Leone Peter Correia da Silva Andrade – Titular (até 09/03/14)
Leone Peter Correia da Silva Andrade – Titular (a partir de*11/03/14)*
Solange Maria Novis Ribeiro – Suplente *(até 09/03/14)*
Solange Maria Novis Ribeiro – Suplente *(Início: 11/03/14)*

Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educ. Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE)

Dálvaro Gonçalves Barbosa – Titular *(até 09/03/2014)*
Georges Souto Rocha – Titular *(a partir de 11/03/2014)*
Francisco Vanderlei Ferreira da Costa – Suplente (até 09/03/2014)
Ronaldo Nascimento Naziazeno – Suplente *(a partir de 11/03/2014)*

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Marcelo Embiruçu de Souza – Titular *(até 09/03/14)*
Cristina Maria Quintella – Suplente *(até 09/03/14)*

Universidade do Estado da Bahia

Augusto César Rios Leiro – Titular/ (até 09/03/14)
Gilmário Moreira Brito – Titular *(a partir de 11/03/14)*
Evangivaldo de Almeida Lira – Suplente *(até 09/03/14*)
Ivan Luiz Novaes – Suplente *(a partir de 11/03/14)*

Representantes Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica

Georges Souto Rocha - (Salvador) – Titular *(até 09/03/14)*

Eduardo Marinho Barbosa (Salvador) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Micheli Venturini (Salvador) – Suplente *(até 09/03/14)*
Rita de Cássia Araújo Cerqueira (Salvador) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Fernando Augusto P. Bulhões Carvalho (Vitória da Conquista) – Titular *(até 09/03/14)*
Jaime dos Santos Filho (Vitória da Conquista) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Jefferson Rodrigues Costa (Barreiras) – Suplente *(até 09/03/14)*
Jefferson Rodrigues Costa (Barreiras) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Ademir de Jesus Costa (Santo Amaro) – Titular *(até 09/03/14)*
Edson Machado de Brito (Porto Seguro) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Maria Emília dos Santos Gonçalves (Eunápolis) – Suplente *(até 09/03/14)*
Aristides Carlos Souto Rocha (Porto Seguro) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Rogério Ferreira Silva (Eunápolis) – Titular *(até 09/03/14)*
Rogério Batista da Rocha(Irecê) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Jefferson Caponero (Simões Filho) – Suplente *(até 09/03/14)*
Cristiano Araújo Dias (Irecê) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Valdencastro Pereira Vilas Boas Júnior (Camaçari) – Titular (*a partir de 10/03/2014)*
Edward da Silva Abreu (Camaçari) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Representantes Docentes do Ensino Superior

Ed Carlos Sousa da Silva (Jacobina) – Suplente *(até 09/03/14)*
Izaaque Aniceto Macedo (Feira de Santana) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Hana Carolina Novaes M. Almeida (Irecê) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Representantes Discentes do Ensino Superior

Bárbara Lorena Queiroz Santos (Porto Seguro) – Titular
Felipe Francisco Mota Ramos (Salvador) – Suplente
Luiz Gustavo da Cruz Duarte (Salvador) - Titular
Elane Andrade Correia Lima (Vitória da Conquista) – Suplente

Representantes Discentes da EBTT

Iago Jefferson Silva (Vitória da Conquista) – Titular *(até 09/03/14)*
Israel Fernando Almeida de Santana (Salvador) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Jorge Luiz Ferreira Moreira (Porto Seguro) – Suplente *(até 09/03/14)*
Jairo da Silva Mota (Salvador) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Ana Paula Alves Rodrigues (Barreiras) – Titular *(até 09/03/14)*
Larissa Fé Alves (Barreiras) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Kamilly dos Anjos Campos (Eunápolis) - Suplente *(até 09/03/14)*
Philipe Andrade Guerra (Vitória da Conquista) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Matheus Araújo Almeida (Simões Filho) – Titular *(até 09/03/14)*
Douglas Santos Rodrigues (Jacobina) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Cleidson Santos Souza (Salvador) – Suplente *(até 09/03/14)*
Juari Braz Bomfim (Porto Seguro)– Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Sandhy Silva Araújo (Irecê) – Titular *(até 09/03/14)*
Esaú Santos Muniz Júnior (Valença) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Representantes dos Técnicos-Administrativos

Fábio Lemos Mota (Reitoria) – Titular *(até 09/03/14)*
Luciano Cerqueira de Oliveira (Reitoria) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Fernanda Santos Bastos Ribeiro (Reitoria) – Suplente *(até 09/03/14)*
Raimundo Conceição de Jesus Fraga (Reitoria) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Paulo Roberto Nilo Dantas (Salvador) – Titular *(até 09/03/14)*
Cássio Viana Santos (Vitória da Conquista) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Acimarney Correia Silva Freitas (Vitória da Conquista) – Suplente *(até 09/03/14)*
Eriswagner Matos Soares (Vitória da Conquista) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Solange Alves Perdigão (Barreiras) – Titular (desde 09/03/12)
Maria Neli Cardoso Costa (Eunápolis) – Suplente *(até 09/03/14)*
Márcio Sérgio de Andrade Vieira (Jacobina) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Alender Rodrigues Brandão Correia (Camaçari) – Titular *(até 09/03/14)*
Elis Fábia Lopes Cabral (Porto Seguro) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Isabel Cristina de Oliveira Souza (Simões Filho) – Suplente *(até 09/03/14)*
Suzana Nascimento dos Santos (Salvador) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*
Girlene Ecio Damasceno Dias (Ilhéus) – Titular *(até 09/03/14)*
Paula Roberta Sá do Nascimento (Camaçari) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*
Leandro Jesus Fernandes (Santo Amaro) – Suplente *(até 09/03/14)*
José Antônio Menezes de Oliveira Dias (Seabra) –Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Representantes dos Diretores-Gerais dos campi

Paulo Marinho de Oliveira (Vitória da Conquista) – Titular
Epaminondas Silva Macêdo (Jacobina) – Suplente
Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro (Barreiras) – Titular
Norma Souza de Oliveira (Seabra) – Suplente
Ricardo Torres Ribeiro (Eunápolis) – Titular
José Roberto Nunes Costa (Ilhéus) – Suplente
Albertino Ferreira Nascimento Júnior (Salvador) - Titular
Affonso José de Sousa Alves Filho (Camaçari) – Suplente
Ricardo Cunha de Almeida (Porto Seguro) – Titular
Arleno José de Jesus (Paulo Afonso) - Suplente

IFBA - REITORIA

Reitor (a)
Aurina Oliveira Santana (até 30/04/14)
Renato Anunciação Filho (a partir de 21/08/2014)

Reitora *Pro Tempore*
Aurina Oliveira Santana (a partir de 01/05/14)

Chefe de Gabinete
Vera Lúcia Ferreira Mendes dos Santos (até 04/09/14)
Edmilson dos Santos Pinto (a partir de 05/09/14)

Pró-Reitora de Ensino (PROEN)
Lívia Santos Simões

Pró-Reitor de Extensão e Relações Comunitárias (PROEX)
Carlos D'Alexandria Bruni

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura (PRODIN)
Anilson Roberto Cerqueira Gomes

Pró-Reitor de Administração e Planejamento (PROAP)
Renato Anunciação Filho (até 21/08/14)
Paulo André Ferreira (a partir de 05/09/14)

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, e Inovação (PRPGI)
Rita Maria Weste Nano mudou para Luís Gustavo da Cruz Duarte

Coordenadora da Unidade de Auditoria Interna (UAI)
Marlene Pereira Vilas Boas mudou para Eliene Pereira de Cerqueira

Diretor de Gestão de Pessoas (DGP)
Edmilson dos Santos Pinto (até 04/09/14)
Luciano Cerqueira Oliveira (a partir de 05/09/14)

Diretora de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI)
Edna da Silva Matos (até 09/12/2014)
Luiz Machado (a partir de 10/12/2014)

Diretor de Gestão da Comunicação Institucional (DGCOM)
Laís Andrade Souza (até 29.04.2014)
Leomir Costa (de 30.04.2014 até 04.09.2014)
Ana Cláudia (a partir de 05.09.2014)

IFBA - DIRETORIA GERAL DOS CAMPI

Diretor Geral do campus de Barreiras
Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro

Diretor Geral do campus de Brumado
Acirmaney Freitas

Diretor Geral *Pro Tempore* do campus de Camaçari
Affonso José de Sousa Alves Filho

Diretor Geral do campus de Eunápolis
Ricardo Torres Ribeiro (até 25/08/2014)
Fabíolo Moraes Amaral (a partir de 26/08/2014)

Diretor Geral *Pro Tempore* do campus de Feira de Santana
Juliano Marques Aguilar até 28/08/2014
Raigenis da Paz Fiuza a partir de 29/08/2014

Diretor Geral *Pro Tempore* do campus de Ilhéus
José Roberto Nunes Costa até 01/09/2014
Thiago Nascimento Barbosa a partir de 02/09/2014

Diretor Geral *Pro Tempore* do campus de Irecê
Robério Batista de Rocha

Diretor Geral *Pro Tempore* do campus de Jacobina
Epaminondas Silva Macêdo

Diretor Geral *Pro Tempore* do campus de Jequié
Antônio Moab Silva

Diretor Geral do campus de Porto Seguro
Ricardo Almeida Cunha

Diretor Geral do campus de Salvador
Albertino Ferreira Nascimento Junior

Diretor Geral do campus de Santo Amaro
Marcos Antônio Ramos Andrade

Diretor Geral *Pro Tempore* do campus de Seabra
Norma Oliveira Sousa até 27/08/2014
Robson Luís da Silva Menezes a partir de 28/08/2014

Diretor Geral do campus de Simões Filho
Rui Carlos de Sousa Mota

Diretor Geral *Pro Tempore* do campus de Valença
Ismário Antônio Miranda até 28/08/2014
Alba Rogéria dos Santos Silva a partir de 29/08/2014

Diretor Geral do campus de Vitória da Conquista
Paulo Marinho de Oliveira até 28/08/2014
Jaime dos Santos Filho a partir de 29/08/2014

Diretor Geral *Pro Tempore* do campus de Paulo Afonso
Arleno José de Jesus

ELABORAÇÃO DO PDI 2014-2018

Comissão Sistêmica (CS) Portaria Nº 1030 de 04/07/2013

Representante da Comissão Própria de Avaliação: Lidiane Corrêa de Oliveira Sommer (*Presidente)*
Representante da PRODIN: Fernanda Sanches dos Santos
Representante da PROEN: Keity Barbosa Carneiro
Representante da PROEX: Teresa de Souza Bahia
Representante PRPGI: José Roberto de Oliveira *(até 05/12/13)*
Representante PROAP: Ana Cláudia Sá Oliveira (até 07/07/14)
Gerson Miranda Plácido dos Santos (a partir de 17/07/14)
Representante DGP: Edenice da Silva Pereira Brito (até *06/09/13)*
Murillo Mascarenhas Ribeiro (a partir de *06/09/13)*
Representante DGTI: Rogério Carvalho Barros
Representante DGCOM: Laís Andrade Souza
Representante dos Docentes: Fernando Osvaldo Real Carneiro (09/04/14)
Representante dos Técnico-Administrativos: José Guilherme Duplat Alves
Representante dos Discentes: Esaú Santos Muniz Junior
Representante dos *campi:* Eduardo Souza Seixas *(até 06/09/13)*
Laíla Rodrigues Soares (a partir de *06/09/13 até 12/05/14)*

Comissões Locais (CL) dos campi

Campus de Barreiras
Diretor do campus: Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Maria Conceição dos Santos
Representante da área de Pesquisa e Pós-Graduação: Lilian Karla Figueira da Silva
Representante da área de Extensão: Gislaine Nunes Oliveira Guedes
Representante da área de Administração: Daniel José da Costa
Representante dos Docentes: Anderson Oliveira de Almeida
Representante dos Técnico-Administrativos: Helena de Araújo Soares Silva
Representante dos Discentes: Uebert Gonçalves Moreira
Representante da CSA: Lúcia Raquel Silva Albuquerque Modesto
Representante indicado pelo Campus: Maria Perpetua Carvalho da Silva

Campus de Camaçari
Diretor do campus: Affonso José de Sousa Alves Filho (*Presidente)*
Representante da área de Ensino: Elisa Cristina de Barros Casaes
Representante da área de Pesquisa: Ana Paula Miranda Guimarães
Representante da área de Extensão: Eneida Santana Baumann
Representante da área de Administração: Luís Cláudio Silva Lima
Representante dos Docentes: Cledson Mesquita Santos
Representante dos Técnico-Administrativos: Milena Verge de Abreu Oliveira e Sousa
Representante dos Discentes: Vitória Letícia Magalhães da Silva
Representante da CSA: Rosângela de Araújo Santos
Representante indicado pelo campus: Vinícius Saraiva Santos

Campus de Eunápolis
Diretor do campus: Ricardo Torres Ribeiro *(Presidente)*
Representante da área de Ensino: Laura Elizabeth Ferreyra
Representante da área de Pesquisa e Extensão: José Roberto Silva de Oliveira
Representante da área de Administração: Fernanda Borges de Araújo
Representante dos Docentes: Cácio Costa da Silva
Representante dos Técnico-administrativos: Anderson Franciel de Castro
Representante dos Discentes: Matheus Victor R. Bongestab
Representante da CSA: Marcos Roberto Souza Santos
Representante indicado pelo campus: Vago

Campus Feira de Santana
Diretor do campus: Juliano Marques de Aguilar *(Presidente)*
Representante da área de Ensino: Luiz Gomes Forte Neto
Representante da área de Pesquisa: Raigenes Paz Fiuza
Representante da área de Extensão: Moisés Leite Santos
Representante da área de Administração: Clodoaldo Nunes Silva
Representante de Docentes: Waneska Cunha dos Anjos
Representante dos Técnico-Administrativos: Carlos Henrique Maia dos Santos
Representante dos Discentes: Beatriz Gonçalves dos Santos
Representante CSA: Vago
Representante indicado pelo campus: Carla Barreto Miranda

Campus de Ilhéus
Diretor do campus: José Roberto Nunes Costa *(Presidente)*
Representante da área de Ensino: Mª Olívia Berbert da Silva Franco
Representante da área de Pesquisa: Amanda Ferreira da Silva Mendes
Representante da área de Extensão: Graziela Ninck Dias Menezes
Representante da área de Administração: Jorge Fabrício Lopes dos Santos
Representante dos Docentes: Roseane Santos Batista Leite
Representante dos Técnico-Administrativos: Marcos Roberto Sousa
Representante dos Discentes: Gledyelle Alves Andrade
Representante da CSA: Jackson Jardel Leite de Menezes
Representante indicado pelo campus: Leandro Silva de Assis

Campus de Irecê
Diretor do campus: Robério Batista da Rocha (*Presidente)*
Representante da área de Ensino: Rogério Batista da Rocha
Representante da área de Pesquisa: Leandro Oliveira de Souza
Representante da área de Extensão: Janaína Novaes Sobrinho
Representante da área de Administração: Jeime Nunes de Andrade
Representante dos Técnico-Administrativos: Juliana Pires de Carvalho Rocha Machado
Representante dos Discentes: Aissa Godinho de Souza Bagano;
Representante de Docentes: Amanda Mendes de Santana Dourado
Representante da CSA: Herick Leite Oliveira
Representante indicado pelo campus: Sócrates de Sousa Lélis

Campus de Jacobina
Diretor do campus: Epaminondas da Silva Macedo *(Presidente)*

Representante de área de Ensino: Arivaldo da Silva Souza
Representante de área de Pesquisa: José Roberto de Andrade
Representante de área de Extensão: Saulo Daniel Campus de Oliveira
Representante da área de Administração: Darlei Augusto Batista da Silva
Representante dos Docentes: Júlia Rodrigues Nobre de Oliveira
Representante dos Técnico-Administrativos: Janeleide Araújo de Lima
Representante dos Discentes: Felipe Vilas Boas Almeida
Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo campus: Vago

Campus de Jequié
Diretor do campus: Antônio Moab Souza Silva *(Presidente)*
Representante de área de Ensino: Rubens Santos Barreto
Representante de área de Pesquisa: Ramon dos Reis Fontes
Representante de área de Extensão: Francisco Regilson de Souza
Representante da área de Administração: Camila de Mattos Lima Andrade
Representante dos Docentes: Armindo Fábio Rocha Costa
Representante dos Técnico-Administrativos: Verena Santos Andrade Ferreira
Representante dos Discentes: Samuel dos Santos Carmides
Representante da CSA: Monik Caetano Praxedes de Moura
Representante indicado pelo campus: Vago

Campus de Paulo Afonso
Diretor do campus: Arleno José de Jesus *(Presidente)*
Representante área de Ensino: Anttonio Adolfo Juliano Oliveira Mendes
Representante da área de Pesquisa: Patrícia da Silva Cerqueira
Representante da área de Extensão: Aurelina Fernanda de Andrade Morais
Representante da área de Administração: Railda de Freitas Santos Camprestini
Representante dos Docentes: Marcos Antonio Gomes
Representante dos Técnicos-Administrativos: Maria Gorete Gomes de Sá
Representante dos Discentes: Maria Alice Bandeira de Jesus
Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo campus: Vago

Campus de Porto Seguro
Diretor do campus: Ricardo Almeida Cunha *(Presidente)*
Representante da área de Ensino: Ricardo Rodrigues Mendes
Representante da área de Pesquisa: Sebastião Pinheiro G. C. Neto
Representante da área de Extensão: Verônica de Souza Santos
Representante da área de Administração: George Pacheco Pinto
Representante dos Docentes: Marcus Luciano S. de F. Bandeira
Representante dos Técnico-Administrativos: Maurício da Rocha
Representante dos Discentes: Jorge Luiz Ferreira Moreira
Representantes CSA: Vago
Representante indicado pelo campus: Joscélia Monteiro Santos de Brito

Campus de Salvador
Diretor do campus: Albertino Ferreira Nascimento Júnior *(Presidente)*
Representante da área de Ensino: Vinícius Oliveira Casais
Representante da área de Pesquisa: Cláudia Tereza Teles Farias
Representante da área de Extensão: Paulo César Andrade

Representante da área de Administração: Paulo Roberto Nilo Dantas
Representante dos Docentes: Eduardo Souza Seixas
Representante dos Técnico-Administrativos: Sílvio Freitas
Representante dos Discentes: Laise de Jesus Santos
Gabrielle Ferreira Oliveira (Suplente)
Representantes da CSA: Renilda Fátima Gonçalves de Moura
Representante indicado pelo campus: Vago

Campus de Santo Amaro
Diretor do campus: Marcos Antônio Ramos Andrade *(Presidente)*
Representante da área de Ensino: Andréa Maria Mano Amazonas
Representante da área de Pesquisa: Adriana Vieira dos Santos
Representante da área de Extensão: Jurema de Castro Sousa
Representante da área de Administração: Marcos Cícero Bittencourt Ferreira
Representante dos Docentes: Josineto de Souza Alves
Representante dos Técnico-Administrativos: André Suzart Andrade
Representante dos Discentes: Rondinelli Bispo de Trindade
Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo campus: Fernanda Santos Bastos Ribeiro

Campus de Seabra
Diretor do campus: Norma Souza de Oliveira *(Presidente)*
Representante da área de Ensino: Azamor Coelho Guedes
Representante da área de Pesquisa: Jamille Villas Boas de Souza
Representante da área de Extensão: Henrique Oliveira Andrade
Representante da área de Administração: Daniel Lopes da Silva
Representante dos Docentes: Lúcio Veimrober Júnior
Representante dos Técnico-Administrativos: Robson Luiz da Silva Menezes
Representante dos Discentes: Vago
Representante da CSA: Laura Neta Dias do Sacramento
Representante indicado pelo campus: Vago

Campus de Simões Filho
Diretor do campus: Rui Carlos de Sousa Mota *(Presidente)*
Representante da área de Ensino: Cláudia Cunha Torres da Silva
Representante da área de Pesquisa: Cainan Freitas de Jesus
Representante da área de Extensão: Marilena Meira
Representante da área de Administração: André dos Santos Almeida
Representante dos Docentes: Mônica Silveira
Representante dos Técnico-Administrativos: Luciano Novaes Souza
Representante dos Discentes: Luan da Silva Queiroz
Representante da CSA: Luís Alberto Dantas Barbosa
Representante indicado pelo Campus: Paulo Moura Bispo de Santana

Campus de Valença
Diretor do campus: Cláudio Araújo dos Reis *(Presidente)*
Diretor Pro Tempore: Ismário Antonio Miranda
Representante área de Ensino: Liz Rodrigues Cerqueira
Representante da área de Pesquisa: Paulo Roberto Tavares de Souza
Representante da área de Extensão: Antônio José Andrade Evangelista
Representante da área de Administração: Edna da Silva Hora

Representante da área dos Docentes: Erashto Felício Sousa
Representante dos Técnico-Administrativos: Carla Matos Leão
Representante dos Discentes: Esaú Santos Muniz Júnior
Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo campus: Ivan da Costa Accioly

Campus de Vitória da Conquista
Diretor do campus: Paulo Marinho de Oliveira (*Presidente)*
Representante da área de Ensino: Durval de Almeida Souza
Representante da área de Pesquisa: Selma Rozane Vieira
Representante da área de Extensão: Felizardo Adenilson Rocha
Representante da área de Administração: Maribaldo Silva Ramos
Representante dos Docentes: Wesley de Almeida Souto
Representante dos Técnico-Administrativos: Luciano Leal Santos
Representante dos Discentes: Jefferson Almeida Oliveira
Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo campus: Jaime dos Santos Filho

Diagramação da Capa
Leomir Costa

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APL	Arranjos Produtivos Locais
APUB	Associação dos Professores do Estado da Bahia
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVEA	Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem
BAHIABIO	Programa de Bioenergia da Bahia
CA	Centro Acadêmico
CAPES	Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENTEC	Centro de Ensino Técnico
CES	Câmara de Educação Superior
CIS	Centro Industrial de Subaé
CIT	Coordenação de Inovação Tecnológica
CL	Comissões Locais dos campi
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional
CONSUP	Conselho Superior
COPEX	Coordenação de Pesquisa e Extensão
CP	Conselho Pleno
CS	Comissão Sistêmica
DGCOM	Diretoria de Gestão da Comunicação
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DGTI	Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DNI	Dados Não Informados pelo Campus
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação à Distância
EBTT	Ensino Básico Técnico e Tecnológico
EDIFBA	Editora do IFBA
EDUFBA	Editora da Universidade Federal da Bahia
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FIC	Formação Inicial e Continuada
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FORPROEXT	Fórum de Pró-reitores de Extensão da Rede Federal de Educação

	Profissional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Industrial
IES	Instituição de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
JCM	Jacobina Mineração e Comércio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MFB	Mineração Fazenda Brasileira
MINTER	Mestrado Interinstitucional
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
ONG	Organização não-governamental
PAAE	Programa de Assistência ao Estudante
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PIB	Produto Interno Bruto
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PINA	Projeto de Incentivo à Aprendizagem
PIVIC	Programa Institucional Voluntários de Iniciação Científica
PNE	Pessoa com Necessidades Específicas
PPA	Plano Plurianual
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPITTI	Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação
PROAP	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PRODIN	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROSEL	Processo Seletivo
PRPGI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Rede EPCT	Rede de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia

REDE NIT NE	Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Nordeste
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia
RMFS	Região Metropolitana de Feira de Santana
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAPIENS	Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior
SEEINFO	Semana de Edificações, Eletrotécnica, Eletromecânica e Informática
SEESP	Secretária de Educação Especial
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica Profissional
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SMO	Serviço Médico-Odontológico
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAI	Unidade de Auditoria Interna
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNED	Unidade de Ensino Descentralizado

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	Número de Empresas e Empregados da Indústria de Feira de Santana, em 2012	54
QUADRO 2:	Cursos Superiores do IFBA	139
QUADRO 3:	Cursos em Fase de Solicitação de Reconhecimento ao MEC	141
QUADRO 4:	Proposta de Plano de Trabalho	241
QUADRO 5:	Recursos dos campi	246
QUADRO 6:	Recursos de custeio básico	247
QUADRO 7:	Outros recursos de custeio	248
QUADRO 8:	Recursos de investimento	249

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Campi do IFBA após a Pré-expansão	29
FIGURA 2:	Campi do IFBA após a Expansão I	30
FIGURA 3:	Campi do IFBA após a Expansão II	31
FIGURA 4:	Campi do IFBA em 2014	32
FIGURA 5:	Municípios da Região Metropolitana de Salvador	66

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	Taxas Estimadas de Crescimento 2005-2025	80
TABELA 2:	Alunos Matriculados na Educação Profissional – 2013	135
TABELA 3:	Projeção do Número de Vagas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio – IFBA	136
TABELA 4:	Projeção do Número de Matrículas no Programa PROFUNCIONÁRIO	137
TABELA 5:	Projeção do Número de Matrículas no Programa PRONATEC	137
TABELA 6:	Projeção de Alunos Matriculados na Educação Profissional Técnica de Nível Médio	138
TABELA 7:	Alunos Matriculados na Educação Superior	142
TABELA 8:	Projeção do Número de Vagas na Educação Superior	142
TABELA 9:	Projeção de Alunos Matriculados na Educação Superior	144
TABELA 10:	Projeção de Projetos de Pesquisa Científica e Tecnológica, Publicação Científica, Bolsas e Grupos de Pesquisa	149
TABELA 11:	Projeções de Números de Pedidos de Depósitos de itens de Propriedade Industrial (PI) e Contratos/Convênios que tratem da política de inovação	152
TABELA 12:	Projeções de Números de Cursos de Pós-Graduação *Lato/Stricto Sensu*	153
TABELA 13:	Projeções de Números de Vagas de Pós-Graduação *Lato/Stricto Sensu*	154
TABELA 14:	Projeção de Alunos Matriculados na Pós-Graduação	156
TABELA 15:	Desenvolvimento Tecnológico	158
TABELA 16:	Projetos Sociais	161
TABELA 17:	Estágio e Emprego	164
TABELA 18:	Cursos de Formação Inicial e Continuada	166

TABELA 19:	Alunos Matriculados nos cursos do PRONATEC	168
TABELA 20:	Projetos Culturais, Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos	169
TABELA 21:	Visitas Técnicas	170
TABELA 22:	Empreendedorismo e Associativismo	172
TABELA 23:	Projeção do Número de Docentes Efetivos por Titulação	180
TABELA 24:	Projeção do Número de Capacitação de Docente	183
TABELA 25:	Projeção do Número de Qualificação de Docentes	183
TABELA 26:	Projeção do Número de Técnico-Administrativos por Formação/Titulação	184
TABELA 27:	Projeção do Número de Técnico-Administrativos por Níveis de Cargos	187
TABELA 28:	Projeção do Número de Qualificação de Técnico-Administrativos	189
TABELA 29:	Projeção dos Programas da Política de Assistência Estudantil/ 2014-2018	209
TABELA 30:	Projeções do Programa de Apoio ao Estudante 2014-2018	215
TABELA 31:	Programas Complementares	220
TABELA 32:	Técnico–Administrativos da Gerência de Bibliotecas	226
TABELA 33:	Recursos Materiais da Gerência de Bibliotecas	226
TABELA 34:	Projeção do Número de Acervo Bibliográfico (Títulos, Exemplares e Periódicos)	226
TABELA 35:	Projeção do Número de Espaços Físicos para Estudos (salas, gabinetes) nas Bibliotecas	228
TABELA 36:	Projeção do Pessoal Técnico-Administrativo da Biblioteca	229
TABELA 37:	Projeção de Término de Obras – 2014-2018	231
TABELA 38:	Obras por campus 2014	234
TABELA 39:	Projeto de Infraestrutura Física	235

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	24
2	**PERFIL INSTITUCIONAL**	26
2.1	**Breve histórico institucional**	26
2.2	**O Instituto Federal da Bahia e a RFEPCT**	28
2.3	**Missão**	32
2.4	**Visão**	32
2.5	**Finalidades e objetivos**	33
2.5.1	Objetivos e Metas	34
2.5.1.1	Objetivos do ensino	34
2.5.2	Metas do Ensino	35
2.5.3	Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	36
2.5.3.1	Objetivos e Metas da Pesquisa	36
2.5.3.2	Objetivos e Metas da Pós-graduação	38
2.5.3.3	Objetivos e Metas da Inovação	38
2.5.3.4	Objetivos e Metas da Qualificação em nível de Pós-Graduação	40
2.5.4	Extensão Tecnológica	40
2.5.4.1	Objetivos da Extensão Tecnológica	40
2.5.4.2	Dimensões Operativas da Extensão Tecnológica	41
2.5.5	Gestão	43
2.5.5.1	Objetivos e Metas da Gestão	43
2.5.6	Áreas de Atuação Acadêmica	44
2.6	**Inserção Regional**	44
2.6.1	Campus de Barreiras	45
2.6.2	Campus de Brumado	46

2.6.3	Campus de Camaçari	48
2.6.4	Campus de Euclides da Cunha	50
2.6.5	Campus de Eunápolis	51
2.6.6	Campus de Feira de Santana	53
2.6.7	Campus de Ilhéus	55
2.6.8	Campus de Irecê	59
2.6.9	Campus de Jacobina	60
2.6.10	Campus de Jequié	61
2.6.11	Campus de Juazeiro	62
2.6.12	Campus de Lauro de Freitas	65
2.6.13	Campus de Paulo Afonso	67
2.6.14	Campus de Porto Seguro	69
2.6.15	Campus de Salvador	70
2.6.16	Campus de Santo Amaro	71
2.6.17	Campus de Santo Antônio de Jesus	72
2.6.18	Campus de Seabra	74
2.6.19	Campus de Simões Filho	75
2.6.20	Campus de Valença	76
2.6.21	Campus de Vitória da Conquista	77
2.7	**Responsabilidade Social da IES**	81
2.7.1	Campus de Barreiras	82
2.7.2	Campus de Brumado	83
2.7.3	Campus de Camaçari	84
2.7.4	Campus de Euclides da Cunha	86
2.7.5	Campus de Eunápolis	86
2.7.6	Campus de Feira de Santana	87
2.7.7	Campus de Ilhéus	89
2.7.8	Campus de Irecê	92

2.7.9	Campus de Jacobina	94
2.7.10	Campus de Jequié	95
2.7.11	Campus de Juazeiro	95
2.7.12	Campus de Lauro de Freitas	96
2.7.13	Campus de Paulo Afonso	98
2.7.14	Campus de Porto Seguro	99
2.7.15	Campus de Salvador	100
2.7.16	Campus Santo Amaro	101
2.7.17	Campus de Santo Antônio de Jesus	102
2.7.18	Campus de Seabra	103
2.7.19	Campus de Simões Filho	103
2.7.20	Campus de Valença	104
2.7.21	Campus de Vitória da Conquista	105
3	**PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**	109
3.1	**Organização Didático-Pedagógica da Instituição**	111
3.1.1	Inovações Significativas, quanto à Disponibilidade dos Componentes Curriculares	111
3.1.1.1	Oportunidades Diferenciadas de Integração Curricular	112
3.1.2	Atividades Práticas e Estágio	112
3.1.3	Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos	113
3.1.4	Incorporação de Avanços Tecnológicos	113
3.2	**Políticas de Ensino**	114
3.3	**Políticas de Extensão Tecnológica**	118
3.3.1	Fundamentos da Política de Extensão Tecnológica	119
3.4	**Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação**	121
3.5	**Políticas de Gestão**	124
3.6	**Educação a Distância**	130
3.6.1	EAD no IFBA	131

3.6.2	Objetivos e Ações da EAD	132
4	**CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO**	134
4.1	**Educação Profissional Técnica de Nível Médio**	134
4.2	**Educação Superior**	139
4.3	**Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**	146
4.3.1	Pesquisa	146
4.3.2	Pós-Graduação	147
4.3.3	Inovação	147
4.4	**Extensão Tecnológica**	157
5	**PERFIL DO CORPO DOCENTE E DO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**	175
5.1	**Composição**	176
5.1.1	Corpo Docente	176
5.1.2	Os Critérios de Eleição e Contratação	176
5.1.3	Regime de Trabalho na Carreira Docente	178
5.1.4	Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Quadro	178
5.2	**Corpo Técnico-Administrativo**	179
5.2.1	Os Critérios de Seleção e Contratação	179
5.2.2	Regime de Trabalho dos Técnico-Administrativos	179
5.3	**Políticas de Capacitação**	180
6	**ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES**	191
6.1	**Estrutura Organizacional**	191
6.2	**Órgãos Colegiados: competências e composição e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados**	201
6.3	**Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas**	207
7	**POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE**	208
7.1	**Corpo Discente**	208

7.2	**Política de Assistência Estudantil**	209
7.3	**Estímulos à Permanência**	221
7.4	**Acompanhamento dos Egressos**	221
7.5	**Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas**	222
8	**INFRAESTRUTURA**	224
8.1	**Gerência de Desenvolvimento de Bibliotecas**	225
8.2	**Biblioteca do campi**	226
8.2.1	Quantificação de Acervos por Área de Conhecimento	226
8.2.2	Espaços Físicos para Estudos nas Bibliotecas	228
8.2.3	Pessoal Técnico-Administrativo	229
8.2.4	Horário de Funcionamento	231
8.3	**Obras em Execução no IFBA**	231
8.3.1	Obras em Andamento	231
8.3.2	Espaços Físicos	235
8.4	**Recursos Tecnológicos e de Audiovisual**	238
8.5	**Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado às Pessoas com Necessidades Especiais**	238
9	**AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**	240
10	**ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**	244
11	**COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA**	250
11.1	**Missão, Visão e Valores da Comunicação Institucional**	251
11.2	**Política Sistêmica de Comunicação**	252
11.3	**Promoção e Integração Intercampi**	252
11.4	**Objetivos e Ações a Curto, Médio e Longo Prazo**	253
12	**OBJETIVOS DA DIRETORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**	257 257
12.1	**Excelência Operacional**	257

12.2 **Orientação ao Usuário** 257

12.3 **Gestão da Instituição** 257

12.4 **Futuro Organizacional** 258

13 **ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANEXO 260

REFERÊNCIAS 263

Apresentação

O presente documento tem por intuito planejar, de maneira coletiva, o quinquênio 2014-2018 e serve como norte para se pensar os projetos institucionais, levando em consideração as realidades percebidas no panorama atual, a partir dos cenários elencados e das necessidades de aprimoramento contínuo do ambiente institucional. Pode-se dizer que este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) classifica-se como uma espécie de documento-síntese, no qual se explicitam as diretrizes gerais que irão ensejar, em articulação com outras ações empreendidas, o cumprimento da missão do Instituto e do seu consequente crescimento.

O PDI traz as perspectivas ao quinquênio 2014-2018, em nove eixos básicos, quais sejam: Perfil Institucional, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos, Perfil dos Corpos Docente e Técnico-Administrativo, Organização Administrativa da IES, Política de Atendimento aos Discentes, Infraestrutura, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional e Aspectos Financeiros e Orçamentários. A gama de informações e projeções feitas no documento reflete os dados fornecidos por todo o campi que sistematizado ajudou a compor o PDI em sua totalidade, sendo discutido e validado pela comunidade da Reitoria e de todo o campi.

Nessa perspectiva, a Comissão Sistêmica buscou realizar um trabalho contundente, no sentido de permitir a todos, a participação na construção, na discussão e na validação desse Plano de Desenvolvimento Institucional, a fim de que refletisse o anseio de proporcionar ao Instituto um crescimento cada vez maior perante toda a sociedade, cumprindo, assim, sua função primordial de Instituição de Educação.

Comissão Sistêmica, junho de 2014.

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) tem se empenhado, cada vez mais, na busca de colaborar para a formação de uma sociedade mais desenvolvida, tanto econômica quanto politicamente, influenciando, dessa maneira, no desenvolvimento da Educação no Brasil. Dentre os fatores que evidenciam essa realidade, cabe mencionar a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (RFEPCT), que no caso do IFBA, alcançará, no primeiro ano de vigência deste documento, até 21 campus.

Para tanto, elaborou-se o presente PDI repleto de comprometimento com sua missão, seus valores e sua estratégia, pensando em ferramentas para subsidiar o fortalecimento de suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Com relação ao método de elaboração, o Departamento de Desenvolvimento Institucional (DDI) elaborou uma proposta de metodologia, que previa a constituição de uma comissão central na Reitoria - a Comissão Sistêmica (CS) e comissões no campi – as Comissões Locais (CL), que foram aprovadas pelo Consup[1]. A elaboração do plano foi conduzida pela coordenação geral de uma Comissão Sistêmica, composta por representantes das Pró-Reitorias, das Diretorias Sistêmicas, da Comissão Própria de Avaliação (CPA), dos docentes, dos técnico-administrativos, dos discentes e do campi, que engendraram esforços no intuito de realizar um trabalho que proporcionasse discussões em todos os segmentos da Instituição, sempre observadas as especificidades, as estratégias e as ações, procurando estimular toda a comunidade a se envolver com as questões institucionais.

O IFBA vem se destacando pela qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como da Educação superior nos cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia; pela implementação gradativa de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e do desenvolvimento de ações, objetivando a oferta de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Além disso, promove a Extensão Tecnológica com a realização de programas e projetos que têm impactado, positivamente, na inclusão e desenvolvimento social, bem como institucionalizado a Pesquisa, através do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica, do Programa de Fortalecimento à Pesquisa e Inovação, do

[1] Metodologia de construção do PDI aprovada pela Portaria nº 21/2012/Consup.

apoio aos núcleos e grupos de pesquisas cadastrados na Plataforma Lattes e credenciados pela Instituição.

O PDI tem como base legal uma ampla gama de normas jurídicas regulamentadoras, dentre as quais se destacam: das diretrizes gerais para a educação nacional; do credenciamento e oferta de cursos em todos os níveis, seus métodos de avaliação dos cursos e das instituições de ensino, bem como regras referentes à criação, estruturação e funcionamento das Instituições integrantes da Rede Federal de Educação, conforme Anexo I – Legislação Aplicável ao IFBA.

A importância de tal documento evidencia-se pelo tratamento disposto pela legislação pátria referente à Avaliação Institucional, que o colocou como condição *sine qua non* no processo de avaliação das IES que, obrigatoriamente, deverá ser apresentado pelas mesmas, no momento em que solicitarem ao MEC o credenciamento ou recredenciamento da Instituição, a autorização de funcionamento de Cursos Superiores de Graduação Tecnológica e Sequenciais.

Ademais, o IFBA oferta outros cursos superiores além dos de tecnologia. O credenciamento da Instituição para a oferta de Educação a Distância e a autorização de Cursos fora do campus para as universidades configuram-se, ainda, como requisitos indispensáveis para a participação em programas e editais de seleções públicas de órgãos e agências de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação. Assim sendo, este plano deve ter como norte possibilitar projeções desejáveis a curto, médio e longo prazo, que sejam fiéis às perspectivas do Instituto e que tragam metas possíveis de execução, a serem trabalhadas e vencidas ao longo dos cinco anos futuros.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

O IFBA integra a RFEPCT, instituída pela Lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008, que tem o objetivo de estender-se a todos os estados brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial (FIC) até a formação em nível de pós-graduação *Stricto-Sensu* (mestrado e doutorado).

2.1 Breve histórico institucional

De acordo com o levantamento realizado na construção do PDI 2009-2013 do IFBA, este tem sua origem na Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia, que foi criada em 1909 pelo Decreto de n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha, com outras 19 escolas distribuídas pelo País. As suas primeiras instalações foram inauguradas no Edifício do Centro Operário, com 40 alunos distribuídos nos cursos de: Alfaiataria, Encadernação, Ferraria, Sapataria e Marcenaria, cursos estes que, certamente, reportam ao tipo de industrialização da Cidade do Salvador do início do Século. Em 1911, a Escola foi transferida para um prédio público no Largo dos Aflitos, cedido pelo Ministério da Guerra. No dia 2 de julho de 1923, centenário da libertação da Bahia, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio em terreno próximo ao largo da Lapinha, no bairro do Barbalho e, em 1º de maio de 1926, transferiu-se a escola para o novo edifício (PDI, 2009-2013).

Os dois primeiros Cursos Técnicos surgiram em 1942: Desenho de Arquitetura e Desenho de Máquinas e de Eletrotécnica. Neste período, a Escola passou a denominar-se Escola Técnica de Salvador. Na gestão do Prof. José de Macedo (1952) foram extintos todos os cursos e criados os Cursos de Pontes e Estradas e Edificações. Na década de 1960, a Instituição passou por uma grande transformação, tendo a sua área construída, aumentada em mais de 50%, ou seja, aumentou em 5.500m². Ainda neste período, foram criados os Cursos de Eletrotécnica, Química e Mecânica, cursos estes formatados após uma pesquisa do mercado de trabalho da época. Em 1965, as Escolas Técnicas se modernizaram, tendo a Escola da Bahia recebido o maior número de itens, cerca de 50% do total de itens que foram adquiridos.

A partir de 1972, em função da Lei nº 5.692, a Escola sofreu a sua segunda grande transformação: passou à seriação semestral e foram implantados os Cursos de Saneamento, Instrumentação, Metalurgia e Telecomunicações e, em 1975, foi criado o Curso de Geologia. Ainda neste período, a escola passou por reestruturação na parte administrativa com a implantação do Regimento Interno da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA) e a criação dos Departamentos Acadêmicos.

No final dos anos oitenta e início dos anos noventa, mudou-se o tipo de seriação dos cursos técnicos que passaram de semestral para anual, aumentando para quatro anos o tempo de integralização dos cursos. Em setembro de 1993 com a Lei nº 8711, a ETFBA é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA) incorporando o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC-BA), ampliando assim os seus cursos. Além de formar Técnicos de Nível Médio, passou a formar Tecnólogos na modalidade de Graduação de Nível Superior com a oferta dos cursos de: Administração Hoteleira, Manutenção, Petroquímica, Manutenção Elétrica, Manutenção Mecânica, Telecomunicações e Processos Petroquímicos. Em 1996, com a finalização da oferta dos Cursos de Tecnologia, a Instituição deu início ao curso de Bacharelado em Administração e das Engenharias Industrial Elétrica e Industrial Mecânica. Posteriormente, ampliou a oferta para os cursos superiores de Engenharia Elétrica, de Engenharia Química, de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Radiologia e de Licenciaturas. Em 2002, a proposta do projeto para o Curso Superior de Tecnologia em Processos de Polimerização foi reconhecida com o conceito B por Comissão Avaliadora da SETEC/MEC. O curso tinha como objetivo atender as unidades industriais da região metropolitana de Salvador, priorizando a formação de profissionais para ocupação das funções e postos de trabalho de diretor, supervisor, coordenador, assessor, perito, consultor e operador no âmbito das atribuições do curso.

As mudanças ocorridas nas últimas três décadas com as Leis nº 5.692/71 (Educação Profissionalizante Compulsória); nº 7.044/82 (Educação Profissionalizante Facultativa); nº 8.948/94 (criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica), através das quais o então CEFET-BA expandiu-se com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs): a Portaria Ministerial nº 1.135, de 1º de agosto de 1994, criou a UNED - Barreiras; a Portaria

Ministerial nº 1.718, de 15 de dezembro de 1994, criou a UNED - Vitória da Conquista; a Portaria Ministerial nº 1.719, de 15 de dezembro de 1994, criou a UNED - Eunápolis e a Portaria Ministerial nº 1.720, de 15 de dezembro de 1994, criou a UNED - Valença.

Em 2004, com a publicação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, se restabelecem os Cursos Técnicos na Modalidade Integrada. O Decreto nº 5.478/ de 24 de junho de 2005 substituído pelo Decreto nº 5840/2006 institui, no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

2.2 O Instituto Federal da Bahia e a RFEPCT

O IFBA, historicamente, oferece um espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante. A sua identidade vem sendo, continuamente, construída a partir de uma gestão democrática com objetivos de qualificar a educação pública e ampliar as oportunidades de acesso à escola para a população que esteve excluída do atendimento educacional (SANTANA, 2013). A partir de 2008, através da formação da RFEPCT, o Governo Federal inicia a implantação dos pilares para os Institutos Federais.

Conforme o art 2º da lei 11892/08, os Institutos Federais são instituições de ensino básico, profissional e de ensino superior, pluricurriculares e multicampi, tecendo um olhar novo à educação superior e profissional do país. Esse novo olhar já inicia-se contemplado na Identidade Visual dos Institutos Federais. Segundo alguns autores, o ícone dessa nova identidade visual expressa para o homem características de integração e funcionalidade, sendo que passa a demonstrar seu pensamento de uma maneira diferente, mais enérgica e com mais força. A imagem é formada por um círculo vermelho e de quadrados, sendo que a dinâmica do desenho faz com que as peças se encaixem, dando a impressão de uma rede, com o verde dando a ideia de integração e harmonia. Isso demonstra a preocupação de instituições de educação em formar o ser humano mais integrado.

Além das mudanças da Identidade Visual, a implementação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica está associada ao conjunto de políticas do governo para a educação.

Com a formação da Rede Federal, o governo lança o plano de expansão, fortalecendo as unidades descentralizadas de ensino do antigo CEFET, agora campus da Pré-Expansão da Rede Federal, localizados nos municípios de Barreiras, Eunápolis, Valença e Vitória da Conquista, conforme Figura 1.

FIGURA 1 - Campi do IFBA após a Pré-Expansão



Fonte: Gomes,2013.

De acordo com o MEC, a expansão da Rede Federal consubstancia três dimensões: A primeira é social, sendo o atendimento aos municípios mais populosos e com baixa receita per capita e com um percentual elevado de pobreza. Na segunda dimensão, a geográfica, pretende atender os municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas, com o intuito da interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Superior. Já a terceira dimensão, a de

desenvolvimento, integra municípios com arranjos produtivos locais identificados em torno de grandes investimentos.

Após a criação dos Institutos Federais em 2008, o Governo Federal, com um decreto presidencial na gestão do presidente Luis Inácio da Silva, implementa a expansão I, abrangendo os municípios de Santo Amaro, Simões Filho, Porto Seguro e Camaçari. A Figura 2 ilustra a citada expansão.

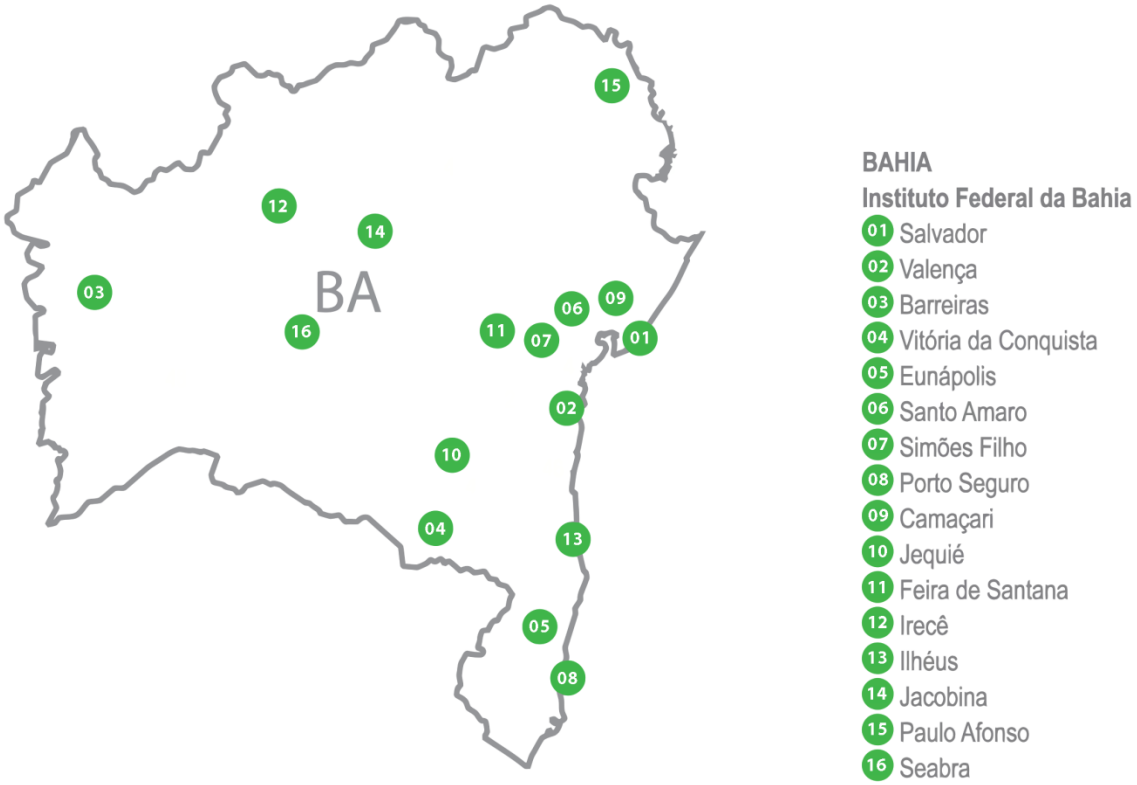
FIGURA 2 - Campi do IFBA após a Expansão I



Fonte: Gomes,2013.

A expansão II é lançada com a chamada pública de propostas do MEC/SETEC nº 001/2007, para apoio ao Plano de Expansão da rede Federal. Nesse momento, o IFBA foi incumbido de implantar mais sete escolas nos municípios de Paulo Afonso (prédios existentes foram reformados e adaptados), Jequié, Irecê, Jacobina, Ilhéus, Feira de Santana e Seabra, cujas edificações foram construídas em terrenos doados pelos municípios (GOMES, 2013).

FIGURA 3 - Campi do IFBA após a Expansão II



Fonte: Gomes,2013.

De acordo com as normas do relatório de avaliação dos Programas de Governo, em 16 de agosto de 2011 é anunciada pela presidente Dilma Rousseff a nova fase da expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional Tecnológica. Proclamou-se a criação de novas escolas nas 27 unidades da Federação, com o critério de escolha dos municípios com mais de 50.000 habitantes e com Arranjos Produtivos Locais (APL), assim como os que apresentam alto índice de extrema pobreza. Após a assinatura de um termo de compromisso entre o governo e os municípios, ocorreu a contrapartida municipal que seria a doação de terrenos para a construção das novas escolas.

Ao IFBA foi concedida a responsabilidade de construir os campus novos nos seguintes municípios baianos: Euclides da Cunha, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro e Lauro de Freitas. A Figura 4 mostra os campus que fazem parte da citada expansão.

FIGURA 4 - Campi do IFBA em 2014



Fonte: Gomes, 2013

Tais medidas destinam-se a ser um instrumento da garantia da efetivação dos objetivos e finalidades do IFBA consubstanciados na sua visão e missão nas leis e regulamentos que lhe dão forma.

2.3 Missão

> *"Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país".* (IFBA, 2009).

2.4 Visão

Transformar o IFBA em uma Instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no País, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o

número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação tecnológica.

2.5 Finalidades e objetivos

As finalidades e características do IFBA como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, estão delimitadas na legislação específica, que cria a Rede Federal e os Institutos Federais, qual seja a Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. São elas:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Com relação aos objetivos do IFBA, têm-se no artigo 7º da referida lei:

I. Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
VI. Ministrar em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia; cursos de licenciatura; cursos de bacharelado e engenharia; cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização; cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado (BRASIL, 2008).

2.5.1 Objetivos e Metas

2.5.1.1 Objetivos do Ensino

2.5.1.1.1 Organizar e planejar, com foco nos elementos pedagógicos, objetivando a capacitação e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

2.5.1.1.2. Orientar a implantação e a modernização de espaços de ensino e aprendizagem, levando em consideração a qualidade dos mesmos;

2.5.1.1.3 Criar mecanismos para redução da evasão e retenção, com estímulo à permanência e êxito;

2.5.1.1.4 Orientar a adequação dos espaços escolares às necessidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

2.5.1.1.5 Garantir os tempos necessários e a adequação metodológica das atividades escolares dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

2.5.1.1.6 Possibilitar a capacitação dos servidores para o desenvolvimento das atividades acadêmicas voltadas às pessoas com necessidades específicas;

2.5.1.1.7 Manter as ações que promovem o ingresso de estudantes oriundos de segmentos socioeconômicos em vulnerabilidade social, grupos historicamente excluídos e pessoas com necessidades específicas;

2.5.1.1.8 Ampliar as ações voltadas para a permanência de estudantes oriundos de segmentos socioeconômicos em vulnerabilidade social, grupos historicamente excluídos e pessoas com necessidades específicas.

2.5.1.2 Metas do Ensino

2.5.1.2.1 Revisar as Normas Acadêmicas da Educação Profissional de Nível Médio e do Ensino Superior, adequando-as ao Projeto Pedagógico Institucional no ano de 2014;

2.5.1.2.2 Elaborar, em 2014, normatização para criação, alteração, suspensão de oferta e extinção de cursos;

2.5.1.2.3 Incentivar a adequação de todos os planos de curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio à Resolução CNE/CEB nº 06/2012 até o ano de 2016;

2.5.1.2.4 Solicitar, a partir do segundo semestre de 2014, estudos sistemáticos das demandas regionais em todas as localidades nas quais o IFBA esteja presente ou venha a implantar novo campus ou Núcleo Avançado para orientar a criação de novos cursos e avaliação da viabilidade daqueles já existentes em 2015;

2.5.1.2.5 Propor uma normatização que institua indicadores de qualidade do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento de uma Política de Avaliação, em 2016;

2.5.1.2.6 Implantação do Departamento de Permanência e Assistência Estudantil na Pró-Reitoria de Ensino no segundo semestre de 2014;

2.5.1.2.7 Criar programas que promovam a construção de conhecimentos fundamentais para os alunos ingressantes no Instituto, em todas as modalidades e formas de ensino entre 2014 e 2016;

2.5.1.2.8 Normatizar as possibilidades de atendimento especializado voltado para as pessoas com necessidades específicas e acompanhar a implementação dessas normas, a partir de 2015;

2.5.1.2.9 Implantar, até 2016, os NAPNEs nos campi;

2.5.1.2.10 Elaborar uma proposta de curso de capacitação dos servidores para atendimento das pessoas com necessidades específicas e recomendar a execução pela Diretoria de Gestão de Pessoas - em 2017;

2.5.1.2.11 Intensificar as ações de divulgação do Processo Seletivo junto ao público oriundo de segmentos socioeconômicos em vulnerabilidade social, grupos historicamente excluídos e pessoas com necessidades específicas, a fim de ampliar o número de matrículas desse público em 20%, ao longo de dois anos (2014 e 2015);

2.5.1.2.12 Implementar a Política de Assistência Estudantil em 2014;

2.5.1.2.13 Implantar um sistema acadêmico unificado em todos os campi e na Reitoria, em 2014;

2.5.1.2.14 Orientar os campi para que garantam a estrutura mínima de funcionamento dos setores de registros acadêmicos até 2016;

2.5.1.2.15 Garantir a estrutura física e de servidores para o Departamento de Seleção de Alunos em 2014.

2.5.3 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

A pesquisa científica, o ensino em nível de pós-graduação e a inovação tecnológica são dimensões da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPGI). A qualificação do servidor, em nível de pós-graduação, configura a quarta dimensão da PRPGI. Essas dimensões são compreendidas como partes de um todo, que dialogam permanentemente e atuam de forma relacionada, integrada e dinâmica, bem como se caracterizam pelas suas especificidades.

2.5.3.1 Objetivos e metas da pesquisa

2.5.3.1.1 Estimular a pesquisa e a investigação científica, mirando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura;

2.5.3.1.2 Desenvolver a curiosidade e o perfil investigativo nos estudantes do IFBA, a partir de práticas escolares que potencializem o pensamento crítico e autônomo;

2.5.3.1.3 Estimular as atividades criadoras de docentes e discentes e estender seus benefícios à comunidade, promovendo desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural, político e ambiental;

2.5.3.1.4 Consolidar a pesquisa em áreas do conhecimento, concebidas como estratégicas para o IFBA, de acordo com os programas governamentais norteadores, no que tange ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil;

2.5.3.1.5 Consolidar a pesquisa, no âmbito dos grupos de pesquisa credenciados, que conduzam a criação de programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados profissionais e acadêmicos e doutorados), garantindo a verticalidade do ensino no IFBA;

2.5.3.1.6 Apoiar a divulgação e difusão do conhecimento científico e tecnológico por meio de apoio financeiro ao pesquisador, para participação em eventos científicos e publicações em periódicos científicos;

2.5.3.1.7 Fomentar a publicação bibliográfica dos pesquisadores do IFBA, por meio de apoio às revistas institucionais: revista ETC e revista eletrônica Pindorama;

2.5.3.1.8 Publicar, pelo menos, 04 (quatro) números da revista ETC;

2.5.3.1.9 Implementar as estruturas necessárias para o funcionamento da editora do IFBA, a EDIFBA;

2.5.3.1.10 Estimular a pesquisa interinstitucional e intercampi, fortalecendo a parceria com entidades e órgãos financiadores do Estado da Bahia e da Federação;

2.5.3.1.11 Fomentar as pesquisas aplicadas desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisa credenciados, visando ao empreendedorismo, ao cooperativismo, ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas;

2.5.3.1.12 Manter e ampliar o Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFBA;

2.5.3.1.13 Ampliar em 10% o número de bolsas de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica;

2.5.3.1.14 Consolidar e ampliar o Programa de Fortalecimento à Pesquisa e Inovação, voltados ao fomento a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, por meio da publicação de editais internos;

2.5.3.1.15 Publicar três edições do programa de bolsa pesquisador, no âmbito do Programa de Fortalecimento à Pesquisa e Inovação, com concessão de, pelo menos, 60 bolsas;

2.5.3.1.16 Publicar três edições do programa Pró-pesquisa, no âmbito do Programa de Fortalecimento à Pesquisa e Inovação, destinado a todos os grupos de pesquisa credenciados do IFBA;

2.5.3.1.17 Publicar três edições do programa de bolsa pesquisa e inovação, no âmbito do Programa de Fortalecimento à Pesquisa e Inovação, destinado a pesquisadores inventores que possuam projetos com possibilidade de geração de produtos e processos tecnológicos.

2.5.3.2 Objetivos e metas da pós-graduação

2.5.3.2.1 Fomentar a implantação de doze cursos de pós-graduação l*ato sensu* nos campi, cujos projetos estejam alinhados às demandas locais e/ou regionais e com as áreas estratégicas para a Instituição, definidas aqui como áreas prioritárias: Energia e Meio Ambiente; Engenharias; Educação e Tecnologias Educacionais; Tecnologia da Informação e comunicação; Ciências Exatas e da Terra;

2.5.3.2.2 Apoiar a elaboração de quatro projetos de mestrado e um doutorado nas áreas estratégicas para aprovação no CONSUP e submissão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);

2.5.3.2.3 Fomentar a criação de três cursos de mestrado e um curso de doutorado por meio da elaboração de um plano de ação de curto e médio prazo visando à construção da proposta do curso de acordo com as diretrizes definidas pela Capes;

2.5.3.2.4 Aumentar o número de docentes do IFBA no corpo permanente no Doutorado Multi-institucional, Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, do qual o IFBA faz parte;

2.5.3.2.5 Ampliar a atuação de pesquisadores do IFBA no corpo docente de programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições parceiras.

2.5.3.3 Objetivos e metas da inovação

2.5.3.3.1 Consolidar a política de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e inovação (PPITTI) do IFBA, já aprovada em caráter experimental;

2.5.3.3.2 Difundir a cultura sobre propriedade intelectual e da transferência de tecnologia e inovação tecnológica em toda a comunidade acadêmica;

2.5.3.3.3 Produzir, pelo menos, três publicações bibliográficas na área de inovação tecnológica, destinadas à difusão da cultura da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia;

2.5.3.3.4 Incentivar a implantação de componentes curriculares relacionados à inovação e ao empreendedorismo, nos cursos técnicos e superiores do IFBA;

2.5.3.3.5 Ofertar, pelo menos, seis cursos voltados à capacitação aos pesquisadores em temas relacionados à propriedade intelectual nos campi do IFBA;

2.5.3.3.6 Ofertar, pelo menos, seis cursos voltados à capacitação dos pesquisadores em temas relacionados à transferência de tecnologia nos campi do IFBA;

2.5.3.3.7 Fomentar e fortalecer as parcerias do IFBA com órgãos governamentais, empresas e sociedade;

2.5.3.3.8 Gerenciar todos os processos de pedidos de propriedade intelectual do IFBA;

2.5.3.3.9 Manter todos os títulos de bens intangíveis, já protegidos, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI);

2.5.3.3.10 Gerenciar, apoiar e acompanhar todas as solicitações de transferência de tecnologia, envolvendo ativos intangíveis do IFBA, já protegidos, bem como os termos de exploração econômica que advirem da transferência;

2.5.3.3.11 Ampliar em 20% o número de ativos intangíveis protegidos a cada ano;

2.5.3.3.12 Gerenciar e apoiar toda a demanda para abertura de novos processos de propriedade industrial oriundos da criação e pesquisa dos servidores do IFBA;

2.5.3.3.13 Implantar o pólo de inovação do IFBA, atendendo aos critérios da SETEC/MEC e em consonância ao estabelecido pela Empresa Brasileira de Inovação Industrial;

2.5.3.3.14 Regulamentar a criação de ambientes de inovação no IFBA com a elaboração e aprovação de regulamento geral próprio fundamentado nas boas práticas e na legislação pertinente;

2.5.3.3.15 Realizar a celebração de, pelo menos, oito contratos/convênios de pesquisa e desenvolvimento, com parceiros públicos e privados, ou outros tipos de acordos correlatos;

2.5.3.3.16 Estimular a parceria do IFBA com micro e pequenas empresas, com vista à criação de ambientes de inovação, nos quais o pesquisador do IFBA esteja envolvido diretamente no desenvolvimento de produtos, processos e serviços.

2.5.3.4 Objetivos e metas de qualificação em nível de pós-graduação.

2.5.3.4.1 Fomentar a realização de quatro cursos de qualificação, mestrado e doutorado, que atendam aos servidores do IFBA nas áreas de conhecimento consideradas estratégicas;

2.5.3.4.2 Qualificar 80 servidores em cursos de doutoramento, promovidos em parceria com instituições que possuam programas de pós-graduação em áreas de interesse para a instituição;

2.5.3.4.3 Qualificar 40 servidores em cursos de mestrado, promovidos em parceria com instituições que possuam programas de pós-graduação em áreas de interesse para a instituição;

2.5.3.4.4 Ofertar 20 bolsas de estudos para mestrado e doutorado, por meio de editais internos, a servidores já matriculados em cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pela Capes.

2.5.4 Extensão Tecnológica

2.5.4.1 Objetivos da Extensão Tecnológica

As atividades de extensão do IFBA são desenvolvidas com os seguintes objetivos:

2.5.4.1.1 Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade;

2.5.4.1.2 Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar, sistemática e periodicamente, projetos e programas multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional;

2.5.4.1.3 Propiciar ao estudante o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artístico-cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social;

2.5.4.1.4 Propiciar à sociedade o acesso ao IFBA, por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços, da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que garantam os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional;

2.5.4.1.5 Complementar a relação IFBA/Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de ideias e vivências;

2.5.4.1.6 Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre a extensão e as atividades de ensino e pesquisa;

2.5.4.1.7 Viabilizar ações, projetos e programas de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico de extensão, como também de ensino e de pesquisa;

2.5.4.1.8 Incentivar ações permanentes voltadas para a formação inicial e continuada de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais e federais, bem como no âmbito da iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos.

2.5.4.2 Dimensões operativas da Extensão Tecnológica

Com base no levantamento realizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia – FORPROEXT identificou-se a necessidade de se construírem novos parâmetros que orientam o fazer acadêmico da extensão tecnológica, na qual foram propostas dimensões operativas que transversalizam as áreas do conhecimento e os eixos

tecnológicos organizados a partir do conjunto de ações desenvolvidas ao longo dos 100 anos de história da Rede EPCT, descritas a seguir:

Desenvolvimento Tecnológico: projetos de pesquisa aplicada no desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico de produtos, bem como a prestação de serviços em parceria com instituições públicas ou privadas nacionais e internacionais com interface de aplicação no mundo produtivo.

Projetos Sociais: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, relações étnico-raciais, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

Estágio e Emprego: compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização pedagógica e administrativa dos mesmos.

Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada (**FIC)**: ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância planejada para atender demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.

Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos: compreende ações referentes a eventos técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo à participação da comunidade externa e/ou interna.

Visitas Técnicas: atividade educacional supervisionada, cujo objetivo principal é promover uma maior interação dos estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

Empreendedorismo e Associativismo: difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo, por meio de programas institucionais.

Acompanhamento de Egressos: constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

2.5.5 Gestão

2.5.5.1 Objetivos e metas da Gestão

2.5.5.1.1 Estabelecer o planejamento participativo anual com todos os segmentos da instituição para definir as atividades da gestão, com tratamento igualitário para todos os setores;

2.5.5.1.2 Assegurar os espaços de atuação das entidades representativas dos estudantes e servidores;

2.5.5.1.3 Adotar o orçamento participativo como requisito primordial para o desenvolvimento das condições que garantam um ensino de qualidade;

2.5.5.1.4 Criar, manter e aperfeiçoar o serviço médico, odontológico e de enfermagem, com qualidade, em todos os campi durante os três turnos;

2.5.5.1.5 Manter ciclos periódicos de avaliação institucional;

2.5.5.1.6 Manter ciclos periódicos de avaliação de desempenho dos servidores;

2.5.5.1.7 Reafirmar as políticas de atendimento aos estudantes aumentando o número de bolsas de iniciação científica, de extensão e de estágio;

2.5.5.1.8 Garantir assistência psicossocial à comunidade interna do IFBA;

2.5.5.1.9 Divulgar o orçamento executado, anualmente, por campi, detalhando a captação e aplicação de recursos por setores da instituição;

2.5.5.1.10 Promover o desenvolvimento profissional dos servidores docentes e técnico administrativos, mediante a valorização e a capacitação dos mesmos;

2.5.5.1.11 Estabelecer uma Política de Capacitação e Desenvolvimento Pessoal dos Servidores;

2.5.5.1.12 Criar uma Política de Diversidade e Inclusão;

2.5.5.1.13 Implementar um programa permanente de avaliação e acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

2.5.6 Áreas de Atuação Acadêmica

O IFBA atua ofertando os seguintes níveis de educação e ensino nas modalidades presencial e educação a distância (EAD): Educação Profissional e Tecnológica abrangendo os seguintes cursos – Formação Inicial e Continuada (FIC), Educação Profissional, Técnica de Nível Médio e Tecnológico; Educação Superior de Graduação – Bacharelado e Licenciatura, Pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e Educação Básica na forma de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como também realiza Pesquisa e Inovação, com ênfase na área de Tecnologia e Extensão.

2.6 Inserção Regional

O IFBA está localizado na Bahia, quinto estado do país em extensão territorial, correspondente a 36,34% da Região Nordeste. O IFBA é multicampi, por definição já expressa na Lei de criação dos Institutos Federais. A sua primeira localização geográfica é registrada em Salvador, provisoriamente no Pelourinho, posteriormente passou para o Largo dos Aflitos e em 1926 teve sua sede inaugurada no Barbalho (GOMES, 2013).

Após sucessivas mudanças nas concepções de educação profissional e nas políticas públicas que nortearam tais práticas educativas, a instituição transformou por várias vezes a sua estrutura, finalidades e, inclusive, nomenclatura, chegando à condição de Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET – BA).

A expansão da Rede Federal com o objetivo de levar a educação técnica e tecnológica para a população, a qual está inserida em regiões que apresentam municípios populosos e com baixa receita per capita, promovendo o desenvolvimento social e regional nas localidades, criou os Institutos Federais. Expõem-se a seguir os olhares de cada campus sobre a sua inserção regional no território baiano.

2.6.1 Campus de Barreiras

A Região Oeste da Bahia fica à margem esquerda do Rio São Francisco, banhada pelas bacias dos rios Grande, Preto, Corrente e Carinhanha, formada por 29 rios perenes. Geograficamente está inserida na região mais rica em recursos hídricos do Nordeste Brasileiro. Graças a esta privilegiada bacia hidrográfica, à topografia plana e ao clima com duas estações bem definidas (seca e chuvosa), foram possíveis a expansão das lavouras de sequeiro e a implantação dos projetos de irrigação, especialmente nos municípios de Barreiras e São Desidério. O Oeste da Bahia é composto por 23 municípios, rodeado de uma vegetação típica do cerrado, com solos originalmente arenosos e baixa fertilidade, mas com o avanço tecnológico da agricultura, cresceu muito em produtividade. Barreiras possui 16,2 milhões de hectares em área total, o Oeste Baiano possui 9,1 milhões de hectares de bioma cerrado, dos quais 1,9 milhão destinam-se a reservas legais e 1,7 milhão à preservação permanente. Com possibilidade de uso agrícola, há um total de 5,5 milhões de ha, com boa pluviosidade em 4,6 milhões de ha.

A cidade de Barreiras conhecida nacionalmente pela força econômica na produção de grãos, no comércio e ofertas de serviços, é um importante polo agropecuário e o principal centro urbano, político, educacional, tecnológico econômico, turístico e cultural da Região Oeste da Bahia. As condições de clima, solo e luminosidade do Oeste da Bahia favoreceram ao desenvolvimento de um *mix* diversificado de culturas, que tem como âncoras a soja, o algodão, o milho e o café irrigado. Mas, ainda há outras culturas como feijão, sorgo, capim, arroz, frutas e pecuária, que vêm ganhando espaço, graças à grande aptidão local.

A safra 2012/2013 foi marcada por novo avanço de área agrícola, alcançando 2,251 milhões hectares cerca de 10,5% superior à safra 2011/12, que havia registrado 2,037 milhões de hectares. As principais culturas que compuseram a área plantada, nas condições de sequeiro e irrigado, nesta safra, foram a Soja (1,285 milhões ha), Algodão (256,1 mil ha) e Milho (248,0 mil ha). Também fazem parte da matriz produtiva do Oeste outras culturas que somadas, alcançam cerca de 374 mil ha, correspondentes a 16,8% da área total. São elas: Arroz, Feijão (Pérola), Feijão Vigna (gurutuba), Capim, Sorgo, Café, Eucalipto e áreas em pouso.

No eixo educacional, o município conta com 44 estabelecimentos de educação pré-escolar e alfabetização, 128 de Ensino Fundamental, 16 de Ensino

Médio, uma Universidade Federal, uma Universidade Estadual, um Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, além de várias unidades de ensino superior da rede particular.

A cidade de Barreiras desfruta de um destaque regional em virtude de sua localização geográfica e potencial econômico. Conquistou a sua posição de METRÓPOLE REGIONAL, e se confirma como referência para a região oeste da Bahia.

2.6.2 Campus de Brumado

A região de Brumado era, primitivamente, habitada por indígenas bravios. Por volta de 1813, o capitão Francisco de Sousa Meira, seguido de turmas de aventureiros, procedente de Minas do Rio de Contas, atravessou o rio Brumado, chegando à foz do Rio do Antônio, sendo constituída a fazenda Bom Jesus do Campo Seco. Mais tarde, formou-se uma povoação com a denominação de Bom Jesus dos Meiras, distante três léguas aproximadamente da referida fazenda. Com o desenvolvimento da agricultura e pecuária, a povoação passou a ser freguesia no ano de 1869. Em 1877, recebeu a categoria de Vila. Teve então o topônimo mudado para Brumado em 1931, por ser o Município banhado pelo rio do mesmo nome.

O município de Brumado possui uma área total de 2.174km², estando na mesorregião Centro Sul Baiano, faz divisa com os seguintes municípios: Aracatu, Caraíbas, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento do Brumado, Malhada de Pedras, Rio de Contas, Rio do Antônio, Tanhaçu.

Conforme, o Plano Municipal de Educação (2010-2020), elaborado pela Prefeitura Municipal de Brumado, a região em que se encontra o Rio do Antônio é caracterizada por um baixo índice pluviométrico, vegetação de caatinga, atividade agrícola de subsistência, pecuária em pequena escala, com predominância de mineração.

O município de Brumado possui uma população estimada em 68.776 habitantes, sendo que 30.520 pessoas representam a população economicamente ativa da cidade, conforme pesquisa realizada pelo IBGE em 2013. O município possui mais de 70 unidades de ensino de nível fundamental, médio e superior tendo como IDH 0,656. Em relação aos outros municípios do Brasil, Brumado apresenta

uma situação intermediária: ocupa a 3107ª posição, sendo que 3106 municípios (56,4%) estão em situação melhor e 2400 municípios (43,6%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Brumado apresenta uma situação boa: ocupa a 32ª posição, sendo que 31 municípios (7,5%) estão em situação melhor e 383 municípios (92,5%) estão em situação pior ou igual.

Trata-se de um município que tem crescido nas últimas décadas tanto no setor de serviços quanto no industrial, o que representa atualmente mais de 50% do PIB do município, principalmente em função do setor de mineração, que constitui uma das maiores fontes de circulação de capital na cidade.

No setor de Educação Profissional, o município de Brumado já dispôs de cursos de educação profissional ainda no final da década de 90. Depois deste período, o município veio a receber, novamente, cursos na área técnica no ano de 2008, quando foi instalado no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães o curso de Técnico em Administração integrado ao nível médio, sendo realizado em quatro anos, atendendo a um currículo que contempla tanto a formação técnica quanto a geral do educando.

Em 2009 foi instalado um núcleo avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA – campus Vitória da Conquista, por meio de um convênio com o Município de Brumado. O núcleo avançado do IFBA em Brumado, com a publicação no Diário Oficial da União do dia 08 de outubro de 2013, da Portaria nº 993 de 07 de outubro de 2013, passa a ser reconhecido como Campus Brumado, por meio da autorização do Ministro de Estado da Educação.

Os cursos oferecidos atualmente são: Técnico Subsequente em Informática, Técnico Subsequente em Edificações e Técnico Subsequente em Mineração.

O avanço e a dinamização, proporcionados pela instalação dos cursos técnicos, abrem novas possibilidades de formação e mercado para a população brumadense. O município segue com o objetivo de firmar convênios com instituições públicas e privadas de educação profissional, assegurando campos de estágio para os alunos e incentivando a inserção no mercado de trabalho.

2.6.3 Campus de Camaçari

Do ponto de vista histórico, a cidade de Camaçari começou a surgir às margens do Rio Joanes, em 1558, com a formação da Aldeia do Divino Espírito Santo, pelos jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues. Em seguida, instalou-se a Companhia de Jesus, espaço para catequização dos índios tupinambás, que viviam na região.

Em 1624, a Aldeia do Divino Espírito Santo desempenhou um papel importante na expulsão dos holandeses, que chegaram à Bahia, sob a liderança do bispo D. Marcos Teixeira. Várias autoridades foram acolhidas na vila e organizaram as tropas de resistência, juntamente com os índios, expulsando, um ano depois, os invasores.

A emancipação da cidade Camaçari ocorreu em 28 de setembro de 1758, por meio de decreto do Marquês de Pombal, que alterou o nome do povoado para Vila de Nova Abrantes do Espírito Santo, que depois passou a ser denominada de Vila de Abrantes, e expulsou os jesuítas que viviam na região.

Mas foi em 1920 que o distrito de Camaçari foi criado, desmembrado de Abrantes. O então governador Francisco Marques de Góes Calmon muda a sede do município de Abrantes para Camaçari, que passa a ser vila. Cinco anos depois, passa a se chamar Montenegro, em homenagem ao desembargador.

Finalmente, em 1938, o município é chamado de Camaçari, através do decreto 10.724, de 30 de março. O nome, que inicialmente se escrevia Camassary, tem origem tupi-guarani. O significado é “árvore que chora”, devido às folhas ficarem cobertas de gotículas. Com o documento, o município ficou sendo formado pela sede e os distritos de Vila de Abrantes, Monte Gordo e Dias D'Ávila, este último emancipado em 1985[2].

A cidade de Camaçari destaca-se como uma das mais promissoras do país, por causa de sua diversidade de riquezas naturais, econômicas, históricas e culturais. Com uma população de mais de 242.970 habitantes, sendo 231.973 pessoas formando a população urbana e 10.997 de moradores da zona rural (IBGE), e 785km^2 de área, está estrategicamente situada a 41km de Salvador, próxima ao

[2] http://www.camacari.com.br/historia.php

porto de Aratu e ao Aeroporto Internacional de Salvador. Camaçari faz parte da Região Metropolitana de Salvador, limitando-se com os municípios de Mata de São João, Lauro de Freitas, Simões Filho e Dias D' Ávila. Fazem parte de Camaçari os distritos de Monte Gordo, Vila de Abrantes e Parafuso.

Do ponto de vista econômico, Camaçari é um dos mais ricos municípios do Nordeste, com uma economia baseada no Polo Industrial. Com centenas de empresas químicas, petroquímicas e de vários outros ramos de atividade, como indústrias automotivas, metalúrgicas, têxtil, de bebidas, entre outras, se constitui no maior complexo industrial do Hemisfério Sul. Cursos foram implantados de modo a atender uma grande demanda de mercado de profissionais qualificados nessas áreas, existente tanto nas empresas locais como na região metropolitana de Salvador, que abrigam um grande e promissor polo industrial. Apesar da existência de polos petroquímico, automobilístico, plástico e hoteleiro, os investimentos na cidade não param, a exemplo da implantação recente das fábricas de pneus Continental e Bridgestone Firestone, além de estarem em fase de instalação a Jac Motors, Foton Motors, Grupo Boticário, dentre outras. A participação de Camaçari no Produto Interno Bruto (PIB) baiano é superior a 30%. Possui o maior PIB da região Nordeste. Na composição do PIB de Camaçari, as atividades industriais respondem por aproximadamente 87% da geração de riquezas, cabendo às demais atividades os 13% restantes. A contribuição anual de ICMS é de cerca de um bilhão de reais e as exportações correspondem a 35% de tudo que o estado da Bahia comercializa.

Por outro lado, as belezas naturais de Camaçari impulsionam o turismo na região. Existem mais de 42km de orla de praias paradisíacas, que abriga praias famosas como as de Jauá, Arembepe, Barra do Jacuípe, Guarajuba e Itacimirim. Além disso, várias áreas de preservação ambiental com reservas de Mata Atlântica, rios, lagos, lagoas, quedas d'água, dunas são encontradas na região. São mantidos, ainda, no município de Camaçari o Projeto Tamar, que visa à proteção de tartarugas marinhas, tubarões e outras espécies da vida marinha ameaçadas de extinção, o Parque das Dunas de Abrantes e o Mirante do Cruzeiro. As nascentes das quatro principais bacias hidrográficas, responsáveis pelo abastecimento de água de toda a Região Metropolitana de Salvador, encontram-se protegidas nessa região.

Todos esses fatores contribuíram para que o município de Camaçari se consolidasse como um local estratégico e privilegiado para a implantação de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

2.6.4 Campus de Euclides da Cunha

Euclides da Cunha é um município brasileiro situado na mesorregião do Nordeste Baiano. Dista 311km da Capital.Com área de 2.028,421 km², a cidade se localiza a uma latitude 10º30'27'' Sul e a uma longitude 39º00'57'' Oeste, e sua altitude é de 472 metros.[3]A população é de 60.666 habitantes, segundo estimativa do IBGE,[4]a densidade demográfica é de 27,75 hab/km² e o IDHM 2010 é 0.567. A emancipação do distrito de Cumbé aconteceu em 1898 e tomou a denominação de Euclides da Cunha em 1938.[5]

A cidade é atravessada pelas rodovias BR 116 e BA 220 e tem seus limites nos seguintes municípios: ao Norte, Canudos; ao Sul, Tucano; a Leste, Cícero Dantas e a Oeste Monte Santo. Trata-se de um ponto de confluência entre vários povoados, e inclui a Leste a Terra Indígena de Massacará.

O território de Euclides da Cunha possui relevo formado por vales e planaltos. Seu bioma é Caatinga, seu clima é o Semiárido.

Com um PIB de R$ 233.348,172 e R$ 3.972,15 per capita, a economia da cidade se destaca pela agricultura, produz feijão, milho e mandioca; pela pecuária com rebanhos ovinos, suínos, asininos, caprinos e muares e pela mineração, com extração da cal e do calcário.

Grande parte da população economicamente ativa que o mercado varejista de Euclides da Cunha recebe, vem dos povoados vizinhos. Esses consumidores se interessam por muitos artigos, desde os móveis e eletrodomésticos até os alimentos – a cidade possui uma feira-livre que, nos finais de semana, atrai grande número de populares.

Quanto ao emprego e à dimensão da iniciativa privada, têm-se, segundo dados do IBGE[6], 725 empresas atuantes que empregam 3.345 pessoas

[3]http://www.euclidesdacunha.ba.gov.br/sobre

[4]http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291070

[5]ttp://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291070&search=bahia|euclides-da-cunha|infograficos:-historico

[6]http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=291070&idtema=142&search=bahia|euclides-da-cunha|estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas-2013

assalariadas, com salário médio mensal de 2,2 salários mínimos. O número de pessoal ocupado total é de 4.217. O Limite superior da Incidência da Pobreza é de 50,20%, e o Limite superior do Índice de Gini é 0,43.[7]

Quanto ao cenário da educação, o município tem 171 escolas que abrangem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, uma instituição pública de curso superior (UNEB), e uma instituição privada de ensino superior (UNIFACS). Não há ensino médio nem superior da rede federal.

A partir das necessidades educacionais do município, conhecidas por meio de audiência pública, o IFBA – Campus Euclides da Cunha implantou os cursos Informática e Edificações, na modalidade Subsequente e planeja a implantação do Curso Técnico em Informática na modalidade Integrada para o início do primeiro semestre letivo de 2016. A partir da necessidade de expansão da infraestrutura e da tecnologia da informação, o IFBA tem norteado tanto suas propostas de curso quanto a concepção pedagógica dos cursos que oferece.

2.6.5 Campus de Eunápolis

Eunápolis é uma cidade da Região Extremo Sul da Bahia, situada a 16°37’ de latitude S e a 39°58’ de longitude W, a uns 180m acima do nível do mar, 65 km do litoral, clima úmido a semi-úmido, temperatura média anual de 23,2°C, pluviosidade anual de 1.000 a 1.200mm, 100.196 população de 2010 e população estimada para 2013 é de 110.803 (IBGE, 2010), residindo 90% na zona urbana e dista 655 km de Salvador (capital).

A cidade emancipou-se de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália em 12 de maio de 1988.

O processo de urbanização deu-se mais intensamente a partir da década de 1970, tendo maior dinamicidade econômica com a implantação da BR 101. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) "a estrada impulsionou uma série de transformações na estrutura socioeconômica regional, que

[7] http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=291070&idtema=19&search=bahia|euclides-da-cunha|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003

conduziram a uma inserção definitiva da região no conjunto da economia nacional" (SEI, 1998, p.41).

A localização geográfica e o processo histórico de urbanização fazem de Eunápolis uma zona de oferta de serviços diversos (bancário, médico-hospitalar, educacional), atividades comerciais e industriais, especialmente as do ramo madeireiro.

Nesse processo de transformação, as pessoas vinham em busca de melhores condições de vida. No período de 1980-1990, houve um acelerado crescimento demográfico motivado, principalmente, por uma forte intensificação dos fluxos migratórios e não pelo crescimento vegetativo. Pessoas são atraídas das cidades circunvizinhas como: Itabela, Itagimirim, Guaratinga, Porto Seguro, Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Itapebi. A cidade também exerce atração sobre outros Estados (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e sobre a Região Litoral Sul após o declínio da lavoura cacaueira (SEI, 1998, p. 48-49).

Por localizar-se em uma zona estratégica entre Porto Seguro, grande pólo turístico da Bahia, e a BR 101, houve um grande incremento na oferta de bens e serviços diversos e facilidade de acesso às pessoas de fora.

Por outro lado, atrair um elevado contingente migratório sem uma adequada infraestrutura urbana provocou um desequilíbrio na demanda e oferta de serviços à população. Segundo estudos da CAR, 1994:

> O acelerado crescimento das cidades de Teixeira de Freitas e Eunápolis e a posição estratégica que ocupam o eixo da BR 101 transformaram-nas em importantes centros de oferta de bens e serviços e num pólo atrativo para inúmeros desempregados que a elas acorrem, de diversas regiões do Estado e do País, em busca de um meio de vida. A concentração nessas cidades de um contingente de desempregados e subempregados, vivendo dos mais variados serviços e em condições extremamente precárias, tem repercutido sobre os serviços públicos, aumentando significativamente, a carência de habitação, de esgotamento sanitário, de abastecimento d'água, de energia elétrica, de saúde e educação. (CAR, 1994, p.59).

2.6.6 Campus de Feira de Santana

O campus do IFBA de Feira de Santana fica localizado na cidade de mesmo nome e funciona, efetivamente, desde março de 2012, com a entrada das primeiras turmas de alunos nos cursos Integrados de Edificações e Eletrotécnica, sendo duas turmas em cada curso, duas turmas no curso Subsequente de Eletrotécnica e duas turmas no curso Subsequente em Informática.

Esse campus está dentro de um território de identidade da Bahia chamado de Portal do Sertão, que abrange as cidades de Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Candeal, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Serra Preta, formando a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), de acordo com Lei Complementar Estadual nº 35 (LCE 35/2011), de 6 de julho de 2011, e que entrou em vigor a partir do dia 7 de julho do mesmo ano.

A cidade é sede da Região Metropolitana de Feira de Santana e da Microrregião de Feira de Santana, que possui 12.602,610km^2, e está dentre as microrregiões de tamanho médio para o estado – entre 10.000 e 20.000km^2 – sendo a 13ª maior microrregião, de um total de 32 nas quais a maior é a microrregião de Juazeiro, com 55.830,454km^2. A microrregião de Feira de Santana é 3ª mais populosa do estado, depois das microrregiões de Santo Antônio de Jesus e Salvador, e é, também, a microrregião com o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, R$ 10.028.621.000,00, e com um PIB *per capita* de 5.112,52 (IBGE- 2011).

Esses indicadores sociais refletem o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Microrregião, com um IDH Global de 0,608, e indicadores de renda (IDH renda) e educação (IDH-educação) de 0,584 e 0,499, respectivamente. Tamanha desigualdade social é constatada pela discrepância dos índices relativos à renda e à educação, que ainda provocam grande mobilidade dos habitantes das cidades circunvizinhas para a sede, Feira de Santana, em busca de educação, tratamento de saúde e postos de trabalho temporários ou permanentes. A cidade possui pouco mais de 600.000 habitantes (606.139, de acordo com estimativas do censo IBGE 2013), e conta com uma população sazonal em torno de 400.000 pessoas.

O município de Feira de Santana está localizado na zona de planície entre o recôncavo baiano e os tabuleiros semiáridos do nordeste baiano, sendo estratégico para o desenvolvimento de toda a região. A cidade encontra-se em um dos principais entroncamentos de rodovias do Nordeste brasileiro, onde ocorre o encontro das BRs 101, 116 e 324, funcionando como ponto de passagem para o tráfego que vem do Sul e do Centro Oeste, e dirige-se para Salvador e outras importantes cidades e capitais nordestinas. Graças a esta posição privilegiada e à distância relativamente pequena de Salvador, possui um importante e diversificado setor de comércio e serviços, além de indústrias de transformação.

Essas indústrias ficam localizadas no Centro Industrial do Subaé (CIS). O CIS é um dos parques industriais com maior índice de crescimento do estado da Bahia. Atualmente, encontra- se em fase de expansão para o setor Subaé Norte, localizado na BR 116 Norte, e com forte tendência para a formação de uma área industrial única entre os municípios de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, cidade da RMFS que vem apresentando importante desenvolvimento no setor industrial. O CIS é, tecnicamente, dividido em três setores: o setor Tomba, nome de um bairro de Feira de Santana, o setor 324, que fica na saída da BR 324, no sentido Feira de Santana-Salvador, e o setor São Gonçalo dos Campos.

Das 129 indústrias implantadas no CIS até fevereiro de 2014, 71 ficam localizadas no bairro Tomba, 48 estão localizadas próximo à BR 324, e quatro estão no município de São Gonçalo dos Campos, que pertence a RMFS e faz parte do CIS.

QUADRO 1 - Número de Empresas e Empregados da Indústria de Feira de Santana, em 2012

Atividade Econômica	Feira de Santana	
	Empresas	Empregados
Construção de edifícios	27	6.133
Produtos de borracha e de material plástico	25	3.037
Fabricação de produtos alimentícios	89	2899
Confecção do vestuário e acessórios	127	1802
Veículos automotores, reboques e carrocerias	14	1555
Produtos de metal	60	1204
Produtos de minerais não metálicos	49	1159
Fabricação de produtos têxteis	16	966
Celulose, papel e produtos de papel	22	844
Metalurgia	4	580

Fabricação de produtos diversos	41	567
Fabricação de móveis	41	560
Impressão e reprodução de gravações	49	508
Fabricação de produtos químicos	20	452
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	6	390
Coleta, tratamento e disposição de resíduos	10	309
Serviços especializados para construção	15	300
Fabricação de máquinas e equipamentos	16	292
Calçados, couros e artefatos de couro	23	269
Fabricação de bebidas	5	238
Extração de minerais não-metálicos	7	205
Manutenção de máquinas e equipamentos	16	199
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2	184
Fabricação de produtos de madeira	16	153
Obras de infraestrutura	6	120
Fabricação de equipamentos de transporte	2	64
Biocombustíveis, coque e derivados do petróleo	1	58
Informática, produtos eletrônicos e ópticos	1	8
Total	710	25.055

Fonte: Guia Industrial FIEB, 2013 (Interiorização da Indústria).

A cidade que teve sua origem no entroncamento de boiadas na Fazenda Santana dos Olhos D'água é, atualmente, um dos principais polos de comércio, serviços, educação e indústria da região, além de importante pólo logístico para o Brasil por sua localização geográfica privilegiada, afinal, por Feira de Santana cruzam dois dos principais eixos do modal rodoviário do país. Hoje, Feira de Santana convive com o cenário desafiador de crescer frente às desigualdades sociais – baixos IDH de renda e educação *versus* grande expansão comercial e industrial – e de se afirmar culturalmente como território do Portal do Sertão.

2.6.7 Campus de Ilhéus

Localizada na chamada zona cacaueira, ao sul do Estado da Bahia, é conhecida entre os seus moradores como a capital do cacau, capital da Costa do Cacau e a "Princesinha do Sul". Possui uma extensão territorial de aproximadamente 1.800km² e uma população de 219 mil habitantes, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), com o mais extenso litoral entre os municípios do estado. Ilhéus foi fundado em 1534 e elevado à cidade em 1881. Apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,66.

Percebeu-se que, nos últimos anos, o município de Ilhéus deixou de ser apenas um polo agrícola: o turismo, a produção de chocolate artesanal e a criação do Parque Tecnológico abriram caminho para a atual diversidade produtiva e capacidade de assimilação de novas propostas do município. Daí a necessidade de se qualificar a mão de obra local, e o IFBA se insere nesse contexto.

Ações de responsabilidade social partem do princípio de envolvimento de atores sociais na discussão, diálogo entre representantes sindicais, gestores locais, empresas para analisar e refletir sobre o que está posto sobre políticas de trabalho, de emprego e renda e de mobilidade social, o que ultrapassa o campo educacional.

O campus, que está instalado na região desde 2011, vem crescendo e tem contribuído para ampliar, significativamente, as oportunidades de acesso de uma imensa quantidade de jovens e adultos de todo o Território ao sistema produtivo pela via da educação profissional e tecnológica.

O IFBA, há três anos, desenvolve suas ações atendendo à comunidade de Ilhéus, sendo os alunos procedentes de todos os bairros da cidade: Banco da Vitória, Barra do Itaípe, Basílio, Boa Vista, Centro, Cidade Nova, Conquista, Esperança, Hernani Sá, Iguape, Ilhéus II, Jardim Atlântico, Jardim Savóia, Malhado, São Francisco, Nelson Costa, Nossa Senhora da Vitória, Olivença, Pacheco, Pontal, Princesa Isabel, Salobrinho, São Domingos, São Miguel, São Sebastião, Tapera, Teotônio Vilela, Teresópolis, Vila Cachoeira, Vila Nazaré, bem como das cidades vizinhas num raio de até 200km.

O Território de Identidade do Litoral Sul, onde se encontra o município de Ilhéus, abrange uma área de 15.153,78km² e é composto por 26 municípios: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca. A população total do território é de 780.364 habitantes, dos quais 149.845 vivem na área rural, o que corresponde a 19,2% do total.

A oferta pública de formação profissional de qualidade está aliada às estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável, viabilizando o fortalecimento da atividade produtiva do Território. Por isso, fornece suporte aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) – formados por empresas, instituições e ONGs – que exercem o aprendizado coletivo e a troca de informações com oportunidades de

geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos o que significa o aumento expressivo da qualificação da população dessa região, dando maior competência para que o território se desenvolva, ampliando a produção e a inserção em novos mercados, inclusive externos.

Esses APL se fortalecem pela incorporação da ciência e tecnologia aos processos, produtos e serviços prestados, identificando e resolvendo os gargalos tecnológicos, que impedem o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população de renda mais baixa. O campus tem a missão de contribuir para a redução dos fluxos migratórios e fixação dos jovens estudantes e de suas famílias que não têm mais necessidade de se deslocarem para os grandes centros urbanos em busca de formação profissional que passou a ser oferecida no território.

O Campus Ilhéus finalizou o primeiro semestre de 2014 com 2.379 alunos matriculados, dos quais 313 são dos cursos técnicos na forma integrada, 376 dos cursos técnicos na forma subsequente, 80 do Programa Mulheres Mil, 160 através do Pró-funcionário e 1.450 no PRONATEC.

Ao seguir as finalidades e objetivos do IFBA, o campus Ilhéus oferece: cursos técnicos de nível médio em Informática e Segurança do Trabalho na forma integrada e Informática, Segurança do Trabalho e Edificações na forma subsequente; cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Preparo de Alimentos pelo programa Mulheres Mil e cursos FIC em Programador Web, Biojoias, Auxiliar de Cozinha, Operador de Caixa, Cuidador de Idoso, Recepcionista, Auxiliar Administrativo, Garçom, Vendedor e Jardinagem pelo PRONATEC.

Com o pensamento no crescimento da oferta de cursos, o campus já inicia seus projetos com previsão de oferta de mais um curso técnico em 2015 e um bacharelado ou Engenharia em 2016. A cada ano, o campus tem ampliado seus projetos e programas de pesquisa e extensão no intuito de consolidar a influência institucional no Território do Litoral Sul, inserindo-se em discussões importantes para o desenvolvimento sustentável da região.

O curso Técnico em Edificações vem desenvolvendo um projeto chamado “Edifica Ações” que tem como objetivo promover oficinas de impermeabilização para qualificação da população local quanto à colocação de cerâmica com o fim social de ofertar vaga para moradores do entorno em situação de vulnerabilidade.

O Programa Mulheres Mil está inserido no Programa de Inclusão Produtiva do Brasil sem Miséria, ofertando a cada quatro meses Cursos FIC com carga horária

prevista entre 160 a 180 horas. Realizamos consulta pública com o entorno do IFBA para a inclusão de mulheres para o mundo do trabalho.

Buscar as estratégias de inclusão e de responsabilidade social do IFBA, em relação às mulheres que moram no entorno, participantes do Programa Mulheres Mil, se faz necessário como forma de garantir o processo de emancipação para o mundo do trabalho. Enfatizar a necessidade de participação de mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, no enfrentamento da pobreza com compromisso nos resultados das ações significa agir apontando a contradição entre o discurso de inclusão social do estado e a realidade ali existente.

A proposta para o segundo semestre de 2014 e também para o ano de 2015, para as mulheres, está na possibilidade de serem realizadas oficinas de autoestima e de educação política, para que elas possam compreender o espaço onde vivem, discutirem e refletirem seus papéis de cidadãs e de que forma podem exigir do poder local a garantia de direitos na área de educação, saúde, assistência social e trabalho.

O PRONATEC vem crescendo e se expandindo através da parceria entre o Instituto Federal e os municípios do Território: no primeiro semestre de 2014 foram ofertados, através do programa, cursos FIC de 160 a 200 horas nos municípios de Ilhéus, Itabuna, Coaraci, Barro Preto, Itapé e Ibicaraí. Para o segundo semestre o programa deve contemplar os municípios de Almadina, Itapitanga e Itajuípe. Em 2015, dever chegar a mais municípios do Território. Percebe-se a alegria dos alunos ao serem reinseridos no mercado de trabalho, após conclusão dos cursos, o que não seria possível sem a chegada do Programa a esses municípios, principalmente às pessoas de baixa renda e com pouca qualificação. Alguns projetos como: Jornada Acadêmica, Semana de Ciência e Tecnologia, Festival de Curtas e ainda projetos específicos de disciplinas propedêuticas vêm sendo desenvolvidos junto aos alunos, contribuindo, portanto, para a sua formação.

Compreende-se que o campus Ilhéus vem cumprindo com a sua Responsabilidade Social, que coaduna com sua missão institucional de *“Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”.* (IFBA, 2009).

2.6.8 Campus de Irecê

O Território de Identidade de Irecê - BA está localizado no semiárido baiano, apresentando precipitação anual entre 200 a 800 mm, extremamente irregular e concentrada. Integra o Bioma Caatinga e o clima apresenta temperaturas médias acima de 28º C. O Território abrange uma área de 27.490,80 Km² e é composto por 20 municípios: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Central, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, João Dourado e Xique-Xique. A população total do território é de 403.070 habitantes, dos quais 155.392 vivem na área rural, o que corresponde a 38,55% do total.

Irecê é a cidade do Território mais desenvolvida economicamente, onde está instalado o campus do IFBA. A cidade possui uma área de 314 km², com uma população de 62.676 habitantes. Já teve importantes títulos como Capital do Feijão, Capital Mundial da Mamona, mas na década de 90 passou por grande crise na produção agrícola. A crise obrigou a cidade a buscar novos caminhos para se reerguer economicamente, o que está acontecendo através do comércio e da agricultura irrigada com poços artesianos, centrada na produção de cenoura, cebola, tomate e outras hortaliças.

O comércio de Irecê já é reconhecido no cenário estadual. A cidade é o centro da região geográfica, de trânsito e de comércio da região, possuindo centenas de lojas e grupos empresariais, que atuam em todos os segmentos. De acordo com o último Relatório de Estatísticas dos Municípios Baianos cerca de 53% do pessoal ocupado estão nas atividades do comércio e serviços.

Na área de educação Irecê ocupa a décima sétima colocação no IDEB entre todas as cidades da Bahia, avanços que vêm proporcionando abertura para receber novos projetos educacionais. Irecê conta com um campus avançado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um campus da Universidade Estadual da Bahia (UnEb) e o campus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), contando ainda com faculdades particulares: Anhanguera, Uessba, Unopar, Eadcon e FTC ead, colégios estaduais como o Modelo, um dos maiores, e programas como a TV Irecê, que capacita jovens na área de Audiovisual, rádio, gráfica e webdesigner.

2.6.9 Campus de Jacobina

A cidade de Jacobina esta situada na região Noroeste da Bahia, no Extremo Norte da Chapada Diamantina, a cerca de 330km de Salvador, a cidade tem, segundo dados do IBGE/2009, 79.013 habitantes, distribuída numa área territorial de 2.320km^2, cercada por montanhas, serras, lagoas, grutas, rios, cachoeiras, fontes e morros, característica geofísica, que explica seu potencial mineral e a coloca numa posição privilegiada no estado da Bahia, de provável potencial para a atividade ligada ao ecoturismo. Devido a sua rica história sobre a mineração aurífera, Jacobina recebeu o título de Cidade do Ouro e já se apresenta como um polo atrativo de visitantes interessados no turismo ecológico, nos estudos geológico e geográfico, como também interessados em sua história, folclore e no seu acervo histórico-cultural.

Sua rica história está ligada à corrida de bandeirantes e portugueses às minas de ouro descobertas em terras do atual município, no início do século XVII, quando a notícia de exploração de minérios levou ao lugar, numeroso contingente humano, sedento de ouro fácil. Iniciaram-se, também, por essa época, as atividades suplementares de criação de gado e de culturas agrícolas essenciais. À proporção que novas levas de brasão chegavam para o garimpo, o arruado à margem do Itapicuru Mirim ia crescendo rapidamente, reunindo população inicial bastante densa e heterogênea.

A notícia da descoberta de diamantes na Chapada Diamantina, em meados do século XIX, provocou o êxodo de grande número de mineiros, promovendo prolongada fase de paradeiro e causando o declínio das atividades locais. Isso explica, em grande parte, a demora na elevação da vila à categoria de cidade, que só ocorreu em 1880, pela Lei Provincial 2.049, de 28 de julho, valendo-lhe o título de Agrícola Cidade de Santo Antônio de Jacobina. Sua instalação ocorreu a 11 de janeiro de 1893, no governo de Joaquim Manoel Rodrigues Lima.
A cidade tem como principal fonte de renda o comércio, a extração de ouro, lojas de roupas, autopeças, postos de combustível, hotéis e restaurantes, fábricas no setor de calçados. Faz limites com Capim Grosso, Ourolândia, Várzea Nova, Miguel Calmon e Quixabeira. Tem como distritos Itaité, Itapeipe, Junco, Lages do Batata, Caatinga do Moura, Cachoeira Grande e Paraíso. Possui ainda pequenos povoados, como Cafelândia, Várzea de Dentro, Barrocão de Cima e Baixo, Barro Vermelho.

Na microrregião, que tem a cidade de Jacobina como centro, a mineração já desponta como uma das maiores atividades neste início do século XXI. Nos últimos anos suas cifras contabilizam ganhos significativos em reais, através da sua produção mineral, além de centenas de empregos diretos e indiretos, justificando investimentos privados e públicos na formação de mão de obra qualificada para atender o setor mineral.

Segundo o Centro Internacional de Negócios da Bahia (PROMO), a empresa de mineração Yamana Gold, com duas operações de extração de ouro no estado da Bahia, registrou vendas recordes de US$ 93 milhões para o exterior em 2007, conquistando, com isto, uma posição de destaque entre os maiores exportadores do estado. Somando-se às exportações das duas unidades da Yamana Gold na Bahia, Mineração Fazenda Brasileiro (MFB), localizada na cidade Teofilândia, e a Jacobina Mineração e Comércio (JMC), que fica na cidade de mesmo nome. A empresa teve um aumento de quase 2% no valor de suas exportações, em 2007, comparados com os US$ 88.695.000 registrados em 2006.

Apresentando-se como um dos municípios baianos com perspectiva de crescimento econômico real, com um PIB de 5.033, Jacobina também aponta como um potencial na área educacional. Dados do Censo Educacional realizado pelo INEP registram, no ano de 2009, 1.761 matrículas no Ensino Pré-escolar, 14.632 no Ensino Fundamental, 3.348 no Ensino Médio, em sua maioria, distribuídas em escolas da rede estadual e municipal de ensino e uma minoria em escolas particulares. Não há registro de matrículas em escolas federais, uma vez que o município não conta com nenhuma instituição de ensino federal, embora apresente, em função dos dados socioeconômicos já mostrados, um potencial humano significativo que justifica essa instalação.

2.6.10 Campus de Jequié

O campus de Jequié, está localizado na Rua Jean Torres, s/n, Lot. Cidade Nova, Bairro John Keneddy, no município de Jequié, no Sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata. Jequié é conhecida por seu clima quente. Cercada de montanhas, a cidade é rica em minério de Ferro. A pecuária e a agricultura foram a base de todo o desenvolvimento desta região. Outro fator

importante na economia do município é o Poliduto de derivados de petróleo e álcool, que proporcionou a implantação das bases de distribuição das maiores empresas do setor, tendo Jequié a condição de principal centro de distribuição de derivados de petróleo, indo até parte de Minas Gerais e Espírito Santo. O comércio da cidade é bem diversificado e absorve boa parte das pessoas empregadas. O município tem uma posição estratégica na microrregião e é responsável por parte de seu abastecimento.

O IFBA Jequié foi inaugurado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, no final do ano de 2010, em solenidade que contou com a participação do atual Diretor Geral e da Reitora, de ministros e outras autoridades. Assim, o campus Jequié teve suas atividades acadêmicas iniciadas em 21 de março de 2011 e, atualmente, com três anos de funcionamento, já desenvolve projetos representativos para a comunidade e aloca cerca de 600 estudantes regulares, nos turnos matutino, vespertino e noturno, nos Cursos de Eletromecânica e Informática, modalidades Integrada e Subsequente.

O IFBA campus Jequié foi construído em um terreno doado pelo empresário Dorival Andrade, localizado no loteamento Cidade Nova, numa área de 40 mil metros quadrados, com recursos do Governo Federal e apoio da Prefeitura Municipal, sobretudo, no que tange à pavimentação do local.

A vinda do IFBA para Jequié representou uma grande conquista para a cidade e região circunvizinha. Foi fruto de muitas audiências públicas e esforços múltiplos de autoridades locais, cidadãos conscientes da importância da Educação, Ciência e Tecnologia trazida pelo Instituto para a região e de sua Reitora, profª. Aurina Oliveira Santana.

2. 6.11 Campus Juazeiro

Dos atuais campi do IFBA, o de Juazeiro é um dos mais recentes, tendo iniciado suas atividades em 21 de outubro de 2010 como Núcleo Avançado do campus Paulo Afonso. Foi implantado no prédio da Escola da antiga Companhia de Navegação do São Francisco, espaço cedido pela Prefeitura Municipal, onde ofertou-se inicialmente, o Curso Técnico de Nível Médio em Comércio, e, a partir do primeiro semestre de 2011, o Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, ambos na forma subsequente, modalidade presencial.

Em 2013, inseridas na Fase III da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, iniciam-se as obras para a construção do prédio próprio do IFBA em Juazeiro, em uma área estratégica para o desenvolvimento do município e do Território do Sertão do São Francisco, localizada no Bairro João XXIII, às margens da Rodovia BA-210, sentido Juazeiro-Sobradinho. Dois anos mais tarde, é autorizado o seu funcionamento como *campus*, por meio da Portaria Ministerial nº. 27, de 21 de janeiro de 2015. Em julho deste mesmo ano, o *campus* Juazeiro passa a funcionar em endereço definitivo, na cidade homônima, que está situada no Norte do estado da Bahia, Centro do Nordeste do Brasil, região que se encontra entre as mais pobres de todas, com 59,7% da população vivendo em situação de extrema pobreza e maior parte na zona rural. Com vegetação predominante de Caatinga e de clima árido e semiárido, o município também faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - RIDE, do Polo Juazeiro e Petrolina constituída de quatro municípios de Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó; e quatro municípios da Bahia: Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho e Curaçá. A RIDE apresenta população média de 727.344 habitantes.

A região compreendida pelas cidades de Juazeiro e Petrolina tornou-se o maior centro produtor de frutas tropicais do país, tendo destaque para os cultivos de manga, uva, melancia, melão, coco, banana, dentre outros. Este desempenho é responsável pela crescente exportação dessa produção. Além disso, destaca-se a agricultura familiar com o cultivo significativo de vegetais, explorando, inclusive, áreas de sequeiro. A região vem obtendo destaque, ainda, pela produção e qualidade dos vinhos. Estas atividades tiveram grande crescimento com a implantação de mecanismos de irrigação, tornando-se a única região do país a colher duas safras de uvas por ano, e a maior exportadora e produtora de frutas do Brasil, mesmo se localizando no centro do polígono das secas.

Em função desta produção, em Juazeiro se encontra uma das maiores Centrais de Abastecimento - CEASAs, do Brasil, sendo a maior do interior do norte-nordeste, responsável pela distribuição da produção agrícola, que abastece várias regiões do país. A cidade de Juazeiro é considerada ainda a mais industrializada do vale do São Francisco, pois a mesma conta com o Distrito Industrial do São Francisco - DISF -, que abriga diversas indústrias e outros tipos de empresas, além do comércio bem desenvolvido e muito importante para a região. Em 2015, Juazeiro

está em vias de implantar o primeiro Shopping Center da cidade, o que deve aquecer o fluxo de negócios, uma vez que Juazeiro se destaca como principal polo de desenvolvimento da Região Baixo Médio São Francisco.

No campo da Logística, Juazeiro tem obtido investimentos do Governo Estadual e Federal com o objetivo de superar o déficit histórico em relação à competitividade na indústria, no que se refere ao transporte. Para isso, o Governo Federal lançou *o Programa de Investimentos em Logística,* que prevê maior participação do setor privado nos projetos de infraestrutura, e que, na Bahia, dar-se-á através da reconstrução das linhas férreas entre Belo Horizonte-MG e Salvador-BA; de Salvador-BA a Recife-PE, passando por Aracaju-SE e Maceió-AL; e Feira de Santana-BA a Parnamirim-PE, passando por Juazeiro-BA e Petrolina-PE.

É também na região onde se encontra o município de Juazeiro, que vêm sendo implantados os Parques Eólicos de Sento Sé e Casa Nova em função do seu diversificado potencial bioenergético, bem como, dos ventos e radiação solar abundante.

O CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados divulgou que, no primeiro semestre deste ano, Juazeiro passou a ser a cidade com maior índice de emprego da Bahia e em todo o nordeste. Estão sendo atraídos para a região grandes empreendimentos públicos e privados, além do distrito industrial, que dobrou o número de empresas nos últimos seis anos, dado ao grande potencial econômico do Vale do São Francisco e os desafios particulares a que somos chamados a gerir diuturnamente.

Inicia-se, portanto, uma nova fase, na qual se busca a consolidação dos cursos técnicos de nível médio, ofertados na forma subsequente, além da implantação de cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos de formação inicial e continuada e cursos superiores, com a pretensão de se tornar um polo engajado com as necessidades sociais do Território do Sertão do São Francisco e com os arranjos produtivos locais, proporcionando desenvolvimento socioeconômico e político em âmbito local e regional. No primeiro semestre de 2016, serão ofertadas pelo *campus* Juazeiro 80 vagas para os cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada, modalidade presencial, sendo 40 vagas para o de Segurança de Trabalho e outras 40 vagas para o curso de Administração. Continua-se também a ofertar 40 vagas para o curso técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, e

deixa-se de ofertar o curso técnico em Comércio. No segundo semestre do mesmo ano, o campus pretende ofertar 40 vagas para o Curso Superior de Tecnologia em Logística e outras 40 vagas para o Curso Superior de Tecnologia em Energias Renováveis e Meio Ambiente. Desta forma, ficam estabelecidos os eixos Tecnológicos de atuação do campus de Juazeiro para o horizonte temporal de sua implantação (2015-2019), conforme aprovado pela comunidade em Audiência Pública realizada no dia 26/03/2015 e de acordo com os arranjos produtivos locais: Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, Controle e Processos.

2.6.12 Campus Lauro de Freitas

O campus de Lauro de Freitas é o mais recente resultado da política de expansão do IFBA, vivida nos últimos anos. Suas obras foram iniciadas em janeiro de 2013 e finalizadas em 2015, com início das suas atividades acadêmicas previstas para o primeiro semestre letivo de 2016.

Sua função é a de promover ciência, educação e tecnologia referenciada tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, observando os princípios que regem a missão do instituto. O município de Lauro de Freitas reúne características favoráveis à implantação de um campus do IFBA.

Situada na região metropolitana de Salvador, a cidade de Lauro de Freitas foi elevada à categoria município, com a denominação de Lauro Freitas, pela Lei Estadual n.º 1.753, de 17/07/1962. Originalmente, Lauro de Freitas pertencia a Salvador, até que, em 1880, passou a ser distrito de Montenegro, atual Camaçari. Em 1932 retornou a Salvador, assim permanecendo até 1962, quando foi transformado em município. Onze anos depois, passou a integrar a Região Metropolitana de Salvador.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2010, Lauro de Freitas possui uma população estimada em 163.449 habitantes e PIB estimado per capta em R$ 20.969,44.

Conforme se vê na figura 1, juntamente com mais 12 municípios, Lauro de Freitas compõe o conglomerado urbano conhecido como região metropolitana de

Salvador, RMS, a sexta do país, com uma população estimada de 3.919.864 habitantes, o que corresponde 1,93% da população total do país.

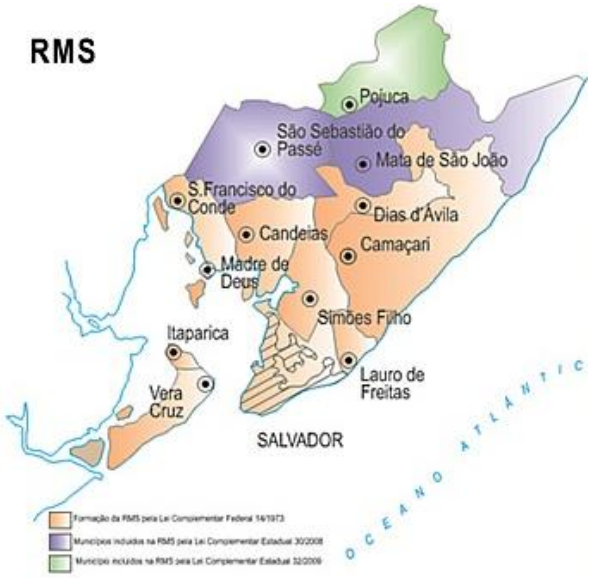


Figura 5: Municípios da Região Metropolitana de Salvador

Além de fazer parte desta importante região metropolitana, Lauro de Freitas é um dos municípios brasileiros que vêm apresentando maior crescimento econômico nos últimos anos, sendo considerado um dos quatro municípios que mais geraram empregos no ano de 2009. É, atualmente, a terceira cidade mais industrializada da Bahia, depois somente de Camaçari e Salvador.

Soma-se a essa pujante economia, o fato de Lauro de Freitas possuir divisa ao norte com o município de Camaçari, que responde por volta de 20% do PIB da Bahia. A importância econômica do município de Camaçari se deve à presença do Polo Industrial, o qual abriga mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade, como indústria automotiva, de celulose, metalurgia do cobre, têxtil, bebidas, de produção de equipamentos para energia eólica e serviços. Atualmente, o Polo Industrial de Camaçari experimenta um novo ciclo de expansão, sendo que sua área física aumentou de 13,4 para 29,6 mil hectares, implantando novas rotas de produção.

De acordo com os dados informados pelo Ministério de Educação, MEC, o município de Lauro de Freitas conta hoje com seis instituições de ensino superior (Faculdade Apoio – FA, Faculdade de Ciências Agrárias e da Saúde – FAZ,

Faculdade de Tecnologia CETIND, Faculdade Maurício de Nassau de Lauro de Freitas – FABAC, Faculdade Integradas Ipitanga – FACIIP, e UNIME) e nenhuma instituição pública.

Neste contexto, o campus Lauro de Freitas atenderá à demanda por educação tecnológica pública de qualidade no município. Além disso, dada a proximidade, deverá estabelecer relação com as diversas indústrias do Polo de Camaçari, seja por meio de programas de estágios, seja através de parcerias para qualificação de pessoal.

A presença de cursos de Engenharia neste campus é bastante salutar para o município de Lauro de Freitas e vizinhos, uma vez que os cursos equivalentes mais próximos se encontram em Salvador e o deslocamento entre estas duas cidades sofre com o intenso tráfego rodoviário.

2.6.13 Campus de Paulo Afonso

O Município de Paulo Afonso está inserido no Território Itaparica - BA/PE que abrange uma área de 21.806,30km² e é composto por 13 municípios, a saber, Belém de São Francisco, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia, Carnaubeira da Penha, Tacaratu, Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas.

A população total do território é de 301.355 habitantes, dos quais 106.851 vivem na área rural, o que corresponde a 35,46% do total. Possui 16.494 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, 9 comunidades quilombolas e 17 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,67.

O Município de Paulo Afonso também integra a região geográfica denominada Nordeste do Estado da Bahia, junto com os municípios que constituem o Território de Cidadania Semiárido Nordeste II – BA. Este Território de Cidadania abrange uma área de 16.056,70km² e é composto por 18 municípios, a saber: Antas, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Adustina, Banzaê, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga e Sítio do Quinto.

A população total do território é de 407.964 habitantes, dos quais 224.676 vivem na área rural, o que corresponde a 55,07% do total. Possui 55.761

agricultores familiares, 668 famílias assentadas, três comunidades quilombolas e três terras indígenas. Seu IDH médio é 0,58. (http://sit.mda.gov.br).

Paulo Afonso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), possui uma população estimada em 117.377, ocupa um território de 1.579,722km² e uma densidade demográfica de 68,62 hab/km².

> O atual Município de Paulo Afonso, nos primórdios do século XVIII, foi habitado por bandeirantes portugueses que, chefiados por Garcia d'Ávila, subiram o Rio São Francisco e atingiram as terras onde hoje se acha estabelecido o atual núcleo urbano. (REIS, 2004).

Seduzidos pela abundância de água e imensidão dos campos, muitos se deixaram ficar. Encontrando os pacíficos índios Mariquitas e Pancarús, com eles dedicaram-se à lavoura e à criação de gado, embora desde meados de 1705, padres católicos tivessem iniciado a catequese dos silvícolas, principalmente com intuito de evitar que fossem explorados pelos bandeirantes.

Em 3 de outubro de 1725, o sertanista Paulo Viveiros Afonso recebeu, por alvará, uma sesmaria medindo três léguas de comprimento por uma de largura. Situada na margem esquerda do rio São Francisco, abrangia as terras alagoanas da Cachoeira, conhecida, então, como "Sumidouro". Não se conformando com a área que recebeu, o donatário ocupou, além das ilhas fronteiras (entre as quais a da Barroca ou Tapera), as terras baianas existentes na margem direita, onde construiu um arraial que, posteriormente, se transformou na Tapera de Paulo Afonso. A localidade, procurada como pouso de boiadas, começou a exigir desenvolvimento comercial que atendesse à solicitação de gêneros, por parte, não só dos adventícios, como da população local. O lugarejo já era expressivo núcleo demográfico do município de Glória, quando o Governo Federal, em 15 de março de 1948, criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com a finalidade de aproveitar a energia da Cachoeira de Paulo Afonso. O acampamento de obras localizou-se nas terras da Fazenda Forquilha. Em torno das instalações da Usina cresceu a Cidade.

Foi Delmiro Gouveia o pioneiro que, em 26 de janeiro de 1913, inaugurou uma pequena usina de 1.500hp, hoje paralisada e fez transportar energia elétrica de

Paulo Afonso para a localidade de Pedra, atual Cidade de Delmiro Gouveia, sede do município de igual nome, desmembrado do de Água Branca, em Alagoas.

A principal característica de Paulo Afonso é ter sido a primeira usina subterrânea instalada no Brasil, suas turbinas encontram-se a 80 metros abaixo do nível do rio São Francisco.

No que tange à formação administrativa, Paulo Afonso passou a Distrito do Município de Glória pela Lei Estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, tendo sua instalação se verificado em 24 de setembro do ano seguinte.

Em 28 de julho de 1958, a Lei Estadual n.º 1.012 dá ao Distrito de Paulo Afonso autonomia política tornando-o município. Paulo Afonso pertence ao Bioma Caatinga, possui maioria absoluta da população de mulheres (56.426 pessoas do sexo feminino e 51.970 do sexo masculino) e no que tange à religião, a grande maioria da população se declara católica.

2.6.14 Campus de Porto Seguro

O campus de Porto Seguro está sediado no Município de Porto Seguro, que possui uma população de 126.770 habitantes (IBGE - Censo 2012) e área territorial de 2.408,327km². Oficialmente, seu funcionamento é autorizado por meio da Portaria Nº 1981 de 18 de dezembro de 2006 do Ministério da Educação publicada no Diário Oficial da União - DOU no dia 19 de dezembro de 2006. O Instituto abriu as portas para a comunidade portosegurense, oferecendo cursos que visam ao atendimento aos arranjos produtivos locais, com características notadamente turísticas.

O município conta com, aproximadamente 35 mil leitos, distribuídos em 600 hotéis e pousadas, que compõem o parque hoteleiro. Assim, ocupa o terceiro lugar no ranking nacional e primeiro do Nordeste em número de leitos. A cidade ainda possui cerca de 900 restaurantes, pizzarias, bares, sorveterias e lanchonetes. Observou-se, que o Extremo Sul da Bahia é a maior região produtora de mamão do país, além de existir o cultivo de outras frutíferas e que ainda há o desenvolvimento de atividades associadas à pesca, pecuária e ao reflorestamento, inclusive com a presença das indústrias de celulose. Chega-se a conclusão de que há um enorme potencial para a produção de alimentos, podendo ser avaliada e explorada de maneira sustentável.

Os dados apresentados favoreceu a escolha dos cursos na área de alimentos e informática em virtude da necessidade de qualificar técnicos para a prestação de serviços ao turismo e comércio.

A implementação do Curso Técnico em Biocombustível surge em função, dentre outros aspectos, das discussões sobre a necessidade da produção de energias renováveis e da disponibilidade de áreas agrícolas na região para implantação e ampliação das culturas oleaginosas e cana de açúcar. A efetivação do Programa de Bioenergia da Bahia (BAHIA BIO) contribuiu de forma decisiva para a implantação do curso, visando ao atendimento à promessa de instalação de um parque de geração de energia com capacidade para gerar cerca de 864mw na região Extremo Sul, exigindo para isso, técnicos qualificados.

Ainda com foco no desenvolvimento regional, o campus de Porto Seguro atende à população indígena da região sul e extremo-sul da Bahia de forma inédita no âmbito dos Institutos Federais, oferecendo o curso de nível superior em Licenciatura Intercultural Indígena com o objetivo de formar professores indígenas, que já atuam e os que atuarão na Educação Escolar Indígena.

Em 2011, abrem-se mais dois importantes cursos para suprir a carência de formação de professores na região: Licenciatura em Química e Licenciatura em Informática, fechando, portanto, o quadro de ofertas do campus.

2.6.15 Campus de Salvador

Banhada pela Baía de Todos os Santos, a exuberante cidade do Salvador possui uma área territorial de 706,8km². Foi a primeira capital do Brasil colônia e é, atualmente, a terceira capital do país em população, tendo, aproximadamente, três milhões de habitantes. Com uma população mestiça, cerca de 80% de negros e pardos, possui fortes influências africanas em diversos aspectos da sua vida cultural.

A economia da cidade apresenta atividades de serviços, turismo e comércio. Centro econômico do estado, localizado na região metropolitana de Salvador, é também porto exportador e administrativo do Estado, sediando importantes empresas regionais, nacionais e internacionais.

O campus de Salvador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia está localizado no Bairro do Barbalho, no Centro Histórico da

cidade. Ocupa uma área de 50.000 m^2 com um prédio administrativo e oito pavilhões de salas de aulas, oficinas, laboratórios, biblioteca, um ginásio de esportes, quadras externas e dois estacionamentos.

A comunidade acadêmica do campus conta atualmente com 417 professores efetivos, 185 técnico-administrativos, servidores terceirizados e mais de 4500 estudantes matriculados em seus cursos regulares, cinco cursos técnicos de nível médio subsequente ao Ensino Médio, 10 cursos superiores, nove cursos técnicos de nível médio integrado ao Ensino Médio, dentre eles um curso integrado EJA, e três cursos de pós-graduação *lato sensu*, além de turmas do PRONATEC e dos cursos de extensão e de outras atividades desenvolvidas sazonalmente.

O campus de Salvador possui um Núcleo Avançado na cidade de Salinas da Margarida, localizado a 69km de Salvador, no qual oferece o Curso Técnico em Informática, subsequente ao Ensino Médio e cursos da Rede Certific do MEC.

2.6.16 Campus de Santo Amaro

A formação histórica da cidade de Santo Amaro começa a partir de um pequeno povoado, que se estabeleceu às margens do rio Traripe, em 1.557, e nas proximidades do mar. Os primeiros colonizadores construíram habitações, estabelecimentos comerciais e uma capela, tendo o rio e o mar como fontes de subsistência. Um incidente trágico, que resultou na morte de um jesuíta, levou os primeiros colonizadores a mudarem-se para um local próximo, edificando uma nova capela, sob a invocação de Santo Amaro, desenvolvendo a cidade nesta localidade.

A formação administrativa do município origina-se da passagem de sesmaria a distrito em 1608, tornando-se Município, em 5 de janeiro de 1727, com a denominação de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro. A Comarca foi criada pela Resolução do Conselho do Governo, em 9 de maio de 1833. Em 13 de março de 1837, a Sede Municipal recebeu foros de Cidade em virtude da Lei Provincial n° 43. Desde então, o município sofreu várias alterações territoriais e administrativas. A jurisdição administrativa do Município abrange, atualmente, uma sede – Santo Amaro – e os distritos Acupe e Oliveira dos Campinhos além de alguns povoados. Apesar de ser conhecido popularmente como Santo Amaro da Purificação, oficialmente a denominação do município é Santo Amaro.

É fundamental ressaltar o forte apelo cultural, histórico e artístico do município. Além de ser a cidade natal de grandes personalidades e de ter uma forte influência do povo negro nesta região, ainda possui grandes grupos culturais, como Samba de Roda, Capoeira, Maculelê, Nego Fugido, Lindo Amor, Terno de Reis, como também, compositores e cantores anônimos ou pouco conhecidos na Bahia e no Brasil. Na cidade, há ainda belas atrações naturais como cachoeiras e grutas, praia fluvial, como algumas construções históricas, principalmente igrejas.

2.6.17 Campus Santo Antônio de Jesus

Situada no extremo sul da região do Recôncavo da Bahia, a cidade de Santo Antônio de Jesus possui um intenso dinamismo urbano, sendo um dos principais polarizadores dos municípios do Recôncavo Sul da Bahia, Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul da Bahia. É um centro regional, que dispõe de diversos aparatos técnicos, atraentes aos habitantes das cidades vizinhas.

O território santoantoniense é privilegiado em relação à rede de transportes, prova disso foi o fato de sua ascensão ter se dado muito em função da construção e pavimentação da BR-101, que trouxe novas roupagens para dinâmica da região como um todo. Além dessa rodovia, a cidade é cortada pela BA-046, e BA-028, que a localizam em um importante entroncamento rodoviário, gerando, diariamente, um grande fluxo de veículos e pessoas.

O município de Santo Antônio de Jesus está situado à margem da BR 101, a 187 km de Salvador (por via terrestre), com extensão territorial de 252 km2 e, de acordo com a estimativa realizada pelo IBGE em 2014, possui uma população estimada em 100.550 habitantes e um PIB per capta, estimado em 2012, em R$ 12.313,81.

Em termos econômicos, Santo Antônio de Jesus tem uma agricultura baseada na produção de amendoim, limão e laranja. Na pecuária, o município conta com criadores de bovinos e muares. Sua rede hoteleira conta com 741 leitos. Segundo dados da SEI/IBGE, o PIB do município para 2012 foi de 980,34 bilhões e a

estrutura setorial está distribuída da seguinte forma: 1,49% para agropecuária, 17,02% para indústria e 81,49% para serviços e comércio.

O comércio local recebe um grande número de consumidores interessados na oferta de produtos, dos quais se destacam aqueles dos ramos de confecção, móveis e eletrodomésticos. Assim, na sede do município, há um *shopping center*, várias galerias e lojas, também tem-se que dar relevância à existência da feira-livre, que ocorre no centro da cidade, atraindo um grande número de pessoas, inclusive de outros municípios.

Com relação ao estoque de empregos formais e considerando o percentual ocupado pelas atividades de serviços na economia do município de Santo Antônio de Jesus, verifica-se que, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número de trabalhadores formais no comércio era de 7.592 em 2012. Esse total é 4,47% maior que o registrado no ano de 2011, quando havia 7.267 comerciários no município.

Ainda de acordo com esse diagnóstico, apenas 1,2% dos trabalhadores possuem ensino superior e ao mesmo tempo em que mostra um crescimento de comerciários com Ensino Médio completo, percebe-se uma demanda reprimida por cursos de ensino superior nesta categoria.

Esse fato pode ser creditado à pouca oferta de cursos de ensino superior que respeitem o horário de trabalho e à baixa remuneração salarial. O levantamento aponta que 97,3% da categoria têm uma carga horária semanal de 44h e 87,9% recebem, mensalmente, até 02 salários mínimos.

De acordo com os dados do Ministério de Educação, o município de Santo Antônio de Jesus conta hoje com quatro instituições de ensino superior, sendo duas públicas (UFRB, UNEB) e duas privadas (Faculdade de Ciências Empresariais – FACEMP, UNIFACS). Apenas, as faculdades da iniciativa privada oferecem cursos noturnos ou através da Educação a Distância.

O campus do IFBA em Santo Antônio de Jesus começou a ser construído em 2013 com previsão de entrega das obras em 2015. Os dados apresentados norteou a proposta de cursos exposta nas audiências públicas, para a área de Tecnologia da

Informação em virtude da necessidade de formar profissionais para atuação nas atividades econômicas presentes na região.

2.6.18 Campus de Seabra

No contexto, ainda, da inserção e desenvolvimento territorial, o conceito mais abrangente de território define-o como espaço geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população/sociedade com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão (social, cultural e territorial) e sentimento de pertencimento.

Nesse contexto, o Território Chapada Diamantina está localizado no centro do estado da Bahia, compreendendo 24 municípios: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Iramaia, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner), com uma área total de 30.458,88km2. (SEI, 2010). No que tange à dimensão social e territorial, o IFBA campus Seabra potencializa a interligação quanto à aplicação de políticas públicas no território, auxiliando, de forma intensa e participativa, o colegiado territorial e suas instâncias deliberativas e consultivas quanto ao desenvolvimento territorial. Vale ressaltar que o IFBA também contempla a atuação de sujeitos territoriais, sendo acompanhado de forma direta por estudantes, professores e técnicos das várias áreas de conhecimento, potencializando a aplicação dos recursos e fortalecendo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

No contexto acadêmico, o IFBA campus Seabra contempla a dimensão da pesquisa e da extensão associadas diretamente com o ensino, contando com a contribuição de professores, técnicos e estudantes ligados aos Cursos técnicos de Meio Ambiente e Informática, os quais dinamizam e participam de forma direta no desenvolvimento das ações e atividades em consonância com a realidade regional e os sujeitos diretamente envolvidos. Ademais, o IFBA campus Seabra potencializa a produção de dados, informações e conhecimentos consistentes acerca da dinâmica territorial e articulação multiescalares com outras instituições e movimentos sociais,

englobando as comunidades rurais e urbanas envolvidas na vida institucional do IFBA e parceiros diversos.

Vale ressaltar a atuação do IFBA campus Seabra como agente direto na produção de estudos integrados e ações que prezem pelo aprofundamento das discussões no contexto social, cultural, ambiental e produtivo promovendo ações de cunho territorial e que levem em conta a realidade/contextos diferenciados. Tais ações contribuem de forma direta na questão social e melhoria das condições de vida das comunidades, promovendo alterações diretas na dinâmica de organização e implantação de políticas públicas na escala territorial.

2.6.19 Campus de Simões Filho

O município de Simões Filho, antigo distrito de Água Comprida, tem sua história marcada pela herança colonialista portuguesa. Sua história se inicia com o cultivo de cana-de-açúcar, que perdurou entre os séculos XVI e XVII. Posteriormente, com a devastação das matas, apareceram os Engenhos de Bois de Moenda. O local onde, atualmente, é o centro urbano, era ocupado pela Usina de Engenho Novo. A emancipação do distrito de Água Comprida se deu através de esforços de um grupo de moradores que, por volta de 1960 se reuniram, liderados pelo Sr. Walter José Tolentino Álvares, para tratar dos problemas comunitários. Antes pertencente ao município de Salvador, o distrito foi emancipado em 07 de novembro de 1961, através da Lei Estadual nº 1538, passando a ser denominado de Simões Filho, em homenagem ao jornalista Ernesto Simões Filho que havia exercido os mandatos de Deputado Estadual e Federal, Ministro da Aviação e da Educação, além de ter sido candidato a Governador da Bahia e Senador da República.

A região viveu o grande ciclo da produção açucareira nos séculos XVI e XVII, sendo esta sua primeira contribuição à vida socioeconômica do Estado. Hoje, integrado à RMS, Simões Filho ampliou sua participação na vida econômica e social da Bahia, tornando-se um dos seus mais atraentes polos de investimentos. Situado, geograficamente, a uma altitude de 52 metros do nível do mar, o município fica há 22 Km da capital do Estado numa área de 192,163 Km2, que corresponde a quase 4% da área da RMS. A região possui um relevo de baixada litorânea, planícies marinhas e fluviomarinhas com tabuleiros pré-litorâneos. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), a cidade possui uma geologia

diversificada composta por arenitos, conglomerados/brechas, depósitos costeiros (areias de praias), depósitos fluviais, gnaisses e metatexitos. Tem, ainda, uma tipologia climática que varia de úmido a sub-úmido com vegetação predominante de floresta ombrófila densa, formações pioneiras com influência fluviomarinha (mangue).

A cidade localizada, estrategicamente, na RMS, conta com importantes cidades vizinhas como Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas, São Sebastião do Passé e São Francisco do Conde, dentre outros municípios situados no Recôncavo Baiano. Registra em 2008 uma população estimada de 114.649 pessoas residentes com densidade demográfica aproximada de 596,62 hab./km2, correspondendo a 3,0% da população da RMS.

2.6.20 Campus de Valença

O Instituto Federal da Bahia - IFBA - campus Valença está inserido entre duas importantes regiões do Estado da Bahia: o Litoral Sul e o Recôncavo Sul. Regiões essas, extremamente, importantes para o desenvolvimento socioeconômico do Estado e para a inserção de novas tecnologias que visem ao crescimento desses locais. Assim, é de suma importância, levar em consideração as suas diversidades e potencialidades para e geração de novas riquezas e renda, com vistas a se fazer uma inclusão social visando como resultados o desenvolvimento econômico e social dos cidadãos inseridos nestas regiões.

Destacam-se, nesse processo, pelo menos nove áreas de inserção:

1 - Agricultura: produção de guaraná, cravo da índia, pimenta do reino, dendê, cacau, seringa, piaçava, palmito de pupunha, flores tropicais, banana, mandioca, fumo, coco, entre outros.

2 - Aquacultura e Pesca: pesca artesanal, maricultura, carcinicultura, piscicultura e extração de mariscos em ambiente natural.

3 - Pecuária: criação de bovinos, suínos, caprinos e eqüinos.

4 - Energia: gás e petróleo, biodiesel e energia elétrica.

5 - Indústria: têxtil, alimentos, borracha, dendê, fogos de artifício, calçados, artigos esportivos, fumo, palmito, cerâmica, construção civil e brinquedos.

6 - Comércio: produtos e serviços, foco de interesse de importantes redes do país.

7 - Turismo: um dos mais importantes polos de atração turística do estado, praia e mar, ecoturismo, esportes, eventos juninos, entre outros.

8 – Meio ambiente: pela diversidade ambiental dos seus ecossistemas de fauna e flora a região possui importantes e estratégicas áreas de Preservação Ambiental do Estado.

9 - Informática: proximidade com Polo Industrial de Informática, demanda de ensino e pesquisa.

A área de atuação do campus Valença pode abranger direta ou indiretamente as seguintes cidades:

Grupo 1: Atuação Direta	Grupo 2: Influência Direta	Grupo 3: Atuação Indireta	Grupo 4: Influência Indireta
Valença,	Aratuípe,	Gandu,	Santo Antônio de Jesus
Taperoá,	Jaguaripe,	Tancredo Neves,	Amargosa,
Nilo Peçanha,	Nazaré,	Teolândia,	Lage,
Ituberá ,	Muniz Ferreira,	Wenceslau Guimarães,	Mutuípe
Cairu,	Salinas das Margaridas,	Ibirapitanga	Cruz das Almas,
Maraú,	Vera Cruz,		Ubaíra,
Camamu,	Itaparica		Nova Ibiá
Igrapiúna			

2.6.21 Campus de Vitória da Conquista

A história do município de Vitória da Conquista tem início em 1752, com a chegada dos primeiros contingentes de colonos à região, muitos dos quais como representantes do poder público, com funções militares por este conferida e com incumbências específicas, dentre as quais as de estabelecer vias de comunicação entre o litoral e o sertão, com o propósito da administração colonial em manter seu domínio e explorar, economicamente, a região.

João Gonçalves da Costa nasceu em Chaves, Portugal, provavelmente em 1720. Iniciou, muito cedo, seu trabalho como bandeirante. Foi o esgotamento das minas de ouro de Rio de Contas e das Gerais, que o levou a procurar novos pontos

de exploração mineral. Embora não os tenha encontrado, o capitão-mor estabelece-se nesta região, ocupando-se da criação de gado e iniciando a fundação do arraial de Nossa Senhora da Vitória, ciente da privilegiada localização da área. Desde o seu nascedouro, no coração do intrépido desbravador, Conquista figurava-se como entreposto de regiões distintas, bem no meio do caminho entre Minas Gerais, os sertões baianos e o litoral. Realizava-se, assim, o desejo português de ocupar região de entreposto comercial no interior.

Em maio de 1840, através da Lei Provincial nº 124, o então Arraial de Nossa Senhora da Vitória foi elevado à Vila, com o nome de Imperial Vila da Vitória, verificando-se sua instalação em 09 de novembro de 1840. A Imperial Vila da Vitória foi elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se, simplesmente, “Conquista”, pelo Ato Estadual de 1º de julho de 1891, sendo que em 1943, através da Lei Estadual nº 141, o nome do município foi, definitivamente, alterado.

Durante a década de 60, com a construção da BR-116, a cidade passa a registrar um processo de acelerado crescimento do seu núcleo populacional, evolução significativa da população urbana e diminuição do nível de crescimento da população rural, intensificado com a implantação da cafeicultura a partir de 1972, que funcionou como fator de atração de famílias de baixo poder aquisitivo, trabalhadores assalariados e pequenos agricultores das regiões próximas a Vitória da Conquista. Esses eventos foram responsáveis pela implantação de loteamentos, que, juntamente com a construção de conjuntos habitacionais populares, contribuíram para o desenvolvimento demográfico local.

Na hierarquização de cidades, Vitória da Conquista é considerada “Capital Regional”, polarizando uma mesorregião com aproximadamente 200km de raio, e um conjunto de cerca de 80 municípios, a maioria deles situados no Polígono da Seca e com população aproximada de 2 milhões de habitantes, representando 17% da população baiana. Localiza-se no centro do cruzamento Norte-Sul do País (BR-116) e no cruzamento Leste-Oeste do Estado da Bahia (BA-262), situada a 134km da Ferrovia Centro-Atlântica, e a 276km do Porto e do aeroporto de Ilhéus, o que lhe possibilita enorme facilidade de se integrar aos modernos sistemas de transporte e acesso aos mais variados mercados consumidores estaduais e globais.

O município de Vitória da Conquista está localizado na microrregião do Planalto de Conquista, no Sudoeste da Bahia. Sua sede, situada nas encostas da Serra do Peri-Peri, está a 509km da capital do Estado e possui as seguintes

coordenadas geográficas: 14° 50’ 53’’ de latitude Sul e 40o 50’ 19’’ de longitude Oeste. Tem uma área de 3.743km^2, distribuída em 12 distritos: Sede, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, Bate-pé, Veredinha, Cercadinho, Cabeceira da Jiboia, Dantelândia, São Sebastião e São João da Vitória. O município limita-se com os município de Anagé, Belo Campo, Encruzilhada, Planalto, Barra do Choça, Cândido Sales, Itambé e Ribeirão do Largo.

Vitória da Conquista está entre as 31 cidades nordestinas com população entre 100 e 500 mil habitantes, quase todas (exceto Juazeiro e Petrolina) exercem, historicamente, uma centralidade regional. A influência de Vitória da Conquista se dá mais fortemente para o interior do estado, e uma influência sobre os municípios circunvizinhos (distância média de 50 a 100km) em todas as direções. Segundo os critérios de espacialização, tendo por referência as características de produção do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Vitória da Conquista está localizado na microrregião de mesmo nome, sendo o mais importante dos 17 municípios da sua microrregião. Vitória da Conquista é o centro dinâmico de um território de identidade de mesmo nome. São 24 municípios integrantes do território: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.

De acordo com o censo de 2010, divulgado pelo IBGE, a população do Município de Vitória da Conquista chegou a 306.866 habitantes, com uma densidade demográfica de 90,11 habitantes por km². O Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Vitória da Conquista, no ano de 2009, foi de R$ 3.142.677.000,00. Segundo a SEI (2012), no mesmo ano, a cidade passou a ter o sexto PIB da Bahia, com participação de 2,29% no PIB do Estado. À frente de Vitória da Conquista só estão: Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Feira de Santana e Candeias. Destaca-se, nessa participação, a referência para diversas cidades circunvizinhas nos setores de educação, saúde e, principalmente, no comércio, com grandes redes de varejo e atacado.

O crescimento da população em Vitória da Conquista deverá evoluir pela expansão da população urbana num ritmo mais acelerado do que a população total,

embora a taxas de crescimento decrescentes, e a redução absoluta da população rural, mantendo a tendência dos últimos anos.

A população total por sua vez, terá um ritmo de crescimento menos acentuado, começando com taxas de 0,83% ao ano e chegando, em 2025, a 0,35% ao ano, como se pode observar na tabela a seguir.

TABELA 1: Taxas de Crescimento Estimadas 2005 - 2025

Anos	Urbana	Rural	Total
2000-2005	1,01%	-0,29%	0,83%
2005-2010	0,75%	-0,25%	0,63%
2010-2015	0,59%	-0,21%	0,50%
2015-2020	0,49%	-0,19%	0,42%
2020-2025	0,41%	-0,17%	0,35%

Fonte: UFC/Engenharia

O município de Vitória da Conquista tem nos serviços o setor dinâmico de sua atividade econômica. Os serviços representam 81,44% do valor adicionado à estrutura setorial, a indústria responde por 14,61% e a agropecuária apenas 3,94%. O Produto municipal, em 2009, foi estimado pela SEI (2011) em R$ 3.142.680.000,00 (três bilhões, cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta mil reais), representando 2,29% do PIB estadual. O PIB per capita, em 2009, foi de R$ 9.854,68, pouco acima do PIB per capita estadual, bem abaixo do nacional. Ao longo da década, entre 2001 e 2010, o produto municipal cresceu a uma média anual de 14,5%, e o PIB per capita a uma média de 14,2%. Em âmbito regional, o PIB de Vitória da Conquista representa 66% do produto de seu Território de Identidade 28.

Vitória da Conquista apresenta alguns contrastes em relação aos seus indicadores econômicos e sociais. Segundo dados da SEI para o ano de 2006, (últimas estatísticas disponíveis), o município - que é terceiro maior do Estado em população, área urbana, articulação regional e em oferta de serviços de saúde e educação - ocupava o quarto lugar em Índice de Desenvolvimento Social (IDS), e o quarto no Índice do Nível de Saúde. Em contraste, o município ocupava o 15o lugar no Índice de Desenvolvimento Econômico, o 42° em Infraestrutura, o 32° no Nível de

Educação, o 11° no Índice de Renda Média dos Chefes de Família, ocupa o 22° lugar em Qualificação da Mão de Obra e é o 19° colocado em Serviços Básicos (SEI, 2011). Isso decorre do fato de o município não figurar nas estratégias de desenvolvimento regional dos governos tanto federal quanto estadual.

As estratégias de desenvolvimento regional baseadas no paradigma 'de cima para baixo' que tinham a industrialização como processo-motor do crescimento econômico, concomitante à ideia de urbanização, sequer foi objeto de planejamento em uma estratégia de desenvolvimento para o município de Vitória da Conquista. Cabe salientar que as cidades são economias abertas, por isso os cálculos do produto municipal são limitados para o objetivo da Contabilidade Social. Os métodos de trabalho válidos em âmbito nacional são impossíveis de serem aplicados no plano municipal. Os métodos utilizados pela Contabilidade Social para medir a renda são: soma dos valores adicionados pela produção de bens e serviços, num espaço geográfico em um determinado período de tempo – ótica do produto; e soma da remuneração dos fatores de produção – ótica da renda.

2.7 Responsabilidade Social da IES

A responsabilidade social das Instituições Federais é intrínseca à sua condição natural de Instituição Pública, reforçando o compromisso com o ensino, pesquisa e extensão.

Nesta perspectiva, o IFBA apresenta uma concepção de eficiência e eficácia da educação, oferecida à comunidade através de um ensino de qualidade nos níveis de escolaridade médio, técnico e superior, buscando a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de fortalecimento das ações de inclusão social, desenvolvimento econômico, científico e social em defesa do meio ambiente.

A produção de conhecimento proveniente das Instituições de Ensino pode-se inferir que é um "bem comum", de todos, tanto de quem produz como a quem se destina. Desta forma, a sociedade deve se apropriar dos benefícios com a finalidade de transformação social. Na perspectiva de afirmar a responsabilidade social, o IFBA pretende expandir os espaços de produção de conhecimento, baseada nas trocas de saberes entre seus produtores do conhecimento e a sociedade.

É com essas trocas que o IFBA busca a maior diversidade nas atividades de interação com a comunidade através de ações que visem a construir uma sociedade mais solidária e comprometida com as questões socioambientais, procurando, contudo, atender as diversidades regionais, onde os campi do IFBA estão presentes. Desta forma, apresentar-se-á a Responsabilidade Social de cada campi que integra o Instituto Federal da Bahia.

2.7.1 Campus de Barreiras

No cenário da responsabilidade social, é imprescindível pensar o IFBA campus de Barreiras, como um espaço de formação humana, crítica, de produção e socialização de conhecimentos para a construção da cidadania e dignidade humana. Assim, em consonância com sua função pública visa a atender às necessidades sociais do município de Barreiras e Região Oeste da Bahia, ofertando ensino de qualidade, bem como, o desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria da sociedade, na busca da diversidade das atividades de interação com a comunidade, por meio de movimentos que proporcionem a construção de uma sociedade mais solidária e comprometida com o contexto sociocultural, regional e local.

Na caminhada, para a consolidação do campus Barreiras em uma instituição de qualidade e responsabilidade social referendada, diversas ações são implementadas, entre as quais se destacam:

- Interação entre o campus, os servidores, estudantes e a sociedade por meio de consolidação de parcerias interinstitucionais, articuladas com o poder público e privado, como mola propulsora para a sustentabilidade, desenvolvimento institucional que produz ações cooperativas, como pesquisa, prestação de serviços, estágio curricular e extracurricular, intercâmbio profissional e ações de socialização do conhecimento;
- Projeto Pedagógico de nivelamento, atendimento ao discente, orientação para os estudos e estímulo à permanência e sucesso educacional dos nossos estudantes. Núcleo de Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais – NAPNE; Apoio financeiro por meio dos programas governamentais;

- Arquitetura curricular flexível que permite uma rica e ampla discussão, bem como a integração entre as modalidades/níveis dos cursos ofertados, além de propiciar a educação continuada e a verticalização do ensino, a inclusão de jovens, adultos e pessoas com necessidades educacionais especiais no universo da comunidade escolar;
- Investimentos em: ampliação das instalações físicas, adequação à acessibilidade, modernização dos laboratórios; qualificação profissional, pesquisa, extensão e inovação tecnológica que conduzem à materialização da funcionalidade social do conhecimento;
- Dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer, direcionados para a qualidade de vida, com vistas a oportunizar aos estudantes, servidores e a comunidade externa atividades físicas como fator de saúde para as boas práticas de hábitos saudáveis e criação e divulgação das expressões artístico-culturais, promovendo o acesso da comunidade interna e externa a espaços culturais, desportivos e de lazer;
- Gestão acadêmica, administrativa e financeira compartilhada;
- Contínua avaliação institucional para assegurar a efetiva responsabilidade social a que o Instituto se propõe;
- Realização de reuniões de integração escola-família;
- Realização de eventos abertos à comunidade como a Jornada Científica e Tecnológica do Oeste Baiano; Feira de Ciência e Tecnologia; Semana do Meio Ambiente; Semana da Matemática; Semana da Engenharia de Alimentos; SEEINFO – Semana de Edificações, Eletrotécnica, Eletromecânica e Informática; IFTalentos; Semana da Consciência Negra, dentre outras formas de integração e participação da comunidade;
- Incentivo à participação de estudantes e servidores nos eventos científicos no âmbito local, regional, nacional.

2.7.2 Campus de Brumado

O campus de Brumado tem como função social promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável da região.

Como Instituição Pública de ensino, o campus de Brumado tem como responsabilidade ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, objetivando a formação e qualificação dos habitantes da região, com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional, orientando a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de sua atuação.

Por sua inserção e importância regional, o campus Brumado tem como responsabilidade ofertar cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização profissional, em todos os níveis de escolaridade, bem como estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico regional.

Por meio do ensino, da pesquisa e da extensão o campus de Brumado se compromete a promover projetos de pesquisa e extensão que visem ao desenvolvimento econômico regional, tendo como horizonte o combate às desigualdades sociais e educacionais por meio da realização e estimulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Em sua função social, a comunidade acadêmica do campus de Brumado se propõe a elaborar projetos que agreguem valor técnico e científico aos arranjos produtivos locais, por meio de um conjunto de ações, técnicas e de metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida, promovendo ações em prol do desenvolvimento local, estendendo os benefícios da pesquisa aplicada a toda a comunidade.

2.7.3 Campus de Camaçari

É compromisso do campus de Camaçari possibilitar o acesso dos diversos seguimentos da comunidade local aos seus espaços, visando a contribuir com a

educação da população, com formação profissional completa e de qualidade, tanto para aqueles que ingressam pela primeira vez no ensino técnico ou superior, quanto aos que buscam aperfeiçoamento e capacitação para desenvolver melhor suas atividades empregatícias. Como consequência, o campus de Camaçari do IFBA visa a contribuir, cada vez mais, com o desenvolvimento social e econômico do município.

Com a sua implantação no município de Camaçari, o campus já beneficiou muitos estudantes, que precisavam se deslocar por vários quilômetros para ter acesso a outros campi do IFBA, localizados em Salvador ou em Simões Filho. A fim de seguir cada vez mais firme no cumprimento de sua missão, de levar educação pública e de qualidade à comunidade de Camaçari e vizinhanças,o campus de Camaçari vem oferecendo diversos cursos de extensão e qualificação profissional, e ainda tem estendido seus horizontes de atuação por meio do programa de formação inicial e continuada (FIC). Por isso, decidiu se integrar ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, em 2012, e, recentemente, ao Programa Mulheres Mil.

Nos seis anos de funcionamento, o campus de Camaçari já ofertou mais de 45 cursos, atendendo a mais de 3500 pessoas, entre estudantes e membros da comunidade local e comunidades vizinhas. Pretende, ainda, contribuir com a formação profissional de muito mais pessoas, nesse próximo quinquênio, implantando, inclusive, cursos que possibilitem não somente que o concluinte atue nas diversas indústrias em funcionamento, como também nas que pretendem se instalar no vasto polo industrial da região metropolitana de Salvador ao tempo em que seja um empreendedor capaz de constituir seu próprio negócio.

Ao compreender a importância da aproximação entre a população local e a instituição, e a interação entre ambas, o campus de Camaçari, também, anseia intensificar esta relação, por meio da organização de atividades culturais, esportivas e científicas abertas à participação da população em geral.

Cabe ressaltar que o estabelecimento de parcerias com empresas, que também tenham a responsabilidade social como diretriz de atuação, poderá ajudar muito na construção de projetos que visem ao crescimento de todos, com benefícios importantes à comunidade.

2.7.4 Campus de Euclides da Cunha

O IFBA, campus de Euclides da Cunha tem o compromisso de servir como unidade de desenvolvimento do nível da educação da região em que se encontra, bem como o desenvolvimento tecnológico e social que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida e inserção política da população. Para tanto, oferece ensino, pesquisa e extensão visando a incrementar a oferta de profissionais no mercado. As necessidades sociais demandam um diálogo permanente com as comunidades locais.

O Campus de Euclides da Cunha tem sido pensado na perspectiva de aproximar docentes e estudantes das comunidades e povoados da região do nordeste baiano em que se situa. O campus possibilita o acesso da população e das instituições parceira aos seus espaços e a comunicação ampla e aberta com seus profissionais.

Neste sentido, por compreender a importância da aproximação e interação da população local com o IFBA, o campus projeta intensificar a sua atividade interacional para concretizar, na região, a sua missão, “a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”, o que demanda parcerias e acesso a ambientes educacionais e políticos adequados.

2.7.5 Campus de Eunápolis

O campus de Eunápolis vem, ao longo da sua existência, promovendo ações em prol do desenvolvimento econômico regional e tem como horizonte o combate às desigualdades sociais e educacionais.

Tem como responsabilidade social uma educação voltada para a formação integral dos seus alunos e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Para tanto, e em consonância com o Projeto Político Pedagógico Institucional, tem como elemento fundamental da sua missão a centralidade da “qualidade socialmente referenciada” para atender às necessidades e demandas da sua sociedade.

Foram desenvolvidas atividades como: Telecurso 1º Grau em parceira com a Prefeitura Municipal de Eunápolis, Incubadora Tecnológica de Eunápolis, Curso Emergencial de Auxiliar de Enfermagem, Técnico de nível médio integrado em Agropecuária Sustentável, em parceria com o MLT – Movimento de Luta pela Terra (MLT) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com seleção especial direcionada para os moradores de área de assentamento agrário, além de diversos seminários na área de educação e formação profissional.

Ressaltam-se outras ações/atividades como: biblioteca aberta, com acesso à internet, para alunos das redes públicas, municipal e estadual; gincanas de integração com arrecadação de mantimentos para as creches municipais; doações de carteiras escolares para escolas públicas; natal solidário; curso de primeiros socorros e higiene pessoal para os funcionários dos serviços gerais (empresas terceirizadas do IFBA); oficinas e atividades recreativas para as crianças das escolas públicas do entorno do Campus Eunápolis; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia aberta ao público externo; oficinas de inclusão digital, produção de sabão, orientação à Saúde (hipertensão, diabetes, controle de natalidade e planejamento familiar); dia da Ação Social e Campanha de Doação de Sangue, curso de preparação para ingresso no Instituto PRO-IFBA, Projeto Segundo Tempo, Projeto Mulheres Mil, PRONATEC, Seminário de Iniciação Científica, Projeto da Diversidade e Pluralidade Cultural e Semana da Consciência Negra.

Faz-se necessário, dada a nova institucionalidade, promover novas ações agora em consonância especial com a Pró-Reitoria de Extensão, como cursos de qualificação, seminários, palestras, prestações de serviços a setores de risco da nossa população, dentre outros.

Tais atividades, em conjunto com as ações desenvolvidas historicamente em seu âmbito, fazem do Instituto Federal da Bahia uma importante instituição para o desenvolvimento sociocultural da região do Extremo Sul da Bahia.

2.7.6 Campus de Feira de Santana

O IFBA campus de Feira de Santana vem, nesses anos iniciais de implantação, buscando discutir e promover ações em prol do desenvolvimento socioeconômico da sua região, bem como do seu entorno. É fundamental para a

consolidação e crescimento dessa instituição que haja uma política educacional de inclusão social, no sentido de combater as desigualdades sociais e econômicas existentes na Região Metropolitana de Feira de Santana. Em consonância com a missão do IFBA de “promover a formação do cidadão histórico critico”(IFBA,2009), o campus de Feira de Santana tem como responsabilidade social desenvolver uma educação de qualidade voltada ao respeito às diversidades étnicas, de gênero, religiosas e sexuais, e à contribuição no sentido de buscar uma sociedade mais justa e humana.

Dentre as atividades em andamento no campus que possibilitam o desenvolvimento sustentável dessa região, pode-se destacar o Projeto Casas do Sertão, que visa a estimular a reflexão sobre a condição de vida das pessoas que vivem na região do semiárido da Bahia. Este projeto prevê, por exemplo, intervenções artísticas, oficinas de Identidade e Memória, como também exposição fotográfica das intervenções produzidas.

Além dessa atividade, o projeto Leitura e Escrita, instrumentos para a inclusão e o desenvolvimento social, pretende, junto com a comunidade do bairro Aviário, estimular, desenvolver e aperfeiçoar a prática de produção textual em contextos diversificados, de maneira a proporcionar uma interação mais efetiva e eficaz com as diversas demandas da sociedade. Destaca-se, ainda, um projeto de pesquisa que visa a purificar águas salobras, obtidas em poços e açudes da região do semiárido, usando uma nova tecnologia desenvolvida no IFBA, para produção de um destilador de água por energia solar.

Em conformidade com o Projeto Político Pedagógico Institucional, o campus de Feira de Santana tem como uma das prioridades a responsabilidade socioambiental dessa região, e irá incluir na sua agenda a realização de projetos, atividades, oficinas e políticas que busquem promover a reflexão dos problemas ambientais, assim como a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos.

Nesse sentido, serão desenvolvidas atividades como a promoção do dia da ação social, palestras envolvendo o universo da Informática e das tecnologias abertas para a Comunidade do Aviário, a implantação da coleta seletiva, o uso racional da água e da energia, projetos para aplicação de energia solar e reutilização da água, assim como a implantação de pequenas praças arborizadas e jardins

dentro do campus, com métodos modernos de irrigação das áreas verdes, dentre outras.

Para tanto, como objetivo de fazer do campus de Feira de Santana uma importante instituição para o desenvolvimento socioeconômico da sua região, contribuindo para a geração de trabalho e renda, através da oferta de ensino, pesquisa e extensão, a gestão compreende ser necessária a criação de uma comissão multidisciplinar a fim de fomentar, implementar e avaliar as questões de sustentabilidade social, ambiental e econômica durante a vigência desse PDI.

2.7.7 Campus de Ilhéus

Localizada na chamada zona cacaueira, ao Sul do Estado da Bahia, Ilhéus é conhecida entre os seus moradores como a capital do cacau, capital da Costa do Cacau e a “Princesinha do Sul”. Possui uma extensão territorial de aproximadamente 1.800km² e uma população de 219 mil habitantes, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), com o mais extenso litoral entre os municípios do estado. Ilhéus foi fundada em 1534 e elevado à cidade em 1881. Apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,66.

Percebeu-se que, nos últimos anos, o município de Ilhéus deixou de ser apenas um pólo agrícola: o turismo, a produção de chocolate artesanal e a criação do Parque Tecnológico abriram caminho para a atual diversidade produtiva e capacidade de assimilação de novas propostas do município. Daí a necessidade de se qualificar a mão de obra local, e o IFBA se insere nesse contexto.

Ações de responsabilidade social partem do princípio de envolvimento de atores sociais na discussão, diálogo entre representantes sindicais, gestores locais, empresas para analisar e refletir sobre o que está posto nas políticas de trabalho, emprego e renda, mobilidade social, questões que ultrapassam o campo educacional.

O IFBA campus de Ilhéus, que está instalado na região desde 2011, vem crescendo e tem contribuído para ampliar, significativamente, as oportunidades de acesso de uma imensa quantidade de jovens e adultos de todo o Território ao sistema produtivo pela via da educação profissional e tecnológica.

O IFBA, há três anos, desenvolve suas ações, atendendo à comunidade de Ilhéus, sendo os alunos procedentes de todos os bairros da cidade: Banco da

Vitória, Barra do Itaípe, Basílio, Boa Vista, Centro, Cidade Nova, Conquista, Esperança, Hernani Sá, Iguape, Ilhéus II, Jardim Atlântico, Jardim Savóia, Malhado, São Francisco, Nelson Costa, Nossa Senhora da Vitória, Olivença, Pacheco, Pontal, Princesa Isabel, Salobrinho, São Domingos, São Miguel, São Sebastião, Tapera, Teotônio Vilela, Teresópolis, Vila Cachoeira, Vila Nazaré, bem como das cidades vizinhas num raio de até 200km.

O Território de Identidade do Litoral Sul, onde se encontra o município de Ilhéus abrange uma área de 15.153,78km² e é composto por 26 municípios: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca. A população total do território é de 780.364 habitantes, dos quais 149.845 vivem na área rural, o que corresponde a 19,2 % do total.

A oferta pública de formação profissional de qualidade está aliada às estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável, viabilizando o fortalecimento da atividade produtiva do Território. Por isso, fornece suporte aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) – formados por empresas, instituições e ONGs – que exercem o aprendizado coletivo e a troca de informações com oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos o que significa o aumento expressivo da qualificação da população dessa região dando maior competência para que o território se desenvolva, ampliando a produção e a inserção em novos mercados, inclusive externos.

Esses APL se fortalecem pela incorporação da ciência e tecnologia aos processos, produtos e serviços prestados, identificando e resolvendo os gargalos tecnológicos, que impedem o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população de renda mais baixa. O IFBA em Ilhéus tem a missão de contribuir para a redução dos fluxos migratórios e fixação dos jovens estudantes e de sua família que não têm mais necessidade de se deslocar para os grandes centros urbanos em busca de formação profissional, que passou a ser oferecida no território.

O campus de Ilhéus finalizou o primeiro semestre de 2014 com 2.379 alunos matriculados, dos quais 313 são dos cursos técnicos na forma integrada, 376 dos

cursos técnicos na forma subsequente, 80 do Programa Mulheres Mil, 160 através do Pró-funcionário e 1.450 no PRONATEC.

Ao seguir as finalidades e objetivos do IFBA, o campus de Ilhéus oferece: cursos técnicos de nível médio em Informática e Segurança do Trabalho na forma integrada e Informática, Segurança do Trabalho e Edificações na forma subsequente; cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Preparo de Alimentos pelo programa Mulheres Mil e cursos FIC em Programador Web, Biojoias, Auxiliar de Cozinha, Operador de Caixa, Cuidador de Idoso, Recepcionista, Auxiliar Administrativo, Garçom, Vendedor e Jardinagem pelo PRONATEC.

Ao pensar no crescimento da oferta de cursos, o campus já inicia seus projetos com previsão de oferta de mais um curso técnico em 2015 e um bacharelado ou engenharia em 2016. A cada ano, o campus tem ampliado seus projetos e programas de pesquisa e extensão no intuito de consolidar a influência institucional no Território do Litoral Sul, inserindo-se em discussões importantes para o desenvolvimento sustentável da região.

O curso Técnico em Edificações vem desenvolvendo um projeto chamado “Edifica Ações” que tem como objetivo promover oficinas de impermeabilização para qualificação da população local quanto à colocação de cerâmica com o fim social de ofertar vaga para moradores do entorno em situação de vulnerabilidade.

O Programa Mulheres Mil está inserido no Programa de Inclusão Produtiva do Brasil sem Miséria, ofertando a cada quatro meses Cursos FIC com carga horária prevista entre 160 a 180 horas. Realizou-se consulta pública com o entorno do IFBA para a inclusão de mulheres no mundo do trabalho.

Buscar as estratégias de inclusão e de responsabilidade social do IFBA em relação às mulheres que moram no entorno participantes do Programa Mulheres Mil se faz necessário como forma de garantir o processo de emancipação para o mundo do trabalho. Enfatizar a necessidade de participação de mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, no enfrentamento da pobreza com compromisso nos resultados das ações significa agir apontando a contradição entre o discurso de inclusão social do estado e a realidade ali existente.

A proposta para o segundo semestre de 2014 e também 2015 para as mulheres está na possibilidade de oficinas de autoestima, oficinas de política e educação política para que elas possam compreender o espaço onde vivem, discutir

e refletir sobre seu papel de cidadãs e de que forma podem exigir do poder local a garantia de direitos na área de educação, saúde, assistência social e trabalho.

O PRONATEC vem crescendo e se expandindo através da parceria entre o Instituto Federal e os municípios do Território: no primeiro semestre de 2014 foram ofertados, através do programa, cursos FIC de 160 a 200 horas nos municípios de Ilhéus, Itabuna, Coaraci, Barro Preto, Itapé e Ibicaraí. Para o segundo semestre o programa deve contemplar os municípios de Almadina, Itapitanga e Itajuípe. Em 2015, deve chegar a mais municípios do Território. Percebe-se a alegria dos alunos ao serem reinseridos no mercado de trabalho após conclusão dos cursos, o que não seria possível sem a chegada do Programa a esses municípios, principalmente às pessoas de baixa renda e com pouca qualificação.

Alguns projetos como: Jornada Acadêmica, Semana de Ciência e Tecnologia, Festival de Curtas e ainda projetos específicos de disciplinas propedêuticas vêm sendo desenvolvidos juntos aos alunos, contribuindo para a formação geral destes alunos.

Diante do exposto, compreende-se que o IFBA campus de Ilhéus vem cumprindo a sua Responsabilidade Social, que coaduna com sua missão institucional de “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”. (IFBA, 2009).

2.7.8 Campus de Irecê

Após três anos de funcionamento no Território de Irecê, o IFBA campus de Irecê já tem contribuído para ampliar, significativamente, as oportunidades de acesso de uma imensa quantidade de jovens e adultos de todo o Território ao sistema produtivo pela via da educação profissional e tecnológica.

O Território de Identidade de Irecê-BA abrange uma área de 27.490,80km² e é composto por 20 municípios: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Central, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, João Dourado e Xique-Xique. A população total do território é de 403.070

habitantes, dos quais 155.392 vivem na área rural, o que corresponde a 38,55% do total.

A oferta pública de formação profissional de qualidade está aliada às estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável, viabilizando o fortalecimento da atividade produtiva do Território. Por isso, fornece suporte aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) – formados por empresas, instituições e ONGs – que exercem o aprendizado coletivo e a troca de informações com oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos, o que significa o aumento expressivo da qualificação da população dessa região, gerando maior competência para que o território se desenvolva ao ampliar a produção e a inserção em novos mercados, inclusive externos.

Esses APL se fortalecem pela incorporação da ciência e tecnologia aos processos, produtos e serviços prestados, identificando e resolvendo os gargalos tecnológicos que impedem o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população de renda mais baixa. O IFBA em Irecê contribui para a redução dos fluxos migratórios e fixação dos jovens estudantes e de suas famílias que não têm mais necessidade de se deslocar para os grandes centros urbanos em busca de formação profissional que passou a ser oferecida no território.

O campus de Irecê finaliza 2013 com 1040 alunos matriculados, dos quais 288 são dos cursos técnicos integrado, 154 dos cursos técnicos subsequentes, 93 do Programa Mulheres Mil, 130 através do Pró-funcionário e 375 no PRONATEC. A consolidação da abrangência do campus está comprovada pela existência de matriculas de alunos de todas as cidades do Território.

Ao seguir as finalidades e objetivos do IFBA, o campus de Irecê oferece: cursos Técnicos de nível médio nas modalidades Integrada e Subsequente em Informática, Eletromecânica e Biocombustíveis, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Preparo de Alimentos pelo programa Mulheres Mil e cursos FIC em Programador Web, Biojoias, Auxiliar de Cozinha, Operador de Caixa, Cuidador de Idoso, Recepcionista, Auxiliar Administrativo, Garçom, Vendedor e Jardinagem pelo PRONATEC.

Ao pensar na verticalização para o Ensino Superior, o campus já inicia seus projetos com previsão de oferta de uma Licenciatura a partir de 2014. A cada ano, o campus tem ampliado seus projetos e programas de pesquisa e extensão no intuito

de consolidar a influência institucional no Território de Irecê, inserindo-se em discussões importantes para o desenvolvimento sustentável da região.

Diante do exposto, compreende-se que o IFBA – campus de Irecê vem cumprindo a sua Responsabilidade Social, que coaduna com sua missão institucional de “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”. (IFBA, 2009).

2.7.9 Campus de Jacobina

O IFBA, instituição de ensino, tem prestado um importante serviço à sociedade, oferecendo educação pública, gratuita e de qualidade a toda a população, em especial à da Bahia que é sua esfera de atuação. O campus de Jacobina em consonância com as diretrizes e missão do IFBA, tem contribuído, significativamente, na oferta de oportunidades a jovens e adultos e, sobretudo de uma formação profissional e cidadã.

Neste sentido, o campus de Jacobina vem desenvolvendo um conjunto de ações junto à sua comunidade acadêmica, bem como a toda a sociedade atendida no seu lócus de atuação, reconhecendo assim a importância e o seu papel no desenvolvimento social e econômico para a região em que está instalado. Entre as ações, é possível destacar projetos de acesso e permanência dos seus alunos; integração social com diversos segmentos da sociedade organizada, através de parcerias e desenvolvimento de projetos de extensão, a exemplo do Centro de Promoção da Cidadania que visa a atender pessoas carentes do município com a prestação de serviços de orientação social e jurídica; ampliação da oferta de cursos nas diversas modalidades, incluindo assim a formação continuada através de projetos como Mulheres Mil e PRONATEC, estes que capacitaram nos últimos três anos mais de 3 mil alunos em Jacobina e cidades circunvizinhas; desenvolvimento de projetos de esporte e lazer para alunos, servidores e outras instituições de ensino, integrando, assim, ações de promoção da qualidade de vida; parcerias de estágios com diversas empresas instaladas na região para possibilitar o desenvolvimento e ampliação do seu aprendizado, bem como o contato destes alunos com o mercado de trabalho.

O campus de Jacobina, desta forma, contribui com o desenvolvimento socioeconômico da região gerando emprego e renda e com isso forma sujeitos capazes de construir uma sociedade mais justa e solidária.

2.7.10 Campus de Jequié

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, campus de Jequié tem como sua responsabilidade social, a forma de gestão integrada, ética e transparente das nossas atividades e relações com todos os públicos de interesse ao promover os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo, pois a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo no sentido de contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social.

2.7.11 Campus de Juazeiro

A criação do IFBA - Campus de Juazeiro foi motivada pela necessidade de ofertar educação básica, técnica e tecnológica de forma pública, gratuita e de qualidade a toda a comunidade do Território do Sertão do São Francisco. Ainda que faça parte da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - RIDE do Polo Juazeiro e Petrolina, a atuação social do *campus* Juazeiro se volta, principalmente, para as necessidades do Território do Sertão do São Francisco na Bahia, visto que, na outra margem do Rio São Francisco, na cidade de Petrolina, há dois *campi* do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, que já atendem a demandas dos demais municípios pernambucanos que fazem parte da RIDE e, até então, também atendiam às necessidades dos municípios do norte baiano.

O Território do Sertão do São Francisco é formado pelos municípios de Curaçá, Canudos, Uauá, Sobradinho, Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado, que passam a contar com o IFBA, campus de Juazeiro como um centro de Referência em Educação e Extensão

Ao todo, o território ocupa uma área de aproximadamente 61,6 mil km² no norte da Bahia e tem uma população de quase 500 mil habitantes, dos quais, 55% são considerados pobres ou extremamente pobres.

Assim, para além dos cursos regulares e eixos tecnológicos definidos pelo IFBA campus de Juazeiro junto à sua comunidade, é fundamental que sejam ofertados também cursos de formação inicial e continuada, de modo a atender às demandas prementes da sociedade, especialmente às dos moradores destes municípios e, num primeiro momento, às dos moradores do entorno do campus, oriundos dos bairros Dom José Rodrigues, Residencial São Francisco, Bairro João Paulo II, Praia do Rodeadouro e adjacências, na cidade de Juazeiro.

A primeira iniciativa a ser implementada com esse objetivo é o Programa Mulheres Mil, que priorizará o ingresso de mulheres, sobretudo dos bairros citados, que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ofertando-lhes cursos de curta duração que visem a sua rápida inserção no mundo do trabalho, prezando pela qualidade, possibilitando-lhes ampliar suas formas de atuação cidadã e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Outros projetos e trabalhos extensionistas serão ofertados regularmente, conforme constante mapeamento das necessidades locais, através de entrevistas e contato direto com os membros das comunidades, sendo levados a outras localidades do Território do Sertão do São Francisco.

Além dos cursos, projetos e programas de Extensão, há a preocupação em colaborar com o resgate e a preservação da cultura local, principalmente dos ribeirinhos, povos de terreiro e agricultores familiares, e, com o trabalho colaborativo no que tange aos cuidados para com o Rio São Francisco.

2.7.12 Campus de Lauro de Freitas

A função do campus de Lauro de Freitas é a de promover ciência, educação e tecnologia referenciada tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, observando os princípios que regem a missão do instituto, que é a de “*Promover a*

formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país".

O IFBA, campus de Lauro de Freitas, objetiva possibilitar a formação de profissionais capazes de atender aos desafios da sociedade contemporânea em contínua transformação e que produzam de forma cidadã nas diversas áreas de sua atuação, tais como:

- Criar condições para o crescimento tecnológico em áreas multidisciplinares;
- Atender à carência regional em relação à formação de recursos humanos nestas áreas;
- Viabilizar a integração entre o meio acadêmico e a sociedade;
- Oportunizar opções estratégicas e empreendedoras em tecnologias para as organizações regionais, com a finalidade de criação de novas empresas na área;
- Fomentar, junto aos discentes através da prática docente, a formação humanística para o desenvolvimento da crítica e reflexão sobre aspectos éticos, políticos, sociais, e econômicos, bem como o saber manter e desenvolver projetos.

O ingresso aos cursos é aberto a toda sociedade via processo seletivo e cumpre a Lei de cotas nº 12.711/2012, o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, de que trata o Sistema de Cotas.

Para livre concorrência, a entrada faz-se através de processo seletivo em conjunto com a efetivação de matrícula, sendo tais procedimentos regidos pela legislação em vigor e pelas Normas Acadêmicas do IFBA.

Portanto, a responsabilidade social do campus de Lauro de Freitas, é inerente à sua natureza pública, inserida no contexto do ensino, pesquisa e extensão como vetores de desenvolvimento social, político e econômico.

2.7.13 Campus de Paulo Afonso

O IFBA campus de Paulo Afonso, polo de desenvolvimento de ensino, pesquisa, extensão e inovação, deve também estar direcionado ao enfrentamento das questões sociais, decorrentes do modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil, mais especificamente no Território de Cidadania Semiárido II. O desafio posto é a ruptura com o paradigma do Estado do bem-estar, que traz no seu bojo uma construção histórica de filantropia assistencialista, para a construção de um modelo de assistência fundamentado na responsabilidade social do Estado Brasileiro. Neste sentido, possui três tipos de enfrentamento: o primeiro diz respeito à gestão social interna e engloba aspectos pertinentes à vida propriamente dita do campus, diz respeito a aspectos como saúde, segurança, qualidade no ambiente acadêmico, dos benefícios à comunidade acadêmica. Já o segundo tipo de enfrentamento está relacionado com a gestão social externa, a qualidade dos serviços prestados, o atendimento ao cidadão que busca os serviços oferecidos no IFBA campus de Paulo Afonso, os determinantes quantitativos e qualitativos dos serviços prestados. O terceiro enfrentamento, e não menos importante que os dois primeiros, é o que vai além da comunidade, mas diz respeito ao Território de Cidadania Semiárido II que o campus está ajudando a construir, quais as relações de emprego e renda que estão sendo construídas a partir da influência regional do IFBA, a qual tipo de desenvolvimento econômico, humano e social a Instituição está a serviço. Assim temos um campus que pretende atuar como polo de desenvolvimento de tecnologia social que possibilite ao cidadão deste Território a apropriação efetiva do conhecimento tecnológico, produzido com vistas à construção de uma realidade social local que responda às necessidades e anseios da maior parcela da população, de forma tal que esta mesma população tenha instrumentos tecnológicos e sociais para promover um desenvolvimento econômico que não tenha supremacia em relação ao desenvolvimento social, humano e ambiental, mas seja antes, um dos aspectos do desenvolvimento regional pleno.

2.7.14 Campus de Porto Seguro

O campus de Porto Seguro é uma instituição, que tem como princípio de gestão a constante interação com a comunidade local. A localização do campus possibilita o desenvolvimento social de vários bairros periféricos. O contingente populacional impactado chega a quase metade da população do município. O complexo de bairros periféricos localiza-se em regiões que não possuem atrativos turísticos, no entanto, representa 43% da população total do município.

Os bairros periféricos mais próximos do Campus são o Baianão, Mirante e Fontana, zonas urbanas com altos índices de exclusão social. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH médio é de 0,699 segundo o PNUD (2010). Assim, o compromisso do campus é a transformação social destas regiões, proporcionando através da educação a ascensão social. Os principais projetos dos quais o campus participa estão voltados para a Preservação Ambiental, a Educação Indígena e Afro-cultural e Projetos de Inclusão Digital.

A seguir, são apresentados alguns projetos em andamento e outros previstos:

- Conselho Gestor da APA Caraíva / Trancoso: o campus de Porto Seguro participa ativamente do Conselho;
- Conselho do Parque Nacional do Pau Brasil: o campus de Porto Seguro participa ativamente do Conselho;
- Educação Indígena e Afro Cultural: o campus possui vários projetos em andamento, como a elaboração de um plano de curso específico, além de promover, constantemente, eventos de valorização cultural;
- Projeto de Inclusão Digital: o campus juntamente com empresas parceiras e instituições públicas e privadas, planeja a estruturação de um projeto que contemple a educação empresarial através da tecnologia da informação, de comerciantes populares dos bairros periféricos (Baianão, Mirante, Fontana e outros);
- GESAC / Telecentro Comunitário: o projeto do Ministério das Comunicações está em estruturação no Campus, com a criação de um centro para acesso livre à internet e utilização em cursos para a população excluída local;

- Programas de aperfeiçoamento do funcionalismo público municipal através do PRONATEC e do Profuncionário;
- Incentivo à criação de grupos de pesquisa e extensão que valorizem a Arte e Cultura Afro-brasileira e estudos voltados para a diversidade;
- Amplo diálogo entre o campus e instituições como SEBRAE, CDL e associações empresariais diversas para ações de incentivo à regularidade e formalização dos fornecedores locais.

2.7.15 Campus de Salvador

A extensão, entendida como prática acadêmica que deve interligar o IFBA às suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas existentes, contribui para a formação de um profissional cidadão e credencia a Instituição junto à sociedade como um espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

O IFBA se depara com demandas sociais que impõem um diálogo permanente entre a instituição e a comunidade e isto deve estar refletido no dia-a-dia, envolvendo, necessariamente, ações em relação: à democratização das informações (que podem ser traduzidas em ações como cursos de formação inicial e continuada, eventos, etc.), ao desenvolvimento social e tecnológico (que pressupõe pesquisa, prestação de serviços, projetos tecnológicos) e à melhoria da qualidade de vida da população (ações voltadas para o desenvolvimento social da comunidade, incluindo a educação especial e na área cultural).

A extensão tem um grande leque de atuação e consequentemente, cria um manancial de dados que precisa de ser sistematizado, com objetivo de dar visibilidade à contribuição da extensão no contexto local, regional e nacional.

Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

2.7.16 Campus de Santo Amaro

A responsabilidade social do IFBA verifica-se em suas contribuições em relação à promoção da educação de qualidade, à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e do patrimônio cultural e artístico, contribuindo para eliminação das desigualdades sociais regionais. Nesse sentido, são desenvolvidas ações extensionistas com o objetivo de promover a difusão de conhecimento pertinente às áreas dos cursos oferecidos.

A política de inclusão social estabelecida pelo IFBA campus de Santo Amaro possui os seguintes objetivos:

- Promover a melhoria do desempenho dos alunos com comprovada deficiência por meio de oficinas de nivelamento em português e em matemática, voltadas para a superação das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso ao IFBA;
- Ofertar o Pré-IFBA para a comunidade como forma de facilitar o ingresso dos estudantes através do processo seletivo;
- Aumentar o número de estudantes negros e afrodescendentes nos cursos;
- Fomentar ações acadêmicas para o reconhecimento e aceitação das diferenças étnicas, culturais, opção sexual, credo e direitos humanos;
- Propiciar as condições necessárias para a permanência dos ingressantes nos cursos;
- Incentivar a preparação de estudantes pertencentes aos segmentos sociais contemplados com bolsas, quando concluintes, para continuidade de estudos e(ou) para o trabalho profissional;
- Reforçar a política de assistência e atendimento estudantil;
- Desenvolver ações conjuntas com a sociedade para promover a inclusão social de alunos durante a vida acadêmica e ao iniciar as atividades profissionais.

2.7.17 Campus de Santo Antônio de Jesus

É compromisso do campus de Santo Antônio de Jesus aproximar-se das comunidades do Território de Identidade do Recôncavo, possibilitando o acesso dos diversos segmentos da sociedade aos seus espaços e contribuindo com a educação da população, com formação profissional completa e de qualidade.

Por sua inserção e importância regional, o campus de Santo Antônio de Jesus tem como responsabilidade ofertar cursos que promovam a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização profissional, em todos os níveis de escolaridade, bem como estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico regional.

As demandas sociais que se apresentam para o IFBA exigem um diálogo permanente entre a instituição e a comunidade, que precisa de estar refletido em ações concretas que visem à democratização das informações (que podem ser traduzidas em ações como cursos de formação inicial e continuada, eventos, etc.), o desenvolvimento social e tecnológico (que pressupõe pesquisa, prestação de serviços, projetos tecnológicos) e a melhoria da qualidade de vida da população (ações voltadas para o desenvolvimento social da comunidade, incluindo a educação especial e a área cultural).

Ao entender a importância da aproximação entre a população local e a instituição, e a interação entre ambas, o campus de Santo Antônio de Jesus também anseia intensificar esta relação, por meio da organização de atividades culturais, esportivas e científicas abertas à participação da população em geral.

O estabelecimento de parcerias com empresas e organizações, que tenham a responsabilidade social como diretriz de atuação, também poderá contribuir na construção de projetos que visem ao crescimento de todos, com benefícios importantes à comunidade.

2.7.18 Campus de Seabra

O Instituto federal da Bahia, campus de Seabra, norteia sua responsabilidade social a partir da abrangência do Território da Chapada Diamantina e suas peculiaridades tais como agricultura familiar, turismo rural de base comunitária, iniciativas agroecológicas, ações diretamente ligadas às comunidades quilombolas dentre outras ações e demandas concernentes à prerrogativas da instituição. Ressalta-se, nesse processo, a necessidade de maior estreitamento com os movimentos sociais e sociedade civil organizada no contexto do empoderamento dos sujeitos e grupos organizados visando ao acolhimento de demandas sociais, ambientais e territoriais. Vale ressaltar também a inserção do campus Seabra em vários conselhos tais como Colegiado Territorial da Chapada Diamantina, Conselho de Comunidades Quilombolas e APA Marimbus Iraquara, o que demonstra o comprometimento com a região e com seu desenvolvimento social, ambiental e territorial.

2.7.19 Campus de Simões Filho

A importância estratégica desse campus para a região é de fundamental relevância por oferecer suporte de recursos humanos com capacidade técnica reconhecida para a área industrial que se faz cada vez mais presente nos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Ao herdar as instalações do antigo CENTEC,o campus de Simões Filho se destaca dos demais pela grande disponibilidade de espaço físico, o que lhe confere um potencial de crescimento, limitado, obviamente, pela disponibilidade de recursos financeiros e humanos. Portanto, como ponto forte, pode-se destacar esta potencialidade de expansão da Instituição, porém condicionada a um tratamento diferenciado por parte do MEC com o objetivo de aproveitamento das potencialidades locais.

Além da infraestrutura, o campus conta com um quadro de pessoal técnico e docente, que se compromete com os objetivos institucionais e proporciona à comunidade local um ensino profissional gratuito e de qualidade. No quadro de pessoal técnico estão presentes profissionais de administração, bibliotecários, técnicos de laboratórios e audiovisual, comunicação, serviço social, pedagogia,

psicologia, transporte, saúde, enfim um elenco de profissionais atuando dentro de uma estrutura singular na região com capacidade de oferecer o suporte necessário ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

O corpo docente é composto de profissionais das áreas das ciências naturais, ciências humanas, linguagem, matemática, desenho e áreas técnicas relacionadas aos cursos de Mecânica, Metalurgia, Eletroeletrônica, Petróleo e Gás e Licenciatura.

O campus de Simões Filho almeja uma prática educativa baseada numa pedagogia crítica, cujo objetivo principal é o desenvolvimento do senso crítico do estudante em relação ao mundo, pautado nos princípios de igualdade, solidariedade e sustentabilidade.

2.7.20 Campus de Valença

O campus de Valença implementará ensino de qualidade e tomará como referência a sociedade, mediante a inclusão de jovens, adultos e pessoas com deficiências, no universo da comunidade escolar. O Instituto visa à efetividade do processo formativo mediante a integração com diversos segmentos da sociedade, com vistas ao cumprimento de sua missão.

O IFBA campus de Valença fomentará total interação com a sociedade, visando à implementação de projetos de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a sociedade e com o desenvolvimento educacional, econômico e social dos municípios circunvizinhos e demais regiões atendidas por essa Instituição.

Vários municípios com realidades diferenciadas do Baixo Sul da Bahia são atendidos no campus de Valença. São muitas as realidades sócioeconômicas e culturais, com a formação de uma comunidade interna com características distintas. Esse contexto enseja a implementação de políticas que contemplem aspectos como assistência estudantil com apoio financeiro e pedagógico, bem como a democratização do acesso e permanência com sucesso.

Com a população que é externa ao Instituto, mas que está inserida na comunidade que ele atende também serão adotadas ações que enfatizem a responsabilidade social que o Instituto deve assumir perante essas comunidades nas áreas de abrangência do campus. O objetivo é interagir com o mundo do trabalho, mediante parcerias com empresas, organizações e instituições públicas e

privadas, visando à ampliação da atuação do Instituto em prol do desenvolvimento econômico e social da região.

2.7.21 Campus de Vitória da Conquista

Em consonância com as finalidades e características dos Institutos Federais o campus de Vitória da Conquista desenvolve seu trabalho na área de educação, ciência e tecnologia, refletindo seu compromisso com a responsabilidade social. Na sua trajetória histórica, desde sua fundação no ano de 1995 vem materializando ações que evidenciam sua função social, compondo o universo da instituição, que trabalha a ciência e a tecnologia, pautando seu exercício pelo compromisso de promover ações e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento local e regional, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das pessoas, concorrendo, assim, para a construção da cidadania. A responsabilidade social do campus está inserida em todas as suas funções de ensino, pesquisa e extensão de modo a cumprir dois preceitos fundamentais. Primeiro, formar os seus alunos de modo a lhes oferecer conhecimentos e habilidades para o exercício profissional, requisito indispensável para atuação competente, e segundo, no desenvolvimento e estímulo de atitudes positivas diante da sociedade e da vida pautados por uma gestão que promova educação inclusiva, a igualdade social e o respeito ao meio ambiente. Nessa perspectiva, estabelecem-se como diretrizes de trabalho do campus de Vitória da Conquista:

- Promover uma gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, pesquisa e extensão;
- Implementar práticas de Educação Ambiental que evidenciem e proporcionem a conscientização da comunidade acadêmica, de modo a desenvolver a responsabilidade coletiva pela preservação do meio ambiente. Nesse sentido, os projetos Diálogos Ambientais e a Semana do Meio Ambiente, desenvolvidos pelas Coordenações dos cursos Técnicos em Meio Ambiente e Engenharia Ambiental, promovem debates, palestras, oferecem minicursos e oficinas acerca de questões atuais relacionadas ao meio ambiente, em

especial àquelas diretamente relacionadas ao município de Vitória da Conquista;

- Contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento econômico-social da região, promovendo a igualdade de oportunidades, articulando para esse fim as organizações, a sociedade, os segmentos empresariais e as esferas do poder, comprometendo-se com processos de desenvolvimento humano, de estímulo à auto-organização dos grupos sociais e economicamente vulneráveis;
- Promover formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro, estímulos à permanência, acompanhamento dos egressos. Nesse sentido, o campus de Vitória da Conquista conta com o Programa de Assistência ao Estudante (PAAE) e o Projeto de Incentivo à Aprendizagem (PINA), que proporcionam bolsas, auxílios financeiros e bolsas de estágio aos que comprovarem vulnerabilidade socioeconômica;
- Formular, implementar e disseminar propostas de inclusão social que venham favorecer aos segmentos da sociedade, excluídos dos processos de formação profissional. Nessa perspectiva, a expansão da Rede Federal, encadeada pela ampliação dos Centros Federais de Educação Tecnológica tem contribuído para o aumento da oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica;
- Aplicar ações afirmativas para promover a inclusão de grupos em desvantagem social, garantindo, no mínimo, reserva de vagas para alunos oriundos de escola pública e para negros. Para o acesso aos cursos de graduação e aos cursos técnicos subsequentes, serão utilizados os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos processos seletivos, exclusivamente ou articulados a outros mecanismos de seleção. Para o acesso aos cursos do Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), serão aplicados mecanismos em conformidade com a natureza do referido programa. Para o acesso aos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, serão criados mecanismos alternativos em conformidade com a natureza dos cursos e as políticas de inclusão. A reserva de vagas para pessoas com necessidades educacionais especiais, será aplicada conforme legislação específica;

- Propiciar acessibilidade em todo o campus, gerando, cada vez mais, condições de acesso, permanência com êxito no percurso acadêmico e inserção sócio-profissional de grupos em desvantagem social (Portadores de Necessidades Especiais PNEs). Experiências importantes têm sido realizadas nesse sentido, por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas e Especiais NAPNEE, promovendo Oficinas de Acessibilidade que visam, por meio de um curso básico de LIBRAS, a facilitar a comunicação entre surdo e ouvinte, já que os dois utilizam línguas diferentes (por sinais ou oral). Outra iniciativa é a elaboração de um Glossário de Informática em LIBRAS, que permite que deficientes auditivos utilizem sinais correspondentes aos termos técnicos abordados em sala de aula e na área de atuação;
- Apoiar, academicamente, os projetos e programas voltados ao atendimento pedagógico;
- Apoiar, economicamente, as demandas de situação de baixa renda, compreendendo a criação, reestruturação e ampliação de programas de assistência estudantil, já existentes no campus de Vitória da Conquista;
- Promover a formação político-social como acadêmico, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o reconhecimento das suas características socioculturais e econômicas a fim de ampliar o seu repertório políticocultural e estimular sua inserção protagonista e solidária no campus;
- Implementar ações indicadas pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira”. Nessa direção, o projeto Novembro Negro promove atividades que abordam aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais referentes à população negra no Brasil, em especial no âmbito regional;
- Implementar estratégias de divulgação institucional para fortalecer a identidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, campus de Vitória da Conquista como Instituição Pública, Gratuita e de Qualidade;
- Promover e efetivar a permanência e êxito do estudante em seu percurso formativo, propiciando apoio ao educando, estruturado em projetos e programas voltados ao atendimento pedagógico;

- Planejar as atividades acadêmicas e institucionais com base no diagnóstico socioeconômico das turmas ingressantes;
- Implementar o programa de monitoria para todos os cursos, garantindo que as unidades curriculares com maior índice de reprovação ofereçam atendimento diferenciado;
- Ampliar o programa de bolsas de pesquisa, priorizando critérios socioeconômicos;
- Criar programa de atendimento paralelo realizado pelos docentes, com gestão específica, garantindo que as unidades curriculares com maior índice de reprovação ofereçam atendimento diferenciado;
- Propiciar a formação político-social dos estudantes, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o reconhecimento das suas características socioculturais e econômicas, promovendo um diálogo dos saberes em suas diversas nuanças arte, teatro, música, ciências, emoção e razão e estimulando uma inserção protagonista e solidária no campus;
- Fomentar a participação dos egressos em Formação Inicial e Continuada, bem como em projetos de pesquisa e extensão da instituição, preferencialmente em áreas que remetam a aspectos sociais;
- Oferecer Educação a Distância (EAD) de excelência e qualidade, utilizando conjuntamente, as tecnologias da informação e comunicação aliada à metodologia de ensino-aprendizagem, seja pela utilização de um Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem – AVEA, seja pelo uso da videoconferência ou qualquer ou outro tipo de tecnologia que possibilite a interação síncrona, permitirá um trabalho colaborativo e cooperativo visando à construção de uma aprendizagem significativa e contextualizada.
- Contribuir para a democratização e expansão do acesso aos vários níveis de ensino ao incorporar as tecnologias da informação e comunicação como mediadoras do processo ensino-aprendizagem, o campus de Vitória da Conquista por meio do Profuncionário promove a formação dos funcionários de escola, visando à valorização do trabalho dos profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico.

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O processo de construção do Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFBA inicia-se em 2010 com a formação de comissões que seriam responsáveis pela atualização do Projeto Pedagógico Institucional do CEFET – documento elaborado e finalizado em Congresso com a comunidade no ano de 2007.

Com a previsão de novo Congresso em 2011, a Pró-Reitoria de Ensino encaminhou o Regimento e o texto de referência para todo o campi e solicitou dos Diretores Gerais que fossem compostas as Comissões Locais.

Durante o acompanhamento das atividades, o campi informaram que existiam dificuldades para localizar e reunir interessados em participar das atividades, em especial nos locais recém-implantados.

Com a proximidade do mês de outubro - prazo para conclusão dos trabalhos - foi realizado um balanço do andamento das atividades e foi constatado que era pequena a probabilidade de conclusão dentro do prazo. Citam-se como motivos para o atraso o forte movimento de greve que se instalou em 2011 e a realização de poucas reuniões para discussão. Sendo assim, foi solicitada a transferência do Congresso para 2012, a fim de que houvesse tempo hábil para discussões e construção cautelosa do documento.

No entanto, em 2012 houve, novamente, greve dos servidores, com a consequente desmobilização da comunidade. Após o final da greve de 2012, foi necessário mapear a situação em cada campi. Para tanto, a primeira ação realizada foi a solicitação das portarias com os nomes atualizados dos membros das Comissões Locais, tendo em vista a garantia de paridade entre os três segmentos – docentes, técnico-administrativos e discentes.

A partir do levantamento realizado, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) realizou o Encontro de Alinhamento com dois representantes de cada comissão, com o objetivo de retomar os trabalhos, em que foram cumpridas as seguintes atividades:

- alinhamento teórico sobre o significado e composição do PPI;
- definição, em conjunto, do cronograma para construção do documento;
- construção coletiva do sumário do documento;

- disponibilização da legislação, textos e documento base (PPI CEFET-BA) para a construção PPI IFBA;
- definição do Moodle como espaço para postagem das contribuições dos campi e construção coletiva do documento entre os campi.

A PROEN acompanhou as Comissões Locais durante todo o processo de construção nos campi, compilando as contribuições encaminhadas e esclarecendo dúvidas que foram manifestadas pelos relatores no Moodle. Todas as datas previstas para conclusão das dimensões foram prorrogadas em atendimento às solicitações dos campi, já que, constantemente, precisavam de reorganização e mais tempo para a discussão do documento.

Mesmo com a dilatação dos prazos, as contribuições restringiram-se a alguns campus e foram escassas em determinadas seções do documento. Contudo, houve ainda uma oportunidade de participação da comunidade acadêmica antes do Congresso – os Fóruns de Discussão Locais. Em posse do documento concluído e divulgado por meio virtual para todo o IFBA, cada campus foi responsável por realizar o debate com todos os seus servidores, docentes e discentes a cerca do texto já concluído.

Estes Fóruns tinham o objetivo de qualificar os delegados para a participação no Congresso do PPI. Como produto final, foram elaboradas sugestões de alteração do documento e encaminhadas para a Pró-Reitoria de Ensino - responsável por compilar e organizar todas as sugestões recebidas, além de disponibilizá-las de forma clara para a votação da plenária.

Nos dias 17 e 18 de setembro de 2013, foi realizado o I Congresso do Projeto Pedagógico do IFBA no campus de Salvador, com a presença de 286 delegados, oriundos dos 16 campi do IFBA. Do total de quatro dimensões do PPI, no evento foram votadas as Dimensões I, II, parte da III e IV.

Durante a Plenária de Encerramento, no dia 18, a Assembleia decidiu pela realização da continuidade do congresso para a conclusão da votação da Dimensão III, com a presença de todos os delegados. O campus de Vitória da Conquista apresentou-se para sediar o evento. Com o objetivo de garantir a transparência e o aspecto democrático do evento, foi conduzida eleição para composição da comissão organizadora do Congresso posterior. Os trabalhos desta comissão ocorreram sob a Presidência do professor Edvaldo Ruas e o Congresso ocorreu nos dias 30 e 31 de

outubro de 2013. O evento contou com a presença de representantes dos campi de Eunápolis, Vitória da Conquista, Ilhéus, Camaçari, Feira de Santana, Paulo Afonso, Porto Seguro e Salvador.

No dia 31 de outubro de 2013 foi concluída a votação das Dimensões do III Projeto Pedagógico Institucional do IFBA e o texto foi aprovado pela comunidade presente. Posteriormente, a Pró-Reitoria de Ensino encaminhou o documento para revisão ortográfica e para a apreciação do Conselho Superior. Nesta instância final, o documento foi aprovado e procedera-se à realização dos ajustes indicados pelo Relator Albertino Ferreira Nascimento Júnior e divulgação da versão final em ambiente virtual para conhecimento de toda a comunidade acadêmica do Instituto Federal da Bahia.

3.1 Organização Didático-Pedagógica da Instituição[8]

3.1.1 Inovações significativas, quanto à disponibilidade dos componentes curriculares

A flexibilidade curricular pode ser exercida através da diminuição de pré-requisitos e oferta de disciplinas optativas, possibilitando que os estudantes direcionem a sua formação para as áreas de interesse. Além disso, a Instituição pode adequar os seus cursos às novas demandas que as constantes mudanças do conhecimento venham requerer e ofertar atividades complementares no âmbito da cultura, da sociedade e da tecnologia.

A arquitetura curricular estrutura-se na interação entre as disciplinas, com a abertura para atividades curriculares integradoras assim como no fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão em todos os níveis de ensino. É importante ainda a criação de mecanismos que favoreçam à articulação entre as diversas áreas do conhecimento através de um planejamento integrador, com foco em projetos interdisciplinares e na avaliação da aprendizagem.

O Projeto Pedagógico Institucional ainda acrescenta que:

> "oferecer o estímulo de que os/as estudantes necessitam para trocar e construir conhecimento, através de atividades que os/as insiram na

[8] Organização didática-pedagógica contida no PPI da Instituição, documento aprovado pelo CONSUP em 2013.

> realidade regional dentro de suas áreas profissionais específicas, pode ser uma maneira importante de aliar ensino e prática" (IFBA, 2013, p. 94).

3.1.1.1 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

Várias são as atividades possíveis para integralização curricular dos cursos, podendo estar associadas aos componentes curriculares ou às atividades complementares.

As atividades vinculadas aos componentes curriculares são obrigatórias e exigidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, assim como, pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, como necessárias para formação integral do estudante.

As atividades complementares também devem ser norteadas pelas Diretrizes Curriculares e pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e objetivam oportunizar aos estudantes um maior contato com atividades que contribuam para sua formação.

Desse modo, de acordo com o PPI, as oportunidades diferenciadas devem ser ofertadas de forma a "otimizar a estruturação curricular dos cursos para permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, bem como a flexibilidade no seu cumprimento garantindo a mobilidade entre os cursos dos diferentes campi" (IFBA, 2013, p. 69).

3.1.2 Atividades práticas e estágio

Os estágios e as atividades práticas fazem parte do processo de ensino-aprendizagem e objetivam propiciar ao estudante a vivência de situações reais da prática profissional, desenvolvendo habilidades que serão necessárias futuramente para o exercício da profissão e as capacidades de articulação das teorias debatidas em sala de aula com as situações de desafios encontradas no ambiente de trabalho.

A Resolução nº 06/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, esclarece as concepções de prática profissional da seguinte forma:

> Art. 21 A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio.
> § 1º A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras (BRASIL, 2012).

Para o Ensino Superior, a orientação oriunda da Lei nº 11.788 / 2008 define o estágio da seguinte forma:

> Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.
> § 1° O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.
> § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008).

3.1.3 Desenvolvimento de materiais pedagógicos

Para o aprimoramento da prática pedagógica são necessárias ações de apoio no que tange às atividades didáticas. A construção de materiais pedagógicos – desde planejamentos e textos complementares a modelos matemáticos e recursos de informática – necessita de investimento formal da instituição nessa finalidade, através da capacitação dos docentes e técnico-administrativos.

3.1.4 Incorporação de avanços tecnológicos

Pensar as perspectivas atuais da educação é pensá-las em consonância com as complexas transformações do mundo contemporâneo, onde a tecnologia abre possibilidades para produção e disseminação do saber, enquanto aponta novos desafios no tocante à inclusão social. Assim, é necessário equipar a instituição com

máquinas atualizadas, softwares, projetores de imagem, equipamentos de som, mas a adoção de novas tecnologias educacionais, requer a presença de servidores que façam a mediação entre os aparelhos eletrônicos e aqueles que não possuem habilidades para manuseá-los.

Além disso, é essencial expor as inovações que a tecnologia apresenta e, paralelamente, refletir sobre os impactos negativos na sociedade e no ambiente, impulsionando a reflexão crítica e o exercício investigativo da solução de problemas pelos discentes.

3.2 Políticas de Ensino

O ensino no IFBA deve ter por princípio a formação do sujeito histórico-crítico e a vinculação com a ciência e tecnologia destinada à construção da cidadania e da democracia, mediante o enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito, a defesa do meio ambiente e da vida e a criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora.

Deve buscar ainda a articulação com a pesquisa e a extensão, de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas do conhecimento, promovendo oportunidades para uma educação continuada, da educação básica à pós-graduação.

Nesse sentido, o ensino no IFBA adota como princípios:

- Indissociabilidade: Será sempre observada a integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a Instituição buscará a articulação de diferentes áreas de conhecimento;
- Verticalização: Verticalização entre os diversos níveis e modalidades de ensino;
- Continuidade: As áreas técnicas/tecnológicas promoverão oportunidades para uma educação continuada;
- Unificação: Buscar-se-á a unificação entre cultura/conhecimento e trabalho, para desenvolver as funções do pensar e do fazer;
- Integração: A busca da integração interdisciplinar permitirá a geração, construção e utilização do conhecimento produzido pelo ensino e pela pesquisa aplicada para solução de problemas econômico-sociais da região. A vinculação estreita à tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias em uma perspectiva histórico-crítica;
- Inovação: A implementação da inovação científica, tecnológica, artística, cultural, educacional e esportiva deverá orientar as ações da Instituição; Democracia: A Instituição promoverá a vivência democrática, buscando a participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento e gestão;

> - Qualificação: A Instituição buscará, de modo permanente, a qualificação e a capacitação de seu quadro de pessoal e a melhoria de sua estrutura, de seus processos organizacionais e de seus programas e ações;
> - Autonomia: O IFBA preservará a autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial;
> - Respeito: A Instituição deverá assegurar o respeito e a valorização da pessoa humana em sua singularidade e diversidade;
> - Responsabilidade: O Instituto terá compromisso com o bem público, sua administração e sua função na sociedade, primando sempre pelo bem comum, pela ética e priorizando a satisfação das necessidades coletivas à frente das pessoais;
> - Inserção: O IFBA deverá se integrar à sociedade em seu contexto socioeconômico e cultural no âmbito regional, nacional e internacional;
> - Difusão: O IFBA disponibilizará todo conhecimento que desenvolver, dando suporte aos arranjos produtivos locais, nas áreas social e cultural;
> - Permanência: A instituição deverá desenvolver uma política de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educativas específicas;
> - Inclusão: Ações Afirmativas de inclusão e garantia de acesso para egressos de Escolas Públicas e/ou em situações de vulnerabilidade social, levando em consideração as questões étnico-raciais e de gênero;
> - Qualidade: O IFBA buscará sempre a excelência no Ensino na Pesquisa e Extensão;
> - Equidade: O Instituto promoverá nas suas relações ações de equidade; Transparência: Os servidores, principalmente quando ocuparem um cargo de direção ou função gratificada, têm a obrigação de divulgar seus atos administrativos e pedagógicos de forma ampla, irrestrita, permanente, atendendo assim o princípio da publicidade da administração pública;
> - Sustentabilidade: O IFBA comprometer-se-á com a preservação ambiental,de forma a garantir a sustentabilidade nas suas ações;
> - Trabalho: O trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular (IFBA, 2013).

Compreende-se como ensino as atividades vinculadas aos cursos regulares em todos os níveis e formas curriculares, tais como aulas presenciais, aulas a distância, atividades de planejamento, orientações de trabalho de conclusão de curso e de estágio supervisionado.

Tais atividades devem ter por subsídio as concepções de currículo explicitadas no PPI e desdobrada nos Projetos Pedagógicos de Curso e outros documentos, respeitando a referência das bases legais.

> O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio afetivas (BRASIL, 2012, p.2).

As concepções dos currículos de cursos devem integrar a formação geral com formação técnica/tecnológica, observando a continuidade do ensino e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para prover a formação do indivíduo com conhecimentos técnicos, bem como princípios éticos e de responsabilidade, valorizando a cidadania, o respeito mútuo, a solidariedade e o espírito coletivo, objetivando construir uma sociedade mais justa.

Acrescenta-se, ainda, o compromisso do currículo em articular-se com os contextos regionais, nos quais o campi está inseridos a fim de promover o desenvolvimento regional na esfera social, econômica, ambiental e tecnológica. Além disso, é fundamental ressaltar a atenção ao processo de inclusão das pessoas com necessidades específicas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como também prever no currículo as condições necessárias para o seu acesso, permanência e êxito.

Para contemplar dimensões tão abrangentes como as descritas acima, é essencial pensar no currículo para além do simples rol de disciplinas e perceber que a sua articulação perpassa todo o cotidiano escolar, abarcando também as concepções de ser humano e sociedade, práticas rotineiras e expectativas futuras, para além dos conteúdos. Em tempo, sugere-se que os conteúdos sejam vistos a partir da ótica interdisciplinar, que supera o fracionamento dos saberes em disciplinas isoladas e propõe a construção do conhecimento de forma ampla, permitindo que as diversas áreas do conhecimento dialoguem e integrem-se, de forma a compreender os fenômenos em sua complexidade e extensão e não em porções individualizadas.

As concepções de currículo expostas possibilitam o desenvolvimento do ensino no IFBA de forma verticalizada, possibilitando estabelecer relações e itinerários formativos do Nível Médio à Pós-Graduação, inclusive com o compartilhamento de estrutura física, recursos orçamentários e quadro de servidores.

Perpassando todos os níveis de ensino, as questões relacionadas à inclusão, acesso, permanência e êxito devem ser consideradas no planejamento, execução e avaliação das atividades pedagógicas. Para que o direito universal à educação seja priorizado, incialmente devem ser observadas algumas atitudes necessárias como democratização do acesso, possibilitando que os processos de seleção ocorram com equidade e considerem as variadas condições dos estudantes, a exemplo de

origem socioeconômica, etnia e gênero e adequação do número de vagas às demandas da comunidade na qual o campus estiver inserido.

Para que o acesso não se torne inócuo nem fonte de decepções e desistências, faz-se necessário pensar na permanência dos estudantes, através de ações como: implantação e execução da Política de Assistência Estudantil, incluindo a ampliação do programa de bolsas; garantia do atendimento pedagógico e psicossocial para os educandos, contando com as suas famílias na execução dessas atividades; discussão permanente com os atores pedagógicos sobre os processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos, estimulando a avaliação e transformação da prática; implantação e desenvolvimento de recursos para atendimento de questões básicas na atenção à saúde e bem-estar como refeitórios e serviço médico, exigindo dos demais órgãos públicos a garantia de segurança, iluminação, transporte coletivo e passarelas para a comunidade.

O êxito desponta como a consolidação de todo o trabalho desenvolvido em direção ao acesso, permanência, efetiva aprendizagem e desenvolvimento integral dos sujeitos. Para tanto, surgem algumas diretrizes nos processos pedagógicos, como foco constante na avaliação e ressignificação das práticas; adequação dos planejamentos às características dos educandos; ruptura da dicotomia entre ensino médio e ensino profissional, a fim de garantir a efetivação do ensino integrado; observação das individualidades para detectar as necessidades de atendimento especializado; disponibilização de recursos tecnológicos para docentes e discentes; monitoramento da evasão, para identificar e agir sobre as causas.

A inclusão é transversal a todos os aspectos elencados, pois todo o planejamento educativo deve adequar-se para acolher e fornecer educação de qualidade para todos, com destaque para as pessoas com necessidades específicas. O desafio de propiciar a igualdade de direitos diante das especificidades individuais deve ser o impulso que movimenta os documentos e práticas cotidianas na direção do reconhecimento da diversidade no interior do Instituto, considerando que a inclusão:

> [...] é a transformação da escola a partir de um conjunto de princípios, como a valorização da diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social, o desenvolvimento de currículos amplos que possibilitem a aprendizagem e participação de todos, o respeito às diferentes formas de aprender, o atendimento às necessidades educacionais dos alunos, a acessibilidade física e nas comunicações e o trabalho colaborativo na escola (PPI IFBA, 2013, p.63).

Sendo assim, são orientações para educação na perspectiva inclusiva: promoção da formação continuada dos docentes e técnicos-administrativos, favorecendo mudanças atitudinais em relação às pessoas com necessidades específicas, assim como capacitação de toda a comunidade escolar com a mesma finalidade; propiciar o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) através dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e a instalação destes com brevidade no campus que não possua; adequação da infraestrutura física para garantir a mobilidade e a utilização adequada dos mobiliários e espaços arquitetônicos.

3.3 Políticas da Extensão Tecnológica

Entende-se por Extensão Tecnológica toda e qualquer atividade educacional, científica e cultural que, articulada com o ensino e com a pesquisa, leva o IFBA a interagir com a sociedade por intermédio dos seus corpos docente, técnico e discente.

É compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Os princípios norteadores para constituição da Rede Federal atribuem especial importância à Extensão (e indissociáveis do Ensino e Pesquisa). Os Institutos, através das práticas extensionistas, propiciarão a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente nos mesmos.

Educação, Ciência e Tecnologia, articulados como perspectiva para o desenvolvimento local e regional, possibilitarão a interação necessária à vida acadêmica. Entendida a extensão como prática acadêmica integradora da Rede Federal nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia, conjuntamente, à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

3.3.1 Fundamentos da Política de Extensão Tecnológica

A política de Extensão Tecnológica do IFBA engloba docentes, técnico-administrativos e discentes, sendo esse último o principal foco a ser considerado na elaboração das atividades extensionistas.

Pensando nisso, é importante que toda ação a ser desenvolvida propicie aos estudantes não só experiências em sua área de formação, como também promova a educação de forma integral, interagindo com os bens culturais e sociais, uma vez que sua preparação pedagógica tem como uma das finalidades a integração na sociedade.

Além disso, as atividades de Extensão Tecnológica devem criar interlocuções entre o IFBA e a sociedade e vice-versa, propiciando mecanismos de acesso por toda e qualquer pessoa através de cursos de extensão e outros serviços, contribuindo para o crescimento profissional, artístico e cultural, melhorando assim a sua qualidade de vida, levando-se em conta também uma das principais demandas do século XXI: a consciência da preservação ambiental.

Dessa forma, serão desenvolvidos dois eixos de atuação: o primeiro centrado no planejamento, organização e realização de todo o conjunto das atividades e o segundo voltado, inteiramente, à divulgação destas atividades, de forma a ampliar tanto o universo de atendimento quanto o conhecimento por parte da comunidade interna e externa.

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelece, em seu artigo 6º, dentre outras finalidades dos Institutos Federais, “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.” (BRASIL, 2008). No artigo 7º da mesma Lei encontramos os incisos:

> IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
> V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008).

Neste contexto legal, a Extensão Tecnológica, entendida como atividade fim da Rede Federal para ser desenvolvida a partir de programas e projetos, consiste no processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promova a interação

entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

As ações de extensão serão desenvolvidas a partir de programas, projetos e atividades de extensão e estas são inerentes às dimensões da extensão tecnológica. Para melhor compreensão, define-se:

Programa: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino.

Projeto: conjunto de atividades processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa.

As ações de Extensão Tecnológica devem ser pautadas pelas seguintes diretrizes:

I. Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
II. Buscar interação sistematizada da Rede Federal com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
III. Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico e o saber popular;
IV. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais cidadãos;
V. Participar, criticamente, de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões;
VI. Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo, mecanismos de inclusão.

Compreender a dinâmica das relações, que se processam no mundo do trabalho, representa campo fértil da ação extensionista, como subsídio indispensável para a retroalimentação dos processos de ensino e pesquisa, e que desemboca no planejamento das políticas institucionais. Os Institutos devem prover meios para o ingresso da comunidade acadêmica no protagonismo das ações de extensão, de modo que o seu desenvolvimento produza a contínua reflexão da práxis institucional.

A Extensão Tecnológica diferencia-se pelo atendimento aos segmentos sociais e ao mundo do trabalho com ênfase na inclusão social, na emancipação do cidadão, favorecendo o desenvolvimento local e regional, na difusão do conhecimento científico e tecnológico, na produção da pesquisa aplicada e na sustentabilidade socioeconômica.

3.4 Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

A Pesquisa, a Pós-Graduação e a Inovação são atividades coordenadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI), órgão de assessoramento da Reitoria do IFBA. A esta Pró-reitoria compete planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa e Inovação homologadas pelo Conselho Superior, garantindo a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão (Estatuto do IFBA). Seus principais eixos de atuação e seus respectivos objetivos são a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Inovação.

A pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia é entendida como uma atividade de produção de conhecimento e, nesse sentido, está sempre associada às atividades de ensino e às ações de extensão. A pesquisa tem por objetivo realizar o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, o comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a comunidade. Cabe, portanto, garantir o estabelecimento e manutenção das condições acadêmicas e técnicas que propiciem a complementação e o aprimoramento na formação de profissionais aptos a desenvolver a pesquisa científica voltada a esse objetivo.

A pós-graduação propõe-se a estimular o desenvolvimento da qualidade acadêmica, científica e tecnológica em todas as áreas do conhecimento. Isso se

traduz num conjunto de políticas que visam à implantação, qualificação e expansão do ensino de pós-graduação na Instituição. Nesse sentido, devem ser feitos investimentos para possibilitar a abertura de cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado, nas modalidades presencial e a distância (EAD). Para tanto, é necessário assegurar corpo docente, infraestrutura física, administrativa e tecnológica compatíveis com os níveis de excelência acadêmica requeridos.

A Inovação Tecnológica do IFBA busca gerir políticas para estimular, promover e acompanhar ações relacionadas à propriedade Intelectual e Inovação tecnológica para a sociedade e para o exercício profissional especializado, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

O planejamento das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação deve priorizar áreas de conhecimentos estratégicas definidas, visando: i) à criação de programa de pós-graduação; ii) à produção de pesquisa aplicada em inter-relação com o setor produtivo; iii) à formação de recursos humanos especializados em áreas alinhadas com as estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação (SETEC/MEC). As áreas estratégicas definidas a partir de 2014 são: Energias e Meio Ambiente, Engenharias, Educação e Tecnologias Educacionais, Tecnologias da Informação e Comunicação, Ciências Exatas e da Terra. Ressalta-se que estas áreas devem ser revisadas, pelo menos a cada quatro anos, ou quando se fizer necessário, pela Câmara de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), aprovado pelo Conselho Superior do IFBA (CONSUP), através da Resolução Nº 86 de 18 de dezembro de 2013, a pesquisa no IFBA deve ter por princípio a vinculação estreita com o desenvolvimento local e a inclusão social a partir da produção da ciência e da tecnologia através do pensamento intelectual comprometido com a construção da cidadania, da democracia, de defesa do meio ambiente e da vida, de criação de produtos e processos solidários. O escopo principal da pesquisa no IFBA deve ser o bem-estar social e o desenvolvimento do país. Deve buscar estabelecer a articulação com o ensino e a extensão de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas técnicas/tecnológicas, promovendo oportunidades para uma educação continuada, que deve estar atenta ao dinamismo da sociedade e do mundo. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de promover a articulação das diferentes áreas de conhecimento e a inovação

científica, tecnológica, também deve ater-se às atividades artística e culturais. As metas aqui expressas buscam fixar objetivos e diretrizes institucionais, demarcando o compromisso da Instituição com o desenvolvimento da pesquisa, do ensino da pós-graduação e da inovação:

I. Alocar recursos para a pesquisa, pós-graduação e inovação, de acordo com as prioridades institucionais, com critérios de mérito científico e com as especificidades de cada área do conhecimento;
II. Ampliar número de bolsas no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (10% ao ano);
III. Incrementar número de bolsas para qualificação dos servidores (10% ao ano);
IV. Aumentar a produção científica e tecnológica dos pesquisadores do IFBA;
V. Ampliar o número de ativos intangíveis protegidos gerados no âmbito do desenvolvimento de projetos dos pesquisadores da Instituição;
VI. Consolidar, fomentar e difundir a cultura de pesquisa institucional por meio do apoio a eventos (encontros, seminários, congressos, etc.) de cunho científico e tecnológico nos campi;
VII. Consolidar a Editora Institucional (EDIFBA) para publicações de periódicos e de material bibliográfico produzido pelos servidores e discentes;
VIII. Fortalecer a visibilidade científica e tecnológica do IFBA, nos âmbitos nacional e internacional;
IX. Consolidar e ampliar o Programa de Fortalecimento à Pesquisa e Inovação, por meio do aumento de recursos destinados aos editais específicos para concessão de bolsa pesquisador, bolsa inovação e apoio financeiro aos grupos de pesquisa (Pró-Pesquisa);
X. Estruturar laboratórios e salas de estudo para o desenvolvimento da pesquisa nos campi;
XI. Ampliar e consolidar a Diretoria de Inovação Tecnológica no IFBA;
XII. Estabelecer novas parcerias públicas e privadas para o desenvolvimento da pesquisa;
XIII. Induzir a abertura de cursos de Pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, articulados com arranjos produtivos locais e áreas prioritárias da Instituição;
XIV. Ampliar o número e distribuição de material didático-pedagógico sobre Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual;

XV. Estimular a criação de ambientes de incubação de empresas de base tecnológica;

XVI. Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que fortaleçam as áreas estratégicas, bem como a articulação com outras áreas;

XVII. Articular o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados, tendo como elemento balizador as áreas estratégicas;

XVIII. Estimular o estabelecimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa, visando a aprimorar a qualidade das atividades finalísticas institucionais e a formação dos sujeitos envolvidos.

3.5 Políticas de Gestão

O IFBA fundamentará todos os seus procedimentos de gestão numa perspectiva democrática. Pensar em gestão democrática implica abrir espaços decisórios à comunidade acadêmica, possibilitando a manifestação de opiniões e anseios dos variados segmentos, inclusive da comunidade externa. Tal conduta exige dos gestores abertura ao diálogo, transparência nas ações, publicizando as decisões tomadas e esclarecendo os mecanismos que levaram às escolhas. Com isso, é reconhecida a importância dos servidores e dos discentes nas discussões dos rumos da Instituição. Esta forma de gestão fortalecerá o exercício da participação e da cidadania, promovendo o caráter educativo da Instituição.

Ao considerar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), aprovado pela comunidade interna, em um congresso realizado no ano 2013, o IFBA instituiu as seguintes diretrizes, objetivos e mecanismos de monitoramento da sua gestão:

Diretrizes da gestão democrática

- Constituir o Conselho do campus, composto por representantes eleitos por seus pares;

- Elaborar e revisar os documentos institucionais a exemplo do PPI, PDI, Regimento etc., de modo coletivo e participativo;
- Definir e fiscalizar a verba do Instituto através de suas instâncias competentes, conforme estabelecido pelos regimentos internos do IFBA, do campus e da comunidade do campus;
- Divulgar, de forma clara e transparente, a prestação de contas;
- Criar, manter e aperfeiçoar o serviço de saúde com qualidade para a comunidade interna em todos os campi, funcionando nos três turnos;
- Realizar, anualmente, com cada segmento de profissionais, seminários integrativos que possibilitem o partilhar de experiências e construção de uma unidade de ação nestes segmentos com aval das Pró-Reitorias e/ou Diretorias Sistêmicas;
- Realizar, anualmente, no âmbito das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, seminários para discussões, proposições de ações prioritárias e critérios objetivos/perfis para ocupação de funções;
- Garantir junto ao MEC e MPOG provimento de cargos para atender às demandas da Instituição, tendo em vista decisão contida no Acórdão TCU nº 506, de 13 de março de 2013;
- Garantir o funcionamento de todos os setores fundamentais para o fazer pedagógico e a saúde da comunidade, sempre que houver demanda de atendimento ao público interno, adequando a quantidade dos servidores efetivos às necessidades das atividades programadas de cada campus;
- Estabelecer o planejamento participativo anual com todos os segmentos da Instituição para definir as atividades da gestão, com tratamento igualitário para todos os cursos/setores;
- Divulgar leis e normas da educação no âmbito da instituição, promovendo estudos e reflexões na observância de sua aplicabilidade;
- Discutir, amplamente, e instituir o conceito de gestão democrática em todos os espaços de trabalho e instâncias do IFBA;
- Assegurar os espaços de atuação das entidades representativas dos estudantes e servidores;
- Adotar o orçamento participativo como requisito primordial para o desenvolvimento das condições que garantam um ensino de qualidade;

- Criar, manter e aperfeiçoar os serviços médico, odontológico e de enfermagem, com qualidade, em todas as unidades de ensino, durante os três turnos;
- Criar projetos para que o Serviço Médico-Odontológico (SMO) faça o encaminhamento dos pacientes para especialistas e implemente projetos de planejamento familiar, além de promover palestras de conscientização, entre outros eventos;
- Constituir comitê representativo da comunidade, coordenador da elaboração e acompanhamento da elaboração e execução do orçamento participativo;
- Instituir comitê coordenador da implementação do Projeto Pedagógico-Institucional com representação de todos os segmentos do IFBA;
- Instituir espaços alternativos de produção acadêmica, tais como: núcleos temáticos, grupos de arte e cultura, pesquisa e inovação tecnológica, dentre outros;
- Criar mecanismos que dêem maior agilidade às respostas a solicitações dos estudantes, no que se refere a sua vida acadêmica, dinamizando as ações, dando atenção especial à desburocratização dos processos em todas as instâncias acadêmico-administrativas;
- Melhorar as condições materiais dos setores para garantir maior apoio pedagógico;
- Elaborar um calendário anual de reuniões de departamento, coordenações de setores e representantes de turmas, a fim de evitar choque de datas;
- Criar as condições para a abertura do IFBA, em todas as suas unidades, nos finais de semana, tanto para atendimento à comunidade na realização de atividades de extensão como para o desenvolvimento da pesquisa por parte da comunidade acadêmica;
- Manter ciclos periódicos de avaliação e desempenho institucional;
- Implementar avaliação periódica dos gestores em todos os âmbitos da estrutura institucional;
- Reafirmar as políticas de atendimento aos estudantes, aumentando o número de bolsas de iniciação científica, de extensão e de estágio;
- Garantir assistência psicossocial e médico-odontológica à comunidade interna do IFBA;

- Criar mecanismos de acompanhamento dos egressos, por parte da coordenação de estágio;
- Fornecer, por meio de convênios com instituições, encaminhamento/ acompanhamento de estudantes a outros serviços de saúde não oferecidos pelo SMO, visando sempre amenizar os efeitos da exclusão sócioeducacional;
- Divulgar o orçamento executado, anualmente, em cada unidade, detalhando a captação e aplicação de recursos por setores da Instituição;
- Criar mecanismos que deem maior agilidade às respostas a solicitações do campi;
- Avaliar, anualmente, o desempenho dos ocupantes de chefias, coordenações, departamentos e diretorias do campi;
- Garantir a infraestrutura física e de equipamentos dos campi, implantando e modernizando laboratórios, espaços de aprendizagem, assim como infraestrutura para equipamentos esportivos e de lazer e das salas de aula, atendendo à demanda dos cursos e avanços tecnológicos;
- Fomentar e garantir ações institucionais para o processo de construção de propostas de programas de pós-graduação, especialmente mestrado e doutorado;
- Desenvolver estudos sistemáticos de identificação de demandas e da capacidade institucional, no que se refere às ofertas, para um possível redimensionamento de cursos;
- Proporcionar condições efetivas de ensino, no que tange à provisão de materiais de consumo de laboratórios;
- Criar e estabelecer procedimentos, registrando-os, para facilitar a Gestão de Ensino e Administrativa;
- Estabelecer e implantar índices de desempenho de turmas, para possibilitar uma intervenção no processo educacional, quando necessário;
- Promover a capacitação e qualificação dos servidores da Instituição dentro da área de atuação de cada um, no IFBA, permitindo também, com isso, a formação de quadros de servidores para o ensino em pós-graduação;
- Assegurar a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades específicas, construindo, adequando ou modernizando laboratórios, salas de

aula, bibliotecas, sanitários e espaços adequados para as práticas esportivas e culturais;

- Alocar recursos para a pesquisa, de acordo com critérios de método científico e com as prioridades institucionais, respeitando o fomento à interdisciplinaridade;
- Ampliar ou criar uma infraestrutura para pesquisa, especialização, mestrado e doutorado com laboratórios e equipamentos próprios;
- Promover a contínua melhoria das condições físicas e materiais, bem como a adequação do quadro de servidores necessários ao bom funcionamento da instituição;
- Promover especialização na área de ensino para os docentes que não têm licenciatura.

Objetivos da gestão democrática

- Constituir para uma gestão democrática um projeto de instituição que garanta a participação efetiva dos diferentes segmentos e da comunidade em geral;
- Promover a gestão com foco no atendimento às necessidades da sociedade;
- Construir e implementar um modelo de gestão democrática, caracterizado pela eficácia, eficiência e desenvolvimento contínuo de competências nas relações do trabalho;
- Gerir e manter controle sobre os recursos públicos necessários ao bom desempenho da gestão;
- Buscar a profissionalização no atendimento ao serviço público no IFBA com a melhoria qualitativa da força de trabalho;
- Apoiar os órgãos de controle na prevenção e combate à corrupção, fortalecendo a auditoria interna, controle interno administrativo e a correição;
- Fortalecer ações em defesa dos princípios éticos no ambiente de trabalho;
- Articular os segmentos do IFBA para o fortalecimento da Instituição como referência no ensino, na pesquisa e extensão, no âmbito regional;
- Simplificar os processos de atendimento ao cidadão;
- Manter o controle da programação plurianual do orçamento e o aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação;

- Ampliar os fóruns de participação da comunidade interna e externa.

Mecanismos de Monitoramento da Gestão Democrática

- Regulamentações transparentes e isonômicas sobre as políticas de qualificação, afastamento, transferências, mudanças de regime de trabalho, bolsas, auxílios, projetos de pesquisa e extensão, etc.;
- Combate ao assédio moral;
- Controle institucional geral e local sobre as indicações dos diretores *pro tempore*;
- Funcionamento regular do conselho de campus;
- Transparência e democratização da gestão dos recursos do Instituto;
- Critérios públicos e transparentes para a indicação de cargos comissionados nas áreas administrativas;
- Rediscussão ampla na comunidade interna sobre o Termo de Acordo e Metas assinado pelo CONIF e IFBA, inclusive passando pelas instâncias competentes do IFBA;
- Implantação e aperfeiçoamento da Ouvidoria e Correição no IFBA em todos os seus campus;
- Promoção de todo e qualquer tipo de informação, dentro dos limites legais, referente ao funcionamento dos campi para as três categorias (docentes, técnico-administrativos e discentes);
- Incentivo à discussão dos diferentes assuntos referentes à Instituição pelas comunidades interna e externa do IFBA;
- Priorização à implantação (na sua plenitude) do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) no IFBA;
- Discussão e implantação em todo o campi do IFBA o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), de acordo com as orientações do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal;
- Formulação, em conjunto com as Pró-Reitorias, manual de orientação, contendo as bases legais, os instrumentos jurídicos próprios, modelos de

minutas e os trâmites processuais para formalização de parcerias entre o IFBA, o setor produtivo e outras instituições.

3.6 Educação a Distância (EAD)

O Estado da Bahia possui um território de ampla dimensão. Por esse motivo, a interiorização da oferta de educação de qualidade ocorrendo por meio da presença do IFBA em várias cidades do Estado, não implica, necessariamente, o acesso do aluno à Instituição. Há vários motivos que geram essa falta de acesso: a moradia distante das redes de serviço de transporte público, os horários e ritmos de trabalho não compatíveis com o ensino presencial, pessoas com dificuldades de locomoção, como os portadores de necessidades especiais, entre outros. Então, o ensino a distância pode proporcionar o acesso a uma educação de qualidade a um maior número de pessoas. Assim, o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), os objetos de aprendizagem que utilizam interface tecnológica-informacional, surgem como forma de potencializar e dinamizar o ensino, criando um encurtamento das distâncias, podendo atingir várias localidades, inclusive, as mais remotas, sem necessidade de deslocamento do aluno ou do trabalhador. Além disso, possibilita a autonomia do aluno ou do profissional em relação a seu tempo de estudo, uma vez que, ele pode gerenciar esse tempo de acordo com a sua disponibilidade. Vários estudos apontam EAD como a modalidade responsável por criar uma cultura do autodidatismo, que é difícil encontrar nos alunos que estudam na modalidade presencial.

A EAD é um serviço consonante com a Constituição de 1988, visto que ela garante a todos os cidadãos brasileiros o direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Como Instituição Federal, o IFBA precisa de contribuir para que isso se torne uma realidade. Assim, a EAD é uma das formas de garantir esse direito, ampliando a oferta institucional sem gerar grande sobrecarga nas instalações físicas e promovendo a diversificação de cursos em diferentes níveis de ensino. A legislação específica sobre EAD no Brasil tem por principal base os artigos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, de que derivam outros documentos oficiais que especificam critérios de regulação, avaliação e supervisão de cursos e instituições.

3.6.1 EAD no IFBA

A Educação a Distância – EAD no IFBA, foi constituída a partir do convênio firmado entre o Instituto e o MEC para sua primeira ação, através do Programa Profuncionário por meio da Rede e-TEC Brasil. Em setembro de 2013, começou com a oferta de quatro Cursos Técnicos na forma subsequente, modalidade EAD. Esta ação validou a primeira iniciativa de implantação EAD no IFBA. Os referidos cursos compõem o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), autorizado pela portaria MEC nº 1.547, de 24 de outubro de 2011, e instituiu uma atuação de política do Governo Federal, que abrange todo o país. O Profuncionário tem por objetivo promover, por meio da educação a distância, a formação profissional técnica em nível médio, de funcionários que atuam nos sistemas de ensino da Educação Básica Pública Municipal e Estadual, com Ensino Médio concluído ou concomitante a esse. Os Cursos ofertados são: técnico em Multimeios Didáticos, técnico em Infraestrutura Escolar, técnico em Alimentação Escolar e técnico em Secretaria Escolar, com aproximadamente 2800 alunos matriculados em 2014. Atualmente, o IFBA possui 19 polos e-TEC, em 16 campus, dois núcleos avançados e um polo em parceria com uma Prefeitura Municipal, que servem de suporte para os cursos EAD ofertados.

Deste modo, o Programa configura-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa, numa perspectiva progressista e transformadora, baseada nos princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na LDB nº 9394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, bem como, nas resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Sistema Educacional Brasileiro e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional.

3.6.2 Objetivos e Ações da EAD

Objetivos:

- Implementar o setor responsável pela criação de Políticas da Educação a Distância no IFBA;
- Institucionalizar e estruturar a oferta da Educação a Distância no IFBA;
- Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução de atividades de Educação a Distância no IFBA;
- Organizar a infraestrutura tecnológica necessária para o atendimento da expansão da EAD IFBA;
- Ampliar o uso de multimídias, tecnologia de informação e comunicação nos cursos presenciais do IFBA;
- Ampliar a oferta dos Cursos na modalidade EAD;
- Garantir a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão na oferta de Educação a Distância;
- Criar estratégias para o fomento e incorporação das tecnologias de informação e comunicação, que dão suporte ao processo de ensino-aprendizagem, de forma abrangente em todos os cursos ofertados pelo IFBA, sejam técnicos (na forma integrada e na subsequente), cursos de extensão, cursos superiores, especialmente nas licenciaturas e na pós-graduação;
- Atender às diretrizes nacionais da Educação a Distância, fomentando-a, de forma disseminada nos vários campi do IFBA;
- Criar políticas de fomento e fiscalização da Educação a Distância no Instituto;
- Criar políticas de implantação, implementação e manutenção de estúdios e de laboratórios a fim de respaldar a criação de videoaulas e objetos de aprendizagens.

Ações:

- Disseminar a prática do uso de tecnologias informacionais na aprendizagem presencial e a distância;

- Estimular a capacitação dos servidores para atuação na Educação a Distância e para o uso das TIC no processo de ensino-aprendizagem;
- Qualificar o pessoal docente e técnico-administrativo, a respeito da configuração da Educação a Distância no Instituto, ressaltando aspectos gerenciais e pedagógicos, apresentando projetos e ações possíveis etc.;
- Ampliar a oferta de cursos dos diversos níveis e formas na modalidade EAD;
- Capacitar professores para exercerem as funções de Docente, na modalidade EAD, no Instituto;
- Produzir material didático, como: livros-texto, videoaulas, objetos de aprendizagem *gameficados*, jogos, simuladores, ambiente on-line de aprendizagem etc.;
- Estimular a interação constante entre docentes, tutores e estudantes no âmbito do ensino a distância e presencial;
- Fomentar a inserção de componentes curriculares ofertados na modalidade a distância nos currículos de graduação e pós-graduação;
- Fomentar a realização de cursos para complementação de conteúdo, na modalidade EAD, para as diversas modalidades de ensino;
- Fomentar a realização de pesquisas sobre EAD e tecnologias educacionais no ensino superior;
- Implantar salas para realização de webconferências e teleaulas em todo o campi do IFBA;
- Ampliar a infraestrutura de apoio para projetos em EAD, incluindo estúdio, ambiente para produção de material didático, biblioteca atualizada e informatizada, laboratórios adequados, ambientes virtuais de aprendizagem, servidor, entre outros;
- Inserir a atividade de docência em EAD nos documentos institucionais que normatizam a distribuição de carga-horária docente de forma a possibilitar o desenvolvimento de ações nesta modalidade;
- Fomentar o investimento em infraestrutura tecnológica, administrativa e de pessoal especializado em todos os campi para atuação na Educação a Distância;
- Mapear e identificar as áreas e os campi que possuem demanda não suprida por docentes e criar estratégias para produção de videoaulas ou transmissão

síncrona através de videoconferência e teleaula, de modo a possibilitar a oferta de determinadas disciplinas, para as quais os docentes disponíveis estão em campus distinto da demanda;

- Realizar levantamento de demandas, em todos os níveis e modalidade de ensino, e da capacidade de oferta em cada campus, contemplando aspectos como: condições de infraestrutura e acesso à Internet; quantidade de professores disponíveis; cursos existentes; formas e interesses em implementar e ofertar cursos a distância ou semipresenciais etc.;
- Elaborar projetos que contemplem as principais demandas de EAD no Instituto.

4 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA tem por finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Desta forma, delineia-se o Cronograma dos Cursos, presentemente, ofertados e projeções futuras para o próximo quinquênio nas diversas modalidades acompanhando, certamente, o desenvolvimento da Instituição.

4.1 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Os ideais da nova legislação para a educação profissional ensejam uma nova dinâmica organizacional didático-pedagógica e possibilidades de mudanças significativas para a educação profissional técnica de nível médio, destinada a proporcionar habilitação profissional a alunos egressos do ensino fundamental técnica de nível médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 e o Decreto nº 5.154/04 estabelecem um paradigma para a educação profissional, sendo definida como complementar à educação básica, portanto articulada a ela,

tendo como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis Médio e Superior.

A educação profissional pode ser compreendida como o entrelaçamento entre as experiências vivenciais e os conteúdos (saberes) necessários para fazer frente às situações nos diversos âmbitos: nas relações de trabalho, sociais, históricas e políticas, incidindo também esta compreensão na consolidação da aquisição de conhecimentos gerais e conhecimentos operacionais de forma interativa.

Diante disso, conforme definido no Projeto Político Institucional (PPI), são objetivos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- Oferecer cursos Profissionais Técnicos de nível médio na forma integrada, concomitante e subsequente;
- Conjugar a teoria com a prática, mediante proposta pedagógica que tenha como base, dentre outras categorias: a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade;
- Promover as atividades de pesquisa e extensão, permeando o processo de ensino por meio de projetos, simpósios, seminários, debates, núcleos temáticos etc., em sintonia com os avanços tecnológicos, o mundo do trabalho e as demandas sociais;
- Desenvolver ações de acompanhamento e avaliação da prática escolar do ensino (Organização Didática, Planos Curriculares e outros) numa perspectiva de participação do conjunto da comunidade;
- Promover ações articuladas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão que trabalhem as relações étnico-raciais, de modo a constituir a cidadania dos afro e índio-descendentes, em uma perspectiva emancipatória.

TABELA 2 - Alunos Matriculados na Educação Profissional – 2013

Campus	Ano 2013
Barreiras	338
Brumado	207
Camaçari	454
Eunápolis	196
Feira de Santana	417

Ilhéus	283
Irecê	387
Jacobina	296
Jequié	231
Paulo Afonso	393
Porto Seguro	140
Salvador	820
Santo Amaro	629
Seabra	124
Simões Filho	625
Valença	76
Vitória da Conquista	425
Total	6041

Fonte: Informações encaminhadas pelo campi

A tabela a seguir requer a projeção do número de vagas a serem ofertadas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Integrado, Subsequente e Proeja).

TABELA 3 - Projeção do Número de Vagas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio – IFBA

Campus	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
Barreiras	360	420	370	420	420
Brumado	220	220	220	260	300
Camaçari	240	160	320	360	360
Eunápolis	230	270	270	310	350
Feira de Santana	265	180	180	180	180
Ilhéus	340	340	420	480	480
Irecê	160	210	150	150	150
Jacobina	100	230	280	400	500
Jequié	240	360	520	640	640
Juazeiro	*	*	160	160	160
Lauro de Freitas	*	*	00	40	40
Paulo Afonso	530	390	270	270	270
Porto Seguro	125	205	185	185	185
Salvador	985	905	870	900	930
Santo Amaro	280	330	330	330	330
Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	80
Seabra	230	175	145	265	345
Simões Filho	410	460	460	460	460
Valença	80	280	280	280	280
Vitória da Conquista	320	350	480	480	480

Total	5115	5495	5910	6570	6940

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

A tabela a seguir apresenta a projeção do número de matrículas a serem realizadas no programa do Governo Federal PROFUNCIONÁRIO.

TABELA 4 - Projeção do Número de Matrículas no Programa PROFUNCIONÁRIO

Campus	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
Barreiras	360	360	360	360	360
Brumado	00	00	80	80	80
Camaçari	121	110	200	00	00
Eunápolis	153	153	200	250	300
Feira de Santana	430	430	320	320	320
Ilhéus	160	106	160	160	160
Irecê	160	83	90	90	90
Jacobina	DNI	120	120	120	120
Jequié	DNI	93	160	144	160
Juazeiro	*	*	0	40	40
Lauro de Freitas	*	*	20	50	100
Paulo Afonso	471	210	210	210	210
Porto Seguro	DNI	143	00	00	00
Salvador	DNI	126	200	200	200
Santo Amaro	00	00	160	160	160
Santo Antônio de Jesus	*	*	115	115	00
Seabra	96	81	77	120	120
Simões Filho	250	300	300	300	300
Valença	DNI	00	00	00	00
Vitória da Conquista	DNI	160	160	160	160
Total	2048	1926	2252	2125	2100

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 5 - Projeção do Número de Matrículas no Programa PRONATEC

Campus	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
Barreiras	5000	00	180	210	230
Brumado	300	00	900	900	900
Camaçari	960	00	00	00	1200

Eunápolis	903	00	400	500	650
Feira de Santana	1200	00	00	00	00
Ilhéus	1400	00	2000	2000	2000
Irecê	5000	3000	3000	3000	3000
Jacobina	DNI	00	00	00	00
Jequié	DNI	00	640	640	640
Juazeiro	*	*	200	300	400
Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
Paulo Afonso	1600	1650	1650	1650	1650
Porto Seguro	DNI	300	400	400	500
Salvador	DNI	00	00	00	00
Santo Amaro	800	00	00	00	00
Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
Seabra	42	00	630	630	630
Simões Filho	450	900	1100	1200	1200
Valença	DNI	00	00	00	00
Vitória da Conquista	DNI	00	00	00	00
Total	17655	5550	10060	9890	11210

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 6 - Projeção de Alunos Matriculados na Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Campus	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
Barreiras	1262	1475	1505	1555	1555
Brumado	242	331	440	460	500
Camaçari	694	361	774	814	814
Eunápolis	870	1040	1210	1350	1540
Feira de Santana	550	583	717	802	887
Ilhéus	705	895	840	865	970
Irecê	547	390	440	480	500
Jacobina	500	634	700	750	800
Jequié	DNI	548	635	721	722
Juazeiro	*	*	344	475	564
Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
Paulo Afonso	705	907	930	1150	1370
Porto Seguro	339	402	382	382	382
Salvador	2703	2763	2728	2758	2788
Santo Amaro	637	524	788	870	943
Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	80
Seabra	438	343	348	495	761

Simões Filho	1100	1150	1185	1220	1260
Valença	450	607	600	600	600
Vitória da Conquista	1200	1413	1740	2240	2300
Total	12942	14366	115671	17266	19336

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

4.2 Educação Superior

Os cursos de educação superior devem alinhar o desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, este constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal. Para tanto, é necessário, conforme metas deste PDI, a elaboração de normatização para criação e alteração de oferta e extinção de cursos, como também de estudos sistemáticos das demandas regionais em todas as localidades nas quais o IFBA esteja presente ou venha a implantar novo campus ou Núcleo Avançado. Atualmente, o IFBA oferece 30 cursos de graduação, com 3.751 estudantes, em 10 *campus* conforme quadro 02, a seguir.

QUADRO 2 - Cursos Superiores do IFBA

	CAMPUS	CURSO
1.	Barreiras	Licenciatura em Matemática
2.	Barreiras	Engenharia de Alimentos
3.	Camaçari	Licenciatura em Matemática
4.	Eunápolis	Licenciatura em Matemática
5.	Eunápolis	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
6.	Eunápolis	Engenharia Civil
7.	Paulo Afonso	Engenharia Elétrica
8.	Porto Seguro	Licenciatura em Química
9.	Porto Seguro	Licenciatura em Computação
10.	Porto Seguro	Licenciatura Intercultural Indígena
11.	Salvador	Engenharia Industrial Elétrica
12.	Salvador	Engenharia Industrial Mecânica
13.	Salvador	Engenharia Química
14.	Salvador	Licenciatura em Física
15.	Salvador	Licenciatura em Geografia
16.	Salvador	Licenciatura em Matemática
17.	Salvador	Tecnologia em Radiologia

18.	Salvador	Tecnologia em Eventos
19.	Salvador	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
20.	Salvador	Administração
21.	Salvador	Tecnologia em Processos de Polimerização
22.	Santo Amaro	Licenciatura em Computação
23.	Simões Filho	Licenciatura Tecnológica em Eletromecânica
24.	Valença	Licenciatura em Computação
25.	Valença	Licenciatura em Matemática
26.	Vitória da Conquista	Bacharelado em Sistemas de Informação
27.	Vitória da Conquista	Engenharia Ambiental
28.	Vitória da Conquista	Engenharia Elétrica
29.	Vitória da Conquista	Licenciatura em Química
30.	Vitória da Conquista	Engenharia Civil

Fonte: PROEN – Departamento de Educação Superior – 2014

Tem-se incentivado que as novas vagas criadas sejam, em maior parte, destinadas aos cursos de Licenciatura, com a finalidade de atender à Lei Federal 11.982, de 2008, que determina que os Institutos Federais devem garantir, pelo menos, 20% de suas vagas de Ensino Superior aos cursos de Licenciatura. Atualmente o IFBA dispõe, aproximadamente, de 11% dos seus discentes de ensino superior matriculados nos cursos de licenciatura.

Perante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a Educação Superior tem por finalidades, os itens listados abaixo:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento científico;
- Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Face ao planejamento em voga dos Cursos Superiores, a Pró-Reitoria de Ensino do IFBA realizou um levantamento cronológico de todas as legislações pertinentes ao processo de Reconhecimento e verificou, junto aos Projetos de Cursos, quais seriam os principais pontos a serem aprimorados.

Em seguida, foi verificado quais os cursos superiores do IFBA que estariam em vias de solicitar o Reconhecimento, isto é, cujos estudantes haviam concluído ou estavam prestes a concluir 50% da carga horária total do curso, vide o quadro abaixo.

QUADRO 3 - Cursos em Fase de Solicitação de Reconhecimento ao MEC

Campus	Curso
Porto Seguro	Licenciatura em Química
Porto Seguro	Licenciatura em Computação
Porto Seguro	Licenciatura Intercultural Indígena
Salvador	Licenciatura em Física
Salvador	Licenciatura em Geografia
Salvador	Licenciatura em Matemática
Santo Amaro	Licenciatura em Computação
Simões Filho	Licenciatura Tecnológica em Eletromecânica
Valença	Licenciatura em Computação
Valença	Licenciatura em Matemática
Vitória da Conquista	Bacharelado em Sistemas de Informação
Vitória da Conquista	Engenharia Ambiental
Vitória da Conquista	Licenciatura em Química

Fonte: PROEN – Assessoria de Ensino Superior – 2013

A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas na Educação Superior no IFBA em 2013.

TABELA 7 - Alunos Matriculados na Educação Superior

Campus	Ano 2013
Barreiras	175
Brumado	00
Camaçari	61
Eunápolis	199
Feira de Santana	00
Ilhéus	00
Irecê	00
Jacobina	00
Jequié	00
Paulo Afonso	137
Porto Seguro	367
Salvador	1731
Santo Amaro	81
Seabra	00
Simões Filho	106
Valença	259
Vitória da Conquista	582
Total	3698

Fonte: IFBA em Números 2013.

A tabela 8 apresenta a projeção do número de vagas, por campus, de acordo com a previsão de expansão da Educação Superior nas respectivas regiões. Para definição dos quantitativos, são considerados, principalmente, a infraestrutura e a disponibilidade de docentes para atender à demanda.

TABELA 8 - Projeção do Número de Vagas na Educação Superior

Níveis		Ano				
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
	Barreiras	30	60	120	120	70
	Brumado	00	00	40	40	40
	Camaçari	00	00	00	80	80
	Eunápolis	40	40	40	80	80
	Feira de Santana	00	00	00	80	80

Bacharelado/ Engenharia	Ilhéus	00	00	30	60	60
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	40	200	280	360
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	100	100	100
	Paulo Afonso	80	80	80	80	80
	Porto Seguro	00	00	00	40	30
	Salvador	272	272	272	272	272
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	30
	Seabra	00	00	00	00	40
	Simões Filho	00	00	40	40	40
	Valença	300	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	260	420	420	460	460
Subtotal		982	912	1342	1732	1822
Licenciatura	Barreiras	40	40	40	40	40
	Brumado	00	00	00	40	40
	Camaçari	80	80	80	80	80
	Eunápolis	50	50	50	50	50
	Feira de Santana	00	00	00	00	80
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	60	60	60
	Jacobina	00	40	80	80	80
	Jequié	00	40	200	280	360
	Juazeiro	*	*	00	00	40
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	40
	Paulo Afonso	00	00	40	40	40
	Porto Seguro	100	160	100	160	100
	Salvador	180	180	180	300	300
	Santo Amaro	80	60	60	60	60
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	30
	Seabra	00	00	40	160	80
	Simões Filho	40	40	80	80	80
	Valença	80	80	80	80	80
	Vitória da Conquista	260	420	420	460	460
Subtotal		910	1190	1510	1970	2100
Tecnologia	Barreiras	00	00	00	00	40
	Brumado	00	00	40	40	00
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	40	40	40	80	80
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	60	60
	Irecê	00	60	120	120	120

	Jacobina	00	00	40	40	40
	Jequié	00	00	00	80	160
	Juazeiro	*	*	80	160	160
	Lauro de Freitas	*	*	40	80	80
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	160	160	240	240	240
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	120	240	240
	Seabra	00	00	00	00	80
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		200	260	720	1140	1300

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
Legenda: DNI – Dados não Informados pelo campus
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

A tabela a seguir apresenta a projeção do número de alunos a serem matriculados na Educação Superior.

TABELA 9 - Projeção de Alunos Matriculados na Educação Superior

Níveis		Ano				
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Bacharelado/ Engenharia	Barreiras	60	120	190	190	190
	Brumado	00	00	40	80	120
	Camaçari	00	00	00	80	160
	Eunápolis	40	80	120	160	200
	Feira de Santana	00	00	00	80	160
	Ilhéus	00	00	30	80	120
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	80	80	80
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	02	02	02
	Paulo Afonso	244	235	315	375	435
	Porto Seguro	00	00	00	40	70
	Salvador	807	807	807	807	807
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	30
	Seabra	00	00	00	00	00

	Simões Filho	00	00	40	80	120
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	822	1222	1572	1912	2232
Subtotal		1973	2464	3196	3966	4726
Licenciatura	Barreiras	130	148	165	180	190
	Brumado	00	00	00	40	80
	Camaçari	141	42	221	221	221
	Eunápolis	130	160	160	160	160
	Feira de Santana	00	00	00	00	80
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	60	110	150
	Jacobina	00	40	80	120	200
	Jequié	00	00	00	40	40
	Juazeiro	*	*	00	00	40
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	01
	Paulo Afonso	00	00	40	80	120
	Porto Seguro	290	270	270	330	330
	Salvador	364	364	364	404	404
	Santo Amaro	100	100	140	140	140
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	30
	Seabra	00	00	40	200	360
	Simões Filho	135	160	230	300	365
	Valença	300	210	320	320	320
	Vitória da Conquista	91	171	151	231	301
Subtotal		1681	1665	2241	2876	3532
Tecnologia	Barreiras	00	00	00	00	40
	Brumado	00	00	40	80	120
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	120	140	180	180	180
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	60	100
	Irecê	00	60	170	260	300
	Jacobina	00	00	40	80	120
	Jequié	00	00	00	40	40
	Juazeiro	*	*	80	240	400
	Lauro de Freitas	*	*	01	02	02
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	295	295	375	375	375
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	120	348	553
	Seabra	00	00	00	00	80

	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		415	495	1006	1665	2310

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

4.3 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

4.3.1 Pesquisa

Segundo a PRPGI, a atividade de pesquisa e difusão de conhecimento, continuamente perpassada por um viés social, almeja dar respostas às questões científicas e viabilizar, através de soluções tecnológicas, apoio às necessidades da sociedade e do setor produtivo. Desta forma, a integração entre ensino, pesquisa e extensão constitui-se em princípio fundamental, no qual se alicerçam os objetivos institucionais.

Para a PRPGI, a pesquisa no IFBA é movida pela ação de seus pesquisadores que obtêm recursos para desenvolver as suas pesquisas através da submissão de projetos junto aos órgãos de fomento (FINEP, CNPq, FAPESB, etc.), bem como com recursos financeiros disponibilizados pela PRPGI através de editais, bem como com recursos financeiros previstos no orçamento do campi de vínculo dos pesquisadores e seus grupos de pesquisa. A atividade de pesquisa, no IFBA, ocorre no âmbito de 59 grupos de pesquisa certificados no Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq. Os Grupos de Pesquisa envolvem 578 pesquisadores distribuídos em 246 linhas de pesquisa.

São desenvolvidos Projetos de Pesquisa em todo o campi do IFBA, onde pesquisadores docentes e técnico-administrativos estão vinculados também a projetos de iniciação científica dentro do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

4.3.2 Pós-Graduação

O IFBA oferta cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* gratuitos à comunidade em geral, que visam, principalmente, ao aperfeiçoamento técnico profissional em uma área mais restrita do saber com carga horária mínima de 360h. Já cursos *Stricto Sensu* (mestrado e Doutorado) são voltados à formação científica e acadêmica do cidadão, privilegiando o ensino e a pesquisa, procurando sempre a integração do conhecimento.

Os cursos Lato Sensu oferecidos em 2013 que encontravam-se em estágio de finalização foram: 1. Especialização em Computação Distribuída e Ubíqua; 2.Especialização Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. 3.Especialização em Estudos Étnicos e Raciais: identidades e representação. 4. Especialização em Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O IFBA integra a associação ampla de oferta do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (UFBA; IFBA; UNEB; LNCC; UEFS; FVC).

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, desde 2010 submete propostas de projetos de Mestrado nas chamadas anuais da CAPES, mediante Aplicativo para Propostas de Novos Cursos (APCN), tendo submetido, até o momento, 07 (sete) projetos nas seguintes áreas: Engenharia de Materiais, Engenharia Mecânica, Química, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Interdisciplinar. Em 2013, foi submetida a proposta de Mestrado Profissional em Engenharia Mecânica, além de integrar a proposta de Doutorado Multi-institucional em Rede na área de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia.

4.3.3 Inovação

Segundo a PRPGI, a implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica no Instituto Federal da Bahia surgiu diante da necessidade de otimizar as

potencialidades da Instituição na área tecnológica, bem como para atender à Lei de Inovação (Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004). Iniciam-se as atividades em 2005. A partir da aprovação do Projeto MCT/FINEP/Ação Transversal—TIB 02/2006, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), constitui a infraestrutura mínima necessária.

Atualmente, as ações do NIT foram incorporadas pela Coordenação de Inovação Tecnológica (CIT), que faz parte da Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Nordeste (REDE NIT-NE). Em 2013, a política de propriedade intelectual transferência de tecnologia e inovação do IFBA, foi aprovada no CONSUP por meio da resolução Nº 39 de 29 de julho de 2013. No que se refere ao Parque Tecnológico, o IFBA pretende, no próximo quinquênio, ampliar sua atuação no Parque Tecnológico da Bahia, fomentado pelo Governo do Estado da Bahia, localizado na Avenida Paralela em Salvador.

Quanto à proteção dos ativos intangíveis no âmbito institucional, até 2013 são computados 33 ativos intangíveis protegidos no Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Já com relação aos contratos e convênios, que envolvam a política de inovação do IFBA, e contemplam diversas formas de transferência das tecnologias, em 2013 são vinte e cinco tecnologias para serem negociados e com possibilidade de chegarem ao mercado, apenas uma em negociação e três em caráter social, que se referem aos produtos voltados para o trabalho com a comunidade de baixa renda, visando a modificar a realidade econômica dessas pessoas.

Os contratos incluem desde licenciamento de patentes, desenhos industriais, uso de marca, assistência técnica e know-how. Sem contar as franquias, cujo registro, embora seja opcional, garante um acordo seguro e confere validade perante terceiros. Desde 07 de junho de 2013, a Portaria nº 896/2013 delega à Coordenação de Inovação Tecnológica a competência de receber processos de convênios e contratos que tratam de matérias concernentes à política de inovação institucional, com base na Lei 10.973/04 (Lei de Inovação).

Para a PRPGI, é fundamental garantir a gestão da política de Inovação do IFBA, disseminando, estimulando, promovendo e acompanhando ações

relacionadas à Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país.

Estão elencadas a seguir algumas responsabilidades da Coordenação de Inovação Tecnológica do IFBA:

- Difundir a cultura sobre Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica;
- Fomentar e fortalecer as parcerias do IFBA com órgãos governamentais, empresas e sociedade;
- Elaborar material didático-pedagógico sobre Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual;
- Promover e orientar para que haja uma adequada proteção das inovações geradas pela comunidade interna e externa (patentes, marcas, direitos autorais, legislação, transferência de tecnologia, e questões relacionadas);
- Acompanhar o processo dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual do IFBA;
- Estimular a criação de empresas de base Tecnológica;
- Apoiar e acompanhar a transferência de tecnologia e a exploração econômica de inovações.

A Tabela 14 mostra as projeções de projetos de pesquisa, publicações científicas, bolsas e grupos de pesquisa. Os projetos de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvidos no âmbito dos grupos de pesquisa vinculados aos campi, são cadastrados pelas diretorias/coordenações de pesquisa, pós-graduação e inovação do campus. A projeção de bolsas referem-se à concessão de bolsas aos pesquisadores para o desenvolvimento de projetos no âmbito do Programa de Fomento à Pesquisa e Inovação, bem como as bolsas voltadas aos estudantes no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

TABELA 10 - Projeção de Projetos de Pesquisa Científica e Tecnológica, Publicação Científica, Bolsas e Grupos de Pesquisa

Níveis	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
	Barreiras	04	30	25	25	25
	Brumado	01	02	04	08	10

Projetos de Pesquisa científica e tecnológica cadastrados	Camaçari	15	20	20	25	25
	Eunápolis	20	17	25	30	40
	Feira de Santana	15	08	15	17	17
	Ilhéus	20	11	25	25	30
	Irecê	05	10	15	20	20
	Jacobina	01	03	05	06	07
	Jequié	11	12	14	15	16
	Juazeiro	*	*	01	02	03
	Lauro de Freitas	*	*	01	02	03
	Paulo Afonso	20	06	25	25	30
	Porto Seguro	05	05	05	05	05
	Salvador	110	120	125	130	135
	Santo Amaro	10	12	20	30	30
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	02	05
	Seabra	17	15	20	26	30
	Simões Filho	40	45	50	55	60
	Valença	35	47	47	47	47
	Vitória da Conquista	48	45	48	50	52
Subtotal		377	408	490	545	590
Publicação de trabalhos científicos	Barreiras	46	54	56	58	60
	Brumado	02	04	08	16	30
	Camaçari	20	20	25	30	40
	Eunápolis	15	25	30	40	50
	Feira de Santana	30	20	40	50	50
	Ilhéus	20	14	25	25	30
	Irecê	05	10	20	20	20
	Jacobina	00	02	00	00	00
	Jequié	17	18	20	22	25
	Juazeiro	*	*	05	10	15
	Lauro de Freitas	*	*	01	02	03
	Paulo Afonso	30	10	35	40	40
	Porto Seguro	05	05	05	05	05
	Salvador	130	140	170	180	200
	Santo Amaro	20	22	25	30	30
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	04	08
	Seabra	19	03	05	07	07
	Simões Filho	55	60	65	70	75
	Valença	38	42	42	42	42
	Vitória da Conquista	40	42	44	46	48
Subtotal		492	491	621	697	778
Bolsas de Pesquisa	Barreiras	03	04	06	08	10
	Brumado	00	01	04	08	14
	Camaçari	05	10	12	14	16
	Eunápolis	20	25	30	35	40

	Feira de Santana	08	03	07	07	07
	Ilhéus	00	02	02	03	03
	Irecê	10	10	20	25	30
	Jacobina	02	00	03	04	05
	Jequié	07	04	06	06	07
	Juazeiro	*	*	02	02	02
	Lauro de Freitas	*	*	00	01	02
	Paulo Afonso	05	05	10	15	15
	Porto Seguro	07	07	07	07	07
	Salvador	70	80	80	80	90
	Santo Amaro	10	07	15	20	20
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	03	06
	Seabra	05	09	12	16	25
	Simões Filho	10	15	20	25	30
	Valença	08	14	14	14	14
	Vitória da Conquista	45	45	47	48	49
Subtotal		215	241	297	341	392
Grupos de pesquisa	Barreiras	01	01	03	05	07
	Brumado	01	01	02	03	05
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	07	07	09	10	11
	Feira de Santana	04	05	04	04	04
	Ilhéus	01	02	02	02	02
	Irecê	03	04	05	06	06
	Jacobina	DNI	03	04	05	06
	Jequié	DNI	01	03	04	05
	Juazeiro	*	*	01	02	02
	Lauro de Freitas	*	*	01	02	03
	Paulo Afonso	02	02	03	04	04
	Porto Seguro	06	07	08	08	08
	Salvador	DNI	35	35	35	35
	Santo Amaro	02	02	03	03	04
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	02	03
	Seabra	02	02	03	05	05
	Simões Filho	03	03	04	05	06
	Valença	00	02	02	02	02
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		33	39	55	69	79

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

A Tabela 15 apresenta os números projetados, para o período de vigência deste Plano, dos processos de proteção da propriedade intelectual, especificamente projeção de pedidos de depósitos de itens de Propriedade Industrial (PI), bem como as projeções para contratos/convênios que tratem da política de inovação do IFBA, com base no Art. 16 da Lei 10.973/04, conhecida como Lei de Inovação.

TABELA 11 - Projeções de Números de Pedidos de Depósitos de itens de Propriedade Industrial (PI) e Contratos/Convênios que tratem da política de inovação.

	Ano					
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
PI	Barreiras	00	00	01	02	03
	Brumado	00	00	02	03	04
	Camaçari	00	01	02	03	04
	Eunápolis	01	02	03	04	05
	Feira de Santana	00	00	01	01	01
	Ilhéus	00	00	02	03	04
	Irecê	00	00	01	01	02
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	00	01	02	03	04
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	01	02	03	04
	Porto Seguro	00	01	02	03	04
	Salvador	03	04	08	12	14
	Santo Amaro	00	00	02	03	04
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	02	03	04
	Simões Filho	05	06	07	08	09
	Valença	00	00	00	00	04
	Vitória da Conquista	00	01	02	03	04
Subtotal		09	18	41	58	78
Contratos e Convênios	Barreiras	00	01	01	02	02
	Brumado	00	00	00	01	01
	Camaçari	00	00	01	01	01
	Eunápolis	00	00	01	01	01
	Feira de Santana	00	00	00	00	01
	Ilhéus	00	00	01	01	01
	Irecê	00	01	02	02	03
	Jacobina	00	00	01	01	01
	Jequié	00	00	01	01	01

	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	01	01	01
	Porto Seguro	00	00	01	01	01
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	00	00	01	02	02
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	01	01	01
	Simões Filho	01	02	03	04	05
	Valença	00	00	00	00	01
	Vitória da Conquista	02	02	03	03	04
Subtotal		05	09	22	27	33

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

Em consonância com os objetivos institucionais, o IFBA pretende assegurar ações que visem a consolidar e a ampliar o ensino de pós-graduação, aumentando sensivelmente o número de cursos de especialização no campi, consolidando áreas de interesse e buscando a excelência acadêmica, aliada a uma forte interação com o setor produtivo dos arranjos locais e regionais. Ainda no esforço da implantação do ensino de pós-graduação, serão fomentadas e apoiadas ações sistemáticas direcionadas à elaboração de projetos de novos projetos de mestrado, especialmente, mestrados profissionais para submissão à Capes. Os números das projeções de cursos, vagas e matrículas para o período de vigência deste Plano estão apresentados nas Tabelas 16 a 18.

TABELA 12 - Projeções de Números de Cursos de Pós-Graduação *Lato/Stricto Sensu*

Níveis	**Ano**					
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Lato Sensu	Barreiras	00	00	01	01	02
	Brumado	00	00	00	00	01
	Camaçari	00	00	00	01	01
	Eunápolis	03	00	02	02	02
	Feira de Santana	00	00	00	00	01
	Ilhéus	00	00	00	00	01
	Irecê	00	00	00	01	01
	Jacobina	00	00	00	00	01
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	01	02
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00

	Porto Seguro	DNI	05	06	06	06
	Salvador	90	03	04	05	05
	Santo Amaro	01	00	01	02	02
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	01	01
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		94	08	08	14	20
Stricto Sensu	Barreiras	00	00	00	01	01
	Brumado	00	00	00	00	01
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	01	00	00	00	01
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	DNI	01	01	01	01
	Salvador	00	00	01	02	02
	Santo Amaro	00	00	00	01	01
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	DNI	04	04	04	04
Subtotal		01	05	05	04	10

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus.
Nota: O programa ofertado será em parceira com a UNEB e o IFBA campus Santo Amaro. * Inicialmente será ofertado apenas na modalidade mestrado e depois modalidades mestrado e doutorado. (ver nota explicativa NBR 10520)
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 13 - Projeções de Números de Vagas de Pós-Graduação *Lato/Stricto Sensu*

Níveis	**Ano**					
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Lato Sensu	Barreiras	00	00	30	60	60
	Brumado	00	00	00	00	30
	Camaçari	00	00	00	20	20

	Eunápolis	30	00	60	60	60
	Feira de Santana	00	00	00	00	30
	Ilhéus	00	00	00	00	30
	Irecê	00	00	00	60	60
	Jacobina	00	00	00	00	40
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	40	80
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	135	150	130	150
	Salvador	DNI	140	140	105	105
	Santo Amaro	00	00	30	30	60
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	40	40
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		30	275	270	440	660
Stricto Sensu	Barreiras	00	00	00	20	20
	Brumado	00	00	00	00	15
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	20	00	00	00	20
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	25	25	25	25
	Salvador	DNI	00	10	20	20
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	80	80	80	80
Subtotal		20	105	105	145	160

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 14 - Projeção de Alunos Matriculados na Pós-Graduação

Níveis	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Lato Sensu	Barreiras	00	00	30	60	60
	Brumado	00	00	00	00	30
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	30	00	60	60	60
	Feira de Santana	00	00	00	00	30
	Ilhéus	00	00	00	00	30
	Irecê	00	00	00	60	120
	Jacobina	00	00	00	00	40
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	40	120
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	135	285	415	415
	Salvador	90	01	10	105	105
	Santo Amaro	00	00	30	30	60
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	40	80
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		120	136	415	810	1150
Stricto Sensu	Barreiras	00	00	00	20	20
	Brumado	00	00	00	00	15
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	20	00	00	00	20
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	25	50	75	100
	Salvador	DNI	00	10	20	30
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00

	Vitória da Conquista	00	80	80	80	80
Subtotal		20	105	130	175	235

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

4.4 Extensão Tecnológica

O IFBA, através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) vem atuando em sintonia com as demandas sociais, através da oferta de cursos de educação profissional, promovendo assim a qualificação, capacitação e recapacitação da mão de obra necessária ao desenvolvimento socioeconômico regional, pela prestação de serviços e consultorias tecnológicas, fomento a estágios curriculares, implementação de parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, adoção de programas de intercâmbio internacional, além de outras ações ligadas à participação e realização de eventos técnicos, científicos, culturais e esportivos.

A PROEX vem atuando como agente de fomento e apoio ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, trata-se de um órgão ligado, diretamente, à Reitoria e tem por missão promover o intercâmbio entre o IFBA e a comunidade externa, visando a atender a diversas demandas sociais. Seu papel é tornar-se um interlocutor da instituição com a sociedade, ouvindo as suas necessidades, subsidiando a comunidade interna, em especial a área acadêmica, e dinamizando a produção de pesquisas aplicadas e serviços para atender às necessidades identificadas.

Para a PROEX, a ação extensionista é, portanto, indispensável para uma maior integração da instituição de ensino com as entidades produtivas, o que torna indissociável o ensino e a pesquisa para com a sociedade. Além de estar afirmando o compromisso social da instituição pública. Caracteriza-se por sua natureza interdisciplinar e inserção dos diversos setores acadêmicos e administrativos da instituição, bem como pela capacidade de operacionalizar a relação teoria-prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular.

A seguir, estão as tabelas com seus respectivos indicadores de fomento da Extensão no IFBA:

TABELA 15- Desenvolvimento Tecnológico

Indicadores	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Número de programas registrados	Barreiras	00	00	01	02	03
	Brumado	00	01	02	04	05
	Camaçari	01	01	02	02	02
	Eunápolis	03	01	05	10	15
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	01	01
	Irecê	DNI	00	00	01	01
	Jacobina	00	00	01	02	03
	Jequié	05	10	10	10	10
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	01	02
	Paulo Afonso	01	02	02	03	03
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	00	00	02	02	02
	Santo Antônio de Jesus	*	*	01	01	01
	Seabra	00	00	01	01	02
	Simões Filho	03	03	03	03	03
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	06	06	07	08	10
Subtotal		21	27	41	56	69
Número de projetos registrados	Barreiras	00	01	02	03	03
	Brumado	00	01	02	04	05
	Camaçari	03	03	04	07	07
	Eunápolis	02	02	04	08	10
	Feira de Santana	00	00	01	01	01
	Ilhéus	00	00	03	04	05
	Irecê	00	01	01	02	03
	Jacobina	10	01	02	03	04
	Jequié	05	10	10	10	10
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	01	02
	Paulo Afonso	01	04	07	10	15
	Porto Seguro	00	01	01	01	01
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	00	02	03	03	03
	Santo Antônio de Jesus	*	*	03	03	03
	Seabra	00	00	02	04	06
	Simões Filho	01	01	02	03	03
	Valença	DNI	00	00	00	00

	Vitória da Conquista	60	66	73	80	100
Subtotal		84	96	124	152	187
Número de estudantes envolvidos	Barreiras	00	04	10	30	50
	Brumado	00	03	06	9	12
	Camaçari	09	09	12	15	15
	Eunápolis	45	40	80	120	160
	Feira de Santana	00	00	03	03	03
	Ilhéus	00	00	15	20	25
	Irecê	00	10	10	12	20
	Jacobina	200	11	20	30	40
	Jequié	40	80	100	200	300
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	05	08
	Paulo Afonso	10	60	60	60	60
	Porto Seguro	00	02	02	02	02
	Salvador	2000	250	300	360	400
	Santo Amaro	00	06	10	09	09
	Santo Antônio de Jesus	*	*	90	60	60
	Seabra	00	00	06	12	36
	Simões Filho	375	375	400	450	450
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	64	80	90	110	140
Subtotal		2743	930	1214	1507	1790
Número de servidores envolvidos	Barreiras	00	03	04	10	15
	Brumado	00	01	02	04	05
	Camaçari	04	04	06	08	08
	Eunápolis	02	05	10	15	20
	Feira de Santana	00	00	05	05	05
	Ilhéus	00	00	06	08	12
	Irecê	00	02	02	08	12
	Jacobina	05	03	06	09	12
	Jequié	10	20	30	40	50
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	02	04
	Paulo Afonso	02	12	12	12	12
	Porto Seguro	00	02	02	02	02
	Salvador	100	120	140	160	200
	Santo Amaro	00	03	04	06	06
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	10	10
	Seabra	00	00	04	08	10
	Simões Filho	25	25	30	40	40
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	28	32	35	40	50
Subtotal		176	232	308	387	473

Número de estudantes bolsistas	Barreiras	00	04	10	30	30
	Brumado	00	01	02	04	05
	Camaçari	09	09	12	15	15
	Euclides da Cunha	*	*			
	Feira de Santana	00	00	03	03	03
	Ilhéus	00	00	04	08	12
	Irecê	00	02	02	04	08
	Jacobina	45	00	05	05	08
	Jequié	50	70	80	90	100
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	02	12	12	12	12
	Porto Seguro	00	02	02	02	02
	Salvador	600	750	900	1000	1200
	Santo Amaro	00	05	10	09	09
	Santo Antônio de Jesus	*	*	06	06	06
	Seabra	00	00	08	12	24
	Simões Filho	28	34	34	45	45
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	58	66	73	110	140
Subtotal		793	958	1163	1355	1619
Número de servidores bolsistas	Barreiras	00	00	05	10	10
	Brumado	00	01	02	04	05
	Camaçari	04	04	06	08	08
	Eunápolis	00	02	04	08	12
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	04	08	12
	Irecê	00	00	00	00	01
	Jacobina	00	00	02	02	03
	Jequié	20	30	40	50	60
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	02	05	08	10	12
	Porto Seguro	00	02	02	02	02
	Salvador	20	25	30	36	40
	Santo Amaro	00	00	02	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	02	04	04
	Simões Filho	09	09	11	11	12
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	04	08	16	32	50
Subtotal		59	86	134	185	231

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus.

*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 16 - Projetos Sociais

Indicadores	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Número de programas registrados	Barreiras	02	01	02	03	03
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	02	01	03	03	04
	Eunápolis	04	08	10	12	14
	Feira de Santana	00	01	01	01	01
	Ilhéus	02	02	02	02	02
	Irecê	01	02	03	03	03
	Jacobina	00	00	01	02	03
	Jequié	02	04	06	08	10
	Juazeiro	*	*	02	02	02
	Lauro de Freitas	*	*	02	02	02
	Paulo Afonso	01	01	01	01	01
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	01	00	00	01	01
	Santo Antônio de Jesus	*	*	01	01	01
	Seabra	00	00	01	02	02
	Simões Filho	01	01	01	01	01
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	02	03	04	05	06
Subtotal		20	28	46	57	66
Número de projetos registrados	Barreiras	03	05	10	13	15
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	03	02	04	04	05
	Eunápolis	04	10	12	14	16
	Feira de Santana	03	08	12	12	12
	Ilhéus	07	08	10	10	10
	Irecê	01	02	03	03	03
	Jacobina	00	02	04	06	08
	Jequié	02	04	06	08	10
	Juazeiro	*	*	05	07	10
	Lauro de Freitas	*	*	02	02	02
	Paulo Afonso	01	04	04	04	04
	Porto Seguro	01	02	02	02	02
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	04	04	04	05	05
	Santo Antônio de Jesus	*	*	03	03	03

	Seabra	06	08	10	10	10
	Simões Filho	02	03	03	04	04
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	95	103	113	125	137
Subtotal		134	169	213	240	266
Número de estudantes envolvidos	Barreiras	1690	1400	1600	1600	1900
	Brumado	00	03	06	09	12
	Camaçari	06	00	08	08	10
	Eunápolis	100	150	200	200	250
	Feira de Santana	06	16	24	24	24
	Ilhéus	700	350	400	400	400
	Irecê	05	10	15	15	15
	Jacobina	00	00	05	10	15
	Jequié	50	100	150	200	250
	Juazeiro	*	*	15	21	30
	Lauro de Freitas	*	*	50	50	50
	Paulo Afonso	50	200	200	200	200
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	2000	2500	3000	3600	4000
	Santo Amaro	50	150	150	180	180
	Santo Antônio de Jesus	*	*	90	90	90
	Seabra	30	60	80	100	120
	Simões Filho	50	60	60	100	100
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	95	103	113	125	137
Subtotal		4832	5102	6166	6932	7783
Número de servidores envolvidos	Barreiras	140	50	70	80	100
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	04	04	05	05	05
	Eunápolis	10	15	18	22	30
	Feira de Santana	04	08	12	12	12
	Ilhéus	20	20	25	25	25
	Irecê	02	04	04	04	04
	Jacobina	00	06	08	10	12
	Jequié	20	25	30	35	40
	Juazeiro	*	*	15	30	45
	Lauro de Freitas	*	*	15	15	15
	Paulo Afonso	14	50	50	50	50
	Porto Seguro	01	02	02	02	02
	Salvador	100	120	140	160	200
	Santo Amaro	20	20	20	25	25
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	10	10
	Seabra	12	10	12	15	15

	Simões Filho	08	10	10	15	15
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	61	69	79	90	100
Subtotal		416	414	527	608	709
Número de estudantes bolsistas	Barreiras	10	25	40	50	60
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	06	00	08	08	10
	Eunápolis	12	15	20	25	30
	Feira de Santana	00	10	12	12	12
	Ilhéus	700	443	550	550	550
	Irecê	02	03	05	05	05
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	20	30	40	50	60
	Juazeiro	*	*	10	14	20
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	50	200	200	200	200
	Porto Seguro	01	02	02	02	02
	Salvador	600	750	900	1000	1200
	Santo Amaro	05	06	06	07	07
	Santo Antônio de Jesus	*	*	06	06	06
	Seabra	18	19	30	38	40
	Simões Filho	20	25	30	40	40
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	95	103	113	125	125
Subtotal		1539	1632	1974	2135	1371
Número de servidores bolsistas	Barreiras	00	00	10	10	15
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	04	00	05	05	05
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	01	02	02	02	02
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	05	10	15	20	25
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	14	50	50	50	50
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	20	25	30	36	40
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	01	02	04	04
	Simões Filho	00	00	02	02	03

	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	10	13	18	25
Subtotal		44	99	131	150	173
Número de comunidades atendidas	Barreiras	04	07	08	10	12
	Brumado	00	02	04	06	07
	Camaçari	05	02	06	06	07
	Eunápolis	05	07	10	13	18
	Feira de Santana	02	02	03	03	03
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	01	02	02	03	03
	Jacobina	00	10	15	20	25
	Jequié	01	02	03	04	05
	Juazeiro	*	*	10	10	10
	Lauro de Freitas	*	*	03	03	03
	Paulo Afonso	03	03	03	03	03
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	05	06	06	06	06
	Santo Antônio de Jesus	*	*	02	02	02
	Seabra	10	06	08	08	10
	Simões Filho	02	03	03	04	04
	Valença	DNI				
	Vitória da Conquista	28	33	37	45	50
Subtotal		68	88	127	151	174

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 17 - Estágio e Emprego

Indicadores	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Número de estudantes encaminhados para estágio	Barreiras	210	136	149	163	179
	Brumado	100	200	200	220	250
	Camaçari	84	84	110	110	110
	Eunápolis	100	115	130	145	160
	Feira de Santana	50	130	130	130	130
	Ilhéus	30	50	60	70	80
	Irecê	13	20	30	30	40
	Jacobina	40	61	160	140	23
	Jequié	40	80	100	120	150
	Juazeiro	*	*	52	29	71
	Lauro de Freitas	*	*	00	25	75
	Paulo Afonso	80	90	105	125	140
	Porto Seguro	105	105	105	105	105
	Salvador	700	750	800	850	900
	Santo Amaro	60	35	40	40	45
	Santo Antônio de	*	*	00	00	00

	Jesus					
	Seabra	39	78	66	77	95
	Simões Filho	100	140	150	160	170
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	300	350	400	450	500
Subtotal		2051	2424	2787	2989	3223
Número de empresas cadastradas com ofertantes de estágio/ emprego	Barreiras	120	130	140	150	160
	Brumado	30	35	40	45	50
	Camaçari	03	03	05	05	05
	Eunápolis	37	42	48	55	68
	Feira de Santana	15	50	50	50	50
	Ilhéus	00	25	30	15	10
	Irecê	13	20	25	25	30
	Jacobina	07	19	25	30	35
	Jequié	10	30	50	70	100
	Juazeiro	*	*	25	40	50
	Lauro de Freitas	*	*	50	100	200
	Paulo Afonso	30	35	42	52	58
	Porto Seguro	70	80	90	100	110
	Salvador	100	120	140	160	180
	Santo Amaro	08	10	10	10	15
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	07	10	12	14	18
	Simões Filho	120	125	130	135	140
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	100	130	160	200	250
Subtotal		670	864	1072	1256	1529
Número de oferta anual de estágios	Barreiras	200	215	218	240	245
	Brumado	100	200	200	220	250
	Camaçari	80	80	90	90	90
	Eunápolis	120	130	145	160	200
	Feira de Santana	04	04	05	08	08
	Ilhéus	00	10	15	20	20
	Irecê	13	20	30	30	40
	Jacobina	20	40	30	30	60
	Jequié	40	80	100	120	150
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	25	75
	Paulo Afonso	37	41	49	60	68
	Porto Seguro	105	105	105	105	105
	Salvador	200	240	280	320	360
	Santo Amaro	150	80	100	100	150
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	10	12	14	17
	Simões Filho	160	180	200	220	240
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	220	250	300	350	400
Subtotal		1449	1685	1879	2112	2478
	Barreiras	27	30	32	38	40
	Brumado	25	35	50	60	70
	Camaçari	30	30	40	40	40
	Eunápolis	10	30	50	70	85

Número de estudantes encaminhados para o emprego	Feira de Santana	05	02	10	20	30
	Ilhéus	00	02	05	10	15
	Irecê	03	05	10	15	15
	Jacobina	01	02	05	08	10
	Jequié	20	40	50	60	75
	Juazeiro	*	*	20	30	50
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	15	20	24	30	34
	Porto Seguro	10	10	10	10	10
	Salvador	50	70	90	110	130
	Santo Amaro	DNI	05	10	10	15
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	10	12	14	17
	Simões Filho	50	60	70	80	90
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	20	25	30	35	40
Subtotal		266	371	508	630	766
Número de empresas cadastradas com oferta anual de empregos	Barreiras	20	24	28	30	35
	Brumado	30	35	40	45	50
	Camaçari	03	03	05	05	05
	Eunápolis	15	35	55	80	95
	Feira de Santana	08	25	35	40	50
	Ilhéus	00	00	05	10	10
	Irecê	05	00	05	10	10
	Jacobina	01	02	05	08	10
	Jequié	05	10	15	20	25
	Juazeiro	*	*	20	30	30
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	10	10	10	10	11
	Porto Seguro	70	80	90	100	110
	Salvador	15	20	25	30	35
	Santo Amaro	05	05	05	05	10
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	12	03	04	05
	Simões Filho	90	100	110	120	130
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	10	15	20	25	30
Subtotal		287	376	476	572	651

Fonte: Informações encaminhadas pelos campus.
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 18 - Cursos de Formação Inicial e Continuada

Indicadores	**Ano**					
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
	Barreiras	05	05	10	12	15
	Brumado	01	03	03	04	05
	Camaçari	15	03	25	30	35

Número de cursos ofertados	Eunápolis	35	50	60	80	100
	Feira de Santana	60	00	05	06	07
	Ilhéus	00	00	05	05	05
	Irecê	100	05	10	10	10
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	07	07	07	07	07
	Juazeiro	*	*	10	10	10
	Lauro de Freitas	*	*	05	05	03
	Paulo Afonso	03	05	06	08	10
	Porto Seguro	08	10	15	20	25
	Salvador	20	25	25	30	30
	Santo Amaro	02	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	03	05	08
	Seabra	03	00	00	01	04
	Simões Filho	03	03	04	04	04
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	18	20	00	00	00
Subtotal		280	136	193	237	278
Número de estudantes matriculados	Barreiras	170	100	250	290	330
	Brumado	30	90	90	120	150
	Camaçari	300	60	500	600	700
	Eunápolis	1080	1300	1500	1700	1900
	Feira de Santana	1300	00	100	120	140
	Ilhéus	00	00	200	200	200
	Irecê	2300	200	400	400	400
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	170	200	180	180	180
	Juazeiro	*	*	400	400	400
	Lauro de Freitas	*	*	125	125	75
	Paulo Afonso	90	150	180	240	300
	Porto Seguro	200	300	410	600	750
	Salvador	1500	1600	1700	1800	1900
	Santo Amaro	70	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	90	150	240
	Seabra	60	00	00	40	80
	Simões Filho	60	60	80	80	80
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	2000	2200	00	00	00
Subtotal		9330	6260	6205	7045	7825
	Barreiras	170	100	250	290	330
	Brumado	27	81	81	105	135
	Camaçari	180	60	350	420	490
	Eunápolis	900	1100	1250	1500	1650
	Feira de Santana	1100	00	90	105	120

Número de estudantes concluintes	Ilhéus	00	00	200	200	200
	Irecê	1380	200	400	400	400
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	67	152	132	132	132
	Juazeiro	*	*	400	400	400
	Lauro de Freitas	*	*	125	125	125
	Paulo Afonso	81	135	162	216	270
	Porto Seguro	200	300	410	600	750
	Salvador	1200	1300	1400	1500	600
	Santo Amaro	10	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	81	135	176
	Seabra	50	00	00	35	70
	Simões Filho	45	45	60	60	70
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	1800	1980	00	00	00
Subtotal		7210	5453	5391	6223	5918

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 19- Alunos Matriculados nos cursos do PRONATEC

Indicadores	**Ano**					
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Número de estudantes concluintes	Barreiras	5000	6000	6000	6000	6000
	Brumado	300	600	900	900	900
	Camaçari	960	00	1000	1000	1200
	Eunápolis	865	00	00	00	00
	Feira de Santana	DNI	00	00	00	00
	Ilhéus	1400	00	2000	2000	2000
	Irecê	DNI	00	60	60	60
	Jacobina	DNI	00	00	00	00
	Jequié	DNI	00	640	640	640
	Juazeiro	*	*	300	300	400
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	1600	1650	1650	1650	1650
	Porto Seguro	DNI	00	00	00	00
	Salvador	DNI	00	00	00	00
	Santo Amaro	800	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	DNI	00	630	630	630
	Simões Filho	450	900	1100	1200	1200
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	DNI	00	00	00	00
Subtotal		11375	9150	12950	13050	13990

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 20 - Projetos Culturais, Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos

Indicadores	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Número de projetos registados	Barreiras	16	16	17	18	20
	Brumado	00	01	02	04	06
	Camaçari	02	03	04	04	06
	Eunápolis	05	10	15	20	25
	Feira de Santana	02	04	04	04	04
	Ilhéus	06	00	10	10	10
	Irecê	02	04	06	06	06
	Jacobina	07	05	06	07	08
	Jequié	10	08	06	06	07
	Juazeiro	*	*	02	03	04
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	10	13	15	18	21
	Porto Seguro	00	02	03	04	05
	Salvador	06	08	10	12	15
	Santo Amaro	04	06	06	06	06
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	01	02
	Seabra	05	06	01	01	01
	Simões Filho	02	03	04	04	04
	Valença	05	05	08	10	10
	Vitória da Conquista	08	09	10	12	13
Subtotal		90	103	129	150	173
Número de estudantes envolvidos	Barreiras	100	100	120	120	140
	Brumado	00	40	80	120	140
	Camaçari	10	12	20	20	30
	Eunápolis	600	750	900	1000	1250
	Feira de Santana	560	700	780	860	860
	Ilhéus	745	00	1050	1250	1450
	Irecê	30	30	60	60	60
	Jacobina	510	634	700	750	800
	Jequié	500	370	335	335	380
	Juazeiro	*	*	424	715	964
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	400	460	510	560	600
	Porto Seguro	00	10	15	20	25
	Salvador	300	400	500	600	700
	Santo Amaro	300	150	150	150	150
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	120	150
	Seabra	100	00	348	495	701
	Simões Filho	270	300	340	340	340
	Valença	2000	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	1600	1750	1890	2020	2200
Subtotal		8025	5706	8222	9535	10940

Número de servidores envolvidos	Barreiras	100	100	120	120	140
	Brumado	00	01	02	04	06
	Camaçari	05	05	10	10	15
	Eunápolis	35	50	75	90	100
	Feira de Santana	30	30	40	50	50
	Ilhéus	25	00	30	30	30
	Irecê	20	20	25	25	25
	Jacobina	15	17	20	22	24
	Jequié	09	11	10	12	13
	Juazeiro	*	*	15	30	45
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	30	34	35	40	46
	Porto Seguro	00	05	15	20	25
	Salvador	30	40	50	60	70
	Santo Amaro	35	30	30	30	30
	Santo Antônio	*	*	00	20	20
	Seabra	40	00	40	50	60
	Simões Filho	65	66	70	70	70
	Valença	60	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	150	170	180	200	220
Subtotal		649	579	767	883	989
Publico alvo atingido	Barreiras	5000	5000	5200	5200	5400
	Brumado	00	60	100	140	160
	Camaçari	100	200	200	200	300
	Eunápolis	700	850	1000	1200	1500
	Feira de Santana	600	800	850	950	950
	Ilhéus	745	00	1050	1250	1450
	Irecê	800	1200	1500	1500	1500
	Jacobina	600	700	750	800	850
	Jequié	620	620	520	520	660
	Juazeiro	*	*	700	1000	1200
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	500	520	550	580	600
	Porto Seguro	00	100	100	100	100
	Salvador	DNI	1000	1200	1300	1500
	Santo Amaro	400	500	500	500	500
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	300	600
	Seabra	1750	00	420	550	760
	Simões Filho	400	420	450	500	500
	Valença	05	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	150	170	180	200	220
Subtotal		12370	11140	14070	15490	17250

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 21 - Visitas Técnicas

Indicadores	**Ano**				
Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Barreiras	70	55	62	65	74

Número de visitas efetuadas	Brumado	12	12	14	16	18
	Camaçari	05	03	08	10	10
	Eunápolis	60	75	90	105	120
	Feira de Santana	10	21	30	30	30
	Ilhéus	12	15	18	20	24
	Irecê	15	10	10	15	15
	Jacobina	14	05	14	25	30
	Jequié	13	12	10	10	11
	Juazeiro	*	*	08	12	14
	Lauro de Freitas	*	*	09	15	25
	Paulo Afonso	20	15	17	19	20
	Porto Seguro	02	04	05	06	07
	Salvador	30	40	50	60	70
	Santo Amaro	08	25	25	30	30
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	03	06
	Seabra	09	06	15	18	22
	Simões Filho	20	20	35	35	35
	Valença	86	80	80	80	80
	Vitória da Conquista	100	120	140	160	180
Subtotal		486	518	640	734	821
Número de estudantes envolvidos	Barreiras	900	600	700	800	900
	Brumado	300	300	350	400	450
	Camaçari	05	80	08	10	10
	Eunápolis	610	750	880	920	1000
	Feira de Santana	200	300	400	400	400
	Ilhéus	300	340	400	480	600
	Irecê	300	200	200	300	300
	Jacobina	420	160	550	450	500
	Jequié	317	282	252	252	292
	Juazeiro	*	*	344	475	564
	Lauro de Freitas	*	*	140	200	260
	Paulo Afonso	600	450	510	570	600
	Porto Seguro	60	120	150	180	210
	Salvador	1200	1600	2000	2400	2800
	Santo Amaro	300	350	350	400	400
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	90	180
	Seabra	190	280	323	377	467
	Simões Filho	400	430	430	470	500
	Valença	1720	1500	1500	1500	1500
	Vitória da Conquista	2000	2300	2500	3000	3500
Subtotal		9822	10042	11987	13674	15433
	Barreiras	140	100	110	110	110
	Brumado	12	12	14	16	18
	Camaçari	10	08	14	20	20

Número de servidores envolvidos	Eunápolis	20	30	45	60	75
	Feira de Santana	20	30	30	30	30
	Ilhéus	10	12	14	16	18
	Irecê	30	20	20	30	30
	Jacobina	10	12	10	12	14
	Jequié	18	15	12	12	13
	Juazeiro	*	*	03	03	03
	Lauro de Freitas	*	*	18	30	50
	Paulo Afonso	40	30	34	36	40
	Porto Seguro	05	10	10	10	10
	Salvador	06	08	10	12	14
	Santo Amaro	10	20	20	25	25
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	06	12
	Seabra	19	27	32	37	46
	Simões Filho	50	52	52	56	56
	Valença	45	40	40	40	40
	Vitória da Conquista	60	80	100	120	140
Subtotal		505	506	588	681	764

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 22 - Empreendedorismo e Associativismo

Indicadores	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Número de estudantes envolvidos nas ações de empreendedorismo/ associativismo	Barreiras	00	20	30	30	30
	Brumado	00	00	10	20	30
	Camaçari	00	00	02	04	04
	Eunápolis	01	05	10	15	20
	Feira de Santana	01	00	05	01	01
	Ilhéus	00	34	34	34	34
	Irecê	00	00	20	40	40
	Jacobina	00	01	05	10	15
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	212	360	470
	Lauro de Freitas	*	*	140	140	140
	Paulo Afonso	01	04	04	04	04
	Porto Seguro	00	05	10	15	15
	Salvador	250	300	350	400	450
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	10
	Seabra	00	00	30	00	00
	Simões Filho	15	30	45	45	45

	Valença	06	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	10	20	40	80
Subtotal		274	409	927	1158	1388
Número de servidores envolvidos nas ações de empreendedorismo/ associativismo	Barreiras	00	04	06	06	06
	Brumado	00	00	01	02	03
	Camaçari	02	00	03	03	03
	Eunápolis	00	05	10	15	20
	Feira de Santana	03	00	02	02	02
	Ilhéus	00	02	02	02	02
	Irecê	00	00	05	10	10
	Jacobina	00	00	02	04	06
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	10	20	30
	Lauro de Freitas	*	*	16	20	25
	Paulo Afonso	04	07	07	07	07
	Porto Seguro	00	05	10	15	15
	Salvador	10	12	14	16	18
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	02
	Seabra	00	00	03	00	00
	Simões Filho	02	04	05	05	05
	Valença	04	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	05	10	20	40
Subtotal		25	44	106	147	194
Número de empresas júnior	Barreiras	00	01	01	01	01
	Brumado	00	00	01	01	01
	Camaçari	00	00	01	01	01
	Eunápolis	00	01	01	01	01
	Feira de Santana	00	00	01	01	01
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	01	02	02
	Jacobina	00	00	01	02	03
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	01	02
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	01
	Paulo Afonso	00	01	01	01	02
	Porto Seguro	00	01	02	03	03
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	01
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	01	03	04	04	04
	Valença	01	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	01	00	00	00	00

Subtotal		05	10	18	23	29
Número de empreendimentos incubados pela incubadora	Barreiras	00	00	01	01	01
	Brumado	00	00	01	01	02
	Camaçari	00	00	00	01	01
	Eunápolis	00	00	01	01	01
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	04	08	08
	Jacobina	00	00	01	02	03
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	05
	Paulo Afonso	00	05	07	07	10
	Porto Seguro	00	01	02	03	03
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	03
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	05	01	01	01	01
	Vitória da Conquista	00	05	10	20	30
Subtotal		07	15	32	50	74
Número de pessoas envolvidas com hotel de projetos	Barreiras	00	04	06	06	06
	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	02	02	02	02
	Irecê	00	00	27	54	54
	Jacobina	00	00	01	02	03
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	03	03	03	03
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	25	30	35	40	45
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	12
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	05	10	15	20
Subtotal		25	44	84	122	145

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

5 PERFIL DOS CORPOS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Política de Gestão de Pessoas do IFBA, que deve, em linhas gerais, delinear as diretrizes da Política de Capacitação dos Servidores e Política de Desenvolvimento da Carreira dos Servidores, de acordo com o regimento aprovado pela Resolução do CONSUP nº26/2013 é dever da Diretoria de Gestão de Pessoas conforme os incisos III e IV do artigo 161,expostos a seguir:

> III. Planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar a implementação de políticas de gestão de pessoas em parceria com as diversas unidades organizacionais, de forma sistêmica, estratégica e integrada, observadas as diretrizes da Secretaria de Gestão Pública;
> IV. Elaborar, coordenar e supervisionar os programas de capacitação dos servidores(as) técnico-administrativos e docentes, em atendimento ao Decreto no 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008; (IFBA, 2013,).

Os principais objetivos da Política de Gestão de Pessoas deste Instituto são a promoção de um plano permanente de formação de recursos humanos; o estabelecimento de um programa institucional de avaliação de desempenho nas diversas áreas de atuação do Instituto e a definição de um programa de desenvolvimento institucional de valorização pessoal e profissional.

A Política de Capacitação e a Política de Desenvolvimento da Carreira dos Servidores devem criar condições para o crescimento pessoal e profissional, proporcionando um ambiente de oportunidade de conhecimento, bem como de desenvolvimento de habilidades e de competências. Essas políticas apresentam como propósito formar servidores capazes de resolver as demandas institucionais e, assim, atingir as metas de acordo com a proposta de política pública da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A instituição deve oferecer ao servidor um ambiente organizacional propenso ao desenvolvimento de suas capacidades para o trabalho e instigá-lo a se aprimorar como cidadão, membro de equipe, servidor público, promotor de política pública e gestor público.

5.1 Composição

5.1.1 Corpo Docente

Os docentes obtiveram reestruturação da carreira, através da Lei nº 12.772/2012, que discorre sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Esta legislação alterou ainda dispositivos constantes nas leis: 11.784/2008 (Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal) e a 8.745/93 (Contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros).

O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11.784, de 2008, far-se-á no Nível 1 da Classe D I e no cargo de provimento efetivo de Professor Titular de que trata o inciso II do caput do art. 106 desta Lei, no Nível Único da Classe Titular.

São requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico os presentes no art. 106 dessa Lei, em seus incisos e parágrafos seguintes, em:

- Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: possuir habilitação específica, obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente;
- Cargo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: ser detentor do titulo de doutor ou de Livre-Docente.

A experiência no magistério, assim como a experiência profissional não acadêmica são pontuadas nas provas de títulos dos editais de concurso público da Instituição e aferidas na prática de desempenho didático.

5.1.2 Os Critérios de Seleção e Contratação

Para ingresso na carreira docente no IFBA, obedecerá a dois critérios:

- Ingresso por meio de concurso público (composto por provas objetivas, prática de desempenho didático e de títulos).

O concurso público referido poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura. O edital do concurso público disporá sobre as habilitações especificas requeridas, para ingresso nos cargos de que trata e poderá considerar a avaliação psicológica de habilidades emocionais, requeridas para o ingresso ao cargo.

- Ingresso por meio de processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos e temporários (composto por provas objetivas, prática de desempenho didático e de títulos).

A Lei nº. 8.745, de 09 de dezembro de 1993, dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. No caso do Instituto Federal da Bahia isto ocorre para as admissões de professor substituto e professor “temporário”. O recrutamento do pessoal a ser contratado será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União.

A supracitada lei discorre sobre a contratação:

De **professor substituto**, ocorre quando há: vacância do cargo; afastamento ou licença, na forma do regulamento; nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus.

De **professor “temporário”**, ocorre para: suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.

Portanto, a administração em conformidade com a Lei nº. 8.745/1993 e demanda institucional abre processo de seleção para professor substituto, para suprir as ausências legais dos servidores docentes de provimento efetivo, bem como para professor “temporário” em razão da expansão dos campi deste Instituto Federal da Bahia. Basicamente, tal exame seletivo é realizado em duas etapas distintas: 1ª- Prova de Desempenho Didático (eliminatória e classificatória) e 2ª- Prova de Títulos (classificatória).

É importante salientar que o Decreto nº. 8.259, de 29 de maio de 2014, regulamenta, nitidamente, os casos para contratação de professor substituto, complementando a Lei nº. 8.745/1993, que poderão ocorrer:

- para as licenças e afastamento previstos nos arts. 84, 85, 91, 92, 95, 96, 96-A e 207 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir da publicação do ato de concessão;

- para o afastamento de que trata o art. 93 da Lei nº. 8.112, de 1990, a partir da publicação de portaria de cessão, pela autoridade competente;
- para o afastamento de que trata o art. 94 da Lei nº. 8.112, de 1990, a partir do início do mandato; e
- para licença de que trata o art. 202 da Lei nº. 8.112, de 1990, quando superior a sessenta dias, a partir do ato de concessão.

5.1.3 Regime de Trabalho da Carreira Docente

Os docentes, integrantes da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal, possuem regime de trabalho de 20 horas, 40 horas ou 40 horas com Dedicação Exclusiva. Vale salientar, que no caso de professor, a Lei nº. 12.772/2012 relata que a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, ocorrerá como exceção, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

5.1.4 Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Quadro

A substituição eventual de professores do quadro do IFBA ocorre, nos termos da Lei nº 8.745/1993, na categoria professor substituto, por meio de processo seletivo simplificado, divulgado em Edital Público, para contrato temporário no limite de dois anos.

O campus deverá informar à Pró-Reitoria de Ensino o afastamento do professor efetivo, segundo as situações elencadas na Lei nº 8.745/1993 e no Decreto nº. 8.259/2014, citadas no subitem 4.1.2. A referida Pró-reitoria, então, encaminhará autorização para contratação de professor substituto para a Diretoria de Gestão de Pessoas, especificamente para a Coordenação de Contratação Temporária, a qual convocará candidato aprovado em processo seletivo simplificado vigente.

5.2 Corpo Técnico-Administrativo

Os Técnicos Administrativos em Educação, TAEs, são regidos pela Lei 11.091/2005. Atualmente a Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008 reestruturou várias carreiras, incluindo a dos TAEs, no entanto, esta teve ainda mudanças quanto à capacitação e a tabela de vencimentos, consoante a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

5.2.1 Os Critérios de Seleção e Contratação

O ingresso na carreira de técnico-administrativo no IFBA poderá ocorrer por meio de concurso público (composto por provas objetivas ou provas e títulos e prova de desempenho prático, quando for o caso). Este poderá seguir os seguintes critérios:

- O concurso público referido poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura;
- O edital do concurso público disporá sobre as habilitações específicas, requeridas para ingresso nos cargos de que trata;
- Poderá considerar a avaliação psicológica de habilidades emocionais, requeridas para o ingresso ao cargo.

O servidor técnico-administrativo ingressará nas classes **C, D** e **E**, sendo respectivamente: ensino fundamental, nível intermediário e nível superior.

5.2.2 Regime de Trabalho dos Técnico – Administrativos

Os Técnico-Administrativos em Educação possuem regime de trabalho de 20, 25, 30 ou 40 horas semanais, de acordo com o cargo que ocupam.

5.3 Políticas de Capacitação

A Reitoria do IFBA, a partir da Diretoria de Gestão de Pessoas, irá constituir, em 2014, uma Comissão para discutir, elaborar e propor uma Política de Capacitação de Servidores, incluindo as especificidades das carreiras Docente e Técnico-Administrativo, de acordo com a lei nº 11.095/2005 (alterada pela lei nº 11.784/2008 e lei nº 12.772/2012), e com o Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, que institui os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoa (tal decreto ainda não foi implantado no IFBA, conforme as informações prestadas pela DGP através do memorando nº 52/2014); com o plano anual de capacitação; com o relatório de execução do plano anual de capacitação; e com o sistema de gestão por competência. Assim como, a portaria do MEC nº 27 de 15 janeiro de 2014, institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Através da criação desta Política, o IFBA busca promover uma Gestão de Pessoas estratégica, valorizando, investindo na capacitação, desenvolvimento técnico e pessoal de seus profissionais, compreendendo, assim, que são os servidores das duas carreiras em educação que contribuem para o desenvolvimento da Instituição, tornando visíveis os resultados de qualquer ação positiva.

TABELA 23 - Projeção do Número de Docentes Efetivos por Titulação.

Níveis	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Graduação	Barreiras	06	06	10	12	12
	Brumado	03	05	05	05	05
	Camaçari	15	12	11	08	05
	Eunápolis	223	08	05	00	00
	Feira de Santana	03	03	02	02	02
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	10	06	03	03	03
	Jacobina	05	05	08	08	11
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	01	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	34	34	40
	Paulo Afonso	09	06	04	03	03
	Porto Seguro	04	04	02	03	03

	Salvador	17	14	10	05	00
	Santo Amaro	05	00	07	07	07
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	03	06	10	11	10
	Simões Filho	03	05	04	04	04
	Valença	DNI	02	02	02	02
	Vitória da Conquista	04	03	00	00	00
Subtotal		310	85	118	105	107
Especialização	Barreiras	37	28	30	25	20
	Brumado	10	25	35	45	60
	Camaçari	11	10	05	04	03
	Eunápolis	114	10	05	02	00
	Feira de Santana	07	10	09	13	15
	Ilhéus	16	13	13	13	13
	Irecê	08	06	10	09	11
	Jacobina	13	10	07	06	10
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	19	19	17
	Lauro de Freitas	*	*	17	10	08
	Paulo Afonso	14	13	11	13	13
	Porto Seguro	12	04	05	04	04
	Salvador	73	68	45	30	10
	Santo Amaro	05	12	12	12	12
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	12	10	10	09	10
	Simões Filho	12	09	08	06	06
	Valença	60	33	33	33	33
	Vitória da Conquista	29	31	46	58	68
Subtotal		433	292	320	311	313
Mestrado	Barreiras	45	66	71	76	100
	Brumado	02	07	15	20	25
	Camaçari	34	36	29	40	42
	Eunápolis	02	50	55	58	60
	Feira de Santana	22	29	26	20	25
	Ilhéus	21	24	23	22	19
	Irecê	22	25	34	38	37
	Jacobina	13	24	26	25	26
	Jequié	06	08	09	10	11
	Juazeiro	*	*	26	27	29
	Lauro de Freitas	*	*	17	22	26
	Paulo Afonso	24	33	37	39	40
	Porto Seguro	27	35	43	51	59
	Salvador	193	194	174	156	106
	Santo Amaro	37	37	33	33	33

	Santo Antônio de Jesus	*	*	22	22	36
	Seabra	11	13	15	22	25
	Simões Filho	36	34	28	28	24
	Valença	08	30	30	30	30
	Vitória da Conquista	64	77	87	97	107
Subtotal		567	722	800	836	860
Doutorado	Barreiras	03	08	10	12	13
	Brumado	00	00	01	02	03
	Camaçari	02	05	06	09	11
	Eunápolis	00	13	15	20	20
	Feira de Santana	05	07	10	15	16
	Ilhéus	04	05	06	07	10
	Irecê	00	03	03	04	07
	Jacobina	01	03	06	08	10
	Jequié	02	03	07	08	08
	Juazeiro	*	*	05	05	05
	Lauro de Freitas	*	*	00	02	06
	Paulo Afonso	02	04	06	11	17
	Porto Seguro	21	26	31	36	41
	Salvador	116	150	175	219	284
	Santo Amaro	09	09	20	22	22
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	03	03	05	05	05
	Simões Filho	12	16	21	21	24
	Valença	02	04	04	04	04
	Vitória da Conquista	29	34	44	54	64
Subtotal		211	293	375	464	570
Pós- Doutorado	Barreiras	00	00	02	03	05
	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	00	00	01	01	01
	Eunápolis	00	02	03	03	03
	Feira de Santana	00	00	00	00	01
	Ilhéus	01	00	00	00	00
	Irecê	02	01	01	01	01
	Jacobina	00	00	00	00	01
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	02	04	06	08	10
	Salvador	03	03	06	10	30
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00

	Simões Filho	02	02	03	05	05
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	04	04	05	07	08
Subtotal		14	16	27	38	65

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 24 - Projeção do Número de Capacitação de Docentes

Níveis	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Capacitação	Barreiras	20	25	30	35	40
	Brumado	05	10	15	20	25
	Camaçari	02	02	02	02	02
	Eunápolis	12	15	18	22	27
	Feira de Santana	20	05	07	10	12
	Ilhéus	00	15	15	20	20
	Irecê	05	10	15	15	15
	Jacobina	06	10	18	24	30
	Jequié	07	07	09	08	10
	Juazeiro	*	*	01	01	01
	Lauro de Freitas	*	*	34	34	40
	Paulo Afonso	45	53	56	56	58
	Porto Seguro	06	07	08	10	11
	Salvador	35	100	150	200	300
	Santo Amaro	12	12	12	12	12
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	03	05
	Seabra	28	32	40	47	50
	Simões Filho	13	15	15	16	16
	Valença	30	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	20	20	20	25	25
Subtotal		266	338	465	560	699

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 25 - Projeção do Número de Qualificação de Docentes

Níveis	Ano				
Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Barreiras	18	20	10	20	20
Brumado	01	02	07	07	10
Camaçari	05	02	05	05	05
Eunápolis	44	48	52	55	60

Mestrado	Feira de Santana	08	02	02	02	02
	Ilhéus	02	00	00	00	00
	Irecê	10	15	13	13	15
	Jacobina	DNI	02	03	01	00
	Jequié	DNI	05	07	07	05
	Juazeiro	*	*	01	03	02
	Lauro de Freitas	*	*	17	20	25
	Paulo Afonso	05	06	10	12	14
	Porto Seguro	DNI	04	04	04	04
	Salvador	DNI	35	20	15	03
	Santo Amaro	04	04	02	03	03
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	05	07	05	11	13
	Simões Filho	06	03	02	01	01
	Valença	DNI	08	12	12	12
	Vitória da Conquista	DNI	07	10	10	10
Subtotal		108	118	78	97	110
Doutorado	Barreiras	00	08	10	10	10
	Brumado	00	00	01	02	03
	Camaçari	04	00	06	06	06
	Eunápolis	10	11	15	18	22
	Feira de Santana	08	15	11	12	12
	Ilhéus	10	06	05	04	01
	Irecê	05	10	10	10	10
	Jacobina	DNI	00	03	02	01
	Jequié	DNI	08	05	05	07
	Juazeiro	*	*	01	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	04	08
	Paulo Afonso	01	13	14	16	16
	Porto Seguro	DNI	03	03	03	03
	Salvador	DNI	10	10	10	30
	Santo Amaro	04	15	12	15	15
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	02	04
	Seabra	05	03	01	11	13
	Simões Filho	02	03	02	01	01
	Valença	DNI	03	05	05	05
	Vitória da Conquista	DNI	05	10	10	10
Subtotal		49	75	81	111	110

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 26 - Projeção do Número de Técnico-Administrativo por Formação/Titulação

Níveis		Ano				
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Ensino Médio	Barreiras	31	26	26	22	30
	Brumado	02	01	01	02	01
	Camaçari	03	08	00	00	00
	Eunápolis	21	10	05	03	00
	Feira de Santana	03	08	07	06	05
	Ilhéus	14	05	07	07	07
	Irecê	22	06	06	06	06
	Jacobina	04	06	07	05	05
	Jequié	10	06	05	05	06
	Juazeiro	*	*	04	12	10
	Lauro de Freitas	*	*	24	24	28
	Paulo Afonso	06	05	04	03	02
	Porto Seguro	08	10	13	15	17
	Salvador	174	150	130	100	50
	Santo Amaro	11	11	11	11	11
	Santo Antônio de Jesus	*	*	14	16	30
	Seabra	10	08	11	09	10
	Simões Filho	08	05	04	04	03
	Valença	44	07	07	07	07
	Vitória da Conquista	10	13	16	19	22
Subtotal		381	285	302	276	250
Graduação	Barreiras	15	23	26	26	26
	Brumado	18	31	32	32	35
	Camaçari	11	08	14	17	20
	Eunápolis	23	19	16	18	21
	Feira de Santana	17	13	09	09	10
	Ilhéus	08	09	12	12	12
	Irecê	13	13	17	15	15
	Jacobina	04	10	12	14	14
	Jequié	05	05	04	06	06
	Juazeiro	*	*	08	12	17
	Lauro de Freitas	*	*	08	08	09
	Paulo Afonso	11	11	12	13	14
	Porto Seguro	25	27	29	31	33
	Salvador	85	109	129	159	209
	Santo Amaro	08	09	09	09	09
	Santo Antônio de Jesus	*	*	08	12	15
	Seabra	13	12	17	20	18
	Simões Filho	09	12	11	11	12
	Valença	22	11	10	10	10

	Vitória da Conquista	22	26	29	32	35
Subtotal		309	348	412	466	540
Especialização	Barreiras	22	18	18	21	25
	Brumado	05	07	09	15	15
	Camaçari	18	17	23	25	28
	Eunápolis	14	29	35	37	37
	Feira de Santana	13	14	19	18	18
	Ilhéus	07	12	10	10	10
	Irecê	12	14	13	16	16
	Jacobina	04	06	08	10	10
	Jequié	06	07	05	05	08
	Juazeiro	*	*	07	11	15
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	10	16	16	17	18
	Porto Seguro	03	05	07	09	11
	Salvador	56	76	90	100	112
	Santo Amaro	17	13	13	13	13
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	04	08	10	11	10
	Simões Filho	17	15	15	13	13
	Valença	16	18	18	18	18
	Vitória da Conquista	17	20	23	26	29
Subtotal		241	295	339	375	406
Mestrado	Barreiras	01	06	06	07	08
	Brumado	00	00	02	04	06
	Camaçari	04	07	10	13	15
	Eunápolis	02	05	09	12	17
	Feira de Santana	02	02	02	04	04
	Ilhéus	02	04	06	06	06
	Irecê	01	03	04	04	04
	Jacobina	01	01	01	05	09
	Jequié	02	07	05	02	04
	Juazeiro	*	*	01	01	03
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	01	04	05	05	07
	Porto Seguro	01	03	03	03	03
	Salvador	17	40	50	60	70
	Santo Amaro	03	07	07	07	07
	Santo Antônio de Jesus	*	*	02	02	02
	Seabra	02	04	05	05	06
	Simões Filho	03	05	06	08	08
	Valença	03	05	05	05	05
	Vitória da Conquista	01	02	03	04	05
Subtotal		46	105	132	157	189

Doutorado	Barreiras	01	01	01	01	02
	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	00	00	02	02	03
	Eunápolis	00	00	01	01	03
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	01	02	02
	Jequié	01	02	03	03	03
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	01	01	01
	Porto Seguro	00	01	02	03	04
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	01
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	01	01
	Vitória da Conquista	00	00	02	02	03
Subtotal		04	07	17	21	29

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi

*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 27 - Projeção do Número de Técnico-Administrativos por Níveis de Cargos

Níveis	Ano					
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Cargo C	Barreiras	20	23	26	28	30
	Brumado	06	07	08	09	10
	Camaçari	11	03	14	17	20
	Eunápolis	07	07	12	15	20
	Feira de Santana	02	06	07	09	09
	Ilhéus	05	06	06	06	06
	Irecê	02	08	09	10	12
	Jacobina	DNI	08	08	08	10
	Jequié	DNI	06	10	10	15
	Juazeiro	*	*	07	08	08
	Lauro de Freitas	*	*	06	06	08
	Paulo Afonso	04	07	07	07	08
	Porto Seguro	DNI	00	00	00	00
	Salvador	DNI	08	04	02	02
	Santo Amaro	08	06	05	05	05
	Santo Antônio de Jesus	*	*	06	06	08

	Seabra	06	07	08	08	08
	Simões Filho	09	09	08	09	09
	Valença	DNI	08	08	08	08
	Vitória da Conquista	DNI	10	10	10	10
Subtotal		80	105	117	128	169
	Barreiras	20	26	32	38	44
	Brumado	10	25	30	35	40
	Camaçari	18	23	23	25	28
	Eunápolis	28	26	30	35	40
	Feira de Santana	11	19	19	21	21
	Ilhéus	13	13	17	17	17
	Irecê	12	17	19	20	22
	Jacobina	DNI	12	13	13	15
	Jequié	DNI	15	21	23	30
	Juazeiro	*	*	09	18	22
	Lauro de Freitas	*	*	24	24	28
Cargo D	Paulo Afonso	12	17	19	19	21
	Porto Seguro	DNI	00	00	00	00
	Salvador	DNI			22	
	Santo Amaro	17	21	20	20	20
	Santo Antônio de Jesus	*	*	08	10	22
	Seabra	16	15	18	22	22
	Simões Filho	13	14	13	13	13
	Valença	DNI	18	18	18	18
	Vitória da Conquista	DNI	22	23	24	25
Subtotal		170	208	269	330	320
	Barreiras	18	20	24	28	32
	Brumado	07	07	07	07	07
	Camaçari	04	14	10	13	15
	Eunápolis	16	15	18	25	30
	Feira de Santana	08	12	13	15	15
	Ilhéus	11	11	12	12	12
	Irecê	03	11	13	14	16
	Jacobina	DNI	06	06	06	08
	Jequié	DNI	09	12	12	15
	Juazeiro	*	*	04	10	15
	Lauro de Freitas	*	*	08	08	09
Cargo E	Paulo Afonso	12	12	15	15	17
	Porto Seguro	DNI	00	00	00	00
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	03	13	05	05	05
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	14	17
	Seabra	07	06	11	15	15
	Simões Filho	05	06	07	07	07

	Valença	DNI	15	15	15	15
	Vitória da Conquista	DNI	48	64	70	70
Subtotal		94	127	209	190	182

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 28 - Projeção do Número de Qualificação de Técnico-Administrativos

Níveis	Ano					
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Graduação	Barreiras	10	10	10	10	09
	Brumado	01	01	01	01	01
	Camaçari	00	01	01	01	01
	Eunápolis	50	49	56	69	81
	Feira de Santana	04	04	04	04	02
	Ilhéus	03	09	12	12	12
	Irecê	02	09	11	11	15
	Jacobina	DNI	04	02	00	02
	Jequié	DNI	04	02	02	02
	Juazeiro	*	*	00	01	01
	Lauro de Freitas	*	*	08	08	09
	Paulo Afonso	00	03	02	04	05
	Porto Seguro	DNI	00	00	00	00
	Salvador	DNI	02	05	04	05
	Santo Amaro	DNI	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	08	10	15
	Seabra	04	20	20	18	18
	Simões Filho	04	03	03	03	02
	Valença	DNI	11	10	10	10
	Vitória da Conquista	DNI	00	00	00	00
Subtotal		78	62	141	87	105
Mestrado	Barreiras	07	08	09	10	11
	Brumado	00	00	02	04	06
	Camaçari	00	01	01	01	01
	Eunápolis	01	02	04	06	08
	Feira de Santana	02	02	02	02	02
	Ilhéus	04	04	06	06	06
	Irecê	00	02	04	06	08
	Jacobina	DNI	01	00	00	01
	Jequié	DNI	04	04	04	04
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	01	03	02	04	05
	Porto Seguro	DNI	00	00	00	00

	Salvador	DNI	07	02	02	01
	Santo Amaro	DNI	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	02	02	02
	Seabra	00	00	00	02	02
	Simões Filho	03	02	03	02	02
	Valença	DNI	18	18	18	18
	Vitória da Conquista	DNI	09	17	07	00
Subtotal		18	30	33	41	46
Doutorado	Barreiras	00	01	01	01	02
	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	00	00	00	00	01
	Feira de Santana	00	01	01	01	01
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	01	02	02
	Jacobina	DNI	00	01	00	00
	Jequié	DNI	01	02	02	02
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	01	01	01	01
	Porto Seguro	DNI	01	01	01	01
	Salvador	DNI	00	01	00	00
	Santo Amaro	DNI	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	DNI	05	05	05	05
	Vitória da Conquista	DNI	00	00	00	00
Subtotal		00	05	05	10	08
Pós-Doutorado	Barreiras	00	00	00	00	01
	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	01
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	DNI	00	00	00	00
	Jequié	DNI	00	01	01	01
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	DNI	00	00	00	00
	Salvador	DNI	00	00	00	00
	Santo Amaro	00	00	00	00	00

	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	DNI	00	00	00	00
Subtotal		00	00	00	00	02

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus.
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

6.1 Estrutura Organizacional

O IFBA é organizado em estrutura multicampi de acordo com art. 7º, Capítulo III do seu Estatuto. Os órgãos executivos e de assessoramento do IFBA, distribuídos pelos níveis de sua estrutura, são os seguintes:

I - REITORIA

1. Gabinete
2. Procuradoria Federal
3. Auditoria Interna
4. Comissão de Ética
5. Órgãos de Assessoramento
    a. Comissão Permanente de Pessoal Docente
    b. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação
    c. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
    d. Ouvidoria
    e. Correição
    f. Assessoria de Relações Internacionais
    g. Assessoria Especial
6. Diretoria Sistêmica com status de campus de Educação a Distância (EAD)
7. Pró-Reitorias

a. Pró-Reitoria de Ensino
b. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
   (Gerência de Desenvolvimento de Bibliotecas)
c. Pró-Reitoria de Extensão
d. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
e. Pró-Reitoria de Administração

8. Diretorias Sistêmicas
   a. Diretoria de Gestão de Pessoas
   b. Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
   c. Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional

Reitoria

Assim como os demais Institutos Federais, o IFBA tem como órgão executivo a Reitoria, composta por um Reitor e cinco Pró-Reitores. Podem ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

A Reitoria, atualmente, no bairro do Canela, como órgão de administração central, poderá ocupar espaço físico distinto de qualquer dos campus que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação, e atualmente encontra-se instalada no Bairro do Canela em Salvador.

Os Reitores são nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. Podem candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I. possuir o título de doutor;
II. ou estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo. Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Pró-Reitorias

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado(a) pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, desenvolve, controla e avalia a execução das políticas do ensino, nos diversos níveis e modalidades, bem como da assistência estudantil, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, assegurando também a capacitação do corpo funcional.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado(a) pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, supervisiona, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias e os campi.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, supervisiona, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI), dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado(a) pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, supervisiona, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, e as políticas de pós-graduação.

A Pró-Reitoria de Administração, dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado(a) pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, supervisiona, coordena, fomenta e

acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Diretorias Sistêmicas

As diretorias sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo(a) Reitor(a), são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação, de forma articulada com as demais áreas.

São Diretorias Sistêmicas de acordo com o regimento em vigor no IFBA:

- Diretoria de Gestão de Pessoas;
- Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação;
- Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional;
- Diretoria de Educação a Distância (com status de campus).

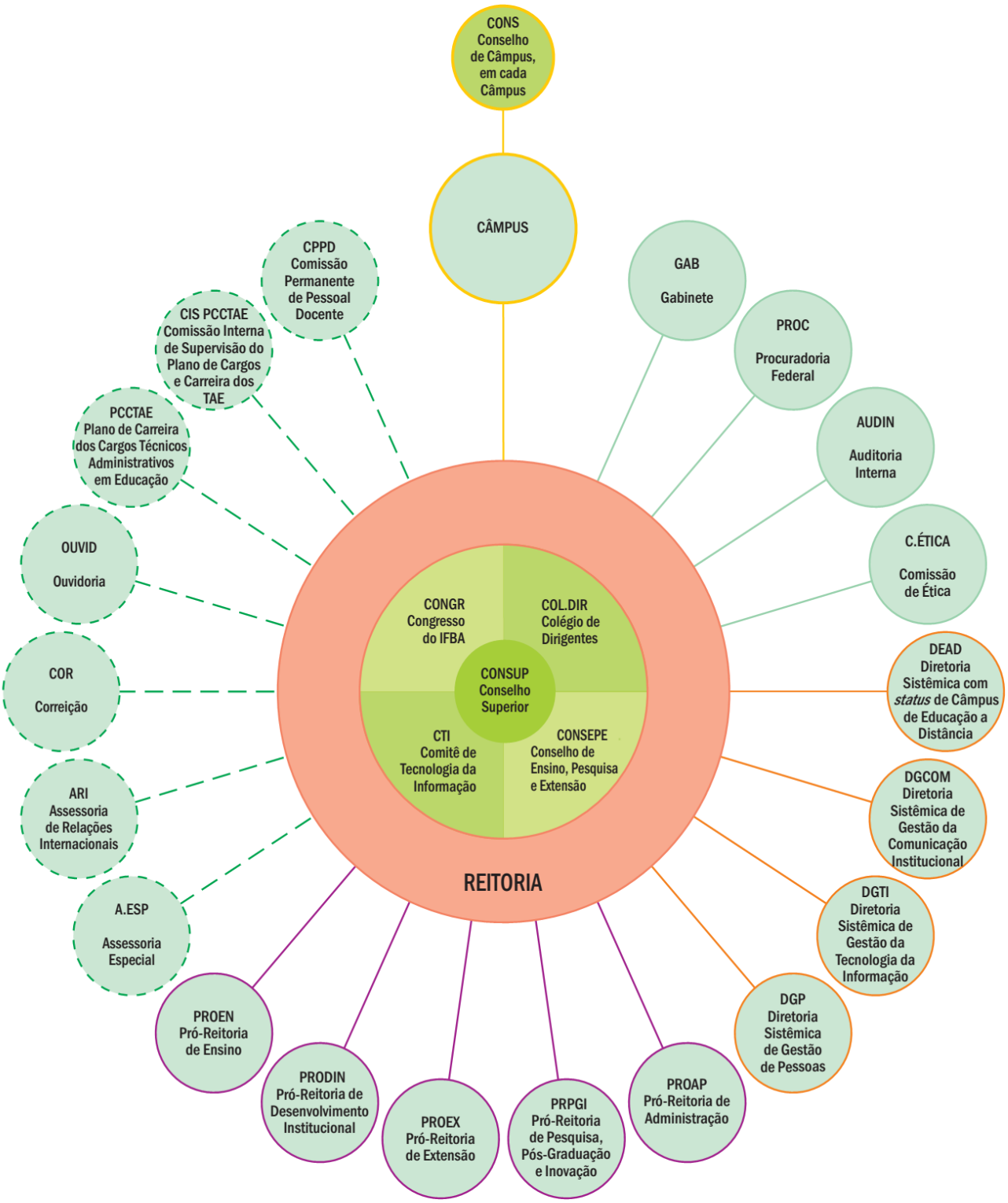
Diretorias Gerais dos campus

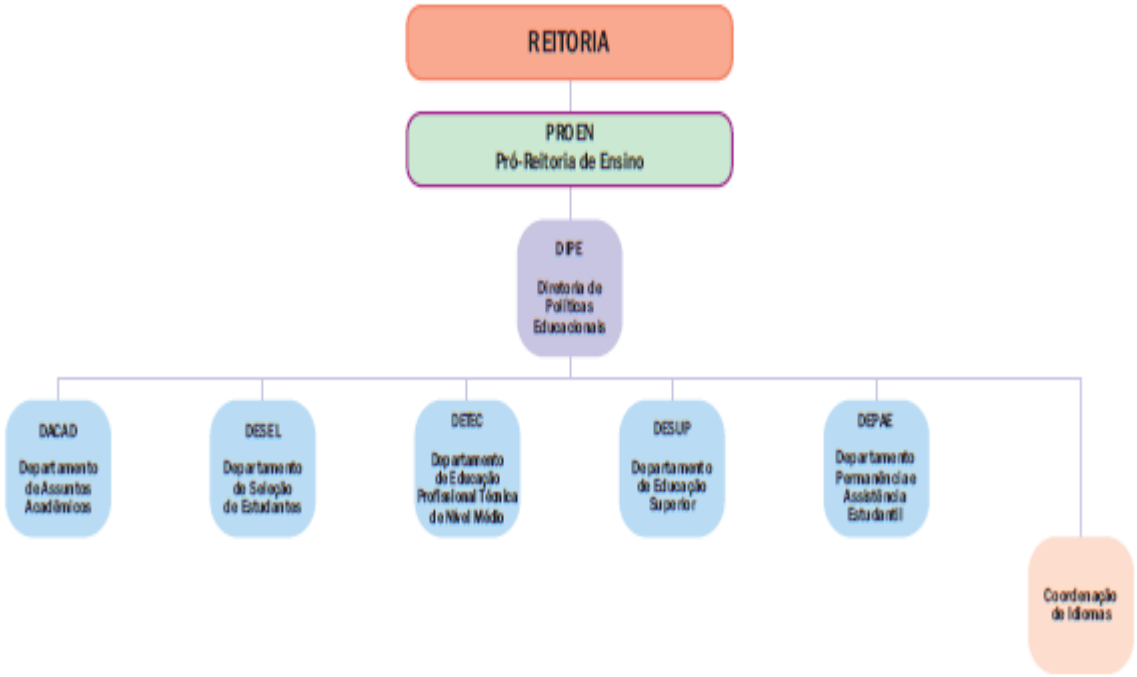
Em conformidade com o Art. 23, os campus do IFBA são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral e pelo seu Regimento Interno, observada a legislação pertinente. Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados, de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de quatro anos contados da data da posse, permitida uma recondução.

Podem candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de cinco anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

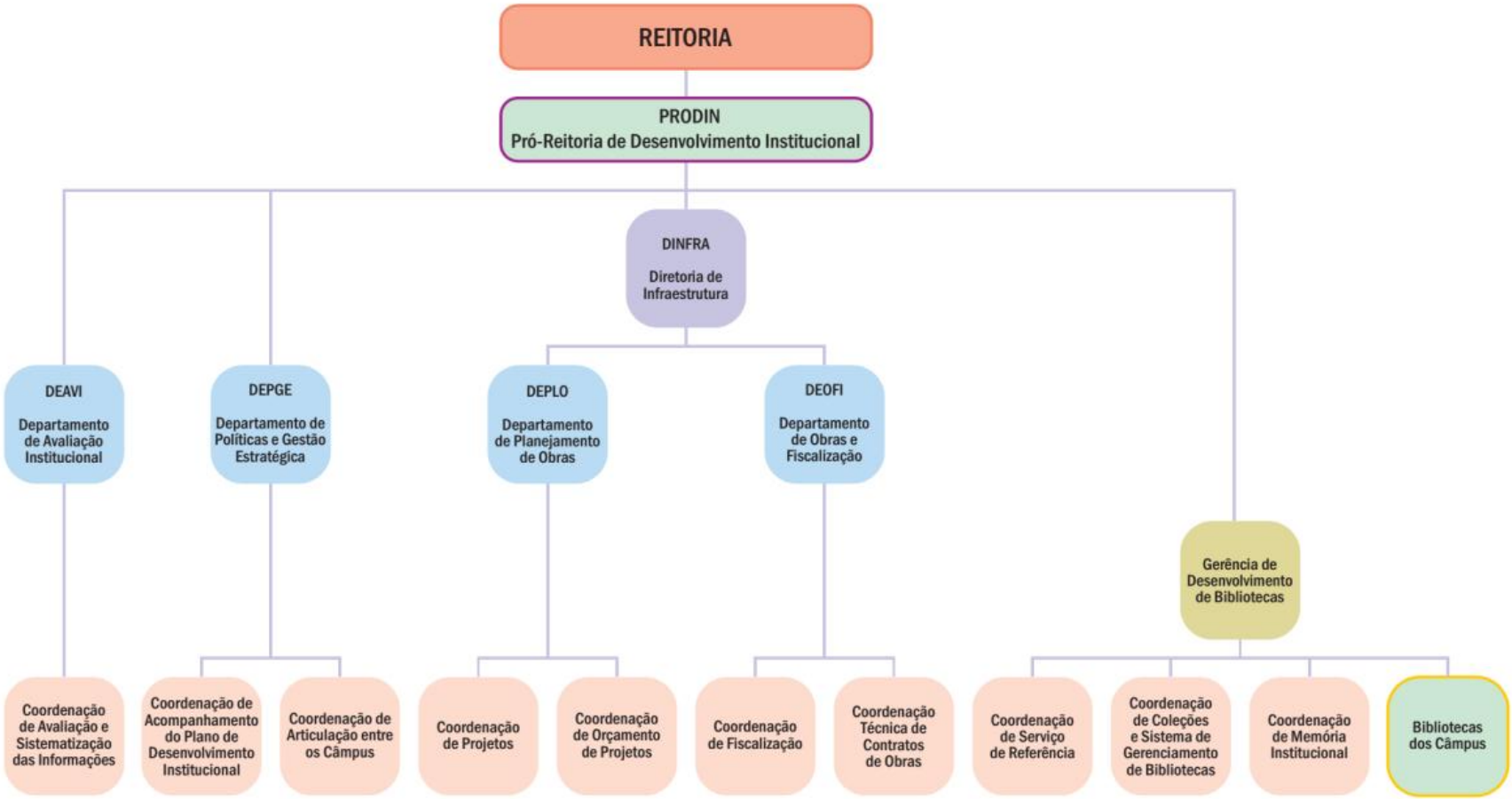
- preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;
- possuir o mínimo de dois anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou
- ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

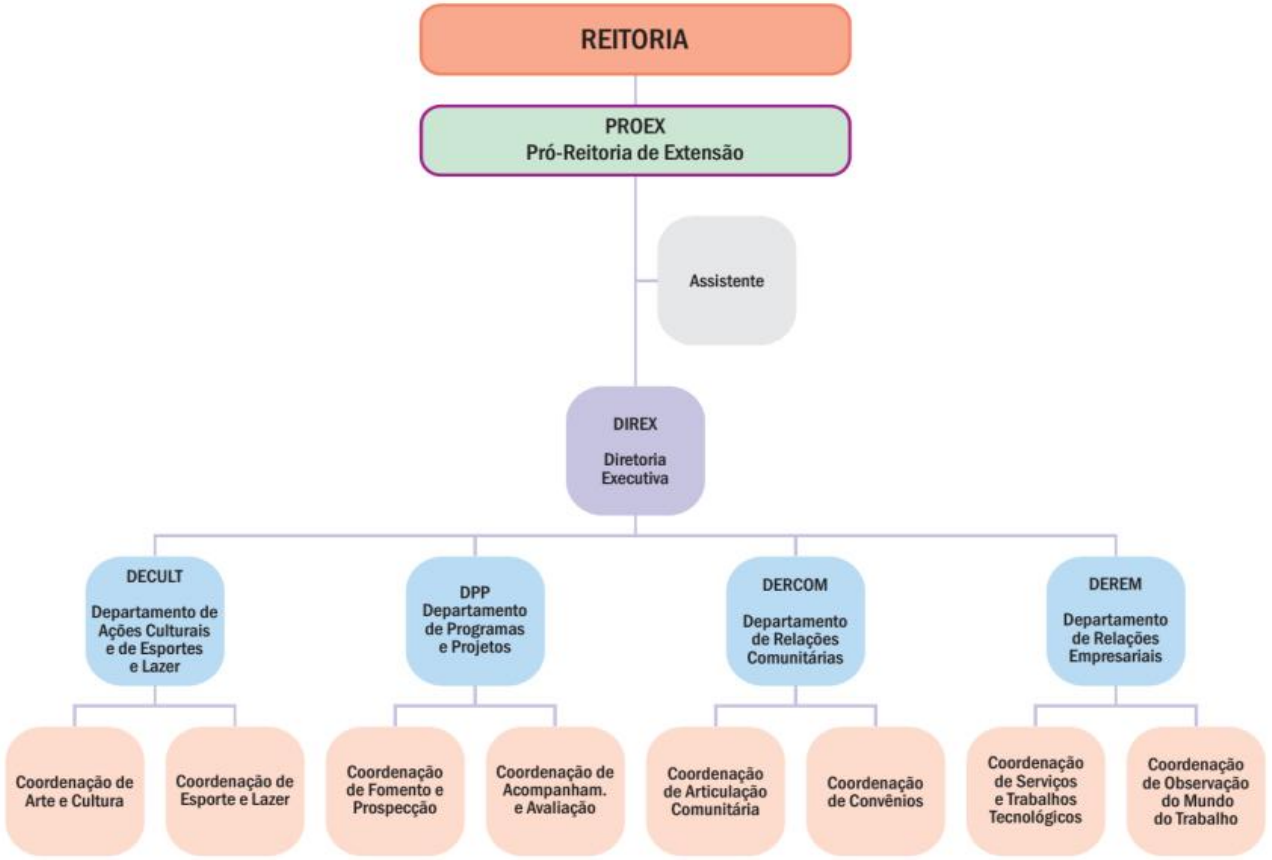
Organograma Institucional e Acadêmico



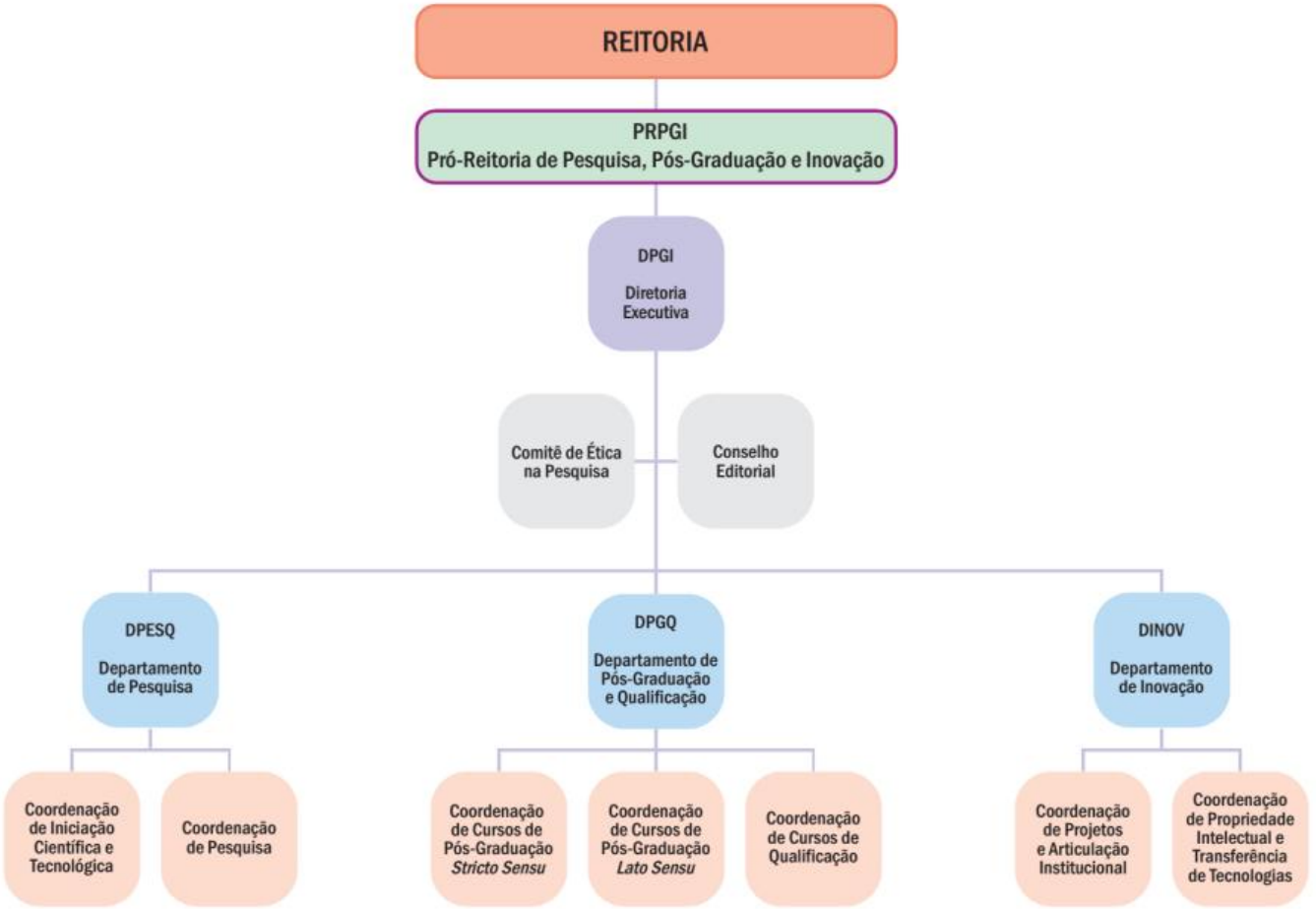

REITORIA
PROEN
Pró-Reitoria de Ensino
DIPE
Diretoria de Políticas Educacionais
DACAD
Departamento de Assuntos Acadêmicos
DESEL
Departamento de Seleção de Estudantes
DETEC
Departamento de Educação Profissional Técnica de Nível Médio
DESUP
Departamento de Educação Superior
DEPAE
Departamento Permanência e Assistência Estudantil
Coordenação de Idiomas

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

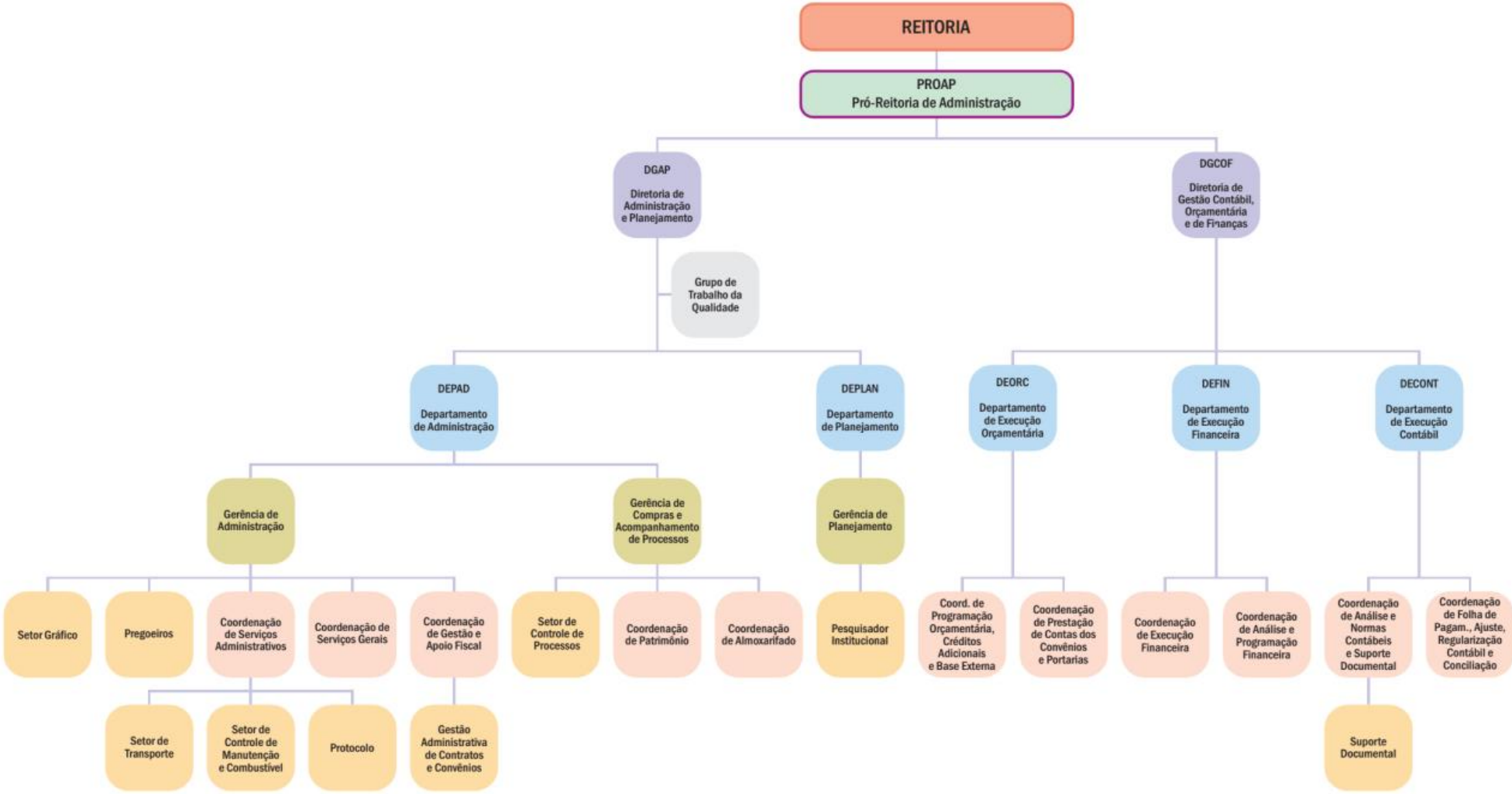



REITORIA
PROEX
Pró-Reitoria de Extensão
Assistente
DIREX
Diretoria Executiva
DECULT
Departamento de Ações Culturais e de Esportes e Lazer
DPP
Departamento de Programas e Projetos
DERCOM
Departamento de Relações Comunitárias
DEREM
Departamento de Relações Empresariais
Coordenação de Arte e Cultura
Coordenação de Esporte e Lazer
Coordenação de Fomento e Prospecção
Coordenação de Acompanham. e Avaliação
Coordenação de Articulação Comunitária
Coordenação de Convênios
Coordenação de Serviços e Trabalhos Tecnológicos
Coordenação de Observação do Mundo do Trabalho

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO



PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO



6.2 Órgãos Colegiados: competências e composição e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados

A administração do Instituto tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior. As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior são exercidas pelo Reitor do Instituto Federal. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da Instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

O Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes têm suas composições, funcionamento e atribuições definidas no Estatuto do IFBA.

O Conselho Superior delega, ao Congresso do IFBA, por meio do regimento em vigor a atribuição de apreciar e deliberar sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) ou outra temática estabelecida pelo Conselho Superior.

A cada dois anos, a Reitoria do IFBA realizará, ordinariamente, o Congresso do IFBA para avaliar e atualizar o Projeto Pedagógico Institucional e, extraordinariamente, quando o Conselho Superior o convocar para avaliar e deliberar sobre outros temas relevantes para a Instituição.

O Congresso do IFBA constitui-se num fórum democrático realizado pela Reitoria, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Ensino – PROEN.

São membros do Congresso do IFBA:

I. Delegados natos, com direito à voz e voto;
II. Delegados eleitos, com direito à voz e voto, no total de 300, sendo 100 por cada segmento (discente, docente e técnico-administrativo), obedecendo à paridade;
III. Convidados, com direito à voz;
IV. Observadores;
V. Visitantes;
VI. Autoridades;

VII. Equipe de apoio.

Os delegados natos são os Conselheiros do CONSUP, Pró-Reitores(as) e Diretores(as) do campi.

Os delegados eleitos serão escolhidos em reunião convocada pelo respectivo Diretor(a) do campus obedecendo aos critérios constantes no Regimento do Congresso, a ser aprovado no Conselho Superior do IFBA.

Os Temas e o Regimento do Congresso do IFBA serão propostos pela PROEN e aprovados pelo Conselho Superior do IFBA, preferencialmente, no ano anterior à sua realização.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Integra a administração geral da Instituição, tem funções normativas, consultivas e propositivas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e esportiva. Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I. Reitor(a), como presidente;
II. Pró-Reitor(a) de Ensino, como vice-presidente;
III. Pró-Reitor(a) de Extensão;
IV. Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Inovação;
V. Representante designado pelo Conselho de cada um dos campi;
VI. Três representantes docentes;
VII. Três representantes técnico-administrativos;
VIII. Três representantes discentes: um da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, um do Ensino Superior e um da Pós-Graduação.

O Conselho Superior do IFBA delega, através do regimento do Instituto, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão as seguintes atribuições:

I. Apreciar e deliberar sobre assuntos de natureza didático-pedagógica e técnico-científica da pesquisa e extensão;
II. Apreciar e propor ao Conselho Superior a política geral do IFBA em matéria de ensino, pesquisa e extensão;

III. Apreciar e deliberar sobre política e programas de pesquisa e extensão tecnológica;
IV. Criar, modificar, extinguir e desativar, temporariamente, cursos em todos os níveis, excetuando-se aqueles, cujo Conselho do campus solicite parecer do Conselho Superior;
V. Apreciar e deliberar sobre normas e organização dos cursos em todas as modalidades de ensino;
VI. Analisar e aprovar programas e projetos de ensino, extensão e pós-graduação propostos pelos órgãos acadêmicos, após apreciação pelas respectivas câmaras;
VII. Propor modificações e alterações que entender pertinentes ao Regimento;
VIII. Apreciar e deliberar sobre normas relativas à creditação e certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
IX. Julgamento de recursos das decisões originadas dos campi, em matéria didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e esportiva, cabendo recurso ao Conselho Superior;
X. Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
XI. Apreciar e deliberar sobre outras matérias referentes a Ensino, Pesquisa e Extensão;
XII. Elaborar, aprovar e reformar seu próprio regimento;
XIII. Apreciar e deliberar, ad referendum ao Conselho Superior, áreas estratégicas da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão constitui-se das seguintes Câmaras:

I. Câmara de Ensino;
II. Câmara de Extensão;
III. Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

As Câmaras de Ensino

São órgãos colegiados da estrutura do Conselho, responsáveis pela análise e estudos de matérias relacionadas com a sua área acadêmica, cuja conformação será definida em regulamento próprio.

A Câmara de Ensino possui como atribuições:

I. Acompanhar as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados ao ensino;
II. Analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas pela Pró-Reitoria de Ensino;
III. Apreciar e aprovar os relatórios das atividades desenvolvidas;
IV. Subsidiar a Pró-Reitoria de Ensino no tocante às políticas de sua área de atuação.

A Câmara de Extensão possui como atribuições:

I. Acompanhar as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à extensão;
II. Avaliar e aprovar os planos de trabalho e relatórios dos projetos de extensão, quando couber;
III. Estabelecer critérios para expedição de editais para financiamento de projetos de extensão com recursos do Instituto Federal da Bahia;
IV. Opinar sobre os pedidos de convênios e parcerias nacionais e internacionais atinentes às dimensões de extensão, analisando a conveniência e as oportunidades desses acordos no desenvolvimento acadêmico do Instituto Federal da Bahia;
V. Subsidiar a Pró-Reitoria de Extensão no tocante às políticas de sua área de atuação.

A Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação possui como atribuições:

I. Acompanhar as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à pesquisa, pós-graduação e inovação;
II. Apreciar e propor ações de políticas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação do Instituto Federal da Bahia;

III. Contribuir para a definição das estratégias de atuação em pesquisa, pós-graduação, desenvolvimento tecnológico e inovação do Instituto Federal da Bahia;
IV. Propor ações de incentivo à cultura e à difusão da ciência, pesquisa e do desenvolvimento tecnológico de inovação;
V. Propor ações visando à cooperação científica e tecnológica entre o Instituto Federal da Bahia, a iniciativa privada e demais instituições;
VI. Reconhecer o mérito de ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação desenvolvidas no Instituto Federal da Bahia e propor iniciativas para premiar tais ações;
VII. Apreciar e propor políticas de pós-graduação no Instituto Federal da Bahia, visando à oferta e qualificação;
VIII. Subsidiar a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação no tocante às políticas de sua área de atuação.

O Conselho de campus

O Conselho de campus é um órgão propositivo e consultivo, que tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal da Bahia em cada campus, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do(a) Reitor(a), e que tem a seguinte composição:

I. Diretor(a) Geral do campus;
II. Diretores(as), Chefes ou Coordenadores(as) dos órgãos que congregam as Áreas do Conhecimento Acadêmicos do campus, no limite de 1/5 do Conselho;
III. Dois representantes do corpo docente, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
IV. Dois representantes do corpo técnico-administrativo, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
V. Dois representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares e de modalidades de ensino diferentes;

VI. Um representante dos egressos, que não seja servidor(a) do IFBA, indicado pela entidade de classe que os represente no município ou eleito por seus pares em reunião ordinária convocada pela Direção Geral do campus, especificamente, para este fim;

VII. Um representante dos pais de estudantes, que não seja servidor(a) do IFBA, eleito por seus pares, em reunião ordinária convocada pela Direção Geral do campus, especificamente, para este fim;

VIII. Representantes de instituições econômicas e da sociedade civil do município ou região na qual se encontra o campus, no limite de 1/5 do Conselho.

A composição do Conselho de campus poderá ser modificada pelo regimento interno do campus, a ser elaborado de acordo com o parágrafo único do Artigo 22 do regimento em vigor.

A composição do Conselho de campus procura garantir a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica - discentes, docentes e técnicos administrativos.

O Conselho Superior, através do regimento em vigor, delega ao Conselho de campus as seguintes atribuições:

I. Subsidiar o Diretor(a) Geral do campus com informações da comunidade, relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão;
II. Assessorar a Direção Geral do campus na divulgação das atividades da Instituição junto à sociedade;
III. Apreciar sobre as diretrizes e metas do campus e zelar pela execução de sua política educacional;
IV. Apreciar sobre o calendário acadêmico de referência do campus;
V. Apreciar, em primeira instância, sobre a abertura de novos cursos ou suspensão dos existentes;
VI. Apreciar, nos termos da legislação em vigor e em primeira instância, sobre mudanças no regime de trabalho docente;
VII. Apreciar e propor questões sobre temas importantes para o desenvolvimento administrativo e acadêmico do IFBA;
VIII. Verificar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Conselho de campus se reúne, ordinariamente, a cada 30 dias ou, extraordinariamente, por convocação do (a) Diretor (a) Geral do campus ou de 1/3 dos seus membros efetivos.

O Comitê de Tecnologia da Informação

Exercendo funções normativas, consultivas e propositivas, o Comitê de Tecnologia da Informação integra a administração geral da Instituição e visa a auxiliar o(a) Reitor(a) na tomada de decisões relacionadas à Tecnologia da Informação. Compete ao Comitê de Tecnologia da Informação:

I. Estabelecer a política e as diretrizes de Tecnologia da Informação para a melhoria contínua da gestão, em alinhamento à missão, às estratégias e às metas da Instituição;
II. Propor o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), observadas as diretrizes estabelecidas na política de Tecnologia da Informação definidas pelo governo federal, respeitadas as peculiaridades técnicas e funcionais do IFBA;
III. Analisar, supervisionar e priorizar, em conformidade com as políticas do IFBA e de seu PDTI, o planejamento anual de aquisições, contratações e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;
IV. Estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos da Tecnologia da Informação, promover a sua implementação e zelar pelo seu cumprimento.

O Comitê Gestor de Segurança da Informação é um órgão colegiado, parte integrante da estrutura do Comitê de Tecnologia da Informação, responsável pela Política de Segurança da Informação e Comunicação da Instituição.

6.3 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Entende-se como Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas, o conjunto dos órgãos e setores do IFBA que, por suas finalidades específicas, estão integrados ao processo educacional desenvolvido pela instituição, dando suporte técnico, científico, informacional, logístico e sociocultural às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas estão distribuídos nos campi do IFBA e incluem bibliotecas, coordenação técnica e pedagógica, laboratórios de informática e laboratórios de aulas práticas, gráfica, secretarias de curso, gerência de registros acadêmicos, refeitórios, ginásios de esporte, e outras estruturas de apoio quantificadas e discriminadas ao longo do presente Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como no Projeto Político Pedagógico Institucional.

7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

7.1 Corpo Discente

O exercício da formação do ser humano no IFBA é feito com forte preocupação social, especialmente com os membros do corpo discente que tem vulnerabilidade econômica de se manterem no Instituto. Ao mesmo tempo, muitos alunos, independentemente de sua capacidade econômica, têm dificuldades de acompanhar seus respectivos cursos por variadas razões, mesmo tendo sido aprovados em processos seletivos em boas colocações. Isto leva o Instituto a pensar e desenvolver programas tanto de apoio financeiro, via bolsas, e de apoio pedagógico, no sentido de afirmar a cidadania.

O IFBA oferece também apoio psicológico, requerido em variadas situações, tanto por questões de saúde, por dificuldades de aprendizagem e vulnerabilidade social. Além disso, o acompanhamento dos egressos é importante não apenas pelas demandas de educação continuada como pela possibilidade de os ex- alunos fornecerem importantes informações sobre a adequação da formação gerada no âmbito do Instituto.

7.2 Política de Assistência Estudantil

O IFBA, através da sua missão em promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, ciente de sua função social, verificou a necessidade de criar mecanismos que garantam a "proteção integral" prevista nas legislações educacionais bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante dessa demanda, a Política de Assistência Estudantil é um arcabouço de princípios e diretrizes, que orientam a elaboração e implantação de ações que garantam o acesso, à permanência e à conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial.

A partir disso, pensou-se a estrutura da Política de Assistência Estudantil através dos seguintes programas:

- Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes;
- Programa de Educação para Diversidade;
- Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Específicas;
- Programa de Assistência à Saúde;
- Programa de Acompanhamento Psicológico;
- Programa de Acompanhamento Pedagógico;
- Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer;
- Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural;
- Programa de Incentivo à Formação de Cidadania

As Tabelas 42 e 43 mostram as projeções para os programas de política de assistência ao estudante e os programas de apoio aos estudantes.

TABELA 29 - Projeção dos Programas da Política de Assistência Estudantil/ 2014-2018

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
	Barreiras	760	250	300	350	400
	Brumado	01	02	08	08	08
	Camaçari	280	310	350	420	500
	Eunápolis	02	05	08	10	15
	Feira de Santana	488	251	251	251	251
	Ilhéus	267	443	570	750	975
Programa de	Irecê	284	280	330	380	430

Assistência e Apoio aos Estudantes	Jacobina	DNI	118	160	205	260
	Jequié	200	250	300	350	400
	Juazeiro	*	*	200	250	300
	Lauro de Freitas	*	*	10	20	30
	Paulo Afonso	600	256	400	400	400
	Porto Seguro	370	01	01	01	01
	Salvador	1290	1500	1700	1900	2100
	Santo Amaro	250	259	375	435	445
	Santo Antônio de Jesus	*	*	40	120	200
	Seabra	580	991	1227	1435	1780
	Simões Filho	340	400	450	500	520
	Valença	480	400	400	400	400
	Vitória da Conquista	400	450	500	550	610
Subtotal		6592	6048	7420	8735	10025
Programa de Educação e Apoio à Diversidade	Barreiras	100	150	200	250	300
	Brumado	01	03	03	03	03
	Camaçari	00	02	03	04	05
	Eunápolis	01	03	04	05	08
	Feira de Santana	05	00	350	400	440
	Ilhéus	00	01	01	01	01
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	DNI	00	00	00	00
	Jequié	00	00	01	01	01
	Juazeiro	*	*	344	475	564
	Lauro de Freitas	*	*	10	20	30
	Paulo Afonso	00	90	180	180	180
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	100	200	300	400	500
	Santo Amaro	00	00	00	03	03
	Santo Antônio de Jesus	*	*	20	60	100
	Seabra	300	1500	1800	2000	2200
	Simões Filho	280	300	350	380	400
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		787	2249	3566	4182	4735
Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades	Barreiras	12	19	26	33	40
	Brumado	01	01	02	03	04
	Camaçari	01	02	03	04	05
	Eunápolis	00	01	05	07	09
	Feira de Santana	01	00	03	05	10
	Ilhéus	03	05	10	15	20
	Irecê	01	03	05	07	09
	Jacobina	DNI	00	00	00	00
	Jequié	01	02	03	04	05

Específicas	Juazeiro	*	*	10	10	10
	Lauro de Freitas	*	*	05	08	10
	Paulo Afonso	05	22	23	24	25
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	75	85	95	105	115
	Santo Amaro	00	00	00	03	03
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	30	50
	Seabra	300	500	700	850	1000
	Simões Filho	02	03	06	10	15
	Valença	02	01	01	01	01
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		404	649	907	1119	1331
Programa de Assistência a Saúde	Barreiras	05	08	10	10	12
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	01	80	150	150	150
	Feira de Santana	00	35	50	100	150
	Ilhéus	00	50	100	150	200
	Irecê	DNI	00	00	00	00
	Jacobina	DNI	172	200	450	600
	Jequié	00	00	01	01	01
	Juazeiro	*	*	344	475	564
	Lauro de Freitas	*	*	10	10	10
	Paulo Afonso	300	300	350	300	300
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	2459	3600	3500	3500	3500
	Santo Amaro	00	100	150	150	150
	Santo Antônio de Jesus	*	*	40	120	200
	Seabra	00	300	450	700	950
	Simões Filho	120	120	150	150	150
	Valença	00	01	01	01	01
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		2885	4595	5308	5820	6942
Programa de Acompanhamento Psicológico	Barreiras	200	200	200	200	200
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	02	05	07	09	11
	Feira de Santana	00	70	100	100	100
	Ilhéus	50	300	380	470	520
	Irecê	DNI	100	120	150	200
	Jacobina	DNI	00	00	00	00
	Jequié	01	01	01	01	01
	Juazeiro	*	*	10	12	15
	Lauro de Freitas	*	*	05	10	15

	Paulo Afonso	10	25	30	30	30
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	200	250	300	350	400
	Santo Amaro	200	220	200	200	200
	Santo Antônio de Jesus	*	*	15	45	75
	Seabra	00	300	500	700	900
	Simões Filho	320	320	320	320	320
	Valença	40	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		1023	1792	2190	2600	2791
Programa de Acompanhamento Pedagógico	Barreiras	1000	1000	1000	1000	1000
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	00	01	01	01	01
	Eunápolis	03	07	09	11	15
	Feira de Santana	280	280	280	300	350
	Ilhéus	50	350	430	500	600
	Irecê	100	200	300	400	500
	Jacobina	DNI	202	00	00	00
	Jequié	100	120	140	160	180
	Juazeiro	*	*	68	92	112
	Lauro de Freitas	*	*	140	280	420
	Paulo Afonso	120	180	200	200	200
	Porto Seguro	225	01	01	01	01
	Salvador	1000	1500	2000	2500	3000
	Santo Amaro	300	200	300	300	300
	Santo Antônio de Jesus	*	*	40	120	200
	Seabra	500	700	850	1000	1200
	Simões Filho	140	140	150	150	150
	Valença	35	50	50	50	50
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		3853	4730	5961	7068	8283
Programa de Acompanhamento Social	Barreiras	350	400	500	500	500
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	00	01	01	01	01
	Eunápolis	DNI	01	02	04	06
	Feira de Santana	260	280	300	300	350
	Ilhéus	250	300	400	600	800
	Irecê	DNI	00	00	00	00
	Jacobina	DNI	118	160	205	260
	Jequié	DNI	80	120	150	180
	Juazeiro	*	*	40	50	60
	Lauro de Freitas	*	*	140	280	420
	Paulo Afonso	05	25	50	120	200
	Porto Seguro	DNI	01	01	01	01

	Salvador	400	600	630	650	700
	Santo Amaro	200	200	200	200	200
	Santo Antônio de Jesus	*	*	40	120	200
	Seabra	340	400	450	500	520
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	DNI	50	50	50	50
	Vitória da Conquista	DNI	00	00	00	00
Subtotal		1805	2208	2755	3324	3955
Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer	Barreiras	300	300	300	300	300
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	05	08	10	13	15
	Feira de Santana	07	150	150	150	150
	Ilhéus	50	100	150	200	250
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	DNI	00	00	00	00
	Jequié	01	02	02	02	02
	Juazeiro	*	*	80	160	240
	Lauro de Freitas	*	*	50	80	150
	Paulo Afonso	227	250	238	228	220
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	50	100	150	200	250
	Santo Amaro	00	300	300	300	300
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	40	50
	Seabra	00	400	650	800	1000
	Simões Filho	96	100	100	120	130
	Valença	00	60	60	60	60
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		736	1771	2252	2656	3121
Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural	Barreiras	350	400	450	500	550
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	02	05	07	08	12
	Feira de Santana	07	45	60	75	90
	Ilhéus	50	100	150	200	250
	Irecê	50	00	00	00	00
	Jacobina	DNI	00	00	00	00
	Jequié	01	02	02	02	02
	Juazeiro	*	*	80	80	80
	Lauro de Freitas	*	*	50	100	150
	Paulo Afonso	90	90	90	90	90
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	50	100	150	200	250
	Santo Amaro	00	350	350	350	350

	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	40	50
	Seabra	500	700	850	1000	1200
	Simões Filho	200	230	250	250	250
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		1300	2023	2501	2898	3328
Programa de Incentivo à Formação da Cidadania	Barreiras	400	400	400	400	400
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	04	09	12	15	22
	Feira de Santana	07	12	17	21	25
	Ilhéus	00	01	01	02	02
	Irecê	50	00	00	00	00
	Jacobina	DNI	00	00	00	00
	Jequié	01	02	02	02	02
	Juazeiro	*	*	344	475	564
	Lauro de Freitas	*	*	50	100	150
	Paulo Afonso	90	90	90	90	90
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	50	100	150	200	250
	Santo Amaro	00	200	200	200	200
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	40	50
	Seabra	150	300	450	800	1000
	Simões Filho	00	20	30	50	60
	Valença	50	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		802	1135	1758	1398	2819
Programa de Assistência a Viagens	Barreiras	130	130	150	170	180
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	00	58	00	00	00
	Feira de Santana	20	200	220	250	300
	Ilhéus	25	30	75	100	150
	Irecê	100	4	10	15	20
	Jacobina	DNI	37	300	400	500
	Jequié	30	40	50	60	70
	Juazeiro	*	*	20	30	40
	Lauro de Freitas	*	*	140	280	420
	Paulo Afonso	70	70	90	90	100
	Porto Seguro	130	120	120	130	135
	Salvador	98	120	150	150	150
	Santo Amaro	10	15	15	15	20
	Santo Antônio de Jesus	*	*	120	360	50
	Seabra	50	200	220	300	400

	Simões Filho	100	120	140	150	170
	Valença	DNI	20	20	20	20
	Vitória da Conquista	DNI	00	00	00	00
Subtotal		763	1108	1522	2103	2209

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus
*Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

TABELA 30 - Projeções do Programa de Apoio ao Estudante 2014-2018

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Bolsa Estudo	Barreiras	50	55	60	70	80
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	15	20	25	30	40
	Eunápolis	90	120	115	120	130
	Feira de Santana	40	52	52	52	52
	Ilhéus	33	50	65	75	110
	Irecê	61	30	40	55	65
	Jacobina	33	41	50	60	70
	Jequié	20	30	40	50	60
	Juazeiro	*	*	40	50	60
	Lauro de Freitas	*	*	10	15	20
	Paulo Afonso	80	53	50	50	50
	Porto Seguro	110	100	100	110	115
	Salvador	362	400	450	500	550
	Santo Amaro	70	104	150	160	170
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	DNI	00	10	20	30
	Simões Filho	74	80	85	90	90
	Valença	100	68	68	68	68
	Vitória da Conquista	60	70	77	85	93
Subtotal		1198	1283	1497	1670	1863
Bolsa vinculada ao PINA	Barreiras	50	25	30	40	50
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	20	24	28	35	40
	Eunápolis	90	65	45	45	45
	Feira de Santana	15	18	18	18	18
	Ilhéus	32	54	70	80	110
	Irecê	27	20	35	45	55
	Jacobina	31	16	20	30	40
	Jequié	25	35	40	45	50
	Juazeiro	*	*	20	25	30
	Lauro de Freitas	*	*	10	15	20

	Paulo Afonso	20	14	10	10	10
	Porto Seguro	13	13	13	13	15
	Salvador	35	40	40	40	40
	Santo Amaro	17	36	25	25	25
	Santo Antônio de Jesus	*	*	03	05	10
	Seabra	00	00	10	20	30
	Simões Filho	55	65	70	75	80
	Valença	40	35	35	35	35
	Vitória da Conquista	47	50	55	61	68
Subtotal		517	520	597	692	811
Auxílio Transporte Municipal	Barreiras	60	35	40	50	60
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	100	110	120	130	150
	Eunápolis	90	183	180	190	190
	Feira de Santana	76	76	76	76	76
	Ilhéus	173	170	292	380	494
	Irecê	18	05	15	25	35
	Jacobina	00	17	30	40	50
	Jequié	100	150	180	210	240
	Juazeiro	*	*	100	123	140
	Lauro de Freitas	*	*	40	80	120
	Paulo Afonso	120	120	120	120	120
	Porto Seguro	47	40	40	47	50
	Salvador	522	550	600	650	700
	Santo Amaro	20	34	50	75	75
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	30	50
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	139	200	200	220	230
	Valença	48	94	94	94	94
	Vitória da Conquista	69	75	83	91	100
Subtotal		1582	1869	2290	2661	3014
Auxílio Transporte Intermunicipal	Barreiras	30	17	30	40	50
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	40	45	50	55	60
	Eunápolis	80	40	35	35	40
	Feira de Santana	85	70	70	70	70
	Ilhéus	25	35	100	120	130
	Irecê	24	90	110	140	180
	Jacobina	00	37	50	60	80
	Jequié	20	30	40	50	60
	Juazeiro	*	*	30	40	55
	Lauro de Freitas	*	*	40	80	120

	Paulo Afonso	100	100	100	100	100
	Porto Seguro	45	43	43	45	50
	Salvador	58	70	80	90	100
	Santo Amaro	20	29	50	75	75
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	30	50
	Seabra	DNI	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	80	145	145	145	145
	Vitória da Conquista	00	02	04	05	05
Subtotal		607	763	1007	1210	1410
Auxílio Moradia	Barreiras	40	40	50	70	80
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	00	02	04	04	06
	Eunápolis	90	15	15	15	15
	Feira de Santana	15	30	30	30	30
	Ilhéus	03	04	09	12	15
	Irecê	24	10	18	18	36
	Jacobina	64	07	70	15	20
	Jequié	30	50	60	70	80
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	10	20	30
	Paulo Afonso	25	25	25	25	25
	Porto Seguro	10	09	09	10	16
	Salvador	07	15	16	20	25
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	05	15	50
	Seabra	00	10	20	30	40
	Simões Filho	05	06	08	08	08
	Valença	28	26	26	26	26
	Vitória da Conquista	48	50	55	60	70
Subtotal		316	277	442	444	784
Auxílio para Aquisições	Barreiras	130	05	10	10	60
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	15	20	25	30	35
	Eunápolis	70	15	15	15	15
	Feira de Santana	28	01	01	01	01
	Ilhéus	21	15	40	60	100
	Irecê	00	03	06	10	16
	Jacobina	200	37	300	400	500
	Jequié	30	40	50	60	70
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	10	15	20

	Paulo Afonso	80	80	80	80	80
	Porto Seguro	130	120	120	130	135
	Salvador	200	250	300	350	400
	Santo Amaro	05	02	05	05	05
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	25	00	20	30	50
	Simões Filho	30	30	45	45	50
	Valença	15	10	10	10	10
	Vitória da Conquista	10	20	30	40	50
Subtotal		989	658	1087	1321	1637
Auxílio Cópia Impressão	Barreiras	150	50	60	70	80
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	50	70	90	100	120
	Eunápolis	90	130	145	150	150
	Feira de Santana	00	00	01	01	01
	Ilhéus	00	10	20	40	60
	Irecê	20	00	00	00	00
	Jacobina	00	34	50	70	100
	Jequié	150	180	210	240	270
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	100	150	200
	Paulo Afonso	10	10	10	10	10
	Porto Seguro	20	20	20	20	20
	Salvador	200	250	300	350	400
	Santo Amaro	34	00	40	40	40
	Santo Antônio de Jesus	*	*	100	300	600
	Seabra	00	100	150	200	250
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	20	30	30	30	30
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		744	894	1346	1801	2371
Auxílio Alimentação	Barreiras	150	60	80	90	100
	Brumado	00	50	10	150	200
	Camaçari	110	120	120	130	150
	Eunápolis	400	250	250	250	250
	Feira de Santana	244	00	50	50	50
	Ilhéus	00	443	550	550	550
	Irecê	107	113	130	160	190
	Jacobina	149	300	350	400	450
	Jequié	200	300	350	400	450
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	140	280	420

	Paulo Afonso	20	10	10	10	10
	Porto Seguro	225	205	205	225	246
	Salvador	850	900	1000	1050	1100
	Santo Amaro	00	00	60	60	60
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	40	50
	Seabra	210	200	250	300	350
	Simões Filho	55	60	70	70	75
	Valença	150	80	80	80	80
	Vitória da Conquista	362	400	450	495	550
Subtotal		3232	3491	4155	4790	5331
	Barreiras	226	100	120	150	150
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	100	120	130	140	150
	Eunápolis	DNI	0	0	400	400
	Feira de Santana	DNI	50	50	50	50
	Ilhéus	230	443	550	550	550
	Irecê	150	160	170	180	200
	Jacobina	DNI	108	150	170	200
	Jequié	DNI	80	120	200	250
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	50	50	50
Almoxarifado social	Paulo Afonso	20	10	10	10	10
	Porto Seguro	DNI	00	00	225	205
	Salvador				850	900
	Santo Amaro	30	54	40	50	60
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	40	50
	Seabra	00	300	350	400	450
	Simões Filho	200	220	220	250	250
	Valença	00	370	370	370	370
	Vitória da Conquista	DNI	297	328	362	400
Subtotal		956	1417	1670	4477	4735
	Barreiras	02	04	06	08	10
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	04	05	07	08	10
	Eunápolis	DNI	00	10	20	30
	Feira de Santana	00	04	04	05	06
	Ilhéus	00	08	15	30	60
Programa de Iniciação Científica e Tecnológica	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	DNI	00	02	03	04
	Juazeiro	*	*	10	12	15
	Lauro de Freitas	*	*	20	25	30

(exclusivamente custeado pela assistência estudantil)	Paulo Afonso	00	03	05	05	05
	Porto Seguro	DNI	00	00	00	00
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	10	40	50
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	05	05	08	10
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	DNI	00	00	00	00
Subtotal		06	39	112	174	236

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus.
Obs.: as bolsas aqui são financiadas somente pelo IFBA.

TABELA 31 - Programas Complementares

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Programa de Monitoria	Barreiras	01	01	01	02	02
	Brumado	00	10	20	30	40
	Camaçari	00	01	02	03	04
	Eunápolis	DNI	20	30	30	30
	Feira de Santana	00	15	18	21	25
	Ilhéus	01	10	10	10	10
	Irecê	DNI	30	30	30	40
	Jacobina	DNI	09	10	10	10
	Jequié	DNI	00	16	20	24
	Juazeiro	*	*	01	01	01
	Lauro de Freitas	*	*	06	10	14
	Paulo Afonso	00	05	06	08	10
	Porto Seguro	595	01	01	01	01
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	00	15	20	20	20
	Santo Antônio de Jesus	*	*	01	02	03
	Seabra	00	06	08	12	20
	Simões Filho	20	25	30	30	30
	Valença	DNI	475	600	750	840
	Vitória da Conquista	DNI	00	00	00	00
Subtotal		617	108	734	159	189

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus

7.3 Estímulos à permanência

O IFBA desenvolve ações afirmativas para a permanência dos alunos. Entre essas ações, destacam-se as de caráter pedagógico, avaliação global por meio de conselho de classe, serviço de orientação educacional para acompanhamento das dificuldades e desempenho dos alunos da Educação Básica, assim como a Política de Assistência Estudantil.

Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil).

No IFBA existem agremiações estudantis, organizadas da seguinte forma:

- Grêmio Estudantil: espaço para participação e convivência dos estudantes do ensino médio, técnico e EJA;
- Centros Acadêmicos (CAs): espaço para participação e convivência dos estudantes do ensino superior.

7.4 Acompanhamento dos egressos

Desenvolver uma sistemática de acompanhamento de egressos, através do estabelecimento de políticas a serem implantadas em todos os campi, com os seguintes objetivos:

- Criar e disseminar a cultura do acompanhamento de egresso junto ao aluno;
- Incentivar a participação do egresso em curso de educação continuada;
- Dar subsídios à avaliação dos currículos, programas e conteúdos desenvolvidos pela escola, objetivando a elevação da qualidade do ensino e da sintonia entre a escola e a comunidade;
- Cadastrar os egressos do IFBA, mantendo dados atualizados, a fim de disponibilizar informações atualizadas aos ex-alunos, objetivando informá-los sobre eventos, cursos e oportunidades oferecidas pela instituição;
- Promover encontros periódicos, objetivando a coleta de informações que propiciem subsídios para a avaliação e adequação dos currículos dos cursos por meio de informações obtidas por ex-alunos;

- Avaliação da eficácia dos cursos quanto à inserção e permanência dos egressos no mercado de trabalho.

7.5 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 garante que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Devendo visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa” (art. 205) e à “igualdade de condição de acesso e permanência na escola” (art. 206, Inc. I) e ainda o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso e permanência na escola” (art. 208, inciso V). Da mesma forma a Lei nº 13.146/15 diz que “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados pelo sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (art. 27). Fávero (2007) testifica que uma das preocupações na área jurídica é a aplicação do princípio da isonomia para se alcançar justiça. Ainda que o direito à educação seja garantido por lei a todos, no real cenário da educação brasileira percebe-se o não respeito à diversidade. Nesse sentido, transformar a escola segregacionista, a qual deixa de fora os alunos que não correspondem a determinados critérios, torna-se uma tarefa complexa. A ascensão à inclusão na educação inicia-se no âmbito político na década de 90, através dos acordos internacionais, os quais amparam os movimentos brasileiros de uma escola voltada à diversidade. A conferência Mundial de Jontiem na Tailândia (1990) foi o primeiro evento Internacional, que discutiu a “educação para todos” e apresentou como objetivo promover oportunidades de uma educação duradoura e assim, assegurar uma escola que inclua em suas atividades currículos e serviços que, efetivamente, correspondam às necessidades de seus alunos. Em um segundo momento, foi retomada a discussão na Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, Espanha, em junho de 1994, resultando na Declaração de Salamanca, um documento norteador da nova educação inclusiva. Além das crianças com deficiências, foram incluídas aquelas que estão vivenciando dificuldades temporárias ou permanentes na escola.

A partir desse novo olhar sobre a educação de pessoas com necessidades especiais, a SETEC/MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) em

parceria com SEESP (Secretaria de Educação Especial) criou o projeto TEC NEP. O objetivo do projeto é desenvolver políticas públicas sobre as ações que criem condições de acesso, permanência e saída com sucesso de alunos com necessidades educacionais especiais em cursos de formação inicial e continuada, técnico e tecnológico na Rede Federal de Educação Tecnológica, incluindo cursos que habilitem ou reabilitem esses educandos às atividades laborais, permitindo acesso ao mundo produtivo e a sua independência financeira. Essas ações contam, estrategicamente, com a implantação de núcleos de apoio em todas as IFs (Instituições Federais de Educação Tecnológica), denominados de NAPNE/Núcleo de Apoio aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas NAPNE tem como objetivos:

- Promover a inclusão e a permanência de Pessoas com Necessidades Específicas – PNEs na Instituição e no mundo do trabalho;
- Identificar o público-alvo potencial na região de entorno do campus;
- Sensibilizar a comunidade escolar para a convivência com a diversidade;
- Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, associações, cooperativas, ONGs, órgãos representativos de PNEs e de atendimento às pessoas com necessidades específicas;
- Fomentar a sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula e a constituição de redes de apoio.

Atividades

- Promover ações de sensibilização da comunidade escolar quanto às ações de inclusão social;
- Levantar a demanda de necessidades das PNEs, mediante a promoção de pesquisas na comunidade e do estabelecimento de uma interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas na qualidade do processo formativo desses alunos;

- Contribuir para a adequação dos Projetos Político Pedagógicos de modo a contemplar a educação inclusiva, oferecendo informações atualizadas à Direção de Ensino, bem como aos demais gestores do campus;
- Articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, dando a conhecer as ações prioritárias;
- Estabelecer contato com instituições ou organizações que atendam alunos com necessidades específicas, com vistas a desenvolver trabalhos em conjunto;
- Firmar parcerias com órgãos públicos e instituições que desenvolvem atividades de inclusão e de atendimento a pessoas com necessidades específicas;
- Divulgar as ações do TEC NEP / NAPNE para a comunidade em geral;
- Propor adaptações que garantam o acesso e a permanência dos discentes com Necessidades Específicas no campus;
- Elaborar cursos de capacitação aplicada;
- Sistematizar as atividades propostas pela comunidade educativa para atendimento das PNEs;
- Assessorar os docentes nas atividades didático-pedagógicas de atendimento às PNE;
- Elaborar o material didático pedagógico a ser utilizado, em consonância com as necessidades específicas de cada grupo de alunos (as).

8 Infraestrutura

Nesta parte será detalhada a infraestrutura física e acadêmica do IFBA, bem como as ferramentas de promoção e acessibilidade e de atendimento diferenciado às pessoas portadoras de necessidades especiais (Decreto 5296/04 e Decreto 5773/06). Por fim, é apresentado organograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência deste PDI.

8.1 Gerência de Desenvolvimento de Bibliotecas

A história das bibliotecas no IFBA cresceu de acordo com a história da própria Instituição. Com a expansão do CEFET, em 1993, para outras áreas da Bahia, através das Unidades Descentralizadas (UNED), saiu-se de uma única biblioteca na Sede de Salvador para várias novas nas UNED. Com a segunda expansão, novas bibliotecas surgiram nas UNED de Santo Amaro, Camaçari e Porto Seguro. Com a incorporação de novos bibliotecários ao quadro de servidores da Instituição, vislumbrou-se, então, a necessidade de unificação dos serviços prestados por essas bibliotecas.

O ano de 2008 foi o marco para a idealização dessa unificação, quando houve a realização do segundo encontro de bibliotecários do CEFET, no qual foram discutidos diversos temas ligados à unificação dos serviços prestados nas bibliotecas das UNEDs. Após esse período, outros temas foram debatidos pelo grupo de bibliotecários para a concretização dessa unificação. Em 2012, com a estrutura administrativa já modificada para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), houve a realização do terceiro encontro de bibliotecários no campus de Salvador. Nesse encontro, foi debatida a questão da informatização das bibliotecas e a elaboração da proposta que seria encaminhada para inclusão e aprovação no Regimento Geral do IFBA da criação de um órgão sistêmico para as bibliotecas.

No ano seguinte, após aprovação pelo CONSUP da criação de uma Gerência de Desenvolvimento de Bibliotecas, subordinada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, ocorreu, no campus de Camaçari, o quarto encontro de bibliotecários, onde foi debatida a Padronização do Sistema Integrado de Bibliotecas, composto pela Gerência de Bibliotecas e pelas bibliotecas dos campi.

A Gerência de Bibliotecas tem a finalidade de gerenciar a integração das bibliotecas, recomendar padrões e critérios de organização e de administração das unidades informacionais, propiciar aos usuários serviços e produtos de informação a fim de apoiar a produção do conhecimento, dentre outras atividades.

Para o ano de 2014, a Gerência de Desenvolvimento de Bibliotecas tem como metas de implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB-IFBA) a consolidação do Software de gerenciamento de acervos com a importação das bases do catálogo das bibliotecas, criação da Home Page do SIB-IFBA, integração

do Sistema Acadêmico com o software de gerenciamento de acervos e a implantação do Regulamento Interno do SIB-IFBA.

As Tabelas 46 e 47 ilustram a projeção dos recursos humanos e materiais das Bibliotecas.

TABELA 32 - Técnico–Administrativos da Gerência de Bibliotecas

	2014	2015	2016	2017	2018
Bibliotecário	03	04	04	04	04
Arquivista	01	01	01	01	01
Ass. Adm.	00	01	02	02	02
Estagiários (Biblioteconomia; Arquivologia e/ou Museologia)	01	03	03	03	03
TOTAL	05	09	10	10	10

Fonte: Gerência de desenvolvimento de Bibliotecas.

TABELA 33 - Recursos Materiais da Gerência de Bibliotecas

	2014	2015	2016	2017	2018
Sala/Espaço	01	02	03	03	03
Manutenção do software (pagamento)	01	01	01	01	01
Computadores	04	06	07	08	08
Notebook	00	01	01	01	01
Impressora	00	01	01	01	01
TOTAL	06	11	13	14	14

Fonte: Gerência de desenvolvimento de Bibliotecas.

8.2 Bibliotecas dos campi

8.2.1 Quantificar acervo por área de conhecimento

TABELA 34 - Projeção do Número de Acervo Bibliográfico (Títulos, Exemplares e Periódicos)

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
	Barreiras	2688	4000	5000	7000	8000
	Brumado	400	650	850	1100	1400
	Camaçari	2358	2055	3358	3858	4358
	Eunápolis	9579	10447	11255	12003	12691
	Feira de Santana	300	512	700	900	1000
	Ilhéus	495	753	800	900	1050

Títulos	Irecê	1100	803	1000	1500	2000
	Jacobina	622	722	922	1222	1622
	Jequié	400	500	600	600	600
	Juazeiro	*	*	1000	3000	4000
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	155	1010	376	442	508
	Porto Seguro	3748	4373	4998	5623	6248
	Salvador	14000	14500	15000	15500	20000
	Santo Amaro	2806	2600	2700	3000	3500
	Santo Antônio de Jesus	*	*	80	160	240
	Seabra	645	775	975	1175	1375
	Simões Filho	2450	2840	3230	3520	3810
	Valença	DNI	3997	3997	4197	4197
	Vitória da Conquista	6403	6653	6903	7153	7403
Subtotal		48149	53193	59747	68656	79805
Exemplares	Barreiras	6884	8000	12000	15000	20000
	Brumado	1200	2600	3400	4400	5600
	Camaçari	8355	8200	10755	11955	13155
	Eunápolis	16996	19804	22752	25840	29068
	Feira de Santana	1834	2343	5000	7000	9000
	Ilhéus	2051	3070	3400	3700	4200
	Irecê	5500	804	5000	6000	8000
	Jacobina	2692	3692	4692	5692	6892
	Juazeiro	*	*	3000	6000	8000
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Jequié	1200	2000	2400	3000	2400
	Paulo Afonso	620	4170	1304	1568	1832
	Porto Seguro	11022	12897	14772	16647	18522
	Salvador	45000	46600	48200	49800	64800
	Santo Amaro	10055	9000	10000	11000	12000
	Santo Antônio de Jesus	*	*	800	1700	3500
	Seabra	4197	3400	5400	7400	9400
	Simões Filho	9690	11840	13990	15090	16190
	Valença	DNI	10593	10593	13776	13776
	Vitória da Conquista	14884	17384	19884	22384	24884
Subtotal		142180	155804	186749	214176	257443
Periódicos	Barreiras	07	14	28	30	35
	Brumado	00	05	10	15	20
	Camaçari	06	150	10	12	14
	Eunápolis	16	33	51	67	84
	Feira de Santana	00	18	30	40	50
	Ilhéus	06	00	01	02	03
	Irecê	12	805	770	870	970
	Jacobina	43	43	46	48	50

	Jequié	04	05	06	07	08
	Juazeiro	*	*	20	30	40
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	108	264	468	720	1020
	Porto Seguro	294	343	392	441	90
	Salvador	398	08	12	20	22
	Santo Amaro	50	45	45	50	55
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	05	05
	Seabra	11	594	694	794	894
	Simões Filho	10	15	18	19	20
	Valença	DNI	54	54	69	69
	Vitória da Conquista	207	217	227	237	247
Subtotal		1172	2559	2828	3407	3696

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus

8.2.2 Espaços Físicos para Estudo nas Bibliotecas

TABELA 35 - Projeção do Número de Espaços Físicos para Estudos (salas, gabinetes) nas Bibliotecas

Modalidade	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Salas	Barreiras	02	14	14	14	14
	Brumado	03	03	03	10	10
	Camaçari	00	04	04	04	06
	Eunápolis	21	33	55	70	85
	Feira de Santana	03	00	03	03	03
	Ilhéus	01	02	02	02	02
	Irecê	01	01	02	02	02
	Jacobina	01	01	02	02	02
	Jequié	02	03	01	01	02
	Juazeiro	*	*	02	03	04
	Lauro de Freitas	*	*	01	01	01
	Paulo Afonso	01	01	02	02	02
	Porto Seguro	20	28	28	28	28
	Salvador	03	06	08	10	12
	Santo Amaro	00	01	02	03	03
	Santo Antônio de Jesus	*	*	01	01	01
	Seabra	03	03	04	04	04
	Simões Filho	01	01	02	02	02
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	36	45	50	55	60
Subtotal		98	146	186	217	243
	Barreiras	08	08	13	13	13

Gabinetes	Brumado	05	05	05	15	15
	Camaçari	11	11	11	20	20
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	05	06	11	11	11
	Ilhéus	02	01	01	01	01
	Irecê	04	04	08	08	08
	Jacobina	09	09	09	09	09
	Jequié	08	15	05	10	15
	Juazeiro	*	*	10	20	30
	Lauro de Freitas	*	*	01	01	04
	Paulo Afonso	00	05	10	10	10
	Porto Seguro	07	07	07	22	22
	Salvador	20	50	55	60	65
	Santo Amaro	00	00	00	05	05
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	06	11	11	11	11
	Simões Filho	16	20	20	20	20
	Valença	DNI	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	60	60	70	80	90
Subtotal		161	212	247	316	349

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
Nota: A biblioteca do campus de Barreiras possui 32 assentos.
DNI – Dados não informados pelo campus

8.2.3 Pessoal Técnico-Administrativo

TABELA 36 - Projeção do Pessoal Técnico-Administrativo da Biblioteca

Modalidade	Ano					
	Campus	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Assistente em Administração	Barreiras	00	00	05	06	09
	Brumado	02	04	06	07	07
	Camaçari	01	01	02	02	03
	Eunápolis	00	00	00	01	01
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	01	00	00	00	00
	Irecê	01	00	00	00	00
	Jacobina	02	02	02	02	02
	Jequié	02	02	00	00	01
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	03	03	03
	Paulo Afonso	01	01	01	01	01
	Porto Seguro	DNI	01	02	02	03
	Salvador	06	06	07	07	08
	Santo Amaro	02	01	01	00	00

	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	01	00	00	00	00
	Simões Filho	02	04	04	04	04
	Valença	02	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	60	60	70	80	90
Subtotal		83	81	103	113	129
Bibliotecário	Barreiras	02	02	03	04	04
	Brumado	00	01	02	02	03
	Camaçari	02	02	02	03	03
	Eunápolis	00	01	01	01	01
	Feira de Santana	01	01	01	01	01
	Ilhéus	00	01	01	01	01
	Irecê	00	00	01	01	01
	Jacobina	00	01	01	01	01
	Jequié	01	01	01	01	01
	Juazeiro	*	*	01	01	01
	Lauro de Freitas	*	*	01	01	01
	Paulo Afonso	01	01	02	02	02
	Porto Seguro	02	02	02	02	03
	Salvador	05	05	06	06	06
	Santo Amaro	01	01	01	02	02
	Santo Antônio de Jesus	*	*	01	01	01
	Seabra	01	00	01	02	02
	Simões Filho	04	04	04	04	04
	Valença	02	01	02	02	02
	Vitória da Conquista	03	03	03	03	03
Subtotal		25	27	37	41	43
Auxiliar de Biblioteca	Barreiras	02	02	06	07	08
	Brumado	02	03	03	05	06
	Camaçari	00	02	02	04	04
	Eunápolis	00	02	02	03	04
	Feira de Santana	01	02	02	02	02
	Ilhéus	00	01	01	01	01
	Irecê	00	01	02	02	02
	Jacobina	00	00	00	02	02
	Jequié	02	02	02	01	01
	Juazeiro	*	*	02	02	02
	Lauro de Freitas	*	*	03	03	06
	Paulo Afonso	02	02	04	04	04
	Porto Seguro	00	01	02	03	03
	Salvador	01	01	02	05	07
	Santo Amaro	02	01	03	04	05
	Santo Antônio de Jesus	*	*	02	02	02
	Seabra	02	02	02	03	03

	Simões Filho	04	06	08	08	08
	Valença	02	02	02	02	02
	Vitória da Conquista	03	04	04	06	06
Subtotal		23	34	54	69	78

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi.
DNI – Dados não informados pelo campus

8.2.4 Horário de funcionamento

Cada *campus* especificará o horário de funcionamento de suas bibliotecas.

8.3 Obras em execução no IFBA

8.3.1 Obras em Andamento

TABELA 37 - Projeção de Término de Obras – 2014-2018

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Ginásio	Barreiras	01	01	00	00	00
	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	01	00	00	00	00
	Eunápolis	00	00	01	00	00
	Feira de Santana	01	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	01	00	00
	Irecê	01	00	00	00	00
	Jacobina	00	01	00	00	00
	Jequié	00	01	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	01	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	00	00	00	00	00
	Santo Amaro	00	01	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	01	00	00
	Seabra	01	01	01	01	01
	Simões Filho	01	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		06	05	05	01	01
Pavilhão de Aula	Barreiras	00	01	01	00	00

	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	00	01	00	00	00
	Eunápolis	00	01	00	00	01
	Feira de Santana	00	01	01	00	00
	Ilhéus	00	01	00	00	00
	Irecê	00	01	00	00	00
	Jacobina	00	01	00	00	00
	Jequié	00	01	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	01	01
	Paulo Afonso	00	01	00	00	00
	Porto Seguro	00	01	00	00	00
	Salvador	01	00	00	00	00
	Santo Amaro	00	01	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	02	02	02	02
	Simões Filho	00	01	00	00	00
	Valença	00	01	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	01	00	00	00
Subtotal		01	16	04	03	04
Clínica Escola	Barreiras	00	00	00	00	00
	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	01	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	00	01	00	00	00
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		00	01	00	01	00
	Barreiras	00	00	01	02	00

Retirada de subestação elevada, construção de abrigo e instalação de Transformador	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	01	01	01
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	00	00	00	00	00
	Santo Amaro	00	01	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	01	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		00	01	03	03	01
Instalação de Elevadores e Plataforma	Barreiras	00	00	00	01	00
	Brumado	00	00	00	00	00
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	00	00	01	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	01	01
	Paulo Afonso	00	00	01	00	00
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	00	01	00	00	00
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	01	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	00
Subtotal		00	01	03	02	01
Total		07	24	15	10	07

Fonte: Pró-Reitoria Institucional e Infraestrutura.

TABELA 38- Obras por campus 2014

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Construção da Biblioteca	Barreiras	01	00	00	00	00
Subtotal		01	00	00	00	00
Construção do campo Society	Eunápolis	01	00	00	00	00
Subtotal		01	00	00	00	00
Pavilhão de Aulas	Feira de Santana	01	00	00	00	00
Subtotal		01	00	00	00	00
Pavilhão de aulas/laboratório	Paulo Afonso	01	00	00	00	00
Construção da Usina Biodiesel		01	00	00	00	00
Subtotal		02	00	00	00	00
Reforma e Ampliação do Refeitório	Porto Seguro	01	00	00	00	00
Pintura das Fachadas		01	00	00	00	00
Subtotal		02	00	00	00	00
Reforma das calhas da cobertura	Santo Amaro	01	00	00	00	00
Retirada de subestação elevada, const. abrigo e instalação de transformador		01	00	00	00	00
Subtotal		02	00	00	00	00
Construção de Módulo avançado do IFBA, Salinas da Margarida.	Salinas da Margarida	01	00	00	00	00
Reforma do Pav. G para ampliação do nº de salas de aula		01	00	00	00	00
Subtotal		02	00	00	00	00
Reforma para implantação de sanitários do Pavilhão F	Valença	01	00	00	00	00
Subtotal		01	00	00	00	00
Construção de prédio com 4 (quatro) módulos para laboratórios e salas de aulas	Vitória da Conquista	01	00	00	00	00
Construção de refeitório, garagem para veículos oficiais, estacionamento e ampliação da portaria de acesso		01	00	00	00	00
Subtotal		02	00	00	00	00
Total		14	00	00	00	00

Fonte: Pró-Reitoria Institucional e Infraestrutura.

8.3.2 Espaços Físicos

TABELA 39 - Projeto de Infraestrutura Física

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Sala de aula	Barreiras	24	16	24	32	32
	Brumado	11	11	27	27	27
	Camaçari	07	14	20	20	20
	Eunápolis	19	27	27	27	37
	Feira de Santana	11	09	17	17	17
	Ilhéus	12	12	20	20	20
	Irecê	19	19	19	19	19
	Jacobina	14	21	30	54	67
	Jequié	04	12	00	00	10
	Juazeiro	*	*	00	00	01
	Lauro de Freitas	*	*	11	11	16
	Paulo Afonso	10	18	18	18	22
	Porto Seguro	20	28	28	28	28
	Salvador	54	63	66	70	80
	Santo Amaro	11	17	17	17	17
	Santo Antônio de Jesus	*	*	12	12	24
	Seabra	12	20	20	20	20
	Simões Filho	26	35	35	35	35
	Valença	22	31	30	30	30
	Vitória da Conquista	36	45	50	55	60
Subtotal		312	398	471	512	582
Laboratório	Barreiras	37	37	43	45	45
	Brumado	05	09	14	14	19
	Camaçari	12	18	23	23	23
	Eunápolis	17	22	26	28	35
	Feira de Santana	13	13	18	18	18
	Ilhéus	09	11	21	21	21
	Irecê	14	22	22	22	22
	Jacobina	09	12	18	27	30
	Jequié	05	03	02	04	05
	Juazeiro	*	*	00	01	00
	Lauro de Freitas	*	*	09	09	15
	Paulo Afonso	06	12	13	15	15
	Porto Seguro	19	23	23	23	23
	Salvador	47	54	56	57	57
	Santo Amaro	10	14	14	14	14
	Santo Antônio de Jesus	*	*	09	09	15
	Seabra	09	14	14	14	14
	Simões Filho	21	21	21	21	21

	Valença	16	17	19	19	19
	Vitória da Conquista	30	50	60	70	80
Subtotal		279	352	425	454	491
Sala de Oficina	Barreiras	01	00	00	00	00
	Brumado	00	01	02	03	04
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	00	00	02	02	02
	Feira de Santana	00	00	01	01	01
	Ilhéus	02	02	02	03	03
	Irecê	01	01	01	01	01
	Jacobina	00	02	03	05	05
	Jequié	01	02	01	01	01
	Juazeiro	*	*	00	01	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	00	00
	Paulo Afonso	01	00	01	01	01
	Porto Seguro	04	04	04	04	04
	Salvador	05	05	05	05	05
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	00
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	01	01	01	01	01
	Vitória da Conquista	05	05	08	08	12
Subtotal		22	24	32	37	41
Biblioteca (sala)	Barreiras	01	01	01	01	01
	Brumado	01	02	02	03	04
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	01	01	01	01	01
	Feira de Santana	01	01	01	01	01
	Ilhéus	01	02	02	02	02
	Irecê	01	01	01	01	01
	Jacobina	01	02	02	02	02
	Jequié	01	01	00	00	00
	Juazeiro	*	*	01	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	00	01	01
	Paulo Afonso	01	00	01	01	01
	Porto Seguro	01	01	01	01	01
	Salvador	01	01	01	01	02
	Santo Amaro	01	01	01	01	01
	Santo Antônio de Jesus	*	*	01	01	01
	Seabra	01	02	01	01	01
	Simões Filho	01	01	02	02	02
	Valença	01	01	01	01	01
	Vitória da Conquista	01	01	02	02	02

Subtotal		17	20	23	24	26
Sala de Docente	Barreiras	02	02	02	02	02
	Brumado	01	01	02	02	03
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	01	07	10	10	15
	Feira de Santana	01	01	01	01	01
	Ilhéus	01	01	01	01	01
	Irecê	01	01	01	01	01
	Jacobina	01	02	02	02	02
	Jequié	02	03	03	03	03
	Juazeiro	*	*	00	01	00
	Lauro de Freitas	*	*	01	01	04
	Paulo Afonso	01	01	01	01	01
	Porto Seguro	01	02	02	02	02
	Salvador	11	11	12	13	14
	Santo Amaro	01	01	02	02	02
	Santo Antônio de Jesus	*	*	00	00	20
	Seabra	01	01	01	01	01
	Simões Filho	01	01	02	02	02
	Valença	01	02	02	02	02
	Vitória da Conquista	03	03	06	06	06
Subtotal		31	41	52	54	83
Estrutura Administrativa	Barreiras	34	34	59	59	59
	Brumado	19	19	25	25	30
	Camaçari	20	20	20	20	20
	Eunápolis	01	01	01	01	01
	Feira de Santana	26	26	26	26	26
	Ilhéus	26	26	28	28	28
	Irecê	20	23	23	23	23
	Jacobina	23	30	40	50	60
	Jequié	03	02	02	01	03
	Juazeiro	*	*	00	00	00
	Lauro de Freitas	*	*	19	19	19
	Paulo Afonso	14	22	22	22	32
	Porto Seguro	06	06	06	21	21
	Salvador	40	40	40	40	40
	Santo Amaro	07	11	11	11	11
	Santo Antônio de Jesus	*	*	01	00	00
	Seabra	26	28	29	29	29
	Simões Filho	10	10	12	12	12
	Valença	17	23	23	23	23
	Vitória da Conquista	31	41	45	50	50
Subtotal		323	362	432	460	487

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi

8.4 Recursos tecnológicos e de audiovisual

Em atendimento ao que determina o artigo 3º e o artigo 4º da Instrução Normativa n.º 04 de 12 de novembro de 2010/SLTI/MPOG, os recursos de tecnologia da informação e comunicação serão definidos pelos Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI) para os biênios 2015-2016 e 2017-2018, elaborados a partir do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), com base na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) para os órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), da Secretaria de Logística da Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) que, juntos, buscarão identificar os recursos tecnológicos necessários para atender aos objetivos estratégicos da Instituição, definidos no PDI.

8.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado às pessoas com necessidades especiais

O direito das pessoas com deficiência e necessidades específicas é discutido desde o século XIX. Na área da educação, pode-se frisar o marco histórico que compreende o início das discussões com o paradigma da Institucionalização até o paradigma atual de Inclusão. Com isso, a LDB nº 9394/96 nos seus artigos nº 58 e 59 articulou a educação para todos, apontando para uma educação que prioriza a acessibilidade tanto pedagógica quanto arquitetônica. Assim, em 2005, o IFBA assinou com o MEC e a antiga Secretaria de Educação Especial o termo de compromisso, que envolve ações afirmativas do programa TEC-NEP. O Decreto 5296/2004 dispõe que as edificações dos prédios públicos já existentes terão o prazo de trinta meses, a contar da data de publicação do decreto, para garantir as adaptações arquitetônicas. Além disso, a Lei 13.146/15 em seu Artigo 28, inciso XVI assegura a “acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino”. Desta forma, o IFBA através da Pró–Reitoria de Desenvolvimento Institucional estabelece os

seguintes objetivos e metas emergenciais para garantir o acesso e locomoção das pessoas portadoras de necessidades especiais que utilizam o espaço público:

Cronograma de Adaptação da Estrutura Física

Objetivos	Metas	Quem
Diagnosticar as necessidades gerais e particulares de cada campus; Contratar empresa para contribuir com o Diagnóstico; Equipe Multiprofissional para diagnosticar (arquiteto, pedagogo, psicólogo, assistente social); Levantar a estrutura Física da Reitoria e campus Salvador; Diagnóstico Reitoria e campus Salvador Diagnóstico campus: Expansão II e III Diagnóstico pré-expansão e expansão I	2014/2 Junho e Julho/2014 De setembro a outubro/2014 Até dezembro Até dezembro	PRODIN através da contratação de uma empresa para prestar serviço.
Criar o termo de compromisso com os Diretores referente ao levantamento da demanda/diagnóstico	2014/2 – após diagnóstico	PRODIN – reitoria Diretores campi
Sensibilizar os Diretores após o diagnóstico	2015/1	PRODIN
Divulgar o diagnóstico	2015/1	PRODIN
Cumprir o diagnóstico	2015/2; 2016; 2017 e 2018	PRODIN

9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Prospectar o desenvolvimento institucional numa organização de tamanha abrangência educacional e geográfica como o IFBA requer uma atuação sincronizada e integrada, tanto na implementação das ações planificadas quanto no acompanhamento e avaliação destas ações, sobretudo numa perspectiva de gestão democrática, cujo processo decisório deve considerar as informações provindas da coletividade, a exemplo dos relatórios produzidos como resultado dos processos avaliativos internos e externos. Assim sendo, a avaliação institucional e o acompanhamento do desenvolvimento institucional são atividades, que viabilizam o crescimento do IFBA e cujos resultados devem ser considerados essenciais nesse processo. Portanto, pode-se dizer que avaliar e acompanhar o desenvolvimento institucional guarda relação direta com o acompanhamento do próprio PDI e com a implementação de uma cultura avaliativa que possibilite o autoconhecimento da Instituição.

Durante a vigência deste PDI será sistematizada a criação de uma política de avaliação institucional do IFBA que vislumbra, além de um processo de construção do conhecimento a respeito da instituição, também um pensar sobre a sua missão, seus objetivos e sua função social e, portanto, diretamente imbricada nos aspectos ideológicos, políticos, econômicos, culturais, dentre outros. Nesse contexto, esta política deverá ser construída, atendendo aos princípios da ampla participação, avaliação total e coletiva, respeito à identidade dos campi, continuidade e rigor científico. Dentro destes princípios é que a política de avaliação institucional do IFBA pretende alcançar os seguintes objetivos:

- Contribuir para a compreensão do fenômeno da avaliação como ferramenta das reformas das práticas institucionais e de subsídio à tomada de decisões;
- Compreender o papel da avaliação como impulsionadora dos processos de mudanças institucionais;
- Firmar o entendimento de que planejamento e avaliação são elementos de um mesmo processo;

- Compreender os efeitos políticos e pedagógicos das avaliações;
- Construir bases teóricas para a elaboração e execução de práticas de avaliação coerentes com os valores educativos;
- Colaborar para a elevação da qualidade pedagógica dos professores e melhor conhecimento de seu trabalho.

Sendo assim, com a intenção de envolver a comunidade de forma que ocorra a participação efetiva dos diversos atores institucionais – gestores, docentes, técnicos e discentes – propõe-se que a elaboração desta política ocorra por intermédio de grupos de trabalho que congreguem representantes dos segmentos internos e das diversas áreas de atuação, especialmente aquelas que cumprem os macro-objetivos estratégicos do IFBA. Entretanto, caberá à Prodin, por meio do Departamento de Avaliação Institucional assessorar essas equipes de trabalho.

Apresenta-se no Quadro 04, a proposta de um plano de trabalho organizado em quatro etapas principais que sintetizam as atividades, os períodos de realização e respectivos responsáveis, a saber: Etapa I – Sensibilização: sensibilizar a comunidade do IFBA para a construção da Política de Avaliação Institucional; Etapa II – Preparação: elaborar a 1ª versão do documento Política de Avaliação Institucional; Etapa III – Desenvolvimento: discutir coletivamente a 1ª versão do documento e propor sugestões; Etapa IV – Finalização: validar e finalizar o documento da Política de Avaliação Institucional.

QUADRO 4 - Proposta de Plano de Trabalho

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
SENSIBILIZAÇÃO **Realização 1º Semestre 2016**	
Constituição das Comissões	Reitoria/Diretores dos campi
Criação de estratégias de sensibilização da comunidade para promover o acolhimento, a construção e participação em todo o processo avaliativo de construção da política de avaliação (cartazes, reuniões, palestras, seminários, site);	Comissões
PREPARAÇÃO **Realização 3º Trimestre 2016**	
Elaboração e divulgação do cronograma e outros documentos para divulgação do processo de construção da política de avaliação do IFBA;	Comissões/DGCOM
Realização de eventos com todos os segmentos da Instituição;	Comissões
Sistematização e encaminhamentos das contribuições oriundas dos eventos;	Comissões
Elaboração da 1ª versão do documento de sistematização da política de avaliação;	Comissões

Divulgação da 1ª versão do documento de sistematização da política de avaliação do IFBA;	Comissões/DGCOM
DESENVOLVIMENTO **Realização 4º Trimestre 2016**	
Discussão e construção coletiva de sugestões para elaboração da versão final do documento;	Comissões
Envio das contribuições para sistematização da versão final do documento;	
Sistematização do documento "Política de Avaliação do IFBA" – Versão Final;	Comissões
FINALIZAÇÃO **Realização 1º Semestre 2017**	
Validação pela comunidade da versão final do documento;	Comissões/ Comunidade interna
Envio do documento, versão final, da Política de Avaliação Institucional do IFBA para aprovação no Conselho; **Publicação e divulgação do documento Política de Avaliação Institucional do IFBA.**	Comissões /Conselho Comissões /DGCOM

Fonte: Comissão sistêmica do PDI

Em concomitância à elaboração da política de avaliação institucional do IFBA, serão desenvolvidas as ações concernentes ao plano de trabalho da autoavaliação interna de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que, integradas ao cronograma do MEC para as avaliações externas de cursos e instituições, integram as modalidades de avaliação preconizadas na Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O Sinaes fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Apresenta como princípios fundamentais: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade no sistema; respeito à identidade, à missão, à história das instituições e à globalidade da avaliação. Tem como proposta integrar modalidades principais de instrumentos de avaliação, em diferentes momentos.

A autoavaliação do IFBA é realizada através da retrospectiva crítica, configurando um diagnóstico para explicitação dos vários propósitos institucionais e, assim, realizar uma avaliação, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa, que proporcione a melhoria e o fortalecimento institucional (CEFET-BA, 2005). Esta avaliação compreende dois momentos importantes: (i) avaliação global, a qual

ocorre a cada três anos, que tem por objetivo avaliar todos os aspectos institucionais, em todos os campi, através da participação de todos os segmentos internos da instituição e da comunidade externa; (ii) avaliação dos aspectos didático-pedagógicos, com periodicidade semestral ou anual; conta com a participação de discentes e docentes (IFBA, 2009).

De modo similar à avaliação institucional externa, a autoavaliação considera as dez dimensões estabelecidas na referida lei:

> I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
> II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
> III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
> IV. A comunicação com a sociedade;
> V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
> VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
> VII. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
> VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
> IX. Políticas de atendimento aos estudantes;
> X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004).

Para além da avaliação institucional, faz-se necessário estabelecer como bases outros importantes instrumentos de gestão que possibilitem monitorar a evolução do IFBA tanto num horizonte temporal quanto no âmbito da Rede Federal de Educação. Dentre eles, destacam-se o gerenciamento dos indicadores de desempenho e do Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAMC). O primeiro possibilita a compreensão da relação parte e todo, quando os números produzidos e contextualizados no âmbito da instituição se tornam objeto de análise, enquanto o segundo permite acompanhar as metas e compromissos ajustados entre o Instituto e o Ministério da Educação.

O acompanhamento do desenvolvimento institucional, assim como o da avaliação, ocupa-se, ainda, de alguns pontos essenciais, tais como cumprimento do cronograma e avaliação dos resultados efetivados em relação às metas de desempenho determinadas. O acompanhamento do cronograma de execução das metas estabelecidas no Plano tem, por finalidade, possibilitar o cumprimento das medidas de apoio estabelecidas dentro dos limites temporais fixados. Já a abordagem a respeito das premissas permite analisar as metas de desempenho concernentes, podendo haver a necessidade de adaptações e ajustes na configuração do PDI.

Ressalte-se que, a fim de se obterem resultados para uma avaliação formativa que oportunize a reorientação das ações, a temporalidade de tais gerenciamentos deve ser anual para que sejam avaliadas as ações nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão que configuram os macro-objetivos do IFBA. Para tanto, serão tomados, conjuntamente, como referenciais, os documentos Institucionais e os indicadores de desempenho dos macro-objetivos do IFBA.

10 Aspectos financeiros e orçamentários

O Instituto Federal da Bahia – IFBA, por ser uma autarquia federal ligada ao Ministério da Educação, tem seus recursos garantidos pelo Governo Federal provenientes do Tesouro Nacional. Esses Recursos são descentralizados todos os anos para os Institutos de forma que possam executar e garantir a realização dos programas de governo estabelecidos pelo Plano Plurianual (PPA), porém esses recursos apesar de serem, em sua maioria, do Tesouro Nacional têm demonstrado serem insuficientes para garantir a execução de todos os projetos, sendo necessária a busca incessante por complementação através das emendas, recursos próprios, convênios e plano de expansão, visando à sustentabilidade financeira da instituição.

A vinculação do PDI do IFBA com o PPA do Governo Federal se dá através dos Programas e Ações de Governo, cujo demonstrativo da Execução dos Programas de Governo no exercício de 2012, sob a responsabilidade do IFBA, é apresentado no quadro Detalhamento das Despesas.

O Planejamento Estratégico do IFBA define as políticas de Gestão e subsidia os Gestores na construção do Planejamento Tático e Operacional, por meio do Plano de Metas e Ações, definindo prioridades, objetivando assim, dentre outros

escopos a adequada alocação de recursos, ordenando o pleno equilíbrio entre receita e despesa e cumprindo as metas físicas e financeiras estabelecidas na Proposta Orçamentária da Instituição.

A metodologia de elaboração das metas para o IFBA é fundamentada nos Objetivos Estratégicos indicados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento norteador desse planejamento; no Acordo de Metas do MEC; nos Programas e Ações do Governo constantes da Lei Orçamentária (LOA) do IFBA; no PPI; no Plano de Expansão e no orçamento Matriz CONIF disponibilizado à Reitoria, visando também, a buscar outras fontes, que viabilizem o alcance efetivo das metas programadas.

QUADRO 5 – Recursos do campi

Descrição	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Recursos a receber	Barreiras	5.586.642,00	6.023.222,60	6.625.544,86	7.288.099,35	8.016.909,28
	Brumado	700.000,00	1.064.292,24	1.986.603,68	2.500.000,00	2.800.000,00
	Camaçari	4.071.572,84	3.907.734,15	3.555.551,37	3.514.196,42	3.684.201,46
	Eunápolis	3.652.254,00	5.927.019,59	6.655.568,59	7.802.960,14	8.057.091,70
	Feira de Santana	3.617.046,00	2.559.474,00	2.388.202,16	2.794.196,16	3.269.209,50
	Ilhéus	2.794.693,65	2.642.044,11	3.681.627,00	3.709.594,08	4.451.512,90
	Irecê	2.209.852,00	1.977.975,97	1.985.018,60	3.800.000,00	4.400.000,00
	Jacobina	2.672.394,00	1.217.288,00	1.580.745,60	1.896.984,72	2.276.273,66
	Jequié	2.275.538,00	2.402.581,00	3.373.613,00	3.911.130,00	4.692.956,00
	Juazeiro	**	**	1.651.724,08	2.569.113,00	3.069.848,50
	Lauro de Freitas	**	**	768.307,00	860.000,00	950.000,00
	Paulo Afonso	2.459.353,03	2.444.593,86	2.629.854,44	2.945.436,48	3.210.525,76
	Porto Seguro	4.538.401,00	6.164.241,00	6.983.665,00	8.051.031,00	9.331.134,00
	Salvador	20.423.580,83	17.561.975,78	22.069.047,08	24.275.951,79	26.703.546,97
	Santo Amaro	3.235.576,41	2.821.848,00	3.306.193,00	3.636.812,30	4.000.493,53
	Santo Antônio de Jesus	**	**	801.926,00	1.042.503,80	1.355.254,94
	Seabra	2.066.488,00	2.066.488,00	2.815.245,00	3.055.000,00	3.285.500,00
	Simões Filho	5.700.000,00	2.800.000,00	3.500.000,00	5.500.000,00	5.500.000,00
	Valença	3.683.215,26	3.330.147,64	3.745.868,40	4.120.455,24	4.532.500,76
	Vitória da Conquista	5.777.925,00	9.255.718,00	11.393.277,00	14.024.494,00	17.263.376,00
	Reitoria	39.258.453,00	29.253.402,00	30.641.412,00	35.238.624,00	40.523.268,00
Subtotal		114.722.985,02	91.761.746,94	118.765.380,86	124.600.958,48	139.417.270,96

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus
**Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

QUADRO 6 – Recurso de custeio básico

Descrição	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Custeio Básico	Barreiras	2.030.685,00	3.223.222,60	3.545.544,86	3.900.099,35	4.290.109,28
	Brumado	400.000,00	777.600,00	994.603,68	1.100.000,00	1.200.000,00
	Camaçari	1.555.550,00	1.648.883,00	1.747.815,98	1.852.684,94	1.963.846,04
	Eunápolis	1.979.600,00	2.930.650,00	3.659.199,00	4.211.960,14	4.851.091,70
	Feira de Santana	1.868.789,63	2.117.474,00	2.308.202,16	2.700.596,16	3.159.697,50
	Ilhéus	1.685.775,70	1.738.049,94	1.926.018,16	2.311.221,79	2.773.466,15
	Irecê	1.126.960,00	1.865.412,37	1.885.018,60	2.300.000,00	2.500.000,00
	Jacobina	1.425.200,00	1.710.240,00	2.052.288,00	2.462.745,60	2.955.294,72
	Jequié	1.775.602,84	1.927.581,00	2.698.613,00	3.084.130,00	3.700.956,00
	Juazeiro	*	*	1.451.580,89	1.887.055,16	2.453.171,70
	Lauro de Freitas	*	*	768.307,00	780.000,00	780.000,00
	Paulo Afonso	1.835.790,52	2.013.126,28	2.335.205,94	2.351.163,01	2.550.323,90
	Porto Seguro	3.659.528,00	4.025.481,00	4.428.029,00	4.870.832,00	5.357.915,00
	Salvador	11.538.902,30	12.118.120,96	13.508.000,00	15.534.200,00	17.864.330,00
	Santo Amaro	1.343.430,00	1.564.400,00	2.517.100,00	3.319.129,00	3.651.041,90
	Santo Antônio de Jesus	*	*	768.307,00	998.799,10	1.298.438,83
	Seabra	1.831.500,00	1.831.500,00	1.995.245,00	2.150.000,00	2.300.000,00
	Simões Filho	2.000.000,00	2.500.000,00	2.700.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
	Valença	1.781.491,84	2.353.050,00	2.484.768,40	2.733.245,24	3.006.569,76
	Vitória da Conquista	4.305.720,00	4.736.292,00	5.209.921,20	5.730.913,32	6.304.004,65
	Reitoria	5.284.989,00	6.077.737,00	6.989.397,00	8.037.807,00	9.243.478,00
Subtotal		47.429.514,83	53.231.239,15	63.274.551,87	72.232.451,81	80.302.779,13

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus
** Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

QUADRO 7 – Outros recursos de custeio

Descrição	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Custeio Outros	Barreiras	420.956,00	190.000,00	209.000,00	229.900,00	252.890,00
	Brumado	350.000,00	450.000,00	382.000,00	400.000,00	500.000,00
	Camaçari	983.869,83	1.042.902,02	1.105.476,14	1.171.804,71	1.242.112,99
	Eunápolis	416.400,00	1.689.000,00	1.689.000,00	1.941.000,00	1.556.000,00
	Feira de Santana	365.514,00	538.578,38	551.286,00	581.000,00	610.000,00
	Ilhéus	546.606,43	569.915,50	596.694,00	716.032,80	859.239,36
	Irecê	340.000,00	345.000,00	345.000,00	500.000,00	600.000,00
	Jacobina	150.000,00	180.000,00	216.000,00	259.200,00	311.040,00
	Jequié	0,00	0,00	0,00	55.000,00	66.000,00
	Juazeiro	*	*	0,00	0,00	0,00
	Lauro de Freitas	*	*	0,00	0,00	0,00
	Paulo Afonso	148.632,74	101.007,53	114.648,50	152.458,00	178.623,00
	Porto Seguro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Salvador	1.054.527,94	797.000,00	1.300.000,00	1.495.000,00	1.719.250,00
	Santo Amaro	1.180.578,96	894.630,00	500.290,00	550.319,00	605.350,90
	Santo Antônio de Jesus	*	*	0,00	0,00	0,00
	Seabra	181.788,00	181.788,00	550.000,00	605.000,00	665.500,00
	Simões Filho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Valença	654.273,72	454.150,00	526.100,00	578.710,00	636.581,00
	Vitória da Conquista	157.400,00	173.140,00	190.454,00	209.499,40	230.449,34
	Reitoria	13.820.712,00	15.202.783,20	16.723.061,52	18.395.367,67	20.234.904,44
Subtotal		20.771.259,62	22.271.316,25	24.447.724,16	27.204.291,58	29.091.941,03

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus
** Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

QUADRO 8 – Recursos de investimento

Descrição	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Investimento	Barreiras	3.135.000,00	2.620.000,00	2.882.000,00	3.170.200,00	3.487.220,00
	Brumado	1.000.000,00	3.000.000,00	610.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00
	Camaçari	1.532.153,01	1.215.949,13	702.259,24	489.706,77	478.242,43
	Eunápolis	1.256.254,00	1.307.369,59	1.307.369,59	1.650.000,00	1.650.000,00
	Feira de Santana	1.727.046,37	442.000,00	80.000,00	93.600,00	109.512,00
	Ilhéus	562.311,52	334.078,67	568.616,24	682.339,49	818.807,39
	Irecê	592.877,00	182.781,00	100.000,00	900.000,00	1.000.000,00
	Jacobina	1.097.740,00	1.317.288,00	1.580.745,60	1.896.894,72	2.276.273,66
	Jequié	499.935,16	475.000,00	675.000,00	772.000,00	926.000,00
	Juazeiro	*	*	200.143,19	682.057,84	616.176,80
	Lauro de Freitas	*	*	0,00	0,00	0,00
	Paulo Afonso	474.929,77	431.467,58	180.000,00	441.815,47	481.578,86
	Porto Seguro	878.872,52	984.337,22	1.043.397,45	1.106.001,30	1.172.361,38
	Salvador	4.826.229,30	4.646.854,82	7.261.047,08	8.350.204,14	9.602.734,76
	Santo Amaro	711.567,45	362.818,00	288.803,00	317.683,30	349.451,63
	Santo Antônio de Jesus	*	*	0,00	0,00	0,00
	Seabra	270.000,00	53.200,00	270.000,00	300.000,00	330.000,00
	Simões Filho	1.000.000,00	485.000,00	0,00	1.500.000,00	2.000.000,00
	Valença	1.247.449,70	522.947,64	735.000,00	808.500,00	889.350,00
	Vitória da Conquista	157.400,00	173.140,00	190.454,00	209.499,40	230.449,34
	Reitoria	20.152.752,00	23.175.665,00	23.652.015,00	27.199.817,00	31.279.790,00
Subtotal		41.122.517,80	40.745.559,43	40.608.452,94	49.692.318,13	56.699.586,87

Fonte: Informações encaminhadas pelos campi
DNI – Dados não informados pelo campus
** Campus com autorização para funcionamento a partir de 2015.

11 Comunicação Estratégica

A educação pública de qualidade é condição fundamental para a existência plena da democracia e para o desenvolvimento do país. Através desta, formam-se cidadãos com conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos, para atender às necessidades do mundo do trabalho e ao efetivo exercício da cidadania, ao potencializar seus talentos, possibilitando que venham exercê-los em prol da comunidade.

A contínua melhoria da qualidade da educação e a busca de efetividade das políticas públicas junto à sociedade são propósitos que elevam os desafios para os responsáveis pela gestão pública para os próximos anos. Nesse sentido, a Diretoria Sistêmica de Gestão da Comunicação Institucional (DGCOM) do IFBA é um dos agentes estratégicos na promoção e difusão das políticas públicas, estabelecendo uma interação mais direta entre o poder público e os anseios das comunidades locais, com vistas a potencializar o que representa fator essencial de sua missão no desenvolvimento regional.

Para tanto, objetiva estreitar os laços com os diversos órgãos de comunicação presentes nas comunidades, contando com uma diversificada rede de mídias impressas e eletrônicas, que são geridas pelos Departamentos de Jornalismo e Relações Públicas e suas Coordenações: de Programação Visual, Coordenação de Promoção Institucional, Conteúdo Virtual e Coordenação de Multimeios.

Nesse contexto, considerando a relevância e o compromisso em promover ações e difundir valores do IFBA, a DGCOM é responsável pelo desenvolvimento da comunicação integrada através de atividades em diversas áreas. Trabalha de forma estratégica e planejada: a imagem do IFBA com ações em mídias sociais com os públicos da instituição; o relacionamento com a imprensa; a produção de notícias para os diversos veículos do IFBA; o planejamento e produção de materiais para campanhas (processos seletivos e concursos, entre outras); a programação visual de materiais diversos (impressos, revistas, sinalização e *web design*). Vale destacar a importância do Portal Institucional como veículo âncora do qual convergem as mais diversas ações para os variados públicos internos e externos da instituição, disponibilizando informações relevantes de forma apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.

Os canais formais de relacionamento do IFBA com a sociedade são gerenciados pela DGCOM, com o objetivo de promover a interação com os seus públicos estratégicos. Eles têm propostas visual e editorial, claramente, identificadas, incorporam conteúdos comprometidos com o Planejamento Estratégico e com os objetivos do IFBA, têm públicos de interesse, áreas ou setores responsáveis pela sua gestão e sistemas de veiculação, explicitamente, definidos, com observância do Decreto-Lei 5296/2004, que estabelece as regras de acessibilidade, inclusive para a comunicação.

Com a Política de Expansão da Rede Federal e a implantação de novos campi, a DGCOM vem observando as diferenças regionais da estrutura multicampi do IFBA, atuando de forma integrada, profissional e colaborativa com as Coordenações de Comunicação dos campi, para atender com agilidade às demandas específicas locais, que deverão seguir o Plano de Comunicação, o qual está em processo de desenvolvimento.

Com a mudança de Departamento para Diretoria Sistêmica em 2013, a DGCOM tem buscado, de forma articulada, reforçar a rede de comunicação existente entre os campus, prestando assessoramento, realizando visitas técnicas e monitorando a veiculação de notícias de forma regionalizada.

11.1 Missão, visão e valores da Comunicação Institucional

Missão

Contribuir para o crescimento do IFBA, através da gestão da imagem do Instituto, do relacionamento com as comunidades internas e externas e da divulgação das atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Visão

Desenvolver um trabalho de Gestão da Comunicação que seja referência entre os IFs.

Valores

Além dos valores da Administração Pública, a DGCOM pauta-se em valores que refletem o posicionamento da Comunicação com seus públicos:

responsabilidade social, econômica e ambiental, agilidade, valorização e respeito às pessoas, transparência, Inovação, credibilidade, foco e comprometimento com os resultados.

11.2 Política Sistêmica de Comunicação

Um dos principais aspectos para a criação da Política Sistêmica de Comunicação do IFBA é a sua construção coletiva. Seu processo de desenvolvimento começou a ser delineado a partir de discussões dos comunicadores do Instituto com base em textos acadêmicos e profissionais das áreas de marketing, relações públicas, jornalismo, design, planejamento estratégico, administração e comunicação pública. Seu principal objetivo é a proposição de uma linha de atuação sistêmica, integrada, planejada para potencializar atividades de comunicação pública e promoção institucional em todos os campi do IFBA.

Segundo a Instrução Normativa nº 5/2011, da Secretaria de Comunicação Social, da Presidência da República:

> Comunicação Pública é a ação de comunicação que se realiza por meio da articulação de diferentes ferramentas capazes de criar, integrar, interagir e fomentar conteúdos de comunicação destinados a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e informações de interesse público, a transparência das políticas públicas e a prestação de contas do Poder Executivo Federal. (Brasil, 2011).

11.3 Promoção e Integração Intercampi

A estrutura multicampi do IFBA alarga a abrangência de suas ações, através do campi instalado por todo o estado, formando uma verdadeira rede interligada, capaz de trocar informações e compartilhar recursos, possibilitando a intervenção em sua respectiva região, identificando problemas, criando e propondo soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento social e econômico local. Percebe-se claramente aqui a importante parceria das Coordenações de Comunicação dos campi na Promoção Institucional, e na sua integração.

11. 4 Objetivos e ações a curto, médio e longo prazo

Objetivo 1 - Fortalecer a imagem do IFBA		2014	2015	2016	2017	2018
METAS	**AÇÕES**					
Melhorar a imagem do IFBA no mercado enquanto instituição de ensino federal, gratuita, de qualidade e tradição.	Viabilizar / fomentar a inserção com maior frequência de conteúdo / matérias do IFBA em mídias de massa como TV e Rádio e maior visibilidade como impresso (revistas / outdoor).	x	x	x	x	x
	Promover pesquisas com os públicos do IFBA que sirvam de suporte para atividades de gerenciamento e controle das ações de comunicação, além de orientar os dirigentes.	x	x			
	Orientar as atividades e eventos que levem o nome do IFBA.	x	x	x	x	x
	Padronizar a aplicação da marca do IFBA nos documentos institucionais.	x	x			
	Desenvolver o manual de crises	x				
	Elaboração de material institucional em línguas Francesa, Inglesa e Espanhola.		x			
	Criar o TV IFBA, um canal de vídeos no Youtube, integrado com o site, que será alimentado periodicamente com produções dos alunos e do próprio Instituto.	x	x			
	Mensurar e analisar os dados de acessos ao portal do IFBA - Google Analytics.	x				
Ampliar e aprimorar as ações de relacionamento com a comunidade interna e externa, a imprensa e o	Desenvolver pesquisas de opinião e satisfação a respeito da comunicação no Instituto e dos meios de comunicação oficiais do	x	x	x	x	x

governo.	IFBA que os públicos da instituição utilizam.					
	Criar salão de humor premiado para alunos de escola pública - estreitar os laços com o público alvo e promover a marca institucional.	x	x			
	Participar de atividades culturais, esportivas, sociais da cidade, estado ou região com a finalidade de agregar valor à imagem do IFBA.	x	x	x	x	x
	Ampliar e aprimorar as ações de relacionamento com os públicos nas redes sociais e “fale conosco”.	x	x	x	x	x
	Estreitar o diálogo com as Pró-Reitorias e Diretorias, visando um fluxo melhor de informações.	x	x	x	x	x
	Desenvolver, juntamente com a Proap e DGP, uma área física de convivência/descanso na Reitoria para os servidores.	x	x			
	Melhorar os kits promocionais de divulgação do Instituto para distribuição aos públicos interno e externo.	x	x			
	Criar tirinha semanal nas redes sociais com temas específicos, como Prosel e outros.	x	x			
Objetivo 2 - Aprimorar e desenvolver os instrumentos de comunicação do IFBA		2014	2015	2016	2017	2018
METAS	**AÇÕES**					
Elaborar, estruturar, implementar e supervisionar a Política Sistêmica de Comunicação do IFBA.	Concluir o Plano de Comunicação do IFBA.	**x**	**x**			
	Desenvolver novos veículos de comunicação interna (Boletim da		x			

	Reitoria e campus).					
	Aprimorar e formalizar o projeto gráfico editorial dos instrumentos de comunicação do IFBA.		x			
	Desenvolver um novo portal para o IFBA que contemple a atual realidade da Comunicação digital: Integração com as redes sociais, acessibilidade, usabilidade.	x	x			
	Desenvolver política multicampi e multissetorial de atualização do portal do IFBA, criando critérios para publicações no portal do Instituto.	x	x			
	Desenvolver um vídeo institucional visando a informar os diversos públicos e promover o IFBA.	x				
	Aprimorar o “Últimas notícias” e transformá-lo em um boletim on-line.		x			
Promover acessibilidade comunicacional no âmbito do IFBA	Colocar em funcionamento o Plano de Promoção de Acessibilidade, com ênfase na divulgação de mecanismos de comunicação alternativa.	x	x	x		
	Desenvolver um projeto de sinalização interna com manual de uso que contemple o acesso a pessoas com deficiência.		x	x		
	Implementar acessibilidade no novo portal do IFBA.	x	x			
Aprimorar e desenvolver os instrumentos de comunicação no Processo Seletivo do IFBA com o objetivo de aumentar o número de candidatos inscritos	Desenvolver um novo planejamento de ação para o Processo Seletivo, visando a aumentar a procura pelos cursos oferecidos pelo IFBA.	x	x			
	Melhorar a logística de impressão, armazenamento e distribuição de material promocional do Processo Seletivo.	x	x			

	Divulgar os cursos e o Processo Seletivo do IFBA como uma ação permanente.	x	x	x	x	x
	Alinhar as ações de divulgação com os campi e orientá-los no processo de divulgação do Processo Seletivo.	x	x	x	x	x
	Desenvolver um vídeo institucional para divulgação do Processo Seletivo na internet e nas visitas às escolas.	x	x	x	x	x
Objetivo 3 - Adequar os processos de Comunicação à realidade multicampi		2014	2015	2016	2017	2018
METAS	**AÇÕES**					
Criar uma rede interligada entre os campi, com o objetivo de trocar informações e compartilhar recursos possibilitando uma atuação sistêmica.	Estabelecer ações que viabilizem a troca diária e eficiente de informações entre os diversos campi e destes com a Reitoria.	x	x	x	x	x
	Acompanhar e orientar os comunicadores do campi.	x	x	x	x	x
	Viabilizar a presença de um profissional de comunicação em cada campus.	x	x	x	x	
	Realizar, anualmente, o Encontro de Comunicadores do IFBA - ECOM	x	x	x	x	x
Capacitar os servidores da Comunicação da Reitoria e dos campi do IFBA	Capacitar os comunicadores dos campi, fornecendo-lhes o “Manual de Identidade Corporativa” e os arquivos correspondentes.	x	x			
	Viabilizar a oferta de cursos de capacitação para servidores.	x	x	x	x	x
Objetivo 4 - Otimizar os processos internos da DGCOM		2014	2015	2016	2017	2018

METAS	AÇÕES					
Estruturar o setor e seu serviço de atendimento a comunidade	Criar novos emails dos departamentos e política para gerenciá-los.	x	x			
	Criar novo método digital de formulário de requisição de serviço para otimizar o controle de prazos/pendências/prioridades.	x	x			
	Adquirir novos equipamentos compatíveis com o desenvolvimento tecnológico da área de comunicação.	x	x	x		
	Implementar a assinatura do DGCOM nas peças desenvolvidas.	x				
	Melhorar o fluxo de informação interna no setor.	x	x	x	x	x

12. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIRETORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

12.1 Excelência Operacional

- Aprimorar a Gestão de TI

- Implantar a Gestão de Riscos de TI

- Garantir disponibilidade dos serviços de TI essenciais para a instituição

- Aperfeiçoar os fluxos de trabalho

12.2 Orientação ao Usuário

- Aprimorar a comunicação com o usuário referente a ações de TI

12.3 Gestão da Instituição

- Melhorar a qualidade dos produtos e serviços de TI

- Prover soluções tecnológicas em TI para a Instituição

- Facilitar o acesso às informações

- Intensificar a interação com os campi e outras instituições

12.4 Futuro Organizacional

- Promover o desenvolvimento da equipe de TI.

- Garantir a estrutura funcional de TI

- Garantir a infraestrutura de TI.

13. ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais representam condição fundamental para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos, em especial, quando se trata da temática educacional, com relevantes aspectos científicos e tecnológicos. É essencial conhecer experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das diferenças, a troca de conhecimentos e o estímulo à solidariedade e à cultura da paz.

Neste sentido, a ação do IFBA, no campo das relações internacionais, está fundada nos seguintes objetivos:

I. Desenvolver gestões articuladas entre os Institutos Federais e a SETEC/MEC, por meio da sua Assessoria Internacional, e do Fórum de Relações Internacionais dos IF-Forinter;
II. Proporcionar visibilidade às ações do IFBA, em âmbito nacional e internacional;
III. Promover atividades que proporcionem a ampliação dos processos de cooperação e de intercâmbio internacionais do IFBA, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
IV. Estimular a inserção internacional do IFBA, visando ao aperfeiçoamento e à qualificação dos estudantes, professores e técnico-administrativos desta Instituição e das Instituições parceiras internacionais;
V. Promover atividades de relações internacionais sintonizadas com o principio da educação como um bem público;

VI. Promover eventos para possibilitar o debate e o aperfeiçoamento da política internacional das instituições de ensino técnico e tecnológico;

VII. Promover a realização de cursos e oficinas para a qualificação da equipe que integra o sistema de relações internacionais do IFBA;

VIII. Debater e apresentar ideias, projetos, programas e ações que contribuam para o desenvolvimento das Representações da Assessoria de Relações Internacionais do IFBA;

IX. Buscar mecanismos para disseminar a visão internacional no âmbito das instituições de ensino profissional e tecnológico, de maneira que o processo de internacionalização seja uma atividade que inclua, além da cooperação e do intercâmbio, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa;

X. Conhecer e divulgar diferentes práticas de políticas públicas da Educação Profissional e Tecnológica, além de outras culturas e idiomas; Realização de atividades de mobilidade de estudantes, professores e técnicos administrativos;

XI. Fomentar a prática de idiomas e de intercâmbio cultural;

XII. Participar de fóruns de cooperação internacional;

XIII. Realizar missões internacionais.

Anexo A – Legislação Aplicável ao IFBA

Ano	Espécie normativa	Descrição
1996	Lei nº 9.394/1996(LDB)	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
1998	Decreto n° 2.494/1998	Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96).
1998	Portaria MEC nº 301/1998	Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.
1998	Resolução CES/CNE nº 2/1998	Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento, nos termos do Art. 46 do Art. 52, inciso I, da Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.
1999	Resolução CNE/CP nº 01/1999	Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os Art. 62 e 63 da Lei 9.394/96 e o Art. 9º, § 2º, alíneas "c" e "h" da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 9.131/95.
1999	Parecer CES/CNE nº 1.070/1999.	Critérios para autorização e reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior.
2001	Decreto nº 3.860/2001	Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.
2001	Portaria MEC nº 1.466/2001	Estabelece procedimentos de autorização de cursos fora de sede por universidades.
2001	Portaria MEC nº 2.253/2001	Prevê a oferta de disciplinas, utilizando método não presencial.
2001	Resolução CES/CNE nº 01/2001	Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.
2002	Resolução CP/CNE nº 01/2002 (art.7º)	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior nos cursos de licenciatura e de graduação plena.

Ano	Espécie normativa	Descrição
2002	Resolução CES/CNE nº 10/2002	Dispõe sobre o credenciamento, transferência de mantença, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior.
2003	Decreto nº 4.914/2003	Dispõe sobre os centros universitários de que trata o art. 11 do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e dá outras providências.
2003	Portaria MEC nº 3.284/2003	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
2004	Lei nº 10.861/2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
2004	Decreto nº 5.154/2004	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
Nm62004	Decreto nº 5.224/2004	Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.
2004	Decreto nº 5.225/2004,	Altera dispositivos do Decreto no 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.
2004	Portaria MEC nº 7/2004	Prevê aditamento no caso de sua modificação, considerando a inclusão ou exclusão de cursos, por meio do ingresso no Sistema SAPIEnS/MEC, em local específico, identificado como ADITAMENTO DE PDI.
2004	Portaria MEC nº 2.051/2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.
2004	Portaria MEC nº	Dispõe sobre a habilitação para o credenciamento de

Ano	Espécie normativa	Descrição
	3.643/2004	novas instituições de educação superior (IES).
2004	Portaria MEC nº 4.361/2004	Regulamenta o uso sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS/MEC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 ago. 1998a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer nº 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998b.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer nº 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999b.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão a Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoal com Deficiência). Publicada em 07 de Julho de 2015.

BRASIL. Medida provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 fev. 2005a.

BRASIL. Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), institui o Programa de Educação Tutorial (PET), altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências. Brasília, DF, 2005b.

BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005c.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. ***Diário Oficial da União***, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, 29 dez .2008. Disponível em: < >. Acesso em: 13 maio 2014.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina:** discursos e práticas. Salvador: EDUFBA, 2005.

GOMES, Anílson Roberto Cerqueira. Panorama da infraestrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador: IFBA, 2013.

PDI 2004-2008. Disponível em: <http://www.cefetba.br/pdi/index.html>. Acesso em: 12 jan. 2009.

PDI 2009-2013. Disponível em: < http://portal.ifba.edu.br/institucional/pdi-2009-2013-pdi-geral.html>. Acesso em: 12 jan. 2013.

IBGE. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponivel em: http://loja.ibge.gov.br/atlas-do-censo-demografico-2010.html Acesso em: 06 jun. 2013

IFBA. IFBA em números 2012.2 e 2013.1. Disponível em: http://www.portal.ifba.edu.br/institucional/numeros.html Acesso em 06 jun. 2013.

IFBA. Projeto Pedagógico Institucional. Disponível em: <http://www.portal.ifba.edu.br>. Acesso em: 15 mai. 2014.

IFBA. **O Instituto**. 2009. Disponível em: http://www.portal.ifba.edu.br/institucional/o-instituto.html. Acesso em: 13 maio 2014.

IFBA. **Regimento Geral do IFBA**: aprovado pela Resolução nº 2 6 do CONSUP, em 27/06/2013. Salvador: IFBA, 2013. Disponível em:<file:///C:/Users/sib/Downloads/regimento%20do%20ifba%20(3).pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

IFSC. **Política de Comunicação do IFSC**. Disponível em: < http://politicadecomunicacao.ifsc.edu.br/files/2013/03/politica_comunicacao_IFSC_edicao1.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2014.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas-Regioes-Metropolitanas.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasRegioesMetropolitanas Acesso em 06 junho. 2014.

Quatro Cenários Econômicos para o Brasil 2008-2014 – Macroplan, Prospectivos, Estratégia & Gestão. Disponível em: <www.macroplan.com.br>. Acesso em: 10 de jun. 2009.

REIS, Roberto Ricardo do Amaral. **Paulo Afonso e o Sertão baiano**: sua geografia e seu povo. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2004.

Relatório de Avaliação Institucional 2007-2008, Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA. Disponível em: <http://www.ifba.edu.br/cpa/>. Acesso em: 10 fev. 2009.

Relatório de Avaliação Institucional–2007/2008. Disponível em: <http://www.ifba.edu.br/cpa/>. Acesso em: 14 jun. 2009.

Relatório de Gestão–2008. Disponível em: <http://www.cefetba.br/pdi/index.html>. Acesso em: 14 mar. 2009.

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador: SEI, 2011.

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador: SEI, 2010.

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador: SEI, 2006.

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador: SEI, 1998.

Sistema FIEB. Disponivel em: http://www.fieb.org.br/guia/. Acesso em: 06 jun 2013.